



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS
CLÁSSICAS - LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA - PPGL**

CESÁRIO ALVIM PEREIRA FILHO

**UM OLHAR TRANSATLÂNTICO SOBRE O ESPANHOL E SUAS
POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: DO(S) DISCURSO(S) ÀS PRÁTICAS**

Brasília/DF
2020

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS
CLÁSSICAS - LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA - PPGL**

CESÁRIO ALVIM PEREIRA FILHO

**UM OLHAR TRANSATLÂNTICO SOBRE O ESPANHOL E SUAS
POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: DO(S) DISCURSO(S) ÀS PRÁTICAS**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (PPGL/LIP/IL/UnB).

Orientador: Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva

Brasília/DF

2020

Pereira Filho, Cesário Alvim

Um olhar transatlântico sobre o espanhol e suas políticas linguísticas: do(s) discurso(s) às práticas/ Cesário Alvim Pereira Filho; orientador: Kléber Aparecido da Silva. / Brasília, 2020.

285 p.

Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística - Universidade de Brasília, 2020.

1. Política linguística. 2. Planejamento linguístico. 3. Língua e Nação. 4. Espanhol língua comum e internacional. Docente. I. Silva, Kléber Aparecido da. II. Título

CESÁRIO ALVIM PEREIRA FILHO

UM OLHAR TRANSATLÂNTICO SOBRE O ESPANHOL E SUAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: DO(S) DISCURSO(S) ÀS PRÁTICAS

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Kleber Aparecido da Silva (Orientador)

Professor(a) Dra. Adja Balbino Barbieri Durão (Membro Externo)

Professora Doutora Francisca Cordélia Oliveira da Silva (Membro Interno)

Professor(a) Dra María Luisa Órtiz Álvarez (Membro Interno)

Professor(a) Dra. Janaína Soares Alves (Membro Externo Suplente)

À minha amada avó paterna, Anna (*in memoriam*), pelas palavras fundantes, que ecoam em
minha caminhada

À minha querida mãe, Alvina e ao meu querido pai, Cezáro (*in memoriam*), sopros de minha
existência

AGRADECIMENTOS

Há muito por dizer, e me é exigido que o faça *per summa capita*, isto é, de modo sucinto, e buscarei fazê-lo, embora o desejo seja contrário.

No (per)curso da caminhada, os contatos são muitos, familiares, amigos, professores, colegas de trabalho e alunos/estudantes. Alguns exercem um papel significativo em nós. Na família, os primeiros contatos, impressões, decepções e alegrias e no trabalho também. E, no meu caso, como professor, os alunos/estudantes constituem a inspiração, pois suas indagações me proporciona(ra)m desafios. Este convívio sempre me faz lembrar de meu contínuo (per)curso de aprendiz, pois há sabor na discordância, quando esta gera reflexão.

Particularmente, gosto muito do poema *memória*, de Drummond, do qual transcrevo a última estrofe: *Mas as coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão*. A cada experiência finda, aprendizagens. Lecionar compreende degustar lentamente conceitos, por meio da linguagem e (re)vê-los sob diferentes ângulos, e igualmente, implica conviver e aprender com o outro, na interação.

Desde o meu começo, como professor, em 1984, e até hoje, este *continuum* tem me proporcionado (re)pensar questões de aprendizagem, a entender o lócus do sujeito aprendiz, o do professor, a sala de aula, espaço de diálogo e, sobretudo, a conviver com fatores extra-acadêmicos, não deixando que tais fatores me influenci(ass)em e me lev(ass)em a arrefecer o desejo de exercer o ofício com paixão. Daí, creio ser importante, agradecer, inclusive, pelos momentos, pois pressupõe reconhecer que, no processo, só é possível ser grato, quando se consideram sujeitos, espaços e momentos/contextos.

Precipuamente, agradeço ao Grande Arquiteto do Universo, pois assim como Tomás de Aquino e Calvino acredito haver uma força motriz que sustenta o universo. E igualmente agradeço:

A Kleber Aparecido da Silva por ter aceitado ser o orientador, pelo cordial convívio e, acima de tudo, respeito, um traço constante tão seu e pelos convites para as organizações de livros.

À Francisca Cordélia Oliveira da Silva pela leitura acurada e pontual do texto, na Qualificação, suas sugestões e por suas aulas que promovem (des)contruir conceitos e por nos receber em aula com seu marcante sorriso sociointeracionista.

À Janaína Soares Alves, pela leitura na Qualificação, observações, sugestões e por dividir a teoria e a práxis do hispanismo na caminhada docente.

Às professoras, membros da banca examinadora que gentilmente aceitaram o convite.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística, (PPGL), da UnB, e por sua equipe de docentes, pelas discussões e o trato cordial, fator que incide sobre uma aprendizagem efetiva e de qualidade.

À Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em que me graduei. À Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ), em que fiz o mestrado. Ao Centro de Línguas para a Comunidade, UFES, em que trabalhei por quase doze anos, espaço de formação e aprendizagem constantes.

À inesquecível Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, cuja experiência representa um momento singular em minha vida profissional.

À UnB, ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET), especialmente à equipe de professores do Bacharelado (LEA-MSI). E, aos colegas dos outros cursos, desse departamento, pelos diálogos e aprendizagem.

E à Brasília, meu lugar de encontro nesta caminhada.

À Maria del Carmen de la Torre Aranda, amiga, colega de trabalho, pela paciência em ouvir um doutorando, com assunto recorrente, por ser interlocutora, proporcionando reflexão e pelas conversas desopilantes.

À especial, Ester Abreu Vieira de Oliveira, minha professora, na UFES, mola propulsora e incentivadora.

À Telma Martins Boudou, querida amiga, pelo convívio, no Centro de Línguas (UFES), cujas falas sempre me proporciona(ra)m reflexão.

A Carlos Tito Sá Cunha, professor, debatedor e amigo, cujo olhar cirúrgico e profissional, me auxiliou bastante.

À Janete Carvalhinho de Oliveira, pela convivência e profícua aprendizagem sobre processos de metodologia e aquisição.

A Santinho Ferreira de Souza, pela aprendizagem e por suas lacônicas e relevantes observações.

À inspiradora Maria Elizabeth Sá Cunha Pinheiro, *in memoriam*, minha professora na UFES, (graduação e especialização), por seu profissionalismo contagiante. Sua lição plantada permanece.

Ao primo Nahum, por sua amizade, pelos momentos desopilantes, por se propor a ouvir e pelo seu olhar ameno e seu suporte em um momento de muitas incertezas.

A Eduardo Carlos, irmão, por seus ditos, desditos e questionamentos entremeados de um perspicaz humor que contribuem com as reflexões.

A Daniel Ataydes, pela amizade e por me salvar em apuros de (des)formatação.

A todos e a todas que, de algum modo, contribuíram (in)diretamente. E à vida. Para tanto reproduzo Violeta Parra: “*gracias a la vida que me ha dado tanto.*”

RESUMO

Esta pesquisa nasce de um questionamento como docente sobre o *status quo* da língua espanhola. Entendê-lo pressupõe a apreensão do valor da língua, aferido por agências de fomento do idioma, por meio de sua(s) política(s) linguística(s). Políticas linguísticas (PL) e planejamento linguístico constituem uma moeda com duas faces em que a sua execução (política linguística), *a posteriori*, reverbera um planejamento linguístico *a priori*. Este se desdobra em três planejamentos (corpus, status e aquisição). Outros conceitos permeiam o campo interdisciplinar da PL, tais como: poder e ideologia, estado, nação, língua, ideário, etc. A esses somam-se fatores de ordem política, histórica, social e econômica implicados na escolha de (um)a língua oficial e em sua promoção como língua internacional. Esta última apresentada como sendo algo único, indivisível, ênfase dos discursos(s) da política linguística do espanhol, promovido pela península, que concebe o espanhol como língua comum. Compreender este conceito peninsular de uma suposta língua *una* e a atual promoção do espanhol como língua internacional requer a análise do subjacente à esta proposta, fato que remonta ao Hispano-americanismo, século XIX, resultado de ideias e sentimentos, fruto do diálogo construído com a aproximação da Espanha às nações hispano-americanas independentes da coroa espanhola. Esta ação tinha como base os seguintes critérios: a origem (raça), a religião e a língua. Destes três, a língua se destacou por ser elo de união linguístico entre os países e, igualmente, porque os Estados-nações buscavam uma face identitária para a construção dos Estados recém-criados, e viram na língua o elemento que os constituía e sob a qual seriam governadas, na acepção de Calvet (2007). Esse conceito de língua, no século XXI, transposto para a Hispanofonia, como concepção ideológica, Del Valle, (2007) que o Estado espanhol denomina como Política Linguística Pan-hispânica, remonta aos anos 90, pela Real Academia Espanhola. Nos dias atuais, a promoção do espanhol como língua estrangeira envolve, além da Espanha, outros países hispano-americanos como, por exemplo, a Argentina. Objetivando entender este atual processo, no século XXI, tomam-se textos produzidos na Espanha e na Argentina e, por meio de uma análise de seus fios discursivos, busca-se compreender como estes países se posicionam sobre suas(s) política(s) linguísticas, no intuito de identificar as ideologias relacionadas às políticas linguísticas desse idioma. Entendida a PL como ação e intervenção do Estado sobre a língua e o planejamento linguístico, especialmente o da aquisição, no ensino de uma língua materna e estrangeira que para a sua efetivação conta com escolas e sujeitos/professores, isso suscita, entre outras, a indagação de qual a posição desse sujeito, neste processo, o de repetir a norma proposta pelo Estado, corroborando com o modelo normativo estatal ou repensar a língua, por meio da visão ampla da língua(gem). Neste último caso, isso irá exigir reflexão apoiada na Linguística Aplicada Crítica (LAC) em que os sujeitos implicados, professores e linguistas, por meio de políticas educativas que coadunam o político e o pedagógico (Tello, 2013) agiriam no planejamento da aquisição de uma língua internacional, não repetindo um modelo, a norma, mas (re)pensando a aquisição de uma língua e o seu amplo mosaico como língua(gem) que compreende esta, sobretudo, como um meio de interação, dialogismo e uma base para repensar o mundo por meio de uma constante formação e reflexão crítica.

Palavras-chave: Política linguística. Planejamento linguístico. Língua e Nação. Espanhol língua comum e internacional.

ABSTRACT

This research looks at the status quo of the Spanish language worldwide. In order to do so, one needs to investigate the status of the language at the funding agencies, their cultural arms, and their overall language policies. Language planning and language policies are the two sides of the same coin, whereby the latter (the executive side of the first) reflects the ideas and conception of the first. Understanding language planning requires acknowledging its three layers – corpus, status and acquisition – while language policies need to be assessed from an interdisciplinary perspective, which encompasses concepts such as power, ideology, and nation. This is entwined with sociopolitical and economic forces, and they all play a crucial role in establishing a country's official language and the promotion and expansion of such a language as an effective international language. The official discourse emerging from Spain (through the Real Academia Española) acknowledges other strong non-Spanish language communities within the country as co-official languages; however, in actuality, the bias towards Spanish is visible in the country's normative language planning. As an international language, the expansion and promotion of European Spanish as a *lingua una* is even more pronounced. This process is rooted in both the colonization of Latin American countries by Spain and in the post-colonization period, which gave birth to the Hispano-Americanism in the 19th century. The concept was co-constructed in the two continents, and argued for an approximation between the newly freed Hispanic countries, based on common grounds such as ethnicity, religion and language. Of the three, language stood out as an immediate link between the countries, which were also in search for an identity for consolidating the new estates, and language was a constitutive identity element under which they would be governed Calvet (2007). This concept of language, in the 21st century, transposed to Hispanophony, as an ideological conception, Del Valle, (2007) that what the Spanish State calls Pan-Hispanic Linguistic Policy was incorporated in the 90's by the Real Academia Española, as pointed by Del Valle, (2007), in the new Pan-Hispanic approach. Currently, the promotion of Spanish as Foreign Language also involves Latin American countries, such as Argentina, and to understand this new, expanded scenario, we aimed at the analyzing the discourse produced by in these countries (official documents, regulations, language planning texts) to assess their language policies and their underlying ideology. Since language policies are typically top-down, with the State overseeing language planning, and acting and intervening in it, particularly on L1 and 2 acquisition, involving schools, cultural agencies and agents/teachers. This leads to the questioning of the role of these agents – whether they reinforce the normative proposals of the State or adopt a critical and broader approach to language and language planning. The latter requires an informed, resignified view of language and language teaching, grounded on the contributions of Critical Applied Linguistics and the perception of the inextricable relationship between pedagogy, and language practices (Tello, 2013). Thus, the normative view of international language would be replaced by a new understanding the dynamics of interaction, dialogism and the role of language and teachers as agents of change.

Keywords: Language policies . Language planning . Language and Nation. Spanish as a local and international language .

RESUMEN

Esta investigación surge de una indagación como profesor sobre el *status quo* del idioma español. Comprenderlo presupone la comprensión del valor de la lengua, medida por las agencias de desarrollo de la lengua, a través de sus políticas lingüísticas. Las políticas lingüísticas (PL) y la planificación lingüística constituyen una moneda de dos caras en que su ejecución (política lingüística), a posteriori, se hace eco de la planificación lingüística a priori. Esto se divide en tres planes (corpus, estado y adquisición). Otros conceptos impregnan el campo interdisciplinario de PL, tales como: poder e ideología, estado, nación, idioma, ideología, etc. A estos se suman factores políticos, históricos, sociales y económicos involucrados en la elección (un)a lengua oficial y su promoción como lengua internacional. Esta última se presenta como algo único, indivisible, un énfasis de los discursos de la política lingüística del español, promovida por la península, que concibe el español como idioma común. La comprensión de este concepto peninsular de un idioma supuestamente único y la promoción actual del español como idioma internacional requiere un análisis de la razón subyacente de esta propuesta, un hecho que se remonta al hispanoamericanismo, del siglo XIX, el resultado de ideas y sentimientos y del diálogo construido con la aproximación de España a las naciones hispanoamericanas independientes de la corona española. Esta acción se basó en los siguientes criterios: origen (raza), religión e idioma. De estos tres, el idioma se destacó por ser un vínculo de unión lingüística entre los países e, igualmente, porque los estados nacionales buscaron una cara de identidad para la construcción de los Estados recién creados, y vieron en el idioma el elemento que los constituía y bajo el que se regiría, en el sentido de Calvet (2007). Este concepto de lengua, en el siglo XXI, se transpuso a la hispanofonia, una concepción ideológica, Del Valle, (2007) que el Estado español llama Política Lingüística Panhispánica, se remonta a los años 90, por la Real Academia Española. Hoy en día, la promoción del español como lengua extranjera implica, además de España, otros países hispanoamericanos, como Argentina. Con el objetivo de comprender este proceso actual, en el siglo XXI, se toman textos producidos en España y Argentina y, a través de un análisis de sus hilos de discurso, se busca comprender cómo estos países se posicionan en sus políticas. para identificar las ideologías relacionadas con las políticas lingüísticas de ese idioma. Entendida la PL como acción e intervención del Estado sobre la lengua y la planificación lingüística, especialmente la de adquisición, en la enseñanza de una lengua materna y una lengua extranjera que, por su efectividad, tiene escuelas y sujetos/profesores, esto plantea, entre otras, la posición de este sujeto, en este proceso, la de repetir la regla propuesta por el Estado, corroborando con el modelo normativo estatal o repensar el idioma, a través de la visión amplia del lenguaje. En este último caso, esto requerirá una reflexión respaldada por la Lingüística Aplicada Crítica (LAC) en la cual los sujetos involucrados, profesores y lingüistas, mediante políticas educativas que coincidan con lo político y lo pedagógico (Tello, 2013) actuarían en la planificación de la adquisición de una lengua internacional, no repitiendo un modelo, la norma, sino (re)pensando la adquisición de una lengua y su amplio mosaico como lenguaje, en el que se entiende esta, sobre todo, como un medio de interacción, diálogo y una base para repensar el mundo a través del entrenamiento constante y la reflexión crítica.

Palabras clave: política lingüística. Planificación lingüística. Lengua y Nación. Español lengua común e internacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 – Nível de intervenção nas línguas. (Calvet)

Quadro 2 – Funções da língua e atributos sociolinguísticos requeridos (Fasold)

Quadro 3 e 4 – *Población de los países hispanohablantes*

Quadro 5 – Agentes envolvidos em ações ou difusão do idioma: Espanha e Argentina

Quadro 6 – Modos de operação da ideologia e algumas estratégias. (Thompson)

FIGURAS

Figura 1 - Figura 1. Língua como construção política

IMAGENS

Imagem 1 – *Foro internacional del español 2015*

Imagem 2 – *Países donde se habla español 2016*

Imagem 3 – *La geografía internacional del español*

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAL – *Academia Argentina de Letras*

ADC – *Análise Crítica do Discurso*

ASALE – *La Asociación de Academias de la Lengua Española*

CELU – *Certificado de Español: Lengua y Uso*

CPLP – *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*

DELE – *Diploma de Español como Lengua Extranjera*

ELSE – *Español como Lengua Segunda y Extranjera*

IC – *Instituto Cervantes*

ICEX – *Instituto Español de Comercio Exterior*

ERA – *Real Academia Española*

MERCOSUL – *Mercado Comum do Sul*

NAFTA – *Tratado Norte-Americano de Livre Comércio*

SIELE - *Servicio Internacional de Evaluación de la Lengua Española*

*La sangre de mi espíritu es mi lengua,
y mi patria es allí donde resuene
soberano su verbo, que no amengua
su voz por mucho que ambos mundos llene.*

*Ya Séneca la preludió aún no nacida
y en su austero latín ella se encierra;
Alfonso a Europa dio con ella vida.
Colón con ella redobló la Tierra.*

*Y esta mi lengua flota como el arca
de cien pueblos contrarios y distantes,
que las flores en ella hallaron brote,*

*de Juárez y Rizal, pues ella abarca
legión de razas, lengua en que a Cervantes
Dios le dio el Evangelio del Quijote.*

(La sangre de mi espíritu, Miguel Unamuno)

*Muchos, con intención de desconfianza, interrogarán:
¿Qué zanja insuperable hay entre el español de los
españoles y el de nuestra conversación argentina? Yo
les respondo que ninguna, venturosamente para la
entendibilidad general de nuestro decir. Un matiz de
diferenciación sílo hay: matiz que es lo bastante
discreto para no entorpecer la circulación total del
idioma y lo bastante nítido para que en él oigamos la
patria.*

(El idioma de los argentinos. Jorge Luiz Borges)

SUMÁRIO

1492, el año en que empezó todo	14
Introdução: Delineando a nau em curso	15
A estrutura da investigação	17
Entrando no tema: O valor da língua espanhola	18
Leitmotiv da pesquisa	21
Capítulo 1. Do termo língua(gem) e política(s) linguística(s)	25
1. Língua(gem) e de sua plurissignificação	25
1.1. Espanhol: língua comum, global e internacional	32
1.2 Política(s) linguística(s) e planejamento linguístico	39
1.3 Glotopolítica	66
Capítulo 2. As políticas linguísticas do espanhol: entendendo alguns conceitos ...	75
2. Entrando no tema	75
2.1. O renascimento do Hispanismo no século XXI	77
2.2 Fios discursivos do presente entrelaçados ao passado	80
2.3 Hispanismo, Hispanofonia e Política linguística Pan-hispânica: alguns conceito(s)	89
2.4 Hispano-americanismo	96
2.5 Distribuição geográfica do espanhol	100
2.6. A Argentina e sua(s) política(s) linguística(s)	102
2.7. Agentes envolvidos e ações na difusão do idioma: Espanha e Argentina	107
2.8 Hispanismo nas Américas	112
2.8.1 Espanhol nos Estados Unidos da América	118
2.8.2 Espanhol no Brasil	121
2.9 Da escolha dos países de língua espanhola: Espanha e Argentina	124

Capítulo 3. Ideologia: Alguns conceitos e sua relação com a língua(gem) e as políticas linguísticas	135
3. Introdução do tema em questão	135
3.1 Ideologia e Linguagem	141
3.2 Por outros conceitos do termo	142
3.3 Língua, nação e ideologia	145
3.4 Ideologia e Políticas Linguísticas	154
3.5 Ideologia(s) Linguística(s): Woolard	162
3.6 Método de análise das operações da ideologia: Thompson	165
Capítulo 4: Do texto ao discurso	172
4 Do texto	172
4.2 Discurso como texto na ADC	178
Capítulo 5. O percurso da análise: a análise dos textos digitais	185
5. Prefação	185
5.1 Da análise dos textos digitais	190
5.2 Procedimentos para a análise	191
5.3 Textos digitais produzidos na Espanha	194
5.4 Textos digitais produzidos na Argentina	220
Considerações finais	247
Referências	257
<u>Anexos</u>	

A reprodução do texto digital¹ abaixo serve como exórdio para a discussão aqui proposta, não tanto pelo conteúdo, muito mais pelo título, pois, precisamente, neste ano, começou a história do hispanismo nas Américas. Embora, este não seja um trabalho diacrônico, mas sincrônico, cabe ressaltar o ano em destaque, pois um marco, porque se trata do *Día de la Hispanidad*, 12 de outubro, em que se comemora a chegada de Colombo em solo americano. No entanto, cabe ressaltar que este “*empezó todo*” apresenta diferentes leituras e concepções, de acordo com o lugar e o prisma do olhar do leitor, peninsular ou hispano-americano.

1492, el año en que empezó todo

Felipe Fernández-Armesto pasa revista a la época que forjó imperios y que propició el inicio de la modernidad



14/04/2010 08:25

IÑIGO SÁENZ DE UGARTE

1492 es una de esas fechas que todo el mundo recuerda. El historiador Felipe Fernández-Armesto cree que debería ser por algo más que por el descubrimiento de América. En su obra *1492. El nacimiento de la modernidad* (publicada por Debate) traza un retrato de la historia mundial menos eurocéntrico, al prestar también atención a los cambios que se estaban produciendo en África y Asia.

Fernández-Armesto intenta no convertir su libro en una sucesión de batallas. La guerra no es necesariamente el motor de la historia: 'A veces se producen batallas importantes como la victoria de Askia Mohamed Ture, que permitió el avance del islam al sur del Sáhara, pero solemos atribuirles excesiva importancia. Los conflictos son emocionantes y desgraciadamente la paz es aburrida. Pero el mundo se forja más en la paz que en la guerra', cuenta en una entrevista.

El libro explica la fuerte influencia de los vientos y las corrientes marinas en la expansión europea hacia el Nuevo Mundo, y por qué hay que esperar a finales del siglo XV para que dé comienzo. 'Hasta 1492 no se logra descifrar ese sistema complejo de los vientos del Atlántico. Por el contrario, el océano Índico ya llevaba cientos o miles de años siendo una zona de intercambios culturales y comerciales por ser una zona de vientos monzónicos, que te devolvían a casa después de haberte llevado a otros sitios, lo que no suele ocurrir en el Atlántico'.

¹ Excerto de texto, reproduzido *ipsis litteris*, disponível em: <https://www.publico.es/culturas/1492-ano-empezo.html>, acesso em 10 de out de 2019

“Todas as vezes que procuramos as razões do que é, nos perguntamos por quê [...] o porquê não oferece repouso, nenhum paradeiro, não fornece nenhum ponto de apoio.” Heidegger²

Introdução

Delineando a nau em curso

Todo estudo suscita indagações e pressupõe um percurso que, sob minha ótica, se assemelha às naus nas grandes descobertas. Neste caso, o percurso da escrita (a tese), é assim por mim compreendida: a nau (a língua e a política linguística do idioma), o mar (o ciberespaço), as velas içadas (o texto eletrônico), o navegador (o pesquisador). O navegador segue o seu curso de viagem impulsionado por um desejo, o da descoberta, do que está além-mar, isto é, detrás da linha do horizonte. Destarte, concebo o processo de pesquisa de um tema como uma nave em busca de terras novas, em que a nave enfrenta calmarias e intempéries até a sua esperada chegada a porto seguro.

Isso posto, quero ressaltar que, apesar das intempéries que têm surgido, a curiosidade torna-se maior a cada leitura, mesmo que advenha um sentir-se como Robinson Crusoe, quando este, em suas reflexões, reflete sobre sua condição: isolado e solitário. No entanto, em toda caminhada, precipuamente a de uma pesquisa, há a *via crucis* do estudante, pois há um certo desespero que é dissimulado ao se deparar com algum colega ou amigo e este perguntar sobre a tese e alguns até quererem opinar e modificar o que ainda está por construir. Algumas falas se tornaram pertinentes porque profícuas, pois me permitiram rever não só a nau, mas, sobretudo, a direção do vento e repensar o mar. Reconheço, houve momentos, especialmente as madrugadas, em que eu me questioneei o que eu estava a fazer no doutorado, a razão por que havia embarcado nesta viagem e se ancoradouro haveria para a nau. Contudo, concluí que, mesmo não sabendo se iria chegar a porto seguro, por ser o termo “seguro” altamente questionável, não deveria focar no porto, mas na viagem. Daí, ancorei o percurso desta reflexão em três autores que particularmente aprecio, porque, de fato, harmonizam com este momento de reflexão, a saber: *i)* Pessoa, para quem “navegar é preciso, viver não.”, *ii)* Guimarães

² O princípio da razão (p.264), Heidegger, apud Lacroix, Alain, *in*: A Razão: análise da noção, estudo de textos: Platão, Aristóteles, Kant, Heidegger. Vozes. 2009

Rosa, para quem “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.” e *iii*) Antonio Machado, “*Caminante, no hay camino, se hace camino al andar.*”³. Estas reflexões me propiciaram lançar-me aos mares da pesquisa, das buscas de indagações e das novas indagações que surgem a cada fio que se tece ou parágrafo que se constrói, pois o emaranhado, se não sofre cortes, torna-se *ad aeternum*, e aí me sentiria como o mito de Sísifo, de Camus, que retrata o homem em busca de sentido e (se) esta busca levaria ao suicídio; neste caso, trazendo para a pesquisa, o suicídio seria o naufrágio em razão do peso indevido, sem ponderar sobre o volume dos objetos na nau, o que remete que para a travessia é necessário um olhar acurado, um questionar que se verticalize sem tergiversar; parece que aí reside um detalhe a ser considerado: como se ter precisão sobre um objeto se há tantos olhares em sua análise? No entanto, ao dar-me conta de que a escrita de um tema é o meu olhar de modo claro, objetivo e linear e que propicia a interação com o outro que me lê, o receio se esvaiu, até porque não há trabalho findo, toda tessitura textual terá outros olhares que poderão, inclusive, contribuir para outros desdobramentos de ideias e textos; afinal, um discurso sempre está imbricado em outro, como salienta Foucault em sua obra *A arqueologia do saber*.

Como não me atrai assumir o lugar de vitimizado, prefiro apoiar-me à ideia/espço do ‘navegar é preciso’, pois, como assevera Barkan referenciado por Todorov⁴, “A vitimização confere poder à vítima”. E, no meu caso, estar totalmente desprovido deste poder é o que proporciona reflexão e uma navegação por entre as teias e fios do tema, ora em um exercício como Penélope, um construir e desconstruir, porque há um propósito em cada página que tive que desconstruir para reconstruir e seguir nos mares e içar as velas e, por fim, buscando dominar o vento e as marés, seguir viagem. Como bem pontua Guimarães Rosa: “Quem elege(u) a busca, não pode recusar a travessia”.

Isso posto, o tema central que proponho nesta pesquisa é o de Políticas Linguísticas. Das leituras sobre este tema, cabe separar política linguística de política educativa. Entendo esta última como contida na primeira e a primeira contém a última. Todavia, ressalto que a proposta desta pesquisa não é a de analisar material didático, formação de professores, grades curriculares de cursos, propostas de cursos de licenciatura ou proposta educativa do espanhol, no Brasil. O olhar se volta, especialmente

³ Caminhante, não há caminho, este é feito ao caminhar. [tradução minha]

⁴ TZETVAN, Todorov. Ascensão do homem público. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1803200107.htm>> Último acesso: 17/09/2017

para a difusão do espanhol como língua estrangeira, isto é, o crivo do olhar recai sobre a política linguística da língua espanhola presente em textos digitais e os fios de sentidos que destes vão sendo desvelados: língua, ideologia, entre outros, que apontam para uma política linguística como política de estado.

Parece ser que ao se deter sobre o tema políticas linguísticas, estas apontam para a tessitura textual discursiva e mental que se vai construindo e compreendendo sobre a difusão de um idioma.

Como afirmam: i) Robert Frank (2017): “Sempre achei que o modo como se vive já é em si uma atitude política”, ii) Octávio Paz (1990) “*Las lenguas son realidades más vastas que las entidades políticas e históricas que llamamos naciones*” e iii) Bakhtin (2006) “Se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, portanto o pensamento, a ‘atividade mental’, que são condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia. Contudo, todas estas relações são inter-relações recíprocas, orientadas, é verdade, mas sem excluir uma contra-ação”. E Rajagopalan (2003): “Língua é uma bandeira política que você ergue de acordo com suas conveniências políticas”. Estas citações encerram ideias que sintetizam este momento que atravesso e se tangenciam na linha do horizonte de minha travessia, isto é, da pesquisa.

A estrutura da investigação

Deste modo, esta pesquisa teve a sua sequenciação assim concebida: **Introdução:** Delineando a nau em curso, que prefacia esta introdução, com quatro reflexões ou temas introdutórios da estrutura que perpassam toda a tese, a saber: i) A estrutura da investigação; ii) **Entrando no tema:** A promoção da língua espanhola, em que se incluem as perguntas da tese, o objetivo geral e os específicos; iii) *Leitmotiv* da pesquisa. E, a seguir: **Capítulo 1. Do termo língua(gem) e política(s) linguística(s) -:** Entre as razões sócio-histórica e políticas, a língua permeia os estudos da(s) políticas linguísticas. Desse modo, a busca por alguns dos conceitos de língua(guem), bem como os de língua comum, língua internacional, língua global é necessário para se apreender e se situar com relação a que se refere tais designações para a língua, no âmbito das políticas linguísticas. **Capítulo 2. Políticas linguísticas do espanhol: entendendo alguns conceitos -** Busca-se apresentar alguns conceitos da(s) política(s) linguística(s) do espanhol, retomando o conceito de espanhol como língua comum e língua internacional e o subjacente à sua atual promoção como língua internacional, considerando o seu passado para entender o presente. Para tanto, ir a conceitos tais como o hispano-americanismo urge para

compreender os sentidos presentes na atual proposta política linguística peninsular da promoção do idioma, bem como considerar questões em torno à uma proposta de política linguística tanto da Espanha quanto de uma política linguística por parte da Argentina.

Capítulo 3. Ideologia: Alguns conceitos e sua relação como a língua(gem) e as políticas linguísticas - Poder e ideologia são temas constantes nos estudos da(s) política(s) linguística(s). Para este capítulo, toma-se somente o termo ideologia visando compreender o seu conceito deste último e evidenciar a sua presença nos textos digitais selecionados, produzidos na Espanha e na Argentina, no intuito de entender e analisar questões abordadas nos capítulos um e dois. **Capítulo 4. Do texto ao discurso** - Ao se propor uma análise dos ecos da política linguística do espanhol sob dois olhares do Atlântico, Espanha e Argentina, a verificação de tais ecos se pauta em análise de textos digitais, produzidos nestes dois países. Daí, a busca de uma definição do conceito de texto e de discurso para situar como estes textos digitais são compreendidos, seu lugar de produção e o que expressam no tocante à ideologia da promoção da língua. **Capítulo 5. Percurso da travessia: a análise dos textos digitais** - a parte da análise, em que se tomarão os conceitos tratados no capítulo 3, de Ideologia, tanto de ideologia linguística (Woolard) e de ideologia e seus modos de operação (Thompson) e sua verificação e ocorrência nos textos digitais selecionados e **Considerações finais**.

Tal ordenação objetiva uma organicidade textual da pesquisa, cuja análise, pautada em textos, produzidos na Espanha e na Argentina, busca identificar as ideologias relacionadas às políticas linguísticas de promoção do espanhol como língua estrangeira, língua internacional. Ao analisar os fios discursivos dos textos, busca-se observar como a Espanha e a Argentina se posicionam, suas ideologias e o ideário de língua que se reflete em suas políticas linguísticas na promoção do idioma.

Entrando no tema: A promoção da língua espanhola

No editorial do periódico *El País*, edição latinoamericana, (2018), a manchete intitulada: *El Español no es de España*⁵, abaixo do título ressalta: “*Incluir la promoción de la lengua en la Marca España puede herir, con razón, a los socios latinoamericanos.*”⁶

⁵ Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2018/03/02/opinion/1520012414_290382.html>

⁶ A inclusão da promoção do idioma na marca Espanha pode lacerar, com razão, parceiros latino-americanos. [tradução minha] Esclarecimento sobre as traduções. Em consulta a manuais, encontrei que não há uma obrigatoriedade de se traduzir as citações no corpo do texto. Então optei por questão de percepção e contexto como professor de espanhol, por entender que nós, falantes de português, somos todos leitores de espanhol, por termos um tronco comum. Daí, resolvi manter o original, em espanhol, no corpo do texto, e a sua tradução, em português, como nota de fim de página.

A reportagem aponta para o fato de a Espanha estar no mercado de difusão da língua, no exterior, e demonstra uma preocupação com os países hispano-americanos “*tan dueños de esta lengua como los españoles*” neste processo de promoção do idioma. A reportagem ressalta para a monopolização do espanhol por meio do projeto Marca España, sendo a Espanha a protagonista e o impacto positivo que a “língua” promove para este país. Daí surge uma indagação: onde se situaria o co-protagonismo nesse processo, por parte dos países hispano-americanos?

A mesma reportagem assim informa no seu primeiro parágrafo:

Es buena noticia que el Gobierno se haya percatado al fin de que la cultura y —por extensión— el español es el gran activo de este país a la hora de forjar una mejor imagen en el exterior y una visibilización de su valor. Ningún otro país comparte con España el alto potencial que supone para sus negocios, para su impacto cultural y su imagen la existencia de una comunidad como la hispanohablante: 570 millones de personas hablan español como primera lengua en más de 20 países de todo el mundo y se calcula que serán más de 700 en 30 años. Pero el material es harto sensible: [monopolizar la promoción del español dentro de la Marca España](#) [sic] puede herir, con razón, a nuestros socios latinoamericanos, tan dueños de esta lengua como los españoles.⁷

No cenário mundial do ensino de língua espanhola como língua estrangeira e segunda língua, apesar de a Espanha ter uma forte e consolidada estrutura de divulgação do seu idioma, este país não é o único que realiza práticas que envolvem a sua promoção, tais como: cursos, formação de professores etc, pois há outros, assim como o México, a Colômbia, a Argentina etc., que têm seus próprios programas de ensino de espanhol a estrangeiros.

Compreendendo que tanto a Espanha quanto a Argentina têm em comum práticas de promoção e de ensino do espanhol, reflexo das política(s) linguística(s) de cada país, a pergunta que permeia esta tese é: Como ecoam as propostas de políticas linguísticas do

⁷ É uma boa notícia que o governo tenha percebido que a cultura e, por extensão, o espanhol são o grande patrimônio deste país quando se trata de criar uma imagem melhor no exterior e uma visibilidade de seu valor. Nenhum outro país compartilha com a Espanha o alto potencial de seus negócios, por seu impacto cultural e sua imagem, a existência de uma comunidade como a que fala espanhol: 570 milhões de pessoas falam espanhol como primeira língua em mais de 20 países ao redor do mundo e se estima que haverá mais de 700 nos próximos 30 anos. Mas o material é muito sensível: monopolizar a promoção do espanhol na marca Espanha pode prejudicar, com razão, nossos parceiros latino-americanos, tão donos desse idioma como os espanhóis.

espanhol⁸ promovidas pela Espanha e pela Argentina como língua estrangeira/língua internacional, e quais são suas confluências e divergências?

Para esta finalidade, serão analisados seis textos digitais (três, da Espanha, e três da Argentina), em que se procede a uma análise discursiva de dois pontos principais: 1) como a língua é apresentada e 2) as marcas ou modos de ideologia no discurso que implicam a política linguística do espanhol, tanto o olhar peninsular quanto o argentino, tal e como aponta o título desta pesquisa: Um olhar transatlântico sobre o espanhol e suas políticas linguísticas: do(s) discurso(s) às práticas.⁹

A análise desses textos busca resposta às seguintes indagações:

1. Qual é a relação língua/nação na política linguística?
2. Como se dá, atualmente, a difusão da língua espanhola por meio de suas políticas linguísticas?
3. O que subjaz à difusão de uma proposta de política linguística?
4. Quais traços discursivos mais se destacam e/ou estão ressaltadas nos textos digitais das agências de fomento que, de fato, propiciam seu discurso reiterativo sobre o valor do idioma?
5. O que compreende ou abarca esta reiteração sobre o idioma e em que ela, efetivamente, se pauta?

Nesse sentido, esta nau em curso, a tese, busca navegar considerando os objetivos:

Objetivo geral: Analisar o discurso eletrônico das agências de fomento de língua espanhola, o sentimento da língua que permeia tais discursos e as políticas linguísticas que subjazem às falas, partindo da peninsular, Espanha, e cotejando-a com o discurso eletrônico das Américas, especificamente, o da Argentina com relação ao idioma.

⁸ Embora haja vastos estudos sobre os termos, espanhol e castelhano, e, na constituição espanhola conste “castelhano” como língua oficial do país e, igualmente, há estudos sobre “*la lengua de los argentinos*”, o termo “espanhol”, usado ao longo desta pesquisa, se ancora nos termos usados nas práticas da(s) política(s) dos dois países hispano-falantes que em seus certificados de proficiência, usam o termo espanhol e não castelhano, como se pode observar em: *Diploma de Español como Lengua Extranjera* (DELE), Espanha e o *Certificado de Español: Lengua y Uso* (CELU), Argentina.

⁹Nota de esclarecimento. A sugestão da banca avaliadora da tese foi a de que onde se lê: do(s) discurso(s) às práticas fosse alterado para do(s) discursos digitais. Desse modo o título ficaria: Um olhar transatlântico sobre o espanhol e suas políticas linguísticas: do(s) discurso(s) digitais, alteração que eu fizera. No entanto, fui informado pelo setor responsável que o título final entregue destoava da Ata de defesa e me fora pedido para manter como estava na Ata de defesa ou proceder a um novo pedido. Em razão de trâmites internos, e de todo o processo burocrático de um novo pedido, optei por voltar e manter título original à época da defesa. No entanto, estou ciente de que o termo “práticas” destoa e que “discursos digitais”, de fato é o que está mais acorde ao proposto pela tese.

Objetivos específicos:

- 1) Apresentar a situação da língua espanhola, seu crescimento como língua estrangeira no momento atual, considerando o seu apogeu, no passado, como língua franca e o que está subjacente ao atual discurso de crescimento, identificando nesta promoção do espanhol como língua internacional e como língua de expressão cultural, os possíveis reflexos ou ecos, no presente, do desejo de um *continuum* linguístico de seu prestígio no passado.
- 2) Identificar a(s) proposta(s) de política(s) linguística(s) da Espanha e da Argentina na difusão e na defesa de seus idiomas em comum: espanhol/castelhano.
- 3) Identificar em textos digitais a ideologia presente nos discursos da Espanha e da Argentina sobre o idioma e, conseqüentemente, como tais ideologias repercutem (um)a política linguística do estado-nação.
- 4) Analisar, criticamente, o que subjaz aos discursos digitais, com base no proposto pelas políticas linguísticas do espanhol (Espanha, Argentina) e como essas propostas se concretizam, efetivamente, na prática e se haveria, em algum momento, tangenciamento nas propostas e nas ações político-linguísticas, na práxis.

Leitmotiv da pesquisa

Ao tratar sobre a política do significado, Geertz (1989, p.135) declara: “Uma das coisas que quase todo mundo conhece, mas não sabe muito bem como demonstrar é que a política de um país reflete o modelo de sua cultura”. A partir disso, o que ele afirma parecer ser ‘indubitável’. Esse pesquisador dá exemplos de outros lugares e questiona onde estaria o modelo. Neste caso, para o autor, a frase não é assim tão assertiva em toda a sua extensão. Aplicando essa sua frase e usando-a para se acercar ao que concerne à política linguística do espanhol, se poderia, igualmente, questionar esta proposta política de língua com relação ao termo variedade.

Dado isso, me questiono que modelo de língua está no plano da(s) política(s) linguística(s) do Espanhol – a variedade peninsular, a variedade argentina, a variedade colombiana ou a variedade mexicana etc. –, uma vez que os anuários do Instituto Cervantes ressaltam e justificam a difusão da língua considerando o quantitativo de vinte e um países de língua espanhola, em que a língua é tratada como língua universal. Então, surge outra indagação sobre como as variedades de todos os países hispânicos poderiam ser contempladas, se o espanhol é tratado como língua comum, língua internacional e

língua global. Em um mundo e em espaços multilíngues e multiculturais, o que seria uma língua internacional? Língua real ou idealizada?

Observa-se que as variedades do espanhol dos países hispanófonos¹⁰ não constituem o ponto central, isto é, não vêm em primeiro plano. Essas, quando aparecem, despontarão em segundo plano como ilustração da riqueza cultural do idioma, uma vez que a promoção da língua aponta para um espanhol universal, ou seja, este é tratado como uma unidade única, no sentido quantitativo do termo.

A este respeito, pensando de modo transversal esta questão, de língua universal, idioma global, idioma universal, como sendo algo único, parece pertinente fazer alusão à história da teoria do átomo, isto é, do princípio do todo, do contínuo e do aparente contínuo que, em realidade, quando visto mais de perto, apresenta-se como um descontínuo. Ainda sobre o átomo: “Em vista da pressuposta indivisibilidade de tais seres elementares, eles são chamados por Leucipo e por Demócrito de “átomos” (de *átomon* = indivisível)”. (RÖD, 2004, p.93). Caruso e Oguri (1997) informam que outros estudos apontaram ser o átomo divisível.

Tomo aqui a noção do átomo como ilustração no sentido de que a política linguística, grosso modo, apresenta uma noção de língua como algo *uno*. Sabe-se que a língua, no viés da Linguística e da Sociolinguística não é algo *uno*. E, no caso específico, de espanhol ou língua espanhola apresentada por alguns textos (digitais) que fazem a defesa da proposta Pan-hispânica, apresentam o idioma como sendo uma superfície plana, assim como a areia do mar vista de longe. Isto é, a língua como um *continuum*, como algo ininterrupto. Tal concepção de língua de comunicação, língua universal, não permite considerar as outras variedades, não permite (entre)ver a língua em sua diversidade, mas a resume como sendo algo *uno*, um *ente*, uma *entidade* como apontada, de modo geral, nos textos que tratam da defesa do idioma, sendo, neste caso, vista sob a ótica do Estado, a língua pátria, e símbolo da nação.

¹⁰ Este número pode ser questionado. No entanto para esta pesquisa pautei-me nos dados fornecidos pelo Instituto Cervantes. O seu último anuário, 2018, informa que a quantidade de países é 21, conforme o quadro 1, no item 1.2 *Demografía del español: número de hispanohablantes y previsión de crecimiento* Disponível em < https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_18/informes_ic/p01.htm> Acesso em 15/11/2019. No entanto o linguista mexicano Fernando Luís Lara, em seu artigo: *Pensar la lengua del siglo XXI*, 2011, comenta que: *El español actual es el conjunto de veintidós españoles nacionales*. Ao informar 22, o linguista não informa a que outro país se refere, que teria o espanhol como língua oficial. Disponível em: <https://www.clarin.com/rn/literatura/La_perspectiva_linguistica_0_B19xjT3wXe.html>

Além desse fator de a língua não ser algo uno, no caso do espanhol, considerando que são vinte e um países que o têm em comum, o que se questiona é: que papel caberia a cada um desses países, neste processo?

Sabe-se que a política linguística do espanhol, liderada pela Espanha, que está à frente da gestão da promoção do idioma, no mundo, por razões econômicas, e que apresenta um forte aparato de divulgação do idioma e de organizações envolvidas, em sua logística e operacionalização. No entanto, pensando, por exemplo, em países do Mercado Comum do Sul, Mercosul, a Argentina também recebe muitos estrangeiros para estudarem espanhol e é o único país que possui, além da Espanha, o seu próprio certificado de proficiência de espanhol, o CELU. Diante disso, minha curiosidade voltou o olhar para textos digitais que abordam sobre a língua e ações que refletem suas políticas linguísticas. Desse modo, tomei textos produzidos na Espanha e na Argentina para analisar como cada país trata o tema e qual olhar está implicado. Dito de outro modo, como cada um desses dois países reage e se expressa diante do fator da promoção do espanhol. E, por sua vez, esse diploma na prática, além de apontar uma política linguística, parece expressar o modo como se cada país concebe o seu idioma e defende a sua variedade.

Estas questões levam a pensar a língua em sociedade e, sob outra ótica, com base nas políticas linguísticas, a noção de língua, a “filiação” a uma nação por meio da língua, os efeitos desta e os fatores histórico-socio-políticos que incidem sobre tais políticas e os que dela se originam.

Diante do exposto, e ainda pensando no termo “língua”, cabe considerar:

A resposta é que não existe um conceito claro e seguro de língua. Já o fundador da Linguística moderna, o suíço Ferdinand de Saussure, dizia que “o ponto de vista cria o objeto”. E tinha razão: a língua seja ela o que for, não se deixa apreender por inteiro – é preciso escolher um ponto desde o qual a gente observa para daí tirar algumas conclusões, todas sempre enganosas e instáveis. (BAGNO, 2011, p.356-357)

Tal-qualmente, considerada a observação do linguista brasileiro ao citar Saussure, ainda que não se possa apreender por inteiro o conceito de língua, acredito que mesmo assim a pesquisa suscita uma busca por distintos conceitos sobre o vocábulo ‘língua’, pois mesmo que as conclusões possam ser “todas sempre enganosas e instáveis” parece ser que na instabilidade é que se encontra(m) e/ou surgem o(s) sentido(s). Afinal, a busca ontológica é uma constante para um estudante/pesquisador e sua ação/tarefa em examinar sentidos, por vezes, parece se assemelhar a uma busca, tal como na saga,

segunda a mitologia grega, em que os argonautas, tripulantes da nau Argos, guiados por Jasão, empreenderam uma arriscada missão, em busca do velocino de ouro. E, face a isto, questiono-me o que seria a nossa caminhada, senão (um)a busca pelo ‘velocino de ouro’, aqui, compreendido como a busca pelo saber, por respostas, em uma constante reflexão, que compreende um longo percurso, muitas vezes, sem respostas. E esta caminhada me remete ao poema *Un lector*, de Borges, (1969, p.28)¹¹:

No acabaré de descifrar las antiguas lenguas del Norte,
no hundiré las manos ansiosas en el oro de Sigurd;
la tarea que emprendo es ilimitada
y ha de acompañarme hasta el fin,
no menos misteriosa que el universo
y que yo, el aprendiz.

Buscou-se até aqui, em i) Delineando a nau em curso, apresentar a proposta do autor da tese com reflexões que incluem o meu processo de travessia da escrita, indagações e alguns fatores motivacionais, em ii) Entrando no tema: O valor da língua espanhola, o intuito é o de apresentar o seu atual *status quo*, como língua internacional, sua promoção e em iii) *Leitmotiv* da pesquisa, apresentar o que aqui se busca analisar.. E para isso começa-se com a abordagem do que é língua(gem) e língua comum, internacional e global e em seguida, no primeiro capítulo abordar a(s) política(s) linguística(s) e o planejamento linguístico, no segundo capítulo apresentar as políticas linguísticas do espanhol, no terceiro capítulo, a ideologia, esta compreendida como um dos dois componentes presentes nas políticas linguísticas (poder e ideologia), no quarto capítulo a noção de texto e discurso e no quinto e último capítulo, a análise de discursos digitais sobre a(s) política(s) linguística(s) do espanhol peninsular e o argentino, com textos produzidos na península e na argentina, visando responder à pergunta da tese: Como ecoam as propostas de políticas linguísticas do espanhol promovidas pela Espanha e pela Argentina como língua estrangeira/língua internacional, e quais são suas confluências e divergências?

¹¹ BORGES, Jorge Luis. Elogio de las sombras. 1969. Disponível em: <<https://arquetipoeducativo.blogspot.com/2016/12/libro-gratuito-en-pdf-elogio-de-la.html>>

“A resposta certa, não importa nada: o essencial é que as perguntas estejam certas.” (Mário Quintana)

Capítulo 1

Do termo LÍNGUA(GEM) e POLÍTICA(S) LINGUÍSTICA(S)

1 Língua(gem) e sua plurissignificação

Esta pesquisa propõe como ponto de reflexão: (1) o espanhol e sua(s) política(s) linguística(s) e (2) o desvelamento (dos sentidos) desta(s) política(s) no discurso, este materializado no texto (digital) que constitui o *corpus* de análise. Nestes pontos enumerados, a língua permeia as discussões, o que passa a requerer (um)a busca de alguns de seus conceitos; Além do termo língua busca-se abordar, igualmente os conceitos de língua comum, língua internacional, língua global com base em discurso de Moreno Fernández (2016) e de outros autores no intuito de considerar o que o termo abarca, sob outras óticas e também a que se refere tais designações para a língua, no âmbito das políticas linguísticas. Este tema será abordado conjuntamente com o planejamento linguístico e, por último, a glotopolítica.

É indiscutível, considerado o fator interação, socio-interação e a relação dos homens em sociedade, que a língua tem uma finalidade, a comunicação. Mas o fato aqui não é a finalidade, e sim o termo em si. Por isso, os questionamentos quanto ao termo “língua” gravitam em torno do que, de fato, designa, o que é comumente chamado de língua, quando se atribui o nome português/língua portuguesa, espanhol/língua espanhola, francês/língua francesa etc., uma vez que sua designação está relacionada a diversos fatores e questões que extrapolam a Linguística. Deste modo, em linhas gerais, compreende-se que o termo língua engloba em si uma polissemia de natureza não meramente linguística, mas cultural, social, histórica, política, antropológica etc. Por estas razões, isso confere ao termo língua um traço polissêmico. Daí, escolhi usar o termo língua(gem) à língua, porque mais amplo e abarcador. A seguir será mais bem compreendida a escolha em razão do que expõem os teóricos sobre este tema.

Marcuschi (2003) esclarece que não se deve conceber a língua como “sistema” ou “forma”, mas, mormente, como o que ele designa de “atividade” e sentencia que: “Ela é um domínio público de uma construção simbólica e interativa no mundo [...]” (MARCUSCHI, p.132). Este linguista a compreende como uma ação cognitiva que permeia as relações sociointeracionistas dos cidadãos de uma comunidade de fala,¹² pois a entende como estando, continuamente, direcionada a determinada finalidade, servindo para transferir informações e para representar o mundo, sendo, portanto, social e histórica.

Couto (2009) distingue os conceitos de comunidade de língua e comunidade de fala. Para este linguista, *comunidade de fala* se caracteriza pela interação, representando qualquer grupo que fala esta língua, enquanto *comunidade de língua* abrange todas as regiões do mundo em que determinada língua é falada.

Calvet (2002), ao discorrer sobre a concepção social da língua, referencia Meillet, linguista francês, quem abordou em variados textos o caráter social da língua, definindo-a como sendo um ‘fato social’, apresentando a sua ‘filiação’ ao sociólogo Durkheim para quem “a linguagem é eminentemente um fator social” (CALVET, 2002, p.13). E informa que Meillet ao tratar do “caráter social” da língua, apontara que esta traz consigo uma “abordagem interna” e uma “abordagem externa” dos fatos da língua e estes, por sua vez, compreendem um tratamento tanto sincrônico quanto diacrônico.

Calvet (2012) ressalta que: “Enquanto Saussure busca elaborar um modelo abstrato da língua, Meillet se vê em conflito entre o fato social e o sistema que tudo contém: para ele não se chegam a compreender os fatos da língua sem fazer referência à diacronia, à história.” (CALVET, 2002, p.15).

O apontado acima remete à questão do paradigma estruturalista e do paradigma funcionalista. No estruturalismo, Saussure, o pai da Linguística, focou na língua e não na fala, sendo esta colocada em segundo plano. Por outro lado, pensar a língua como fato social, nos fatores sociais que envolvem a sua produção de sentidos e expressão do mundo e (re)construção da realidade que se dão por meio da fala, (discurso oral), isto é, o funcionamento do sistema (língua) e sua relação com o social, somente se dá a partir dos estudos funcionalistas, isto é, dos estudos da linguagem em uso. E desta se ocuparam, a título de exemplo, a Sociolinguística e a Análise do Discurso Crítica.

¹² A este respeito, Couto (2009) distingue os conceitos de comunidade de língua e comunidade de fala, em que *comunidade de fala* se caracteriza pela interação, representando qualquer grupo que fala esta língua, enquanto *comunidade de língua* abrange todas as regiões do mundo em que determinada língua é falada.

Faracco e Zilles (2017) ao discorrerem sobre norma linguística, informam que: “o conceito de *língua* não é estritamente linguístico” (FARACO, ZILLES, 2017, p. 29-31) e que é inatingível tal conceito, se considerados apenas critérios de ordem linguística. Ao declararem sua concepção de língua, referenciam o linguista romeno Eugenio Coseriu, quem havia defendido a ideia de que se deixasse de lado o vocábulo *língua* por entender que este termo *per se* não compreende puramente questões de ordem linguística, mas imanta outros fios de sentidos, a saber: os de ordem histórica, cultural e política.

Exemplificam, esses autores (FARACO, ZILLES, 2017), com o caso do “português” ou “língua portuguesa”, termos que nós falantes, alcunhamos de língua comum, e que isto se dá em razão de um construto, isto é, do imaginário social, constituindo neste caso, [a língua] um *ente*, o qual apresenta um intricado plexo ao qual, por sua vez, se inter-relacionam fatores outros, de ordem extralinguísticos como os anteriormente citados, considerados pelo linguista romeno.

Em síntese, para esses linguistas brasileiros, a língua ou o “*idioma comum*” seria, em realidade, um *ente* pois “idealiza um objeto uno”, não existindo peremptoriamente unidade. E apontam que para sustentar a idealização de “língua comum” o imaginário social se vale de uma “rede conceitual”, descartando, deste modo, a heterogeneidade do idioma, preterindo-a pelo “padrão”, sendo, portanto, de cunho ideológico. E salientam que constitui parte dos estudos linguísticos desenredar os fatores de ordem política e cultural que culminam no conceito imaginário de “língua comum”, no intuito de uma melhor apreensão dos fatores do *ente* língua. E assinalam que, para tanto, tal ação compreende um trabalho conjunto, pois tarefa transversal, requerendo pesquisa que envolva pesquisadores de outros campos: historiadores, antropólogos, sociólogos, psicólogos sociais etc.

Janson (2015) igualmente se indaga a respeito de que significado, de fato, se atribui e a que se remete quando se diz: “a língua portuguesa” e “a língua japonesa”. E aponta serem um sistema de comunicação, mas não se restringem só a isso, pois além disso, cada uma delas representa uma face e marca identitária e cultural do grupo que a usa. E aponta ser que tanto as línguas quanto os seus nomes constituem o que designa de “fatos sociais” não sendo unicamente um fato linguístico. E ressalta que:

“As línguas e seus nomes são fatos sociais, e não apenas linguísticos. Sendo assim, são muito importantes para serem abordadas apenas pelos linguistas. Os nomes são de grande importância para as pessoas em geral e, em particular, para líderes políticos” (JANSON, 2015, p.32).

Ainda segundo este linguista, a escolha de uma designação do termo “língua portuguesa”, “língua espanhola” está atrelada ao envolvimento de representantes políticos e culturais da comunidade em que o idioma é falado. Em síntese, o que este estudioso aponta é que as decisões sobre a(s) língua(s) e seu(s) nome(s) são tomadas por aqueles que possuem ou detêm o poder, em um grupo social. Deste modo, o ponto de vista sobre a nomeação do termo língua não se situaria no âmbito linguístico, mas muito mais no político.

Castilho (2003) considera que em razão da pergunta constante de o que seria língua, talvez fosse pertinente que se adotasse o que denomina de “abordagem multissistêmica”, em razão de que tal termo englobaria “a semântica, o discurso e a gramática” (CASTILHO, 2003, p.52). E salienta que a língua está sempre relacionada ao uso e à interação social.

Isso leva à compreensão, com base nos autores citados e referenciados por eles, de que o termo *língua* se apresenta como uma junção de fatores diversos: sociais, históricos, políticos, pois intimamente relacionados à questão da nomeação de um idioma e/ou de sua escolha como língua de uma nação. É o caso do castelhano, a língua de Castela, que com a união deste reino ao de Leão e ao de Aragão, prevaleceu seu idioma, o de Castela, sobre o leonês e o aragonês. Mais tarde, como a criação do Estado-nação, Espanha, o castelhano passa a ser designado como espanhol e língua oficial do Estado espanhol. Nesse caso, o castelhano sempre remonta ao fator histórico, à origem e o espanhol, à formação do estado. Tal escolha, a de espanhol, neste caso, não é de caráter puramente linguístico, mas, igualmente, de um ideário de Estado que, por sua vez, perpassa uma ideologia, situando-se no âmbito político.

Bagno (2019) ao propor a discussão do tema língua, inicia com uma indagação, se, de fato, existiria uma definição precisa do conceito de língua. Com igualdade ao observado por outros linguistas, aqui citados, que ao abordar o conceito do termo língua, fazem alusão aos fatores extralinguísticos para se acercar ao conceito deste termo, ratifica este sociolinguista que língua também está ligada a “[poderosos fatores de tensão política, de sofrimento psicológico, de manipulação ideológica e toda sorte de dinâmica sociocultural” (BAGNO, 2019, p.190).

Nesta linha de pensamento, este sociolinguista informa que o fato de comumente, em falas generalizadas sobre o idioma (as quais designa como crenças), atribuir-se a este o estado e a condição de “[...] sujeito, como se fosse uma entidade dotada de vontade própria e poder de ação [...]” (BAGNO, 2019, p.191). Esclarece não ser o *sujeito* a língua

per se, mas sim os sujeitos, isto é, os falantes ao se interagirem. Isso posto, os sujeitos na interação dialógica, são os que constroem a língua no uso.

Este linguista brasileiro informa compreender a noção do termo língua como sendo uma *hipóstase*, termo que toma emprestado da filosofia, pois este designa exatamente o que vem a ser: “Esta língua construída, língua-sujeito, com alma, desejo e poder de decisão.” (BAGNO, 2019, 191). Dito de outro modo, a noção de língua, se algo concreto, porque cognitivamente perceptível, é, ao mesmo tempo subjetivo, o que parece torná-la um ente. Tal questão remete à noção aqui citada de concepção de língua para Faracco e Zilles (2017) ao considerarem esta como um *ente*.

Ainda sobre o termo hipóstase, Bagno(2019) informa que a “hipóstase perfeita” seria a norma-padrão de um idioma, e sua ortografia seria a hipóstase consumada. Em síntese, a norma-padrão, isto é, a língua oficializada, representa apenas umas das variedades, a variedade idealizada e institucionalizada, o que mostra seu cunho político, não abrangendo, desta forma, a língua, em sua totalidade e a socialmente construída pelo falante, apontando que “[...] a gramática e o dicionário não contêm toda a língua, mas tão somente uma parte muito pequena e pobre do rico universo – [*de*] uma língua.” (BAGNO, 2017, p.197). E ressalta o fato de que a padronização de uma língua revela uma decisão e escolha que se dá por razões políticas e não linguísticas.

E, para exemplificar sua argumentação de a língua como hipóstase, (norma-padrão e a ortografia) toma como amostra o castelhano. E para isso, esse autor faz uso da assertiva do gramático espanhol Nebrija, que em sua *Gramática Castellana*, publicada em 1492, informa do seu propósito, revelando se tratar de uma obra que visa a regulamentar a língua, servindo de uma ordem firme e estável do que antes estava disperso e sem regras. A esse contexto, o sociolinguista aponta tal ilustração, a língua espanhola, como: “hipóstase: a transformação de uma língua ‘solta e fora de regra’ num ‘artifício’, num momento cultural, social, num instrumento de poder político, num objeto concreto” (BAGNO, 2019, p.200). Ressalta ainda que o castelhano se torna o exemplo perfeito do que ele propõe como hipóstase por três razões conhecidas do mundo espanhol, que envolvem fatores sócio-históricos e linguísticos. Em um único ano, 1492, ocorreram: a) a expulsão dos moros do sul da Espanha e, com isso, a unificação do estado espanhol; b) a descoberta da América; e c) a publicação da primeira gramática em língua espanhola. Sobre esses fatores, assevera que: “Não são coincidências: são etapas distintas de uma mesma política, de um mesmo projeto, encabeçado pela Rainha Isabel de Castela” (BAGNO, 2019, p. 200).

Calvet (2002), ao desenvolver o tema ‘variáveis linguísticas e variáveis sociais’, cita ‘os mercados linguísticos’ tratado por Bordieu e da concepção deste sobre língua e história social da língua, informa que: “Sua ideia é que a linguística tende a incorporar à teoria um objeto pré-construído, a língua, esquecendo a história social que a molda. Ora, esse objeto pré-construído corresponde de fato a uma definição oficial, a língua do Estado, fruto de uma unidade política” (CALVET, 2002, p.98).

Bourdieu (1989), em sua obra “O poder simbólico”, concebe a língua como um poder simbólico, isto é, poder, na acepção de capital. Discorre este sociólogo sobre o poder, como este é estabelecido e distribuído, de modo não simétrico, entre os grupos sociais.

Marteletto (2017), ao tratar da questão do conhecimento e de sua relação com o Estado, em que convergem, na concepção bourdieusiana, distintas formas de capital (cultural, econômico e linguístico) sendo instrumentos de poder, por parte do Estado, informa a intrincada relação e “concentrações de recursos”:

Segundo Bourdieu, a gênese do Estado se associa a de um campo social enquanto microcosmo social relativamente autônomo no interior de um mundo social ampliado, “onde se joga um jogo particular, o jogo político legítimo”. Trata-se de um processo ao longo do qual se dá uma série de concentrações de diferentes formas e recursos: concentração da informação (relatórios, estatísticas com base em pesquisas), de capital linguístico (oficialização de uma língua como idioma dominante, de forma que as outras línguas de um território passem a figurar como formas desviantes, inferiores a dominante). (MARTELETO, 2017, p.35 [grifo meu])

Para esse sociólogo, além do capital linguístico, como informado acima, que compreende a língua, sua oficialização e normatização, há o capital cultural, compreendido como os títulos outorgados pelo Estado. Por exemplo, quando alguém obtém um certificado de proficiência em uma língua estrangeira, esta pessoa apresenta capital cultural absorvido. E, neste processo, a escola, centros de idiomas, universidades, propiciam ao cidadão capital cultural.

Todas essas questões que gravitam em torno do eixo língua, esta e o que representa para o Estado-nação, e o “jogo particular” e o “jogo político legítimo” são temas que suscitam interesse no âmbito da(s) política(s) linguística(s), porque entram em discussão diversos fatores. Apreender os seus efeitos sob a ótica do Estado-nação, isto é, como este vê a língua e faz uso dela, num “agir” não necessariamente comunicativo, mas para estabelecer suas bases de poder e ideologia sobre os quais o Estado está assentado. Seus efeitos sob o social apontam para fatores sociais que refletem o linguístico, sendo estes de natureza política, regulados por meio de políticas linguísticas.

E a busca por entender esses fatores que incidem, que se estabelecem por meio da língua(gem), surgem questões outras, advindas de fatores como: língua dominante, oficialização de um idioma, padronização de uma língua em espaços multilíngues, o que desencadeia relações de conflito que se expressam, tanto no discurso falado e escrito e se refletem nos sentidos veiculados por esses discursos.

Para Fiorin (1998) comunicar é agir, e quando alguém comunica algo, um sentido é estabelecido, ao que ele denomina de “fazer informativo”, e este pode: a) tentar persuadir o outro, b) duplicar “elementos da formação discursiva” (FIORIN, 1998, p.74) da ordem dominante, corroborando e fortalecendo-a.

Hanks, (2008) por sua vez, interpreta que falar um idioma compreende um agir no mundo e isso implica que:

Ao se engajarem na prática lingüística [sic], e a despeito de suas intenções ou objetivos, os atores sociais são cúmplices das difusas relações de poder às quais a linguagem está incorporada. A competência para usar a língua padrão emerge de uma forma de capital simbólico, frequentemente apresentado como o valor intrínseco da fala refinada ou apropriada, embora em última instância seja um poder oriundo não da língua, mas das relações de poder. (HANKS, 2008, p.53-54) [grifos meus]

O poder simbólico constitui, na prática, o poder invisível, sendo efetivado com a coparticipação dos que não querem saber que estão sujeitos a esse poder, bem como aqueles que o exercem (Bourdieu, 1998, p.87). Considera como sistemas simbólicos, a arte, a religião e a língua, que as classifica como sendo estruturas estruturantes, *modus operandi*, isto é, o processo.

Compreendidas estas noções, e refletindo sobre a promoção de uma língua como: língua estrangeira, língua internacional, língua global, esta encerra um poder simbólico, e é, por sua vez, um capital cultural a ser expandido. Para isso, o Estado cria agências de fomento para a sua promoção e para a sua efetivação; na prática, esta se dá por meio de planejamento lingüístico e de política lingüística. A sua operacionalização e os efeitos advindos das crenças dos gestores, podem gerar conflitos, no caso de línguas pluricêntricas, como o espanhol e o português, em havendo falta de simetria por parte de países e órgãos gestores do idioma. E isso suscita discussões, revelando filiações teóricas sobre o conceito de língua. Sobre isso, Orlandi (2002, p.99) assinala: “nossa inscrição em uma filiação teórica ou outra já é uma questão de ética e de política lingüística”.

Neste ponto, parece pertinente considerar dois fatores: Primeiro, a língua, por parte das agências do Estado, via academias de língua, órgãos gestores do idioma que

buscam a sua manutenção, a língua é vista sob um olhar estruturalista. Segundo, cabe aos auxiliares e colaboradores, isto é, sujeitos/professores que atuam em universidades, trazer para o campo das discussões, no campo de formação de professores, seja de língua materna, seja de língua estrangeira, uma reflexão sobre a língua ou idioma¹³ que ultrapasse o conceito estrutural da língua e abarque outras formas de expressão, isto é de linguagens. Para isso são pertinentes, quando se trata de discussões no campo da Linguística e educação, os estudos da Linguística Aplicada Crítica Pennycook, (2001) em que se concebe a língua sob o olhar pós-moderno e pós-estruturalista, esta compreendida como um fator político, e que a ela se agregam outros fatores, além do político, o conhecimento, a política da língua, o texto, a pedagogia e a diferença (URZÊDA FREITAS e PESSOA, 2012) que será retomado ao longo do texto.

Em suma, por parte do Estado, a visão de língua e de idioma se fundem, pois não são pensadas sobre a ótica da língua, suas variedades e das diferentes formas e ou manifestações da língua. Embora fosse pertinente tratar desse tema, não é possível no recorte desta pesquisa, ampliar para a análise dessas outras manifestações de língua(gem), uma vez que, sob a ótica da política linguística, como se verá no capítulo um, os autores apontam a língua vista sobre a ótica do Estado. Daí, infiro que a visão de língua além das estruturas – e como linguagem – irá ser abordada não pelos gestores do idioma,(política linguística e planejamento linguístico), mas por aqueles que se envolvem no processo de reflexão sobre a língua, além de poder simbólico, Bourdieu (1989) e de símbolo para o Estado, mas voltados para a língua em sua concepção social e de uso.

1.1 Espanhol: língua comum, global e internacional

Assim como foi colocada a problematização por parte de alguns linguistas, na apresentação do termo língua, isto é, que ideia encerra, sua concepção e seu uso etc. Esta

¹³ O uso termo idioma será usado como idioma ao longo do texto, como correspondentes. Para isso, pauto-me no conceito adotado por Cuq e Grucca (2005/2012) que em sua busca por um conceito de língua apontam haver dois, um linguístico e outro social. [...] la tradition linguistique du XX^e siècle établit deux aspects du concept de langue, un aspect abstrait et systématique, et un aspect social. [...] Le premier aspect justifie les investigations de la linguistique générale et de la grammaire des langues particulières. Pour cet aspect de la langue, nous utiliserons le mot d'*idiome*, que C. Marchello-Nizia et J. Picoche proposent pour leur part comme synonyme désambiguïsé de la langue. (2012, p. 78). [...] a tradição linguística do século XX estabelece dois aspectos do conceito de língua: um aspecto abstrato e sistemático e um aspecto social.[...] Para esse aspecto da língua, [estruturalista] usaremos a palavra idioma que C.Marchello-Nizia e J. Picoche propõem, por sua vez, como sinônimo de língua não ambígua. (2012, p.78)

mesma discussão vem à tona quando se trata de *função de língua*, em que aparecem os termos: língua comum, língua global e língua internacional.

Calvet (2007) retoma o proposto por Ferguson para esclarecer a questão da nomeação ou outras designações das adjetivações referidas à língua. Assim, referencia:

E o texto de Ferguson dedicado a este problema é muito claro. Desde sua primeira fase, o autor definia seu objetivo: comparar diferentes situações. Em seguida, ele propunha a distinção entre três *categorias de línguas* (*major languages*, *minor languages* e *languages of special status*) cinco *tipos de línguas* (vernáculo, padrão, clássica, pidgin, crioula) e sete *funções* (gregária, oficial, veicular, língua de ensino, religião, língua internacional, língua objeto de ensino) (CALVET, 2007, p.40).

Dessarte, a classificação de língua compreende *categorias, tipos e funções*. Com base na concepção de Ferguson, a língua espanhola, quanto à “categoria”, é *major language* e quanto ao “tipo” é vernáculo e padrão e quanto à função é “oficial”, “língua de ensino” e “língua internacional”, mas cabe ressaltar que é preciso saber o contexto, ou seja, o lugar em que é falada, o(s) país(es), para poder aplicar as categorias.

O exemplo usado por Ferguson para ilustrar a categorização por ele apresentada, referenciado por Calvet (2007) foi o caso do Paraguai. O pesquisador considerou que este país possui três línguas e, ao aplicar sua taxonomia, concluiu que quanto a *categorias de línguas*, o espanhol e o guarani são duas línguas majoritárias; quanto a *tipos de línguas*, o guarani é língua vernáculo e o espanhol, língua padrão; e quanto à *função das línguas*, o espanhol é oficial e língua de ensino, o guarani é língua gregária e o latim é língua da religião.

No entanto, atualmente, cabe ressaltar que o guarani se tornou língua oficial do Paraguai, reconhecida na Constituição de 1992, mas suas políticas e planejamento para sua efetivação só se deram a partir de 2010. Esse país, na atualidade, ensina espanhol e guarani nas escolas e é um dever do Estado garantir ao cidadão paraguaio a aprendizagem conjuntamente do guarani e do espanhol até o ensino médio.

O objetivo deste item não será o de verticalizar na classificação proposta por Ferguson, mas objetiva esclarecer alguns termos que no estudo do espanhol e de sua(s) política(s) linguística(s) e no decorrer desta pesquisa, irão surgir com relação ao espanhol, a saber, os seguintes termos: língua comum, língua internacional e língua global. Cabe ressaltar que os três termos se referem somente à *função de língua*. Desse modo, parece pertinente apresentar, ainda que de modo breve, algumas definições desses termos.

Língua comum, como o termo sugere, se refere à língua que os falantes de uma comunidade multilíngue teriam para se comunicar entre si, garantindo assim a

comunicação dos cidadãos, uma vez que nem todos falam as mesmas línguas. Por sua vez, esta, a *major language*, a língua comum, representa para o Estado um elo coletivo e corresponderia ou garantiria, grosso modo, a unidade nacional.

López García¹⁴ (2007) aborda que o termo língua comum não causa discussão no caso de línguas que não convivem em espaços plurilíngues (Estado-nação). No entanto a afirmação deste linguista parece apresentar uma contradição, como no exemplo apontado por Calvet (2007, p. 126): “A Suíça constitui um exemplo que contradiz a concepção romântica de Estado-nação que faz da língua comum (quando não da raça comum) tanto o símbolo como a garantia da unidade nacional”.

Marcos Marín (2006), ao discorrer sobre mitos e ritos em os desafios do espanhol, anuncia:

En el caso de la lengua española, algunos de los mitos que afectan a los hispanos como usuarios de Internet se centran en los “trescientos (ya cuatrocientos) millones” o de la enorme extensión demográfica del español, que lo convierte en una lengua internacional sólo por eso, el mito del “español, reconquistador de los Estados Unidos” o del peso del español en ese país, que lo consolida económicamente y lo coloca a la cabeza del mundo, el mito del “mercado natural”, que consiste en que por el hecho de hablar español se va a comprar a empresas productoras radicadas en los países hispanohablantes y, especialmente, en España, y el mito de “Internet, panacea universal barata”, que indica que, para cualquier problema que pueda existir en la gestión de la lengua española, la red de redes informáticas ofrecerá una solución asequible. El inventario es más amplio, pero con estos es suficiente por ahora. (MARCOS MARÍN, 2006, posição Kindle 1077-1089)¹⁵ [grifos meus].

Moreno Fernández e Ramallo (2013), a respeito do termo *língua comum*, informam:

En la actualidad, su vigencia está consolidada, debido a que se ha convertido en un pilar esencial en el discurso de las principales agencias diseñadas para divulgar y potenciar un español *global*, sin fronteras, particularmente la Real Academia Española, el Instituto Cervantes, La Casa Real y la Asociación de

¹⁴ Este sobrenome irá aparecer diversas vezes, mas não se refere a um só autor, mas a quatro (dois autores e de duas autoras). O modo de diferenciá-los é por ano de publicação, 2007, 2009 e duas de autores diferentes de 2015.

¹⁵ No caso do idioma espanhol, alguns dos mitos que afetam os hispânicos como usuários da Internet se concentram nos “trezentos (quatrocentos) milhões”) ou na enorme extensão demográfica do espanhol, que o torna apenas um idioma internacional por essa razão, o mito dos “espanhóis, reconquistadores dos Estados Unidos” ou do peso dos espanhóis naquele país, que o consolida economicamente e o coloca à frente do mundo, o mito do “mercado natural”, que consiste nesse O fato de falar espanhol será comprado de empresas produtoras baseadas nos países de língua espanhola e, principalmente, na Espanha, e o mito da “Internet, panacéia universal barata”, o que indica que, para qualquer problema que possa existir na gestão de A língua espanhola, a rede de redes de computadores, oferecerá uma solução acessível. O inventário é mais amplo, mas com estes é suficiente por enquanto. [tradução minha].

Academias de la Lengua Española. (MORENO FERNÁNDEZ e RAMALLO, p.38)¹⁶

O informado reitera que o termo “comum” é usado porque pensado em *função da língua*, implicando fatores relacionados à política linguística, uma vez que compreende órgãos gestores envolvidos na promoção do idioma. Sobre o termo *língua comum*, sua problematização será abordada nesta pesquisa, ao se tratar o tema ‘língua, nação e ideologia’, em que se tomarão as considerações de Moreno Cabrera (2010) ao tratar desta questão, na Espanha multilíngue.

Em razão da expansão comercial e econômica dos países de língua inglesa, surgiu o termo *língua universal*, do século XVIII até a metade do século XX. Depois, outro termo veio substituir esse, sendo denominado *língua global*. Crystal (1997), em seu livro *English as Global Language*, (1997) e reeditado, em 2003, propôs a discussão do conceito de *língua global*. Em sua obra, esse linguista considerou que por *língua global* há que se considerar alguns critérios, tais como: ser uma língua natural, ser adotada como língua oficial por algumas nações, ter ampla divulgação internacional, ser reconhecida por muitos países e isso prescinde de planejamento para que ela ascenda a esta função. Segundo este linguista, para ser considerada como *língua global*, esta deverá ser usada como língua oficial de instâncias de poder do governo, na mídia e na educação. Ele considera que nestes casos, o termo *língua global* poderia, igualmente, ser designado como segunda língua.

Em razão disso, Marcos Marín (2006), ao fazer alusão ao inglês, se refere a este como sendo *língua global* e, no caso da língua espanhola, com base no quantitativo, isto é, a partir da quantidade de i) falantes e ii) países falantes do espanhol, *declara* ser o espanhol *língua internacional*. Em síntese, em linhas gerais, o que pauta o pensamento de Crystal e a designação do termo *língua global* seria o processo de globalização; por sua vez, Marcos Marín (2006) pensa na internacionalização, propondo, desse modo, o termo *língua internacional*.

Sobre língua internacional e língua global, o linguista Moreno Fernández (2016), em sua fala no *Congreso de Puerto Rico*, apresentou algumas importantes reflexões ao problematizar esta questão. Ele começa seu texto, fazendo alusão – e informa prestar

¹⁶ Atualmente, sua validade é consolidada, porque se tornou um pilar essencial no discurso das principais agências destinadas a disseminar e promover um espanhol global, sem fronteiras, particularmente a Real Academia Espanhola, o Instituto Cervantes, a Casa Real e a Associação de Academias da Língua Espanhola [tradução minha].

homenagem – ao escritor Umberto Eco e à sua publicação *A busca de uma língua perfeita*, 1993, em que este havia procurado entender o que haveria estimulado os europeus a buscar por uma língua única e universal e ressalta que para esse escritor, a real língua da Europa, em síntese, seria a tradução. Esse linguista aponta que esta seria a real língua global.

Ao problematizar sobre “língua global” propõe uma relação desta com o inglês e espanhol. Para isso, faz referência à noção de língua global, abordada pelo linguista irlandês, Crystal, (1997). Assevera que uma língua internacional não é similar à língua global, uma vez que esta, em sua categorização, deve considerar os fatores que estão implicados no processo de globalização. Estabelece critérios da globalização e os relaciona à língua, refutando o termo língua global por não atender a alguns critérios. Ressalta que em publicações sobre a língua espanhola, inclusive de agência de fomento da língua, foi feito o uso do termo língua global, outro autor usou língua, e esse linguista usou o termo língua internacional. E enfatiza que “*Más allá de las definiciones que se den para cada uno de estos marbetes, lo cierto es que la lengua española, en lo que a su conocimiento, uso, estudio y prestigio se refiere, ofrece argumentos sólidos para recibirlos*” (MORENO FERNÁNDEZ, 2016, p.6)¹⁷.

Nega a existência de língua global com base na ciência, tomando outros campos do conhecimento, e assinala que quanto à tão almejada globalidade, esta não se situa inteiramente no campo político, salvo em determinados procedimentos de alcance internacional, dado que a política compreende o ‘gerenciamento de línguas locais’, inclusive, mas não necessariamente de uma língua estrangeira, por mais que se considere uma língua global. Conclui em sua argumentação que o espanhol não pode ser considerada uma língua global, entre os vários argumentos expõe sua situação na Ásia, onde não tem grande alcance, como no continente americano. Em face disso, propõe que o espanhol como uma língua nodal, segundo ele para “servir de conexão com “*nudos*” (nós)” (MORENO FERNÁNDEZ, 2016, p.7). Informa que uma língua nodal representaria um ponto de encontro para a efetivação de atividades, as quais reuniriam falantes de línguas diferenciadas.

Isso posto, a afirmação de Moreno Fernández (2016) parece incoerente, pois ele nega o espanhol como língua global, mas, anteriormente, cita publicações, em espanhol,

¹⁷ Além das definições dadas para cada uma dessas etiquetas, a verdade é que o idioma espanhol, no que diz respeito a seu conhecimento, uso, estudo e prestígio, apresenta argumentos sólidos para recebê-las. “(MORENO FERNÁNDEZ, p. 6) [tradução minha]

que se referem a esta como *língua global* e defende que o termo pode ser aplicado à língua espanhola, pelas razões de “uso”, “estudo” e de “prestígio”, no que se refere à sua função.

Apresenta o termo língua nodal ou língua de conexão, e considera que estes termos se ajustam perfeitamente ao espanhol, enumerando as razões: a) ser uma língua nodal das mais importantes do mundo, b) seu crescimento e por ser de grande potencial para o turismo, comércio, cultura, tecnologia e relações internacionais. Ressalta que, em razão do multilinguismo, está sendo exigido do sujeito o domínio de no mínimo de duas a três línguas estrangeiras, e que o espanhol e o inglês entram neste processo e atenderiam aos usuários. Cita o termo “globalização panlingual” que, segundo seu autor, Jonathan Pool (2010), faz referência à engenharia linguística, pois esta possibilita fazer o uso de línguas diferentes e de se manter uma compreensão recíproca, ilustrando com um dado real, o Skype.

Reclama o lugar da língua espanhola, neste espaço tecnológico, ao apontar que:

Y este es un motivo más por el que la lengua española debe ser habilitada para todas las innovaciones tecnológicas que se vayan produciendo, haciendo posible que, por ejemplo, todos los protocolos, aplicaciones y recursos técnicos desplegados para la comunicación automatizada, la transmisión de información y las redes sociales acepten las peculiaridades formales del español”¹⁸ (Francisco Moreno, 2010, p.8).

E diante deste cenário tecnológico, ao retomar o que Umberto Eco dissera que a “língua da Europa seria a tradução”, afirma que esta poderia, sim, ser considerada uma língua global. Ressalta que a língua inglesa é usada como “*lengua de la globalización – no como lengua global*” – (língua da globalização, não como uma língua global), porque, segundo este linguista, língua global encerraria a ideia de língua universal, una e sublime. Por isso a refuta, e defende o espanhol como língua nodal ou língua auxiliar, porque em sua concepção, tais termos compreenderiam o inglês e o espanhol, evitando, assim, o uso particular de uma só língua. Reconhece o lugar do inglês como língua amplamente usada na pesquisa de tecnologia de ponta, mas informa que há outros espaços de comunicação que permitem o uso de outras línguas, como o espanhol, e cita estes como sendo: a) formação, b) pesquisa regional e c) divulgação científica. E enfatiza que: “(...) *apuntamos*

¹⁸ E esse é mais um motivo pelo qual o idioma espanhol deve ser habilitado para todas as inovações tecnológicas produzidas, possibilitando, por exemplo, todos os protocolos, aplicativos e recursos técnicos implantados para comunicação automatizada, transmissão de informações e redes sociais aceitam as peculiaridades formais do espanhol. [tradução minha]

*a un necesario multilingüismo, entre cuyas posibles combinaciones, la de inglés y español se antoja de las más provechosas*¹⁹ (MORENO FERNÁNDEZ, 2016, p.9).

E conclui apontando que: “[...] *el futuro de inglés y del español podría estar en su mantenimiento como lenguas nodales o auxiliares internacionales en cuantos ámbitos se las requiera, pero lejos de una globalidad exclusivista que se antoja utópica*” (MORENO FERNÁNDEZ, 2016, p.10).

Cabe ressaltar que esta é uma proposta, uma reflexão de um renomado linguista espanhol, que questiona o uso de língua global e nega a globalidade e reclama o lugar do espanhol no espaço mundial como língua nodal ou língua auxiliar. Mesmo assim, o uso de um termo ou outro se refere à *função de língua*, como foi assinalado antes. No entanto, para esta pesquisa, não fiz escolha entre os termos língua comum, língua global, língua internacional. As uso com base nos documentos que as referencia deste modo e também não houve escolha porque a pesquisa não consiste em especificamente analisar esses termos *per se*, mas dos efeitos da(s) política(s) linguística(s) do espanhol.

O contradiscurso ou contra-argumento não só à noção, mas também aos efeitos de uma língua global, internacional, é a proposta de padronização da língua que entra em conflito com o multilinguismo, pois este contempla e reclama o lugar de “[...] a diversidade linguística, ou (linguodiversidade) [sic], num sentido diametralmente oposto ao do rolo compressor padronizador da globalização” (COUTO, 2009, p.22). Como aponta este linguista, neste conceito da diversidade linguística, o poder de uma língua não está ligado aos fatores: a) número de falantes de uma língua e b) o seu poder socioeconômico (COUTO, 2009, p.22).

Neste caso, essa observação aponta para a questão de línguas minoritárias que correm o risco de extinção e/ou não são valorizadas pelo poder público e, outrossim, se aplica aos casos de defesa de línguas hegemônicas e sua padronização por um gestor único, que se dá por meio do planejamento de *corpus* (dicionários, gramáticas, manuais para o “escrever bem” etc.), ainda mais considerados os casos do espanhol, com tantos países e tantas variedades. O mesmo caso se aplicaria ao português.

Diante deste panorama, a defesa por uma língua comum permeará o discurso do Estado, e as de língua global e línguas estrangeiras, por parte de gestores do Estado para a promoção da língua como “sujeito”, como algo “uno” e indivisível, e sua efetivação que se dá por meio de políticas linguísticas.

¹⁹ [...] visamos a uma necessidade o multilinguismo, entre cujas combinações possíveis, o inglês e o espanhol parece ser um dos mais lucrativos. [tradução minha]

1.2 Política(s) linguística(s) e Planejamento linguístico

Arroladas as questões em torno à língua, anteriormente abordadas, o intuito agora é voltar-se ao termo política linguística, seu(s) conceito(s) e seu(s) campo(s) de aplicação.

Na obra *A forma sólida da linguagem* que trata sobre a escrita, o autor, ao apontar o que é o uso da linguagem no processo da escrita, que por sua vez implica o ato de leitura, faz a seguinte ilustração, que reproduzo a seguir:

Pingue uma gota em um oceano de significados e note que ondas concêntricas se formam. Definir uma palavra isoladamente significa tentar agarrar essas ondas; ninguém tem mãos tão ágeis. Agora, lance duas ou três palavras de uma única vez. Padrões de interferência se formam, reforçando um ao outro aqui, e cancelando-se mutuamente acolá. **Alcançar o significado das palavras não é agarrar as ondas** por elas originadas, **mas sim perceber as interações entre essas ondulações**. (BRINGHURST, 2006, p.9) [grifos meus]

Tomo este exemplo, uma vez que alcançar o significado do termo política(s) linguística(s) constitui uma busca por entender as ondulações criadas nas propostas destas e em seus desdobramentos que compreendem diversos fatores relacionados, além do social, histórico, político, outros fatores que acompanham as políticas linguísticas, a ideologia e o poder. No entanto, resalto que para os fins propostos nesta pesquisa, vou me ater tão somente à ideologia.

Calvet (2002, p.11) ao abordar o tema da gênese das políticas linguísticas, resalta que não é fator da contemporaneidade a ingerência de instâncias do poder, por meio de indivíduos, seja com o objetivo de determinar normas sobre o “uso correto” da língua, seja legislar, determinando, assim, questões no que se refere à língua. E nesta ação, o poder político acaba por priorizar, isto é, privilegiar um determinado idioma, e tal ação se reflete na escolha por parte do Estado/Nação na seleção e uso do idioma de uma maioria, em detrimento de outras línguas. Exemplo disso, além dos Estados, ocorre nos tratados e acordos entre países e na formação de blocos de países, no caso do Mercado Comum do Sul, Mercosul, criado em 1991, e que, à época, teve os seguintes países signatários do Tratado de Assunção, em 1991, com os seguintes países, membros fundadores: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Estes países, ao assinarem seus acordos, a escolha como línguas oficiais do Mercosul foram o português e o espanhol, línguas hegemônicas dos referidos países. E, posteriormente, em 2006, o Conselho do Mercado Comum, decidiu pela incorporação do

guarani também como idioma do Mercosul.²⁰ Este, falado por mais de 90% da população do Paraguai. Sabe-se que há dezenove línguas indígenas no Paraguai, e o guarani passou a ser, igualmente, língua oficial do país na Constituição, (1992).²¹ Em 2010, a *Ley de Lenguas*²² (2011)²³, reconheceu o guarani como língua cultural da nação paraguaia e apresentou as diretrizes para a operacionalização da decisão constitucional. Deste modo, esta lei prevê:

“**Art. 3º.-De las lenguas oficiales.** Las lenguas oficiales de la República tendrán vigencia y uso en los tres Poderes del Estado y en todas las instituciones públicas. El idioma guaraní deberá ser objeto de especial atención por parte del Estado, como signo de la identidad cultural de la nación, instrumento de cohesión nacional y medio de comunicación de la mayoría de la población paraguaya.²⁴”

Isso representa que o guarani, como idioma, no espaço do Mercosul passou a ter o mesmo nível que o português e o espanhol, o que representa para os falantes de guarani, no Paraguai, reconhecimento, valorização de seu idioma, o que fortalece o sentimento de pertencimento. A esse respeito, Johnson (1997) informa que para “[...] Ferdinand Tönnies, a ideia de comunidade inclui um sentimento muito forte de pertencimento e compromisso mútuo baseado em uma cultura homogênea, experiência em comum e acentuada interdependência”.

No entanto, o questionamento quando se trata de políticas linguísticas, a pergunta recorrente que emerge é: quem escolhe(ria) que idioma, pois tal escolha obedece a quais critérios, uma vez que vivemos em espaços multilíngues. Tais ações despertam o olhar do pesquisador para tal questão de abrangência e consideração para abordagens de língua, sociedade e política. Em síntese, as decisões de escolha de uma língua em detrimento da outra, passa pelo viés político e não linguístico. A estes cabe o papel de observadores e estudiosos, aos políticos, o de legisladores de decisões sobre o Estado que implicam também as de ordem linguística.

²⁰ MERCOSUL/CMC/DEC. 35/06, 2006, 15/XII/2006. Disponível em:

http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/oldAssets/uploads/DEC_035-2006_PT_Idioma%20Guarani.pdf

²¹ “El Paraguay es un país pluricultural y bilingüe. Son idiomas oficiales el castellano y el guaraní. La ley establecerá las modalidades de utilización de uno y otro. Las lenguas indígenas, así como las de otras minorías, forman parte del patrimonio cultural de la Nación.” (Artículo 140 - DE LOS IDIOMAS).” Disponível em: <http://www.jme.gov.py/transito/leyes/cn1992.html>

²² Disponível em: < <http://www.cultura.gov.py/marcolegal/ley-de-lenguas-n%C2%BA-4251/> >

²³ 2011 é o ano de publicação do documento, tal como informado no texto disponibilizado (citação 14, acima) mas o reconhecimento do guarani como bem cultural do país pela *Ley de Lenguas* é de 2010.

²⁴ “Art. 3º.-Das línguas oficiais. As línguas oficiais da República terão validade e uso na esfera dos três poderes do Estado e em todas as instituições públicas. A língua guarani deve receber atenção especial do Estado, como sinal da identidade cultural da nação, instrumento de coesão nacional e meio de comunicação para a maioria da população paraguaia. [tradução minha]

Isso remete à discussão sobre A arqueologia da política em que Lima, (2016), ao discorrer sobre os pastores e os guardiões, retoma os conceitos de “pastores” e de “guardiões” na República de Platão, em que o guardião é a figura criada e pensada para guardar a cidade. “Começa, deste modo, a mais conhecida recriação literária de uma comunidade política com o fim de estabelecer o modo justo de exercício o poder entre os homens” (LIMA, 2016, p. 3-4).

Desse modo, é pensado, além dos guardiões e os outros cidadãos, para a governança da *pólis*, a cidade, os governantes, sendo que estes compreendem uma parte dos guardiões. Dessarte, cabe aos guardiões desempenhar uma ação política voltada para a cidade e o seu cuidado. Em síntese, o guardião, no caso, o governador da cidade, é a figura política que deve zelar e proteger a cidade. Antigamente, na Grécia, havia o modelo de cidades independentes, designadas de cidades-estados, tendo governo próprio e autonomia. No nosso modelo ocidental, temos países e dentro dos países, estados e municípios. Aplicado o termo guardiões à nossa realidade, ao nosso modelo político da estruturação do território (*pólis*), atualmente, guardiões seriam os que ocupam instâncias de poder, como por exemplo, presidentes, senadores, governadores de estados, deputados e outros.

Podem parecer que fiz uma digressão e entrei no termo “guardiões”, fugindo em si do tema em discussão, políticas linguísticas. No entanto, não. O objetivo aqui é o de fazer uma relação, assim como na figura do “guardião” para governar a cidade, na concepção platônica em A República, os representantes políticos que buscam salvaguardar as nossas repúblicas, os guardiões, neste caso, seriam os gestores, podendo, neste caso, ser pessoas ou órgãos administrativos. No Mercosul, os governantes optaram, com seus assessores políticos, na escolha das línguas hegemônicas desta região. Para tal efetivação, foi assinado o tratado de Assunção, que decidiu as línguas do Mercado do Sul, em: “ARTIGO 17 Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião”²⁵.

Neste caso, os gestores consideraram as línguas hegemônicas dos países que compõem o Mercosul, isto é, as línguas oficiais e não todas as línguas que compõem os países signatários do Mercosul, como, a título de exemplo, todas as línguas indígenas. Neste caso, isso reflete uma tomada de decisão de agentes, sujeitos que decidem a partir

²⁵ Disponível em:

http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao.pdf

de decisões tomadas por outros que incidem sobre os idiomas e as suas escolhas em que não participa a maioria, mas tais decisões estão restritas a um grupo menor.

Comumente, quando se abordam questões sobre questões políticas que envolvem a(s) tomada(s) de decisões sobre uma língua e seus desdobramentos, o olhar se volta para se apreender os vetores que incidem nas políticas linguísticas cujo cunho político perpassa um ideário linguístico externado, isto é, construído por um Estado-nação, como o caso da hispanofonia, lusofonia etc. Isso também se refere às questões ligadas ao fomento, ao seu planejamento da aquisição, que se efetiva no ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, seu intuito de expandi-la, por parte das agências promotoras da língua, fortalecendo-a como língua veicular, isto é, língua internacional, e consolidando-a como língua de prestígio, isto é, reiterando seu *status quo*. Tudo isso compreendido como um ideário de língua que busca propalar a língua/cultura estrangeiras

Conjuntamente à promoção da língua está a da cultura, precipuamente, no caso de uma língua estrangeira, uma vez que a língua é o vetor, a mola propulsora de uma proposta de política linguística, de difusão do idioma, sendo este o elemento ou elo de comunicação, grosso modo, a porta de entrada que subjaz ao discurso em defesa da cultura, como se cultura e língua estivessem dissociadas.

A vitalidade da proposta, por outro lado, leva ao *establishment* do grupo proponente, reforçando assim seu ideário linguístico. Tal proposição representa uma proposta construída ideologicamente. Tal viés ideológico se dá por meio da língua e da cultura, e das artes produzidas nesta cultura. Tudo isso ao se concretizar abarca a existência de um planejamento linguístico (ideário) e de uma política linguística (posta em ação). Esta, por sua vez, irá desembocar em políticas públicas dos estados-nações que recebem e/ou aceitam (acolhem) a proposição (projeto) do país proponente da língua estrangeira. Quando o Estado receptor acolhe a proposta, esta é colocada em prática por meio de suas políticas públicas, ou seja, políticas educativas, e estas envolvem outras ações, a saber: editais, a divulgação ou produção de materiais didáticos, formação de professores etc. Neste caso, já se entende que a respeito da promoção da língua estrangeira, já houve um planejamento linguístico (uma proposta), e a política linguística (sua execução) será feita por gestores do país receptor com o apoio de gestores do país proponente, via órgãos designados para este propósito.

Isso posto, cabe pensar a questão das políticas linguísticas e de alguns de seus pressupostos. Os pressupostos teóricos que têm imantado os estudos linguísticos no que se refere aos estudos da língua e suas relações com o espaço social e político, são a

Sociolinguística e a Sociolinguística Crítica, mas também sua análise perpassa o campo da Linguística, e especialmente, a Linguística Aplicada quando se trata de planejamento de aquisição de uma língua estrangeira. Atualmente, este tema, a(s) política(s) linguísticas têm despertado um grande interesse por parte de pesquisadores.

Silva (2013)²⁶, ao comentar as bases epistemológicas do termo políticas linguísticas e planejamento linguístico, apresenta uma observação que elucida a questão desses termos, ressaltando que, no Brasil, o termo ‘política linguística’ é de uso mais frequente e abarca em seu uso o conceito de política linguística e de planejamento linguístico. Eis a reprodução *ipsis litteris* de seu apontamento:

A Política Linguística (*Language Policy*) é um campo de investigação relativamente recente em comparação com outras áreas dos Estudos da Linguagem. Consequentemente, não há um consenso em relação à terminologia específica da área². Enquanto alguns autores utilizam as expressões “Planejamento Linguístico” (*Language Planning*) e “Política Linguística” (*Language Policy*) de forma distinta, outros preferem utilizá-las conjuntamente na expressão “Planejamento e Política Linguística” (*Language Planning and Policy*). Há, ainda, pesquisadores que optam pelos termos “Engenharia Linguística” (*Language Engineering*) e/ou “Tratamento Linguístico” (*Language Treatment*) (CRYSTAL, 1992, p. 310-311). Na literatura brasileira sobre o tema, embora também se observe certa inconstância terminológica, é mais frequente a utilização da expressão “política linguística” para designar o processo em sua totalidade, isto é, a política e o planejamento linguísticos (Cf, por exemplo, MAHER, 2008, 2010). [SILVA, 2013, p. 3]

Calvet, (2007) se refere às políticas linguísticas como uma disciplina. Ricento (2006) informa ser esta disciplina um “campo interdisciplinar” que se originou como um ramo da sociolinguística. Mas ressalta que apesar de ser um campo interdisciplinar: “Durante as décadas de 1950 e 1960, linguistas treinados no Ocidente foram contratados por muitas das novas nações da África, América do Sul e Ásia para desenvolver gramáticas, sistemas de escrita e dicionários para línguas indígenas.(RICENTO, 2006, p.13)²⁷

Severo (2013)²⁸, ao discorrer sobre o tema Política(s) Linguística(s), questões de Poder e a dimensão desta ação, notifica a gênese da Política Linguística:

²⁶ SILVA, Elias Ribeiro da. A Pesquisa em Política Linguística: Histórico, Desenvolvimento e Pressupostos Epistemológicos. (2013). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a07v52n2.pdf>> Último acesso: 18/mar/2019

²⁷ Although LP is an interdisciplinary field, it came into its own as a branch of sociolinguistics. During the 1950s and 1960s, Western-trained linguists were engaged by many of the new nations of Africa, South America, and Asia to develop grammars, writing systems, and dictionaries for indigenous languages.

²⁸ SEVERO, C.G. Política(s) Linguística(s) e Questões de Poder. Alfa, São Paulo, v. 57(2), p. 451-473, 2013.

O “nascimento” da Política Linguística como campo científico disciplinar (EUA e Europa) se deu concomitante à emergência da Sociolinguística, ambas tendo como marco um evento organizado por William Bright na Universidade da Califórnia, em 1964, onde estiveram presentes nomes vinculados tanto à Política Linguística como à Sociolinguística, entre os quais Haugen, Labov, Gumperz, Hymes e Ferguson. Em 1968, coroando a consolidação do campo, houve a publicação do trabalho *Language problems of developing nations*, assinado por Fishman, Ferguson e Dasgupta (1968), Calvet (2007), Bianca (2004); Manley (2008). (SEVERO 2013, p.452)

Ao se analisarem políticas que envolvem o idioma, compreende-se uma moeda de duas faces: a) política linguística (*language policy*) e b) planejamento linguístico (*language planning*). De acordo com Severo, o termo acunhado Planejamento Linguístico veio a lume, em 1961, no artigo *Language Planning in modern Norway*, de Einer Haugen em que ele abordou, na fase da independência da Noruega, o caso da língua norueguesa, em que: “O autor [Haugen] procurava mostrar nesse trabalho a intervenção normativa do Estado (através de regras ortográficas, por exemplo) para construir uma identidade nacional após séculos de dominação dinamarquesa” (CALVET, 2003, p. 12).

Ao abordar o *nascimento e a aplicação de política linguística* e fazer um percurso histórico do termo e dos envolvidos no processo, Calvet (2007) assinala que:

Em todos os casos e em todas as definições, as relações entre política linguística e planejamento linguístico são relações de subordinação: assim, para Fishman, o planejamento é a aplicação de uma política linguística, e as definições posteriores, em sua variedade, não ficarão muito longe dessa visão. (CALVET, 2007, p.3)

Sobre os termos política linguística e planejamento linguístico Calvet (2002) assim apresenta uma concepção/síntese dos termos: “Chamaremos de política linguística um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vidas social e planejamento linguístico, a implementação concreta de uma política linguística, de certo modo, a passagem ao ato” (CALVET, 2002, p.133).

Calvet (2007), ao tratar do binômio ‘política linguística’ e ‘planejamento linguístico’, comenta serem termos indissociáveis, uma vez que um pressupõe o outro. Dito de outra forma, a aplicação de uma proposta ou ideário linguístico comporta sua efetivação por meio de uma política linguística (ação) e esta, por sua vez, só é possível ser executada porque, por seu turno, pressupõe um planejamento linguístico previamente concebido ou a ser concebido.

Moreno Fernández (1991, p. 251-268.), ao discorrer sobre *Planificación lingüística y dialectología*²⁹ com base no proposto por Haugen, informa que se entende *planejamento linguístico* como sendo: “A atividade de preparar um dicionário, ortografia e gramática normativos para guiar escritores e falantes de uma comunidade de fala não homogênea”³⁰. À época, a Noruega buscava uma *língua comum*. Os estados-nações, em geral, especialmente os com comunidades multilíngues, “precisa(ria)m” ter uma “língua comum”. Pode-se relacionar isto com o proposto por Nebrija (1492), no prólogo de sua *Gramática Castellana*, quando trata da finalidade da sua obra e comenta das leis que o “vencedor” põe ao “vencido” e, entre elas, inclui a língua. Este já apresentara no século XV uma proposta de planejamento linguístico que, por sua vez, iria se desdobrar em uma política linguística de Estado do Império Espanhol ao trazer sua língua aos ‘vencidos’ da América Espanhola e esta iria prevalecer sobre as demais línguas locais.

Sobre os objetivos definidos do planejamento linguístico, Moreno Fernandez enumera:

Los fines concretos de la planificación son muy variados: conservar la pureza de una lengua, regular usos variables, favorecer la mezcla de variedades; en general, aumentar o restringir los recursos lingüísticos. Pero, al lado de estas metas, hay otras que tienen que ver con la función que la lengua desempeña dentro de una comunidad: favorecer el aumento o la disminución del número de hablantes; prestigiar o desprestigiar determinadas variedades lingüísticas, crear códigos con fines específicos. Los objetivos citados en primer lugar tienen más que ver con la lengua y la lingüística; los siguientes, con la sociedad y la sociología. Unos y otros invocarían el concurso de la política lingüística.³¹ (MORENO FERNÁNDEZ, 1991, p.2)

Planejamento linguístico compreende questões linguísticas e sociais e pressupõe práticas que envolvem execução, uma ação, uma decisão de caráter político do idioma, isto é, de política linguística.

Pensando no conceito da *polis* para Aristóteles e desta no conceito de ciência política, o Estado tem em seu *modus operandi* decisões políticas, que se refletem mormente sobre o idioma. Deste modo, todas as decisões pensadas e tomadas a respeito

²⁹ MORENO FERNÁNDEZ, F. *Planificación lingüística y dialectología. Lingüística española actual*. V. 13, Nº2, p. 251-268. 1991.

³⁰ “La actividad de preparar un diccionario, ortografía y gramática normativos para guiar a escritores y hablantes de una comunidad de habla no homogênea”. [tradução minha].

³¹ “Os propósitos específicos do planejamento são muito variados: preservar a pureza de uma língua, regular usos variáveis, favorecer a mistura de variedades; em geral, aumentar ou restringir recursos linguísticos. Mas, além desses objetivos, há outros que têm a ver com a função que a língua desempenha dentro de uma comunidade: favorecer o aumento ou diminuição do número de falantes; prestígio ou desacreditar certas variedades linguísticas, criar códigos para fins específicos. Os objetivos citados, em primeiro lugar, têm mais a ver com língua e linguística; o seguinte, com sociedade e sociologia. Ambos suscitam a participação da política linguística.”. [Tradução nossa].

do idioma se constituem em política(s) linguística(s) e estas relações se dão com o meio social, enquanto planejamento linguístico; seriam as ações que o Estado executa para a efetivação da sua proposta política efetiva e concreta concernente ao idioma. Em síntese, a política linguística é o pensar e a tomada de medidas sobre o idioma e o planejamento linguístico – a sua execução por meio de projetos, dicionários, livros, agências e organismos para pôr o pensado em ação.

Como aponta Bagno (2017, p. 351), “Algumas línguas pluricêntricas, isto é, faladas e oficializadas em diversos países, dispõem de organizações criadas com finalidades explícitas de planejamento e política linguística.” O mundo hispânico possui tanto na península quanto na América Hispânica, a título de exemplo, organizações de planejamento, fomento e difusão da língua espanhola: o *Instituto Cervantes* (Espanha), o *Museo del Libro y de la Lengua* (Argentina) e o *Instituto Caro y Cuervo* (Colômbia). No entanto, a Espanha, atualmente, se apresenta com maior investimento na promoção do idioma castelhano.

Rajagopalan (2013, p.19), em seu texto intitulado *Política linguística: Do que é que se trata, afinal?*, disserta sobre o tema, com o intuito de precisar e esclarecer ‘noções básicas’, pois segundo ele, sobre este tema ocorre o seguinte: 1) “Ou não são trazidos à tona”, 2) “ou são inadequadamente discutidas e utilizadas nos debates de modo mais constante ao que ele denomina como ‘binômio linguagem e política’”. A partir disso, o autor aponta ainda haver muita indefinição sobre precisamente o que vem a ser o termo *política linguística*. Diante da não precisão das noções do termo, ele ressalta que parece que alguns o usam como equivalente à “militância política”. Não obstante reconheça que a militância faz parte do que se denomina política linguística, esse linguista adverte que é importante observar que a militância é apenas uma pequena parcela de ação e ressalta: “O campo da política linguística encobre muito mais que a militância linguística” (RAJAGOPALAN, 2013, p.19). Neste ponto, busca ressaltar que a política linguística não se circunscreve a ativismo político em favor de uma causa envolvendo (um)a questão linguística. Mas, não refuta que na ação de se lutar por questões linguísticas o fator político esteja presente, já que fazem parte das ações que envolvem o tema da língua.

Rajagopalan (2013) exemplifica com o Pānini, estudioso do sânscrito e autor da obra *Ashtadhayi*, que propôs a padronização do uso da língua para fins religiosos em todo o espaço geográfico indiano. O linguista reconhece essa ação como sendo inegavelmente de cunho político, porque a razão que subjaz à proposta é “assegurar a unidade da nação” (RAJAGOPALAN, 2013, p.20). Sobre esta ação do sujeito e da relação da língua com o

meio sócio-político, Rajagopalan assevera: “Lutar em favor dos direitos linguísticos de minorias em países ao redor do mundo é, com certeza, uma obrigação e uma meta muito nobre” (RAJAGOPALAN, 2013, p.20).

E propõe o questionamento do que vem a ser de fato *política linguística*, e para responder a isso aponta para a falta de clareza do termo que residiria em:

A confusão em torno da natureza exata do que vem a ser a política linguística se deve ao emprego da palavra *linguística* no termo ‘política linguística’. A palavra *linguística* no caso é um adjetivo que significa “relativa à(s) língua(s)”. Ela não tem nada a ver com a disciplina que se convencionou chamar pelo mesmo nome. A melhor prova disso é que quando traduzido para uma língua não românica como o inglês a palavra *linguistic* dá o lugar para *language* e o resultado é “*language politics*” ou “*politics of language*” (e não ‘*linguistic politics*’). De forma análoga, ‘planejamento linguístico’ se traduz geralmente como ‘*language planning*’. (RAJAGOPALAN, 2013, p.20)

Após isso, o autor levanta outro questionamento sobre a *política linguística* ao se indagar se política linguística seria uma ciência ou uma arte. Sua pergunta objetiva apontar que, sendo ciência, a política linguística se pautaria no que ele denomina de “regras executáveis com segurança e sem erros”. Não sendo ciência, política linguística seria: “um campo regido por práticas que não teriam o rigor ou a infalibilidade de regras determinísticas” (RAJAGOPALAN, 2013, p.20).

Prosseguindo em seu questionamento, ressalta que não se poderia compreender a política linguística como uma ciência exata, tampouco como uma arte, informando ser “muito mais do que uma arte”. E aí apresenta ao leitor a pergunta que propusera para reflexão:

[...] a política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores (RAJAGOPALAN, 2013, p. 21).

E, na busca de esclarecer o termo ‘política linguística’, Rajagopalan (2013) propõe outro questionamento, em um processo dialético constante que permeia o seu discurso. Indaga: “*Política linguística: substantivo abstrato ou substantivo concreto?*”. Para isso recorre à etimologia do termo, apontando que ‘política’ remete a ‘*polis*’, estado-nação, na antiga Grécia. Outrossim, ele considera que o termo ‘política’, sendo abstrato, está no campo da filosofia e assevera que é neste âmbito que a:

“[...] política linguística concerne todas aquelas questões que dizem respeito ao papel que as línguas exercem em definir os povos e consolidar suas nações ao redor do mundo, as consequências das mudanças geopolíticas em curso que

afetam as relações existentes e assim por diante.” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 28-29).

Igualmente, o pesquisador pensa que sendo o termo *política linguística* substantivo comum, refere-se a “algo concreto e contável” e faz referência à obra intitulada “As Políticas Linguísticas” de Calvet, publicada em 1995. Assim, a política linguística, sendo abstrata, não pode ser definida como “certa ou errada”, “apropriada ou equivocada”, porque é ‘espacial’ e ‘atemporal’, em razão do homem, por natureza, não só atuar com a linguagem, mas também ser, por natureza, um ser político, tal como afirmara Aristóteles.

Em síntese, a política linguística, sendo substantivo comum e algo concreto, se circunscreve no âmbito dos estudos linguísticos porque mensurável, isto é, se dá em um contexto sócio-político, em um determinado momento e em ou com ações situadas.

Apontadas estas questões em torno do termo ‘políticas linguísticas’ por Severo (2013), Calvet (2002, 2007), Moreno Fernández (1991) e Rajagopalan (2013), estas nos auxiliam na compreensão do tangenciamento e ou intersecção de língua(gem) e política e os desdobramentos da *política linguística* e do *planejamento linguístico*.

Atualmente, como os termos “política linguística” e “planejamento linguístico” são igualmente utilizados, isto é, às vezes, intercambiáveis, sendo compreendido que a uma política linguística precede um planejamento, isto é, este viria em primeiro lugar, uma vez que a política linguística é a execução de um planejamento linguístico e este pressupõe crenças e ideários que envolvem um idioma e uma nação. Cabe ressaltar que planejamento linguístico era mais usado do que política linguística conforme Zimmerman (1999), Sousa e Pilar-Roca (2015) e Lagares (2018). Este, ao discorrer sobre planejamento linguístico informa que: “O nível de planejamento que se contempla é o do Estado nacional, a serviço de projetos de “desenvolvimento” orientados, em tese, para toda a sociedade, ligando a intervenção sobre as línguas à questão da coesão social do país” (LAGARES, 2018, p. 21).

Ações políticas se refletem sobre ações linguísticas e estas, por sua vez, são reflexos de ações políticas. Trata-se de um círculo, pois tais ações, as das políticas linguísticas, estão imbricadas a outros fatores, seja a língua como um ícone que representa o Estado ou a língua disseminada em contato com outros povos que passam a usá-la por questões de colonização e/ou contato etc. Como visto, anteriormente, no tema sobre língua(gem), sabe-se que questões que envolvem a língua estão relacionadas à política e, idem, a língua e a sociedade, pois estes ‘elementos’ também compõem o cenário sócio-

político, uma vez que ações, como sinônimos de práticas, são inegavelmente ações políticas. Mas podemos nos indagar: a língua é um fenômeno político? A resposta parece ser não, pois a língua é um fenômeno social.

Não obstante, o que se percebe é que questões políticas incidem sobre as línguas, e isso pode ser visto em ações, em práticas efetivas como dicionários, materiais didáticos de ensino, de aquisição de uma língua, que pressupõem parte do processo (planejamento linguístico e política linguística). O que são estes materiais didáticos senão uma representação de um modelo da língua, e sua difusão garante, inclusive, a manutenção do seu *status quo*, reforçando-o. Isso é muito óbvio quando pensamos no ensino e aquisição de línguas estrangeiras modernas como o espanhol, o português, o francês, o inglês, o italiano etc.

E quem decide sobre isso? Sob o prisma da Sociolinguística crítica, cabe-se questionar e isto se dá, precipuamente, no âmbito das políticas linguísticas, que ou qual(is) fator(es) determina(m) que uma língua seja escolhida como língua de prestígio e se torne marca identitária de um grupo. E quem legisla sobre tal decisão são os grupos das diferentes comunidades de fala que compõem o espaço social e geográfico de uma nação? Sabe-se que não.

Tais decisões de escolha de uma língua e de sua normatização atendem aos anseios de um grupo minoritário, e a partir de decisões políticas, a língua é escolhida, e por meio da manutenção do seu *status quo*, a língua eleita se torna a marca identitária de um espaço geográfico, mas não necessariamente de todos os falantes de uma nação.

Quando se analisa, nas Américas, o caso dos idiomas: espanhol, francês, inglês e português, línguas hegemônicas, que, aqui se tornaram línguas oficiais de Estados-nações, isso resultou na perda de prestígio e ou esquecimento das línguas indígenas das Américas, pois com o surgimento dos estados nacionais, estas perderam seu *status* e foram relegadas a um plano inferior, e as línguas transplantadas da Europa se tornaram as línguas dos novos Estados-Nações do continente americano. A esse respeito pontua Lagares (2018, p.21-22): “A consolidação da língua de colonização como elemento unificador da nova nação exige empreender políticas que têm como objetivo tornar as elites do país plenamente proficientes nesse idioma, consolidando a hierarquia social própria da realidade colonial”.

Isso aponta que língua e sociedade são termos, se não justapostos, que caminham lado a lado. Sobre esta questão de língua e sociedade, Calvet (2002, p. 125) referencia o linguista espanhol Morales López (1989), que tratou desses dois termos, considerando-os

como “duas entidades distintas”. Por sua vez, Koch (2003, p.124) afirma: “[...] linguagem é todo meio de expressão do ser humano através de símbolos. E a sociedade nessa relação é essencial. Sem sociedade não há língua. A língua se configura através das práticas sociais de uma sociedade, uma comunidade” [grifos meus].

Ou seja, a língua se dá no social – nele a língua é construída e constituída, e é ele que dá lugar às plurissignificações produzidas pelo sujeito e, por sua vez, se veem refletidas, inclusive, nas propostas escritas, seja sobre a política linguística, seja sobre os efeitos desta política.

A(s) política(s) linguística(s) do espanhol presente(s) nos discursos (textos digitais) sobre o idioma estão relacionados a nomes distintos: *Hispanismo*, conceito geral de temas relacionados aos estudos da língua espanhola, *Hispanofonia*, conceito ideológico de noção de idealização de uma pátria comum, Del Valle (2007) e *Política linguística Pan-hispânica*. Este último termo é o usado e defendido, atualmente, pela Espanha, tal como informado pela Real Academia Espanhola (RAE). Cabe ressaltar que são termos peninsulares. Estes serão tratados no capítulo dois, a seguir.

Sousa e Pillar-Roca (2015, p. 9-10) referenciam Cooper (1989) quem propôs este questionamento: “Quem planeja o quê, para quem e como?”³². Indagação esta que se tornou recorrente e um mote ao se pesquisar sobre políticas linguísticas, pois aponta um olhar inquiridor e cirúrgico que questiona: i) dos atores envolvidos, da ação feita e ii) do como se dá o processo em si.

Lagares (2018, p.22) referencia Cooper (1997) e disserta sobre os direcionamentos de sua indagação ao considerar que:

“Podemos encontrar [...] nas reflexões sobre planejamento e mudança social de Cooper (1997), que dá destaque na sua definição precisamente à questão do interesse dos diversos agentes que podem intervir sobre a linguagem numa situação social concreta. Para ele o planejamento linguístico tem o objetivo de influir no comportamento de outras pessoas em relação à aquisição de uma língua, da sua estrutura ou “da correspondência funcional de seus códigos linguísticos” (Cooper, 1997:60). Isto é, as dimensões do planejamento incluem não apenas as intervenções sobre o *corpus* e o *status*, mas também sobre o processo de aquisição de idiomas.” (LAGARES, 2018, p.22-23)

Conforme acima exposto, dos agentes envolvidos, seus interesses em um contexto social determinado e do alcance do planejamento linguístico, o planejamento da

³² Em determinados momentos, farei uso desta frase de Cooper. Não farei menção ao autor, mas a usarei entre parêntesis, por duas razões, ressalta a indagação e registrar que não é de minha autoria.

aquisição (*acquisition learning*) se apresenta como a porta de entrada de um país na divulgação de seu idioma, no exterior.

Diferentemente da língua oficializada em que o planejamento linguístico e a política linguística compreendem ações como resultado da imposição do idioma, sem o governo ter que se explicar sobre isso, no caso de uma língua estrangeira, os órgãos governamentais que atuam fora de seu espaço geográfico e administrativo precisam encontrar meios de fundamentar e gerenciar suas ações para o público que pretendem alcançar. (Koch, 2008, p. 687)

Kloss (1969) assim descreve os dois elementos presentes no planejamento linguístico, a saber: o planejamento de corpus e o planejamento de status, a saber:

A grande diferença entre planejamento de corpus e planejamento de status é que o primeiro não pode ser feito sem a ajuda de alguns especialistas, principalmente linguistas e escritores, que são chamados a formar uma academia, comissão ou algum outro órgão oficial ou semi-oficial dentro do quadro de que se espera para fazer um trabalho em equipe de longo alcance. Geralmente, não existe uma configuração separada para o planejamento de status. Isso é feito por estadistas ou burocratas, como parte de seus exercícios, principalmente com alguns aspectos legais, mas com muito pouco suporte sociolinguístico. (KLOSS, 1969, p. 81)³³ [tradução minha]

Posto isso, e retomando os termos e sua aplicação no contexto da política linguística do espanhol, assim pode ser compreendido:

a) planejamento de status (*status planning*): este significa a posição que a língua ocupa ou passa a ter, pensada em sua relação com outras línguas, mas como ressalta Kloss (1969), em que este planejamento não possui uma sólida base teórica. Isso parece levar a compreendê-la como sendo parte da operacionalização do ideário de língua e de sua promoção. Em síntese, se trata da manutenção do seu *status* como língua de prestígio. Atualmente, nas agências de fomento da língua espanhola, como o Instituto Cervantes ou os que escrevem sobre o idioma, sempre está presente nos discursos uma fala reiterativa de que o espanhol é a segunda língua, após o inglês, e aí aparecem outros dados que a informam como terceira língua quando se pensa em número de falantes. Mas, independentemente da posição que ocupe no ranking, segunda ou terceira língua, a política linguística do idioma espanhol já tem garantido esta como língua de prestígio.

³³ The big difference between corpus and status planning is that the former cannot be done without the help of some specialists, chiefly linguists and writers, who are called upon to form an academy, commission or some other official or semiofficial body within the framework of which they are expected to do some long-range team-work. No such separate set-up, as a rule can take place, for status planning. This is done by statesmen or bureaucrats as part of their routine work, mostly with some legal but with very little sociolinguistic background. (KLOSS, 1969, p. 81)

b) planejamento do corpus (*corpus planning*), esta significa a intervenção do Estado ou agentes na forma da língua, o que se dá por meio de reformas ortográficas, elaboração de dicionários, inclusão de novos lexicais nos dicionários, podendo alcançar até mudanças estilísticas do idioma, reverberadas na estrutura morfossintática da língua. Neste caso, no mundo hispânico, isso fica a cargo da Real Academia Espanhola (RAE) que conjuntamente com as outras academias de língua espanhola, por meio da Associação de Academia de Línguas Espanhola, que reúne 22 academias e as lidera, legislam sobre a normas e as mudanças da norma, neste caso a língua oficial, padronizada.

Cooper (1989), referenciado por Silva (2013), introduz um terceiro elemento, o: c) planejamento da aquisição (*acquisition planning*). Este compreende os empenhos envolvidos por agentes, os que participam da ação efetiva (política linguística) na promoção da aquisição de um idioma, isto é, do seu ensino-aprendizagem.

Um exemplo que ilustra bem os três planejamentos, citado por Fellman (1973), Spolsky (2005) e Kaufman (2005) é o caso da revitalização do hebraico moderno.

Afirma Spolsky (2005):

Embora a revernacularização e a revitalização do hebraico tenham alcançado seus objetivos iniciais, a linguagem reavivada tem um caráter bastante diferente e o custo em termos de perda de outras línguas têm sido alto. Em muitas ex-colônias, os esforços para estabelecer línguas indígenas para uso oficial tornaram-se cada vez mais problemáticos. Nos estados com imigração em larga escala, a falha na adoção de políticas linguísticas para reconhecer a nova situação sociolinguística levou a grandes problemas sociais. (SPOLSKY, 2005, p.12)³⁴

Na formação do estado de Israel, Eliezer Ben Yehuda, considerado o pai do hebraico moderno, apresentou seu plano de dar nova vida e status ao idioma hebraico, pois o concebia como traço identitário da nação judaica, por acreditar que o idioma seria o elo que uniria todo o povo judeu, espalhado pelo mundo, em razão da diáspora. Como informa Kaufman (2005, p.3), “Ele tentou convencer as pessoas da praticidade do hebraico como uma língua falada renascida e de como o seu reavivamento, na Palestina,

³⁴ *While revernacularization and revitalization of Hebrew have achieved their initial goals, the revived language is quite different in character and the cost in terms of loss of other languages has been high. In many former colonies, the efforts to establish indigenous languages for official use have turned out to be increasingly problematic. In states with large-scale immigration, failures to adopt language policy to recognize the new sociolinguistic situation have led to major social problems.*

impediria que os jovens judeus abandonassem o judaísmo pelas culturas nacionais³⁵.
[tradução minha]

Com esse pensamento, ele seguiu para a Palestina (1881) e participou da criação do primeiro jornal na Palestina, em língua hebraica. Ele foi um dos membros que fundou o Conselho de Língua Hebraica e o autor do primeiro dicionário [*planejamento do corpus*] de Hebraico moderno e antigo. Em síntese, a revitalização do hebraico moderno se deve em razão de sua crença na revitalização do idioma. Sua ideia encontrou apoio, em razão da já existência do movimento sionista; este defendia o retorno dos judeus ao Estado de Israel. E o modo de reunir os judeus espalhados em distintos países, que falavam idiomas tão diferentes, seria por meio de um idioma único, o hebraico.

Cabe observar que o hebraico era um idioma restrito a cerimônias religiosas. Em seu plano de revitalização do idioma, Ben Yehuda, teve contato com a sua língua materna desde os três anos de idade e, aos 14 anos já havia lido grande parte da Torá, além de ter estudado em um seminário, pois seus pais acreditavam que seria rabino, e depois ter ido estudar na Sorbonne, em Paris, onde teve aulas avançadas de hebraico. Após sair de Paris, foi para Argel, Argélia, onde, em contatos locais, usava o hebraico em situações comunicativas do cotidiano, o que lhe deu maior desenvoltura no idioma coloquial, pois já dominava a sua norma culta. Após isso, seguiu para a Palestina, em 1881, em busca da concretização de seu sonho, a revitalização do idioma hebraico e este como elo de união do povo judeu ao retorno à sua terra.

Sem dúvida, este exemplo é singular, pois aponta para o fator língua hebraica, revitalizada e reincorporada ao estado da antiga Palestina, atualmente, o estado de Israel, cuja língua oficial é o hebraico moderno, revitalizado por Ben Yehuda quem inclusive contribuiu para o “desenvolvimento do hebraico em letra cursiva”³⁶. [*planejamento do status*]

Primeiro se pensara em retomar a religião como marca identitária; no entanto, nem todos os judeus eram praticantes do judaísmo, daí o olhar se voltou para o idioma hebraico, este pensado como que serviria para a revitalização do idioma e consequentemente na hodierna identidade da nação judaica.

³⁵ *He tried to convince people of the practicality of Hebrew as a reborn spoken language and of how a Hebrew revival in Palestine would keep the Jewish youth from deserting Judaism for the national cultures. Despite receiving a mixed response, he decided to go to Palestine and try to effect this revival.* (KAUFMAN, 2005, p.3)

³⁶ Disponível em <<https://www.conib.org.br/glossario/eliezer-ben-yehuda/>>

Neste processo de revitalização do idioma empreendido por Ben-Yehuda, ele concebeu vários pontos para a efetivação da sua proposta de política linguística de revitalização do idioma hebraico moderno. Kaufman (2005, p.4) destaca três pontos pela sua relevância, sua utilização e supervisão (manutenção do idioma) no processo de reavivamento do hebraico empreendido por Ben-Yehuda. São eles: 1) a utilização da língua hebraica no seio familiar, 2) sua utilização por adultos e crianças, em contextos sociais e 3) supervisão do idioma hebraico pelo Conselho da Língua Hebraica, que futuramente veio a ser a atual Academia da Língua Hebraica³⁷ [*planejamento do corpus e planejamento da aquisição*].

Sobre o trabalho do Conselho, como órgão gestor do idioma e do planejamento do corpus, Fellman (1973) declara:

Nos primeiros anos de formação do renascimento da língua, o papel desempenhado pelo Conselho foi muito menor. Quando suas funções começaram a ser mais claramente definidas e as atividades consolidadas de maneira eficaz, o trabalho do Conselho foi interrompido pelo início da guerra, e somente nos anos seguintes, após 1917, este finalmente se tornou a força vital no desenvolvimento da língua - um papel que desempenhava. poderia e deveria ter assumido mais de vinte anos antes. (FELLMAN, 1973, p. 93)³⁸ [tradução minha]

Spolsky (2012, p.9) assinala³⁹: “Os impérios são grandes governos e têm boas razões (poder e eficiência) para desenvolver políticas fortes, levando à homogeneidade e hegemonia. No outro extremo da escala política, há evidências de desenvolvimentos um pouco diferentes”. Embora a citação faça referência a impérios e o caso do Estado de Israel não é império, porque se deu de forma diferente a questão da língua, porque não foi imposta, e sim uma retomada e revitalização do idioma, com uma finalidade, a de estabelecer o Estado, e isso revela na história razões que envolveram poder e eficiência, e a língua garantiu a hegemonia, neste caso, da recriação do Estado de Israel e do seu

³⁷ There were several major components to the revival process. Ben Yehuda viewed there as being seven, but the essential ones were: 1) Use of Hebrew in the home. 2) Use of Hebrew socially, among both adults and children. 3) Oversight by the Language Committee, and later, Language Academy (Kaufman, 2005, p.4)

³⁸ In the early formative years of the language revival, therefore, the role played by the Council was a very minor one. When its functions began to be more clearly defined and tis activities consolidated effectively, the Council's work was interrupted by the onset of war, and only in the years after 1917 did it finally become the vital force in the development of the language - a role it could and ought have assumed over twenty year before.

³⁹ Empires are big government and have good reasons (power and efficiency) to develop strong language policy leading to homogeneity and hegemony. At the other end of the political scale, there is evidence of somewhat different developments. In his pioneering work on municipal language management in a number of cities, Backhaus in Chapter 11 tracks a number of different tendencies. (SPOLSKY, 2012, p.9)

fortalecimento como nação. Este exemplo de Israel é singular porque mostra a questão que Roland afirma quando aborda a questão da língua como sendo a de filiação a uma nação.

O Estado de Israel só foi possível ser constituído em razão de um sentimento que foi despertado nos cidadãos espalhados pelo mundo, a língua. Neste caso, língua e nação são lados de uma mesma moeda, e o Estado se vale disso e precisa para a sua manutenção e existência. Também este caso de Israel serve para ilustrar de modo muito claro o fato de que decisões relativas às línguas excedem o campo da linguística, pois na constituição do Estado o fator língua é decisivo e, neste caso, foi a língua que serviu como elemento de reintegração, porque mesmo espalhados em razão da diáspora, os judeus compartilhavam o sentimento de nação que, embora apagado geograficamente, persistia pelo viés linguístico e mesmo pouco falada, a língua escrita nos cânones sagrados deles, a Torá, foi o ponto de partida para a revitalização da língua e a criação do atual Estado de Israel. Daí que fatos sobre línguas envolvem uma complexidade de fatores, constituindo pequenas peças de um grande mosaico, do qual não se deve ignorar nenhuma peça para se entender o todo.

Spolksy (2012, p.5) ao abordar este tema, engloba os termos planejamento linguístico e política linguística em um só termo: política linguística. E nesta, apresenta três componentes que, segundo ele, apesar de estarem inter-relacionados, se constituem de modo independente. São eles:

1.Práticas de linguagem, estas compreendem as variedades usadas e reconhecidas pelos sujeitos de uma comunidade, nas funções comunicativas, seja para se expressar, seja para (se) silenciar, isto é, ocultar a identidade. A isso designa de política linguística “real” da comunidade. Em síntese, uma comunidade tem sua política linguística “real”.

2.Valores e crenças que os membros de uma comunidade de fala atribuem a cada variedade e variante. Ele cita outros autores (Bommaert, 2006 e Silverstein, 1998) para os quais tais **crenças** podem estar **agrupadas em ideologias**. Em síntese, às crenças sobre determinadas variedades e usos subjaz uma ideologia.

3. Ao termo atribuído como ‘planejamento’, ele propõe ‘**gestão**’, pelo fato de que alguns membros de uma comunidade de fala terem autoridade sobre os demais membros e com isso, modificarem sua prática de linguagem o que leva ao uso pelos demais membros de uma comunidade a uma variedade ou uma variante diferente. Em síntese, gestão é o fato

de alguns acreditarem ter domínio sobre os outros e estabelecerem normas linguísticas para os demais usarem.

E ainda sobre este terceiro componente, cabe ressaltar o que este autor aponta que: “[...] um estabelecimento constitucional ou legal de uma língua nacional ou oficial apresenta-se como um nítido exemplo de gestão do idioma” (Spolsky, 2102,p.5).

Montrul (2013) ao tratar sobre política e educação e contemplar em suas reflexões o tema da política linguística, aponta com base em outros autores que: “*Según Makoni y Pennycook (2007), lo que conocemos como “nuestra lengua” es en realidad un concepto construído por los estados para consolidar el poder político nacional. Pero la lengua es una construcción social definida de acuerdo al contexto social en el que se habla* (Heller, 2007).” [MONTRUL (2013, p.226-227)]⁴⁰

Segundo esta autora o fator determinante do papel da língua na escola é o contexto social em que ela é usada. E isto compreende três pontos: o desejo de falar a língua, preservá-la e o grau de poder dos falantes. Ela utiliza em sua obra, a figura abaixo que sintetiza a língua como construção política e seus eixos de relação: (língua como construção psicolinguística, [mente], educação e sociedade).

Sabe-se que na Linguística e Ensino, a psicolinguística se ocupa de estudar e de pesquisar os fatores envolvidos na aquisição da linguagem, tais como seu processamento e a produção da linguagem. E a aquisição de uma língua, seja língua materna ou língua estrangeira, compreende a existência de meios para a sua manutenção na comunidade [sociedade] por meio da educação.

⁴⁰ Segundo Makoni e Pennycook (2007), o que conhecemos como "nossa língua" é na verdade um conceito construído pelos estados para consolidar o poder político nacional. Mas a língua é uma construção social definida de acordo com o contexto social em que é falada (Heller, 2007). [tradução minha]

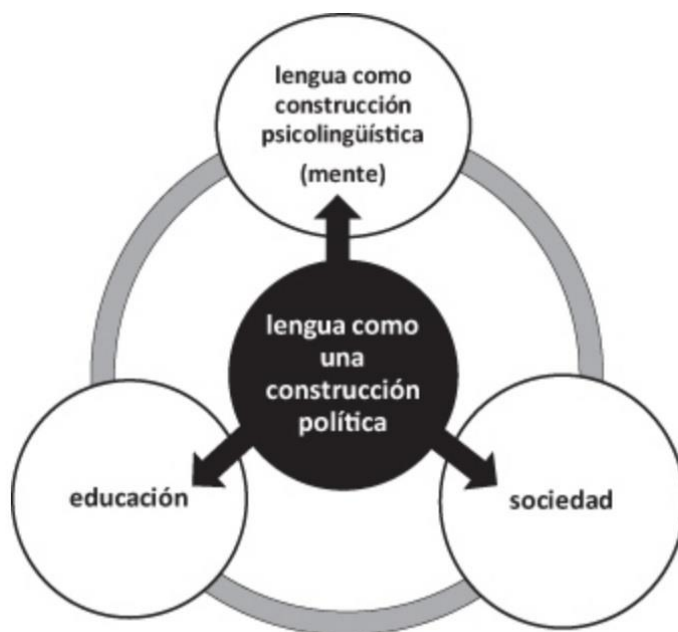


Figura 1. Língua como construção política

Ao discorrer sobre a questão da língua como língua oficial de um país e como esta uma vez escolhida passa a representar a língua do poder e do governo, esta autora foca na questão do bilinguismo nos Estados Unidos e, especificamente, no caso do espanhol. Ela aponta o fato do espanhol, mesmo sendo ainda língua minoritária, nesse país, e não gozando o *status* de língua oficial, não obstante, este idioma ocupa com “grande vitalidade”, cada vez mais, lugar na esfera pública e o número de falantes, que cresce gradativamente. Ressalta que questões relativas às línguas estão intimamente relacionadas às políticas [políticas públicas e educativas] em prol da “unificação” e da “identidade” nacional. E salienta para o fato de que o direito das minorias é determinado pelos que estão no poder e estes fazem-no, por meio de decisões políticas, sendo que tais decisões podem tanto ajudar na promoção de um idioma, apoiando os direitos linguísticos, bem como retirá-lo(s) e, inclusive, desprezá-lo(s).

Exemplo disso, no Brasil, é o caso do espanhol. No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o espanhol, via LEI N.º 11.161, DE 5 DE AGOSTO DE 2005⁴¹ passou à condição de língua de oferta obrigatória no ensino médio, passando a compor o currículo do ensino médio, por várias razões, entre elas, a do Mercosul, e o fato de o espanhol ser considerado como língua regional e de integração. Mas, após a ocupação do

⁴¹ LEI Nº 11.161, DE 5 DE AGOSTO DE 2005. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11161-5-agosto-2005-538072-publicacaooriginal-31790-pl.html>>

poder pelo presidente Michel Temer, este revogou o ensino de espanhol como língua obrigatória, mantendo-a como língua optativa, por meio da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.⁴²

Decisões desta monta corroboram o fato de estudiosos afirmarem como visto em algumas definições de língua(gem) o fato de que questões políticas, econômicas, históricas incidem sobre as decisões sobre uma língua e que tais decisões se atêm aos que ocupam espaços de poder, podendo eles decidir, não importando o raio de ação que isto venha a ter. Esta medida de revogação do espanhol no Ensino Médio foi tomada sem qualquer consulta a linguistas, professores universitários, professores da rede pública, isto é, todos os envolvidos da área de língua espanhola, de todo o Brasil. Tal decisão foi uma medida arbitrária que deixou todos os profissionais de espanhol surpresos, pois foi deliberada de cima para baixo e, grosso modo, da noite para o dia. Isto reitera a questão política que permeia decisões referentes à(s) línguas, seja na sua escolha, seja na sua não escolha, uma vez que tais decisões envolvem o estado, sendo, portanto, um fator intrinsecamente político, não circunscrito só ao plano linguístico.

Ainda sobre a questão de planejamento linguístico, Montrul (2013) retoma os conceitos vistos anteriormente, apresentados por Kloss (1969) e Cooper (1989), e assim ilustra com a língua espanhola, o planejamento de *corpus*, o planejamento de *status* e o planejamento de aquisição, em que se pode sintetizar o que ela discorre sobre o tema.

Deste modo, no planejamento de corpus, tem-se a Real Academia de la Lengua (Real Academia da Língua) criada em 1713, cujo propósito de criação e seu fim último é, por meio da manutenção do idioma, é o de determinar e estabelecer as normas linguísticas. Sobre o planejamento de *status*, informa da sua difusão em que o governo investe recursos econômicos na promoção do idioma em espaços públicos e nos meios de comunicação. E sobre o planejamento de aquisição está diretamente relacionada com a difusão em larga escala do idioma como língua estrangeira e como segunda língua por meio do ensino-aprendizagem do idioma, no mundo. Incluo, neste exemplo, na Espanha, o Instituto Cervantes, órgão oficial do governo espanhol para a promoção do idioma e, na Argentina, que ainda não tem um órgão gestor como o Cervantes, mas que investe fortemente no planejamento linguístico do espanhol via aquisição desse idioma.

Mas se não se tem um órgão específico como o Instituto Cervantes, pode-se questionar: como se dá isso? Em ações concretas e propositivas de aquisição de idiomas

⁴² [LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm) Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm

estrangeiros via certificação, diplomas de proficiência. No caso da Argentina, têm-se o CELLU e o DELE, na Espanha.

Calvet (2002) comenta que um grupo poderia se reunir, por exemplo, em um congresso e decidir que política linguística adotar para atender às suas necessidades. No entanto, ressalta que:

Mas num campo tão importante quanto o das relações entre língua e vida social, só o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas. Por isso, sem excluir a possibilidade de políticas linguísticas que transcendam fronteiras (é por exemplo, o caso da francofonia, lusofonia, entre outras), nem a possibilidade de uma política linguística que abranja entidades menores que o Estado (sobre línguas regionais, por exemplo), vamos apresentar essencialmente exemplos de políticas linguísticas nacionais. (CALVET, 2002, p. 133-134).

Mas conforme o dito acima pelo linguista, se cabe tão-somente ao Estado o direito e os meios de fazer o planejamento, por que assim ocorre? Quando o olhar se volta para a legitimidade do Estado como instância de poder e administrativa, em análises, reflexões críticas, no intuito de se refletir do porquê da intervenção do Estado nas decisões, é acordado entre diversos autores, havendo uma recorrência comum ao conceito de *contrato social*. Este termo usado pelos filósofos contratualistas, Hobbes (1651), Locke (1689) e Rousseau (1762) se refere à relação entre homem e Estado. Dito de outro modo, a relação estabelecida entre o homem e o Estado foi designada como sendo contrato social e este instituiria, segundo estes filósofos, a base da organização para a vida social do homem ou uma sociedade política (Russ, 1994).

Antigamente, o homem vivia em estado da natureza. Diante da necessidade de proteção, o ser humano passou a necessitar de algo macro que lhe protegesse e lhe propiciasse condições para o seu desenvolvimento e garantisse a sua defesa. Face a isso, o ser humano se subordina ao Estado e às suas leis. Em síntese, o homem transfere ao Estado o poder de decisão sobre a sua vida que se dará por meio de entidades de cunho político. Röd (2014) referencia Althusius (1958), quem informa que tomando-se como base as hipóteses propostas por Rosseau, este assim precisou: “[...] o Estado como a ‘união pública geral, pela qual diversas cidades e províncias se comprometem a – respeitar, fortalecer, praticar e defender os direitos do Império no intercâmbio recíproco dos negócios e dos serviços’” (Röd, 2014, p.654).

A partir disso, este autor ressalta que por membros do Estado excluem-se “as pessoas particulares” e se incluem “as entidades políticas”.

A observação anterior busca apoio no dito, anteriormente, por Calvet (2002) para a compreensão de fatores de decisões de gestão sobre a língua, isto é, de política e de

planejamento linguístico e da função e do papel de órgãos destinados a “cuidar” do idioma. Retomando Calvet, a partir de sua asserção, dantes citada, ao abordar políticas linguísticas, ressalta este linguista que o terreno em que as aplicações da sociolinguística foram mais “elaboradas” se situa no que tange à intervenção nas línguas e nas relações destas com os Estados (Calvet, 2002, p.133).

A partir disso, ele apresenta quatro tópicos, dos quais selecionei, para fins deste estudo, a questão da gestão do plurilinguismo: o *in vivo* e o *in vitro*, a ação sobre a língua, no caso de reforma ortográfica, a escolha de uma língua nacional e a “recuperação” do catalão.

Sobre a gestão do plurilinguismo ele apresenta dois conceitos de gestão: a *in vivo* e a *in vitro*. Segundo ele, a primeira se refere “às práticas sociais” e a segunda se refere à interferência sobre estas práticas. Considera tanto os *pidgins* quanto as línguas veiculares exemplos de gestão *in vivo*. Neste caso, esta é produto do que ele denomina de prática, ao considerar que o ser humano em sua interação discursiva convive no cotidiano como “problemas de comunicação” que são resolvidos entre os falantes. E exemplifica com o que intitula de *neologia espontânea*. Este termo faz alusão a termos novos que aparecem em uma língua para designar tanto objetos ou concepções que antes não havia em um idioma. E cita o caso de línguas e de culturas africanas, do período colonial, que ao entrar em contato com línguas europeias e com o contato com i) objetos tecnológicos, ii) instituições novas e iii) novas profissões ou funções, tudo isso levou à necessidade de se nomearem os objetos e os conceitos novos. Sintetiza que: “Pode-se, portanto, estudar o modo como uma população se vale de sua competência linguística para forjar novas palavras que designem funções novas” (CALVET, 2002, p.135).

Sobre a gestão *in vitro*, a qual também denomina de abordagem do poder, seria a análise de fatos da língua, suas situações e descrições que são feitas por linguistas, em seus espaços de trabalho, no intuito de propor soluções para possíveis problemas com as línguas analisadas. Os políticos se valem desses estudos, aos quais ele denomina de “hipóteses e proposições” que as analisam, as selecionam e as aplicam.

Informa que a ação sobre a língua pode apresentar propósitos distintos, sendo por exemplo, as reformas ortográficas, as defesas em prol do “purismo” da língua. Sabe-se que tais situações ocorrem por meio das Academias de Línguas; estas são pensadas como guardiãs da língua e primam pelo “purismo” do idioma. Não raro, há conflito entre linguistas e gramáticos, estes últimos ocupam os cargos em academias, revisões de jornais e são defensores das normas, enquanto os primeiros acreditam na língua como fator

social, em que há que se pautar não em um modelo, mas respeitar várias modelos, como por exemplo, o falante tem a sua própria gramática, na fala, não precisando guiar sua fala pelo concebido na gestão *in vitro*.

Ao discorrer sobre a ação sobre as línguas, Calvet (2002) cita dois pontos: 1) o da escolha de uma língua nacional, o caso do malaio e 2) a recuperação do catalão. Sobre o caso da Indonésia, que, com sua independência, em 1940, adotou o malaio como língua nacional e informa que esta língua era até então usada, principalmente, em portos e mercados, sendo que a língua mais usada na região era o javanês, além de mais de duzentos dialetos distintos. Sobre a escolha do malaio como língua oficial, pontua que sua escolha se deu por uma razão, o que era espécie de solução, pois:

[...] apresentava a vantagem de oficializar *a língua de ninguém*, uma língua que permitia economizar polêmicas e conflitos étnicos. Essa política, que constituía uma inegável intervenção *in vitro* sobre as línguas, se faria seguir de uma ação sobre a língua. Com efeito era preciso prover o malaio (rebatizado de *bahasa indonesia*, língua indonésia) de um vocabulário adequado e suas novas funções. (CALVET, 2002, p.139-140)

E ilustra, esse autor, no que tange à questão do neologismo, que incide no léxico, com o exemplo do termo “átomo” para apontar que a escolha de um termo se pauta por fortes questões ideológicas. Na Indonésia, este apresenta três diferentes denominações: “*autonomi*”, no campo político, “*swantantra*”, um termo local, e “*zarrah*”, termo árabe, no meio científico. Segundo esse linguista, referenciando Mouton (1976), a escolha de um termo novo para o malaio considerou que haveria a opção de se recorrer a um termo de uma língua internacional, como as europeias, somente em último caso.

Com o caso do catalão, como língua “recuperada” considera que: “O caso da Catalunha é paradigmático, ‘pois nele o trabalho dos linguistas, a política linguística e a política convencional estão estreitamente ligados’” (CALVET, 2002, p. 142). Sabe-se que durante o governo longo de Franco, de 1936 a 1975, 39 anos, as outras línguas faladas na Espanha, como o catalão, o galego e o basco, foram proibidas, tornando-se línguas dominadas e o espanhol, língua dominante. Calvet (2002, p. 142) informa que os termos “língua dominante” e “dominada” constituem metáforas, visto que tais termos se referem aos povos e não às línguas. Informa, ainda, que a Constituição Espanhola de 1978 reconheceu como língua oficial do Estado o castelhano, e não o espanhol, em razão de atribuir e retomar o sentido da origem da palavra do seu traço semântico, por se tratar da língua falada originalmente em Castela.

E cita Calvet (2002, p. p.145) o Estatuto de Autonomia da Catalunha que estipula que: 1) O catalão como sendo a língua específica desta comunidade autônoma. 2) O catalão como língua oficial desta comunidade, tal como o castelhano é a Estado espanhol.

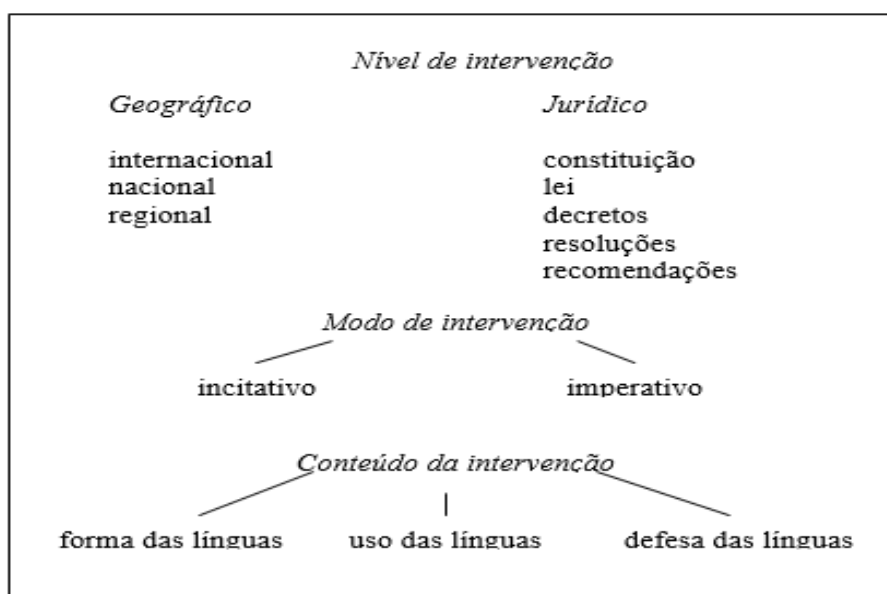
Relata esse autor a lei da “normatização linguística”, de 1983, que previa que estudantes, de nacionalidade catalã ou não, teriam direito à aquisição dos dois idiomas, mas a língua catalã seria utilizada no comércio, na publicidade e nos esportes. Calvet cita Boyer, sem precisar o ano, e segundo este a normatização linguística na Catalunha representava um planejamento linguístico, que era o de instituir um bilinguismo não diglótico. Sobre diglossia, informa Bagno (2017, p.91) que este conceito proposto por Ferguson (1959) compreende a existência e o uso de duas línguas por uma comunidade, sendo uma reservada às instituições, isto é, a espaços formais, denominada de variedade alta, e a outra, variedade baixa, usada em espaços informais, em casa e na comunidade. Daí que Calvet ressalta que na retomada do catalão, após o regime franquista, e do planejamento linguístico do catalão, este se constitui como um caso de bilinguismo não diglótico, pois inexistem variedade alta e variedade baixa.

O caso do catalão é utilizado para demonstrar e apontar temas que ele chama de “otimização da política linguística” pois ele considera que este tipo de intervenção na língua não é de ordem estritamente do âmbito da política linguística, pois o sucesso da retomada do catalão estava imbricado ao consequente êxito da região da Catalunha. Neste caso, ele faz alusão à política convencional que se vale do sucesso do planejamento de aquisição de uma língua para fortalecer o estado político. Neste caso a língua catalã como marca identitária do povo influenciará sobre o futuro da organização política da *Generalitat*, este compreendido como o sistema institucional no qual está estruturado o governo da Catalunha.

Diante disso, esse autor propõe um questionamento: “Realmente podemos perguntar o que a ideia de política e de planejamento linguístico implica de propriedades da língua e de seus vínculos com a sociedade” (CALVET, 2002). Ele retoma esta pergunta de outro modo, se questionando: “que deve ser a língua para que uma política linguística seja possível?” (CALVET, p.145). Informa que a resposta à sua indagação aponta para o seguinte fator: a linguística não se restringe unicamente à(s) língua(s) como seu objeto de análise, mas, sobretudo, a comunidade social no que se refere à sua vertente linguística.

Como visto até aqui, sobre a gestão *in vivo* e a gestão *in vitro* e sobre os instrumentos do planejamento linguístico, estes ocorrem por meio das intervenções na escrita, no léxico e na padronização de uma língua, segundo Calvet (2007). Ainda sobre

as intervenções, Calvet (2002), aborda a questão da situação linguística e das legislações nacionais e regionais que visam a proteger a língua, citando o caso das línguas regionais da Espanha: o catalão, o galego e o basco. Menciona a Constituição Espanhola que diferencia entre a língua oficial do estado, o castelhano, e as línguas oficiais das comunidades autônomas. Aponta que a situação linguística pode ser estabelecida por outros meios de intervenção, a título de exemplo: leis nacionais ou regionais, resoluções, decretos etc. Neste caso, segundo este autor, o nível de intervenção jurídica influencia, determina e incide sobre o seu êxito. Apresenta o nível de intervenção no quadro abaixo:



Quadro 1. Calvet. As políticas linguísticas. Parábola. 2007. p.78

Calvet (2007), ao abordar o tema “as tipologias das situações plurilíngues”, apresenta a proposta conceitual de três linguistas, das quais selecionei apenas uma pela pertinência para esta pesquisa. Ele apresenta *as propostas de Fasold* (1984) que retomara as questões apresentadas por Ferguson, de 1959, retomadas por Stewart, em 1962 e em 1968. Ferguson tratou da questão da diglossia, como já se definiu anteriormente este termo. Este linguista a partir de distintas situações e contextos, propôs a distinção entre categorias de línguas.

Calvet (2007), referencia Fasold (1984), quem retomou as categorias de língua propostas por Ferguson e Stewart, em 1991, e focou nas *funções das línguas*. O pesquisador considerou que a função não poderia ser assumida por qualquer língua e considerou que uma língua precisaria apresentar certos requisitos para se pensar em ocupar uma função, conforme apontado por Calvet (2007, p.46). De seu estudo, resultou o quadro abaixo:

	<i>Atributos sociolingüísticos requeridos</i>
oficial	1 – padronização 2 – utilizada corretamente por certo número de cidadãos escolarizados
nacionalista	1 – símbolo de identidade nacional para uma parte importante da população 2 – largamente utilizada nas comunicações cotidianas 3 – largamente e freqüentemente falada no país 4 – sem alternativa maior no país para a mesma função 5 – aceitável como símbolo de autenticidade 6 – ligada a um passado glorioso
de grupo	1 – utilizada por todos na comunicação cotidiana 2 – considerada pelos falantes como unificando-os e distinguindo-os dos outros
veicular	1 – considerada como “aprendível” por, pelo menos, uma minoria do país
internacional	1 – presente na lista das “línguas internacionais potenciais”
escolar	1 – padronização igual ou maior do que a língua dos alunos
religiosa	1 – clássica

Quadro 2. Calvet (2007, p.46-47) tomado de Ralph Fasold, *The Sociolinguistics of Society*. London, Blackwell, 1984)

A partir deste quadro, se se aplicassem as propostas de Fasold para a língua espanhola, em sua proposta de planejamento lingüístico e como língua internacional, se se pensa em funções e atributos sociolingüísticos requeridos, este idioma se situaria em alguns pontos aí mencionados, dos quais destaco dois: da função nacionalista a seu atributo ligado a um passado glorioso e da função internacional e seu atributo presente na lista das “línguas internacionais potenciais”. Isso que destaquei aparece em discursos digitais na defesa da promoção deste idioma.

Silva (2013) pontua que: “A possibilidade de se manipularem ou planejarem as línguas naturais constitui um dos pilares sobre os quais se fundou a área de Política Linguística e, conseqüentemente, foi objeto de debate entre os primeiros pesquisadores da área” (SILVA, 2013, p. 293).

Calvet (2007) aponta:

De fato, a política lingüística [sic] começa realmente quando se renomeia, e um dos efeitos das leis lingüísticas pode se manifestar simplesmente no nome que o texto jurídico dá às línguas. Acabamos de observar que de acordo com a Constituição espanhola, a língua oficial do Estado é o castelhano, e esta denominação para uma língua que todos chamam de espanhol já constitui um fato político. De fato, ao sugerir relações entre a língua e uma região do país, Castela, evidencia-se que não há correspondência termo a termo entre o país, Espanha, e a língua, o castelhano (ex-espanhol). Ao tornar-se oficialmente “castelhano”, o espanhol não mudou, continua a mesma língua. Mas se *castelhano* denota a mesma coisa que *espanhol*, ele conota algo completamente diferente. (CALVET, 2007, p.79)

Quanto à questão dos vocábulos “espanhol” e “castelhano”, tantas leituras e interpretações haverá, quantos sejam os leitores e o seu olhar sobre o objeto em questão. Por exemplo, um gramático e lexicógrafo quiçá encontre lógica em retomar a origem para informar da escolha de um termo por outro. No entanto, o olhar crítico, neste caso, sob o prisma da sociolinguística e de quem se dedica ao estudo das políticas linguísticas, não é o estudo diacrônico, lexicográfico e semântico para determinar sobre o escopo do que aponto neste autor e do objeto de análise aqui apresentada. Trata-se, sobretudo, de analisar a ação que determina a escolha do vocábulo “castelhano” como língua oficial, isso constitui a discussão posta, porque tal escolha representa um ato político e, por sua vez, carrega um viés ideológico. Sobre a escolha Janson (2015, p.33) declara: “[...] uma língua nomeada é um fato social e político tanto quanto um sistema linguístico e as pessoas que decidem sobre línguas e nomes de línguas são aquelas que detêm o poder na sociedade”.

Este fato da escolha de um termo para designar o nome de uma língua de um país e a sua oficialização, via lei, que, neste caso, passa a ser prescrita na Carta Magna do país, remete à *intervenção* e aos meios pelos quais se dá a intervenção por parte das instâncias estatais e Estado quanto à nomeação e oficialização de um idioma, uma vez que: “[...] o poder político sempre privilegiou uma ou outra língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria” (CALVET, 2007, p. 11).

Ainda sobre esta questão, Del Valle (2007) em seu artigo: “*“La lengua, patria común: la hispanofonía y el nacionalismo panhispánico”* apresenta como a Espanha encontrou um meio não só de legitimar seu idioma, mas por meio deste se constituir como nação diante das questões linguísticas que envolvem além do espanhol, as outras línguas faladas naquele país, que se deu por meio da Constituição, de 1978, com a oficialização do castelhano (espanhol). Assim se expressa:

La aprobación de la Constitución Española de 1978 marcó un hito en la historia reciente del país. De entre los múltiples objetivos que se planteaban los padres de la carta magna, adquiría relevancia especial el intento de resolver el histórico contencioso sobre la problemática definición de España como Estado-nación y, consecuentemente, de adoptar un modelo apropiado para la organización administrativa del Estado. Así, y como respuesta a aquellos desafíos, nació, en 1978, el Estado de las Autonomías, un marco legal y político que aspiraba a acomodar, por un lado, las reivindicaciones sobre la unidad cultural y política de España, y por otro, las demandas de los nacionalismos

catalán, gallego y vasco. (DEL VALLE, 2007, posição 429. Edição do Kindle)⁴³

Cabe assinalar que sobre a legitimação da língua, Milroy (2011) informa que a escolha de uma variedade padrão, isto é, sua oficialização, e em decorrência, sua padronização e normatização por meio de gramáticas, dicionários etc., faz com que a valorização desta variedade predomine e acaba por criar no coletivo social a ideia de que esta variedade é a legítima. Isso, no campo de estudos sobre a língua, constitui a legitimação da língua (Milroy, p.76).

Esta questão retorna para o fator político que opera nas instâncias de poder e legisla sobre diversas questões, entre elas o linguístico. Afinal, é preciso que os gestores recorram a estratégias “legais” de que o Estado dispõe para garantir sua existência, legitimando o seu poder, pois o fator não se atém somente à questão linguística; este é um dos vetores dos quais o Estado se vale para demonstrar sua pujança e mostrar sua manutenção via “unificação” linguística ou então a escolha de uma *língua comum* para representar a nação.

1.3 Glotopolítica

Além dos vocábulos e conceitos política linguística e planejamento linguístico, surge outra taxionomia, a Glotopolítica.

Uma política linguística de internacionalização do idioma, para a sua difusão e manutenção, compreende distintas práticas para alcançar seus efeitos. Neste caso, suas práticas e seus efeitos poderiam ser definidos como sendo *glotopolíticos*. A este respeito, Bagno (2017, p.166), em seu Dicionário Crítico de Sociolinguística, define esse termo e referencia os seus proponentes:

Segundo os autores, o termo política linguística (e seu par frequente *planejamento linguístico*) implica muito mais uma *aplicação* de decisões em torno da língua do que uma perspectiva teórica sobre as muitas e complexas relações entre linguagem e sociedade. Por isso, em sua visão o termo

⁴³ A aprovação da Constituição espanhola, de 1978, singularizou um marco na história recente do país. Entre os inúmeros objetivos levantados pelos pais da Carta Magna, a tentativa de resolver a história contenciosa da definição problemática da Espanha como Estado-nação e, conseqüentemente, de adotar um modelo apropriado para a organização administrativa do Estado, adquiriu especial relevância. . Assim, e em resposta a esses desafios, o Estado das Autonomias nasceu em 1978, um arcabouço jurídico e político que pretendia acomodar, por um lado, as reivindicações sobre a unidade cultural e política da Espanha e, por outro, demandas dos nacionalismos catalão, galego e basco. (DEL VALLE, 2007, posição 429. Edição do Kindle) [tradução minha]

glotopolítica “pode ser utilizado com duas finalidades: ao mesmo tempo para a evocação das práticas e para a designação da análise; a *glotopolítica* é, portanto, ao mesmo tempo, uma prática social à qual ninguém escapa (todo mundo ‘faz política sem saber’, seja um simples cidadão, seja o ministro da economia) e, tem vocação de se tornar uma disciplina de pesquisa, um ramo hoje necessário da sociolinguística” (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p.180.)

Assim, considerada que a política linguística e o planejamento político seriam o fazer, e não uma teoria, é proposta uma nova taxonomia, a *glotopolítica*, pois esta abarcaria as intrincadas teias de significados entre sociedade e linguagem. No entanto, não há um consenso ainda sobre isso, e o termo política(s) linguística(s) continua em uso.

Além disso, sobre o afirmado anteriormente por Bagno, com base nos proponentes do termo (Marcelin e Guespin, 1986) de que todo ser humano “faz política sem saber”, particularmente, isso se aplicaria a todos os envolvidos, no processo de políticas linguísticas, o que implica a participação política dos sujeitos.

Isso se constata em ações de movimentos de grupo, como por exemplo, no caso de professores brasileiros de espanhol: após a retirada da obrigatoriedade do ensino do espanhol, em 2016, várias associações de professores de espanhol, em seus estados, começaram uma luta junto a políticos, deputados e governadores, pedindo a volta do espanhol. Isso constitui fazer política, o sujeito se envolver em questões sociais e lutar em prol de mudanças.

Esta luta, nesse caso específico, não partiu de gestores em instâncias superiores, mas veio da base, da união dos professores e de uma ação conjunta. Usei isso como ilustração, mas não vou me deter sobre esta ação e verticalizar, no entanto não se pode desconsiderar que o fato de que nós, professores de uma língua estrangeira, estamos envolvidos, (in)diretamente no processo de difusão da língua estrangeira com a qual trabalhamos, seja no processo *do* e *no* Hispanismo, no da Política Linguística Pan-hispânica ou no de uma Política linguística de espanhol do Mercosul, em que o espanhol é língua regional e de integração entre os sujeitos dos países desse mercado, bem como o professor é copartícipe do seu processo de difusão, não importa o seu país de origem, ou o país a que ele se afilie ou se sua visão de língua contemple o multilinguismo.

Em sua práxis diária o professor, no ensino-aprendizagem de uma língua, seja a oficial, a língua materna e, neste caso, a língua estrangeira, este sujeito/professor se constitui executor de uma política linguística, auxiliando em sua efetivação, em sua ação e prática de ensino, com o *planejamento de aquisição* e, igualmente, contribuindo com a sua divulgação, pois como está na citação todos fazemos política, como já houvera tratado

por Aristóteles, em sua obra a *Política*, em que que faz distinção entre cidadão e habitante, este o que mora na *polis* e o cidadão o que a governa, isto é, que detém o poder e atua nas esferas e instâncias do poder. Atualmente, no conceito atual, o termo cidadão foi ressemantizado e se aplica a todos os habitantes da cidade, sem distinção. Nas modernas democracias, sabe-se que as decisões não necessariamente são todas *top-down*, isto é, de cima para baixo, mas também *bottom-up*, de baixo para cima, com a participação do(s) sujeito(s).

Sobre o vocábulo e o conceito de Glotopolítica, Calvet (2007) expressa: “[...] o termo glotopolítica aparecerá em francês criado por Marcellesi e Guespin, com definições imprecisas, sem que essa inovação terminológica cause uma alteração no campo conceitual considerado” (CALVET, 2007, p.17). E em nota de rodapé, na mesma página, sintetiza o conceito do termo, informando ser basicamente um problema da minoria.

Lagares (2018) retoma esse termo, observando a não abordagem desse conceito por Calvet e, em contrapartida, se detém um pouco mais sobre este termo, ao fazer *a abordagem glotopolítica*, apresentando seu conceito citando pesquisadores que argumentaram com base neste conceito e na sua aplicação. Este autor, após apresentar a noção de glotopolítica, como já mencionado na citação acima, informa que: [...] reconhece-se como *glotopolítica* toda e qualquer ação sobre a linguagem, nos mais diversos âmbitos e níveis, sem pretender tornar obsoletos os termos *planejamento* ou *linguística*, mas deixando explícito que toda decisão sobre a linguagem tem “efeitos glotopolíticos”.

Um sociolinguista que no mundo hispânico se dedica a este tema e opta pelo termo glotopolítica em suas abordagens sobre as políticas linguísticas do espanhol é o professor Del Valle,(2007) radicado nos Estados Unidos, que dali traça suas considerações e questionamentos do espanhol como língua comum. Com base neste conceito, usa o termo Hispanofonia, como conceito ideológico que englobaria a noção de espanhol, língua como pátria comum, noção esta defendida pelo Estado espanhol, tema que se verá mais adiante. Este pesquisador não propõe conceituar o termo, mas busca analisar os efeitos da glotopolítica, como relata na justificativa de sua pesquisa sobre este complexo tema: “*La etiqueta que aquí adopto, glotopolítica, afirma, obviamente, un interés por las dimensiones del fenómeno (del lenguaje) que se manifiestan (y por lo tanto se han de*

*interpretar) en el terreno de lo político*⁴⁴ (Del Valle, 2007, posição 134, edição do Kindle).

Zimmerman (1999) traz apenas uma citação ao termo e referencia Ninyoles, quem havia apontado uma distinção semântica os dois termos, como se constata a seguir: “*Ninyoles (1975:123) distingue glotopolítica y política lingüística. La primera consiste en “dar normas, codificar”, la segunda consiste en “situar en pie de igualdad las distintas lenguas en presencia*”⁴⁵ (ZIMMERMAN, 1999, posição 3123, edição do Kindle).

Isso posto, a depender do olhar do pesquisador, o termo a ser analisado e aplicado, ora se situa em políticas linguísticas, ora se situa em glotopolítica. Entendendo que o olhar peninsular será o de políticas linguísticas, o olhar da América, buscando “pé de igualdade” no jogo dos sujeitos envolvidos nas discussões sobre a política do idioma, se falaria em ações glotopolíticas. Se tomarmos o exemplo, por parte da Argentina, a criação do *Museo del Libro y de La Lengua*, esta aponta uma ação glotopolítica, como observado por Lagares (2018), ao que acrescento a criação, por parte desse país, do seu próprio certificado de proficiência em língua espanhola para estrangeiros, o CELU.

Tais ações não representam unicamente em pensar em normas, em administrar e regular, mas, sobretudo, em ter pé de igualdade com respeito a sua variedade linguística e ao seu idioma, como patrimônio próprio, com os seus traços linguísticos e seus próprios contornos, o de um espanhol, construídos ao longo dos anos em contato com outras línguas aqui da América e as dos imigrantes.

Do visto até aqui, os termos política(s) linguística(s) e planejamento linguístico estão relacionados à língua e sociedade e como uma língua é pensada desde as ações por parte do Estado para a sua manutenção, divulgação, neste caso, pensando em língua estrangeira. Os estudos de política linguística e de planejamento linguístico também suscitam outros temas, como língua e nação, língua e nacionalismo, língua e educação (ensino/aprendizagem [planejamento da aquisição], língua e poder, língua e ideologia(s).

Compreende-se que a política linguística, (execução do planejamento, ação, que compreende leis e agentes de instituições e agentes executores, professores etc), o

⁴⁴ O rótulo aqui adotado, a glotopolítica, obviamente afirma um interesse nas dimensões do fenômeno (da linguagem) que se manifesta (e, portanto, deve ser interpretado) no campo da política. [tradução minha]

⁴⁵ Ninyoles (1975: 123) distingue a glotopolítica e a política linguística. O primeiro consiste em "dar normas, codificar", o segundo consiste em "colocar os diferentes idiomas em pé de igualdade". [tradução minha]

planejamento linguístico (planejamento de modos de intervenção, via léxico, reformas ortográficas) e a glotopolítica (práticas políticas em torno ao idioma e a análise deste processo). Pensando sob a ótica das política(s) linguística(s), esta disciplina se volta para o complexo mosaico subjacente à língua e sua relação com o político, em que se observa que os temas relacionados à política linguística e ao planejamento linguístico refletem um ideário da língua e de sua cultura, ambos binômio indissociável. E este ideário compreendida a promoção da língua e sua defesa e valorização como língua comum, internacional, global, apontam uma ideologia que perpassa a proposta de sua política, seja como língua oficial, seja como língua internacional, em sua proposta de expansão por parte das agências de fomento da língua.

Compreender as complexas teias da(s) política(s) linguística(s) do espanhol e seus desdobramentos pressupõe considerar os conceitos de política linguística e de planejamento linguístico. Como assinala Ricento (2006) que política(s) linguística(s) não constituem uma mera atividade de pesquisa filosófica, uma vez que o interesse é abordar problemas sociais que envolvem a língua(gem). Para fins deste trabalho, o termo que será usado será o de políticas linguísticas com base no proposto por Calvet (2002, 2007) de que este termo compreende igualmente planejamento linguístico, sendo estes termos indissociáveis.

Vistas as definições de língua(gem), língua internacional, política linguística e planejamento linguístico, em que se observa o papel interventor do Estado por meio de governos, agentes políticos e instituições que buscam manter o sentimento de união de seus habitantes, atribuindo à língua majoritária ou oficial o papel (ou *status*) de elo de união, investe-se fortemente na execução de sua política linguística (ação), por meio de sua efetivação como língua oficial. A esta também se compreende um meio de se ter acesso aos espaços de poder, por meio da escolarização, etc. E o meio de se obter esse acesso é estar imbuído das normas da língua por meio da aquisição desta como língua materna e como língua estrangeira.

Ao ser dotado deste conhecimento, ou seja, de sua normatização, o indivíduo passa a compor um número nas estatísticas do Estado de cidadão culto, dotado de conhecimento que é concretizado por meio de diplomas que alcança. Todo este jogo, Bourdieu, (1989), por sua vez, contribui para a “manutenção” do *status quo* da língua e garante a existência do Estado. Neste processo, a noção abstrata de língua e de pátria como comunidade imaginada, revela um ideário de uma nação que se reflete na língua

em que o Estado é constituído, redigido, legislado e politicamente organizado por meios jurídicos, acadêmicos e produções literárias nesse idioma.

Ainda sobre *status quo* do idioma, grosso modo, os textos digitais que tratam da política linguística do espanhol e de sua expansão apresentam um traço comum: o enaltecimento do idioma, muitas vezes retomando o passado para justificar o presente. Isso, por sua vez, configura a proposta de uma política do idioma que se reflete em suas política(s) linguística(s), efetivamente, na Política Linguística Pan-hispânica dos anos 90, anunciada pela Real Academia Espanhola (RAE) e na Hispanofonia, a concepção ideológica de língua e pátria ou de língua como pátria (DEL VALLE, 2007).

Por sua natureza, em sua gênese e em sua propagação, são propostas monolíngues, pois se trata de divulgar a língua de um estado/nação, sem se preocupar com as línguas outras faladas no estado que as divulga. Dito de outro modo, toda proposta da *fonía* de uma língua exclui o multilinguismo e ressalta como no caso da Hispanofonia *per se* o etnocentrismo, este último sentido apreendido não em sua conotação negativa, mas sim no seguinte fato: “Trata-se de uma consequência inerente ao fato de pessoas viverem sob a influência de qualquer dada cultura e da realidade socialmente construída que a acompanha”. (JOHNSON, 1997, posição 3719, edição do Kindle). Mas também pode ter um sentido pejorativo: “Tal como sua contrapartida psicológica [o egocentrismo], o etnocentrismo torna-se um problema na medida em que distorce a maneira de ver outras culturas, sobretudo quando usado ideologicamente como base para opressão social (idem, 1997, posição 3719, edição do Kindle). A política linguística, por parte do Estado, se dá de modo consciente, mas não de modo natural, pelo que foi visto, porque geralmente é um planejamento de imposição de um idioma sobre os demais dialetos ou línguas locais, em que prevalece uma língua sobre as demais.

Deste modo, vista sob a ótica do Estado, se trata de uma proposta etnocêntrica, porque, em geral, a política linguística aplicada em espaços multilíngues não respeita este conceito, sendo uma opressão social, uma língua imposta, em decorrência de uma ideologia do Estado motivada por diversos interesses. Neste caso, o termo violência simbólica, Bourdieu (1996), usado para substituir ideologia, parece se justificar a este contexto. Afinal, quando se pensa nas Américas – e na pergunta feita à página quatorze desta pesquisa –, que em *1492, el año em que empezó todo* (1492, o ano em que tudo começou) irá depender da ótica do lugar de onde se olhe. Será um começo de domínio ou de opressão.

Ao se buscar informação sobre um país/nação em enciclopédias (texto impresso) ou no Wikipedia (texto digital) este apresenta uma língua sendo a oficial e no caso de haver outra(s), como cooficiais ou outras línguas faladas no país, mas não oficializadas. Um país não é pensado – isto é, concebido e descrito – sem um idioma, mas um idioma pode(ria) ser pensado sem um país? Parece ser que não; se somos (o ser humano) feitura de linguagem, o Estado (ser idealizado e concretizado) é feito e concebido em uma ou mais línguas.

No âmbito das políticas linguísticas e do ensino de línguas estrangeiras cabe uma reflexão: ou se continua repetindo a norma imposta ou se luta por rupturas desta norma, impondo outra língua? Qual? Isso representaria apenas a troca de um código por outro, resumindo-se à militância e não à política linguística. Particularmente, entendo que a política linguística é uma questão do Estado. No entanto, os seus cidadãos, por meio de suas práticas, requerem políticas educativas. Nestas, o cidadão irá escolher como se adequar às normas, repetindo-as ou abrindo espaço para um espaço de discussão em que se entende que a norma faça parte da língua, mas que o conceito predominante na práxis dos envolvidos com a língua é o de língua(gem) tal como se viu nas definições sobre este termo, em que por língua(gem) concebe-se a língua e também outros elementos a ela relacionados, ou seja, não prevalece o código e sua dura repetição, pois árida, sem vida, mas uma percepção da norma dentro de um espectro maior, em que a língua possibilita a construção de uma identidade social do sujeito que busca dialogar com as outras línguas, compreendendo uma dimensão maior do que está à sua volta, sem uma simples redução da língua ao código, mas em que esse sujeito passa, por meio de uma visão crítica a entender a língua na concepção da linguística aplicada crítica (LAC), uma vez que:

Na LAC, a língua não desempenha uma função de *modelo*, mas de *prática social*. Uma vez que o conhecimento se torna possível por meio da língua, tanto o conhecimento quanto a língua são definidos, então, como meios que nos possibilitam compreender e transformar as relações sociais (URZÊDA FREITAS e PESSOA, 2012, p. 232).

Cabe se indagar que política linguística o sujeito irá adotar, a repetição do modelo ou uma concepção de língua que questione o modelo imposto, uma vez que a língua está a serviço do cidadão e não este a serviço da língua. Este serve até o momento em que ela não se torna opressora com as normas e impede a liberdade de ação. Neste caso, é preciso repensar ações glotopolíticas a partir das políticas de Estado e repensar as políticas educativas, pois estas não podem ser mero reflexo de uma política da norma, mas,

sobretudo uma política do social, de construção, de participação, inclusão e não assujeitamento ao sistema posto. Em síntese, rebelar criticamente não se trata de anarquia ou de militância, mas de construção conjunta, comunitária, não coercitiva e sim colaborativa.

Quero com isso não propor a eliminação da norma, mas repensá-la sob o viés crítico, pensando, por exemplo, no caso da língua estrangeira, não em uma aceitação de uma norma preponderante de uma proposta política peninsular, mas uma política linguística nacional em que o sujeito/professor pense na língua espanhola como construída em um espaço social que permita ao estudante não reproduzir somente a norma, porque esvaziado de significado tal ação, mas que se faça uso deste código e que se aproprie do pensamento gramatical hispânico para refletir a sua norma, construir seu mundo, desenvolver sua criticidade e repensar seu espaço social. Ensinar a língua(gem) pressupõe rupturas por meio da sua abordagem e (re)pensar como a língua(gem) se articula no social. A título de exemplo, pensar a norma, a política linguística de um idioma e por sua vez, o letramento em língua estrangeira. Este processo envolve política educativa efetiva, política pedagógica consistente e outras questões de ordem socioeconômica implicadas em uma ação ou prática pedagógica que irão refletir na formação sociocultural do aprendente, etc.

Na busca teórica no campo das políticas educativas feitas, na América Latina, o “seu eixo cruza o campo político e o educativo em seu sentido amplo.” (TELLO, 2013, p.41). Este autor ao abordar a epistemologia da política educativa declara que esta:

[...] en su concepción actual, suele entenderse como Teoría de la Ciencia. Desde nuestra perspectiva los diversos enfoques no constituyen “una teoría del campo”, sino que lo hacen las teorías de la política educativa. Eso es, comprender de modo inherente las epistemologías de la política educativa no como ciencia, sino como enfoque, método y reflexión sistematizada. Una epistemología que asuma la connotación social, política y cultural del conocimiento y de la investigación. (TELLO, 2013, p. 43)⁴⁶

Este autor concebe política educativa dentro de uma perspectiva crítica que envolve análise e pesquisa e referencia Gibbons (1997) quem afirmara que na nova produção do conhecimento há dois modos de produção: 1º) o tradicional modelo de

⁴⁶ [...] em sua concepção atual, geralmente é entendida como Teoria da Ciência. De nossa perspectiva, as várias abordagens não constituem “uma teoria do campo”, mas as teorias da política educacional. Ou seja, compreender, de modo inerente, as epistemologias da política educacional não como ciência, mas como abordagem sistemática, método e reflexão. Uma epistemologia que assume a conotação social, política e cultural do conhecimento e da pesquisa. [tradução minha]

produção do conhecimento no espaço acadêmico e o 2º) direcionado às necessidades do contexto de aplicação por meio de redes de trabalho. (idem, 2013, p. 55).

Refletir a partir deste segundo modo, isto é, ao contexto de aplicação por meio de redes, permite relacionar a política educativa ao campo do *planejamento da aquisição*, este parte do planejamento linguístico que em sua execução envolve redes de trabalho, universidades, escolas e sujeitos/professores, linguistas e educadores. Tudo isso, por sua vez, passa a compreender a política educativa não como uma ação somente por parte do Estado, mas, precipuamente a ação desses sujeitos como agentes reflexivos no contexto de aplicação deste planejamento linguístico.

Esse contexto passa a requerer por parte desses sujeitos envolvidos uma posição na gestão educativa do idioma. Gestão esta que abarca criação e execução de propostas político-educativas críticas que visam a efetivação concreta do ensino de língua. Em síntese, o envolvimento, a participação efetiva e o lugar assumido pelo sujeito/professor na pesquisa e em sua ação educativa compreende por parte desse sujeito se situar como agente executor da norma, imposta pelo Estado, ou como agente reflexivo.

“Língua é uma bandeira política que você ergue de acordo com suas conveniências políticas.” (Rajagopalan)

Capítulo 2

AS políticas linguísticas do espanhol: entendendo alguns conceitos

2 Entrando no tema

Este capítulo propõe apresentar a(s) política(s) linguística(s), retomando o conceito de língua comum e de língua internacional e o subjacente à sua atual promoção como língua internacional, considerando o seu passado para entender o presente e retomando conceitos como o do hispano-americanismo para compreender os sentidos presentes na atual proposta política linguística peninsular da promoção do idioma, bem como considerar questões em torno à uma proposta de política linguística da Argentina e terminando por apresentar o porquê da escolha dos dois países para esta pesquisa.

A política linguística apresenta dois componentes, poder e ideologia, pois tanto a língua materna quanto a língua estrangeira revelam um ideário de Estado-nação. No caso da língua espanhola, sua promoção por parte do Estado espanhol não se atém aos dias atuais, mas tem relação com o seu passado e o apogeu do império espanhol. Entender a atual expansão da língua espanhola, o massivo investimento por parte do Estado espanhol, a estrutura organizacional de sua política linguística, no exterior, e o(s) discurso(s) em favor do idioma evocam ecos do passado que refletem um *continuum* de sua memória histórica. Este capítulo com base em diversos temas dentro do mundo hispânico se propõe a discorrer sobre alguns no intuito de relacionar estes com a atual política linguística da língua espanhola que se apresenta com diferentes leituras dos dois lados do Atlântico, neste caso da Argentina, que embora não tenha uma política linguística tão pujante quanto a peninsular, apresenta ações, em suas práticas, que delineiam uma marca identitária própria.

No entanto, para entender o momento atual, se faz necessário retomar as origens, para se ter uma melhor visão deste grande leque que é a política linguística do espanhol, ou seja, remeter às memórias tanto a coletiva quanto a histórica.

A respeito de memória, cabe considerar aqui, duas definições. Costa (2014) menciona que:

Em seu livro *A Memória Coletiva*, Maurice Halbwachs relaciona memória histórica aquela ligada à cronologia e à existência de uma só história, um fato, e memória coletiva à um grupo limitado no espaço e no tempo. No espaço porque são memórias que existem em um lugar específico e tempo, pois representam o que o grupo foi no passado criando um sentimento de pertencimento nos sujeitos que toma consciência de sua identidade. Logo, há muitas memórias coletivas que são constituídas também por memórias históricas. (COSTA, 2014, p. 1-2) [grifos meus]

Oliveira (2017), assim as apresenta:

As memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica e incluem elementos mais amplos do que a memória construída pelo indivíduo e seu grupo. Um dos elementos mais importantes, que afirmam o caráter social da memória, é a linguagem. As trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio da mesma. (OLIVEIRA, 2017, p. 4) [grifos meus]

No passado, com a conquista de novas terras e conseqüentemente com a expansão territorial do Império, seguiu-se, conjuntamente, a expansão linguística. A célebre frase: “*el sol nunca se pone sobre el império*”⁴⁷, presente em manuais e livros de histórias da Espanha, é uma referência ao apogeu do Império espanhol no século XVI.

Estes fatos auxiliam a entender, por um lado, o forte investimento no idioma, por parte de países europeus, e a sua ocupação na proa da embarcação da difusão do idioma. Mas, por outro lado, levanta a indagação: seria necessário, nos dias atuais, no século XXI, que um único país assumisse a proa da embarcação da nau na promoção do espanhol como LE? Se há só um centro gestor, tal ação parece contradizer o anunciado, de que o espanhol é língua pluricêntrica.

É isso que se propõe neste capítulo, entender as políticas linguísticas do espanhol, que se baseiam no conceito de Hispanismo, surgindo depois a Política Pan-hispânica, tal como anunciada pela RAE em seu portal, e a Hispanofonia, sob o olhar de Del Valle

⁴⁷ No início do século XVI, a frase “o império em que o sol nunca se põe” surgiu como uma apreciação feita por Frei Francisco de Ugalde a Carlos I da Espanha (na época rei de 1519 a 1556) que, como rei da Espanha e imperador do Sacro Império, sob o nome de Carlos V possuía um império que incluía territórios na Europa, ilhas no Mediterrâneo e Atlântico, cidades no norte da África e vastos territórios na América. Disponível em https://es.m.wikipedia.org/wiki/El_imperio_donde_nunca_se_pone_el_sol> Acesso em 21/set/2019

(2007), que a considera uma espécie de transposição do pensamento da memória coletiva e memória histórica de língua comum, do Hispano-americanismo. Se propõe também neste capítulo a ver a situação do espanhol como língua estrangeira (ELE), na Argentina, a partir de alguns autores e pontuar ações de política linguística. Como aponta Varela (2007), ao discorrer sobre políticas linguísticas de ELE, por parte da Argentina, isto se deu de modo tardio.

2.1 O renascimento⁴⁸ do Hispanismo no século XXI

Cock, (2008) ao abordar sobre *Instituciones españolas de cara a la difusión de la lengua: con atención particular a la situación en Bélgica, Estados Unidos y Canadá*⁴⁹, relata um importante dado, de cunho histórico sobre a promoção e difusão da língua espanhola, no exterior. Esta informação reforça o afirmado por López (2016) de que “o conceito de hispanismo parte de dentro para fora”.

La política española de difusión lingüística y cultural se extendió después de la muerte de Franco (1975) y de la caída del franquismo. España quiso perfilarse hacia el extranjero como un país moderno, abierto, de alto nivel cultural. En 1992, la Exposición mundial en Sevilla, la condición de capital cultural europea de Madrid y los Juegos Olímpicos en Barcelona, así como las celebraciones del Quinto Centenario del descubrimiento de América y la creación de la Casa de América, formaron parte de esta operación general de promoción y de prestigio. El ‘Instituto Cervantes’ (IC) se fundó en 1991, en vísperas de esta misma operación. Aunque la acción educativa del ‘Ministerio de Educación y Cultura’ (MEC) ya existía en el extranjero, en 1989 cambió su orientación hacia los no hispanohablantes tras la creación de la función de asesor técnico y de los diplomas de español como lengua extranjera.⁵⁰ (COCK, 2008, p.718).

⁴⁸ O uso do termo “renascimento” se dá em razão da relação que faço com a fênix renascida e as grandes navegações. Para alguns escritores gregos, o prazo de vida da fênix é de 500 anos, passado isso, ela morre e depois renasce das cinzas. Neste caso, a ilustração usada, nesta pesquisa, antes da introdução, com destaque para o título da reportagem **1492, el año en que empezó todo**. Passados 500 anos e um pouco mais, a pedido do Rei Juan Carlos, no ano 2000, no final do século XX e nos albores do século XXI, convocou um grande investimento na língua espanhola, o da sua internacionalização. Outrora, o empreendimento marítimo, agora, o empreendimento linguístico.

⁴⁹ Instituições espanholas para a divulgação da língua. Com especial atenção para a situação na Bélgica, nos Estados Unidos e no Canadá. [tradução minha]

⁵⁰ A política espanhola de difusão linguística e cultural se ampliou após a morte de Franco (1975) e a queda do regime franquista. A Espanha queria se apresentar no exterior como um país moderno e aberto com um alto nível cultural. Em 1992, a Exposição Mundial de Sevilha, a condição da capital cultural europeia de Madri e dos Jogos Olímpicos de Barcelona, bem como as celebrações do quinto centenário da descoberta da América e a criação da Casa de América faziam parte desta operação geral de promoção e prestigio. O Instituto Cervantes (IC) foi fundado em 1991, na véspera desta mesma operação. Embora a ação educacional do “Ministério da Educação e Cultura” (MEC) já existisse no exterior, em 1989 mudou sua orientação para falantes não espanhóis após a criação do papel de assessor técnico e diplomas de espanhol como língua estrangeira. [tradução minha]

Pelo exposto anteriormente, a ampliação da política de promoção do espanhol, após a morte de Franco, se soma a outros acontecimentos e fatos importantes, além do desejo, conforme a citação anterior, de que a “... Espanha queria se apresentar no exterior como um país moderno e aberto com um alto nível cultural”. Tal desejo se efetivou por meio de ações, entre as quais a política linguística para a promoção da língua/cultura, no exterior, por parte do Estado espanhol. Estado aqui compreendido como órgão gestor com políticas próprias, porque inerente à sua natureza e existência.

Na contemporaneidade, países do continente europeu, de línguas hegemônicas, como o inglês, francês, português, espanhol, investem fortemente na difusão dos seus idiomas, expandindo assim as suas “*pólis*”, ao promover as suas línguas/culturas que se efetivam por meio de políticas linguísticas (ação) para a concretização do planejamento da aquisição (*planning acquisition*) tratado por Cooper (2008), citado no capítulo anterior, e esta compreende esforços por agentes (órgãos governamentais) que participam em ações factuais na promoção da aquisição por meio de ensino-aprendizagem do idioma.

Em 11 de outubro de 2000, a poucos meses do início do século XXI, o Rei Juan Carlos se reuniu, em Segóvia, Espanha, com representantes do Instituto Cervantes. Neste encontro, em seu discurso, fizera um pedido de internacionalização da cultura espanhola, conforme o texto digital “*El Rey anima al Cervantes a internacionalizar la cultura española*”⁵¹, reproduzido a seguir:

Don Juan Carlos destacó en su intervención ante los patronos del Instituto Cervantes que se ha logrado internacionalizar la economía y que la lengua española se ha convertido en universal, gracias a que constituye el vínculo y la identidad de la inmensa comunidad iberoamericana. Y tomando como punto de partida estas premisas, afirmó: “Ahora os convoco a internacionalizar la cultura, a que las artes, las letras, el cine, la música, la ciencia y el pensamiento sean conocidos y apreciados por todos en todas partes”. Para ello consideró imprescindible el esfuerzo en formar profesores que ofrezcan una enseñanza de calidad, y pidió que se atiende con generosidad a los hispanistas, “para que desarrollen su ilusionada tarea en las mejores condiciones”, y que se cuide con esmero a los alumnos que han decidido estudiar nuestra lengua.

⁵¹ Dom Juan Carlos destacou em seu discurso, perante os responsáveis pelo Instituto Cervantes, que a economia foi internacionalizada e que a língua espanhola se tornou universal, graças ao fato de constituir o elo e a identidade da imensa comunidade ibero-americana. E tomando essas premissas como ponto de partida, ele afirmou: “Agora eu os convoco a internacionalizar a cultura, para que as artes, as letras, o cinema, a música, a ciência e o pensamento sejam conhecidos e apreciados por todos em todas as partes”. Para isso, considerou fundamental o empenho na formação de professores que ofereçam educação de qualidade e solicitou que os hispanistas sejam generosamente atendidos, “para que desenvolvam seu trabalho com entusiasmo e nas melhores condições” e que se cuide com esmero dos alunos que decidiram estudar a nossa língua. (Rei Dom Juan Carlos, 2000, tradução minha)

⁵¹ Disponível em: <<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0017.html>>

Do pedido do Rei da Espanha, ressaltam-se quatro pontos: a) o fato de a língua espanhola ter se tornado “universalizada”, b) a convocação que faz de internacionalizar a cultura e tudo a ela relacionado, c) o tratamento generoso aos hispanistas e d) tratar com esmero os aprendizes de espanhol. Dito de outro modo, internacionalizar a cultura da imensa comunidade ibero-americana, isto é, a dos falantes de espanhol tanto da Espanha quanto da América Hispânica, compreende fomentar a língua e isto implica uma ação dos linguistas, neste caso, os do Instituto Cervantes. Mas a efetivação desta ação está condicionada aos hispanistas – neste caso, professores –, para que estes alcancem um ensinamento cuidados aos aprendizes do idioma cervantino.

Tal ação, neste caso, o discurso (pedido) do Rei, apresenta dois pontos: i) o desejo (ideário) de “internacionalizar a cultura”, isto é, compartilhar e fazer conhecidas as expressões culturais produzidas em língua espanhola e ii) a convocação, por parte do órgão do Estado Espanhol, ao Instituto Cervantes, órgão promotor do idioma espanhol, uma ação/execução de uma política linguística, pelo viés cultural que compreende divulgar as artes, as letras e a língua, conjuntamente, pois esta permeia as produções culturais.

Ao propor, neste capítulo, o tema “renascimento do Hispanismo, no século XXI”, usando o exemplo o pedido do Rei Juan Carlos, no final do século XX, já quase nos albores do século XXI, para a promoção do espanhol, o intuito é mostrar que o ideário do idioma e que o desejo de sua expansão, não representa algo novo na história da Espanha. Uma referência ao passado da língua espanhola e seu período áureo propicia “fazer pontes”, entendendo sua ação de expansão, neste século. Em síntese, fios discursivos do presente se entrelaçam aos do passado.

Pode ser que a interpretação do leitor recaia em que eu, ao usar o termo renascimento do espanhol, no século XXI, e detalhar muitas questões relacionadas à Espanha e a sua política linguística do espanhol, possa dar a entender que há muito enfoque no peninsular, em detrimento do que continente americano, mas não é o caso. Se cito, buscando esclarecer alguns pontos, é porque há sentido, e aqui me valho da frase da linguista argentina Arnoux (2012, p.34), “[...] *el entramado es complejo, siempre existe un eje o núcleo duro que dá sentido a la totalidad.*”⁵² Ao que acrescento: ou não, pois pode ser que a dúvida permaneça ou outra indagação surja.

⁵² “[...] a estrutura é complexa, há sempre um eixo ou núcleo rígido que dá sentido ao todo.” [tradução minha]

2.2 Fios discursivos do presente entrelaçados ao seu passado

Considerando que um discurso tem uma história e que as histórias presentes, nos discursos, estão entrelaçadas a outros, Foucault (2009) e, igualmente, com base na asserção de Van Dijk (1996, p.17) de que: “[...] discursos, enquanto estórias, não ocorrem *in vacuo*. Eles são produzidos e recebidos por falantes e ouvintes, em situações específicas, dentro de um contexto sociocultural [sic] mais amplo”⁵³, parece ser pertinente uma breve análise sobre o espanhol, a partir de alguns excertos, tomados de textos digitais, de sua promoção, no presente, fazendo referência ao seu passado histórico.

Acercar-se a este contexto sócio-histórico parece contribuir na apreensão de fios discursivos ou sentidos textuais outros, presentes nas dobras textuais, do tema apresentado pelos excertos dos textos, que tratam da valoração do espanhol, sua atual política linguística, o Hispanismo e o espanhol como “língua comum”.

O momento atual desta língua, sua pujança, o destaque que lhe é dado no final do século XX e no decorrer do século XXI, não se detém apenas a esses períodos, mas por trás do desejo de crescimento perpassa uma reconquista do seu apogeu de outrora. Dito de outra forma, para um alcance acurado do sentimento coletivo do hispanismo, isto é, do seu desejo de expansão, é preciso, ainda que de modo sucinto, remeter ao seu passado.

Geralmente, o realce dado ao espanhol, nos textos digitais e, especificamente, nos excertos aqui tomados e citados, não se atém, em grande parte, ao espanhol como língua materna (LM) e como língua estrangeira (LE), mas, de modo geral tratam a língua como um ente, um sujeito. Nestes, observa-se um processo reiterativo (valoração e atribuição de valor à língua) que revela o ideológico. Parece ser que esta ênfase, como recurso discursivo, se ajusta às palavras de Barthes (2001, p.8) ao afirmar: “Não sei se como diz o provérbio, as coisas repetidas agradam, mas creio que, pelo menos, elas significam.”

O *Foro Internacional del Español*, 2015⁵⁴, entre os seus materiais de publicação, apresentou o cartaz⁵⁵ abaixo:

⁵³ Para esta análise, convém substituir falantes por autores dos textos e ouvintes por leitores.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/fie2.0/photos/pb.405611319598715.-2207520000.1436033075./430155180477662/?type=3&theater>

⁵⁵ A tradução segue a ordem dos retângulos da esquerda para a direita. Retângulo 1 - + de 540 milhões de pessoas falam espanhol como segunda língua ou língua estrangeira. Retângulo 2 - Cerca de 470 milhões tem o espanhol como língua materna. Retângulo 3 - Segunda língua do mundo por número de habitantes. Retângulo 4 - 6,7% da população mundial é hispano-falante. Retângulo 5 - Se entenderão em espanhol, 3 ou 4 gerações, 10% da população mundial. Retângulo 6 - 9,2%, contribuição do conjunto de hispano-



Imagem 1 – Foro internacional de lengua española 2015

Para Vilches (1984)⁵⁶, imagem é texto, no sentido que lhe dão teóricos como Hjelmslev, Schmidt, Conte e Eco. Vilches (1984, p.32) reforça a concepção de texto como lugar de produção e interpretação comunicativa, reforçando o pensamento de Eco (1979) de que a imagem é texto, no plano semiótico e no discursivo. Tais concepções podem ser respaldadas no fato de que, a partir do século XIX, foram apresentadas ao homem outras formas de leitura, elaboradas a partir do uso da imagem.

Apoio-me, neste conceito de imagem como texto para analisar a imagem texto-visual acima. Esta está composta por pequenos diagramas visuais-textuais, em um total de 11 (onze), os quais informam e ressaltam para o leitor dados assertivos sobre a língua espanhola. Infere-se tratar de argumentos para mostrar não só a relevância do evento, mas para corroborar o *status quo* desse idioma, ao evidenciar em dados percentuais (quantificadores) fatos sobre o idioma em questão.

Tudo isso reitera o valor da língua espanhola que o Foro buscou ressaltar ao participante/leitor. Esse ato de linguagem visual expressa e denota várias intenções que

falantes ao PIB mundial. Retângulo 7 – Quase 20 milhões de alunos estudam espanhol como língua estrangeira. Retângulo 8 – 3ª língua mais utilizada na internet, depois do inglês e do chinês. Retângulo 9 – Comunicam-se em espanhol, 7,8% dos usuários da internet, em todo o mundo. Retângulo 10 – 807,4% foi o crescimento do espanhol na internet, entre 2000 e 2011. Retângulo 11 – 2ª língua mais usada no facebook e no twitter, as duas principais redes sociais do mundo.

⁵⁶ VILCHES, Lorenzo, La lectura de la imagen. *Prensa, cine, televisión*.9 ed. Barcelona: Paidós,1984

permeiam outras a ela interligadas, tais como: i) o sentimento de língua, (por sentimento de língua me refiro ao tratado quando se abordou o conceito de nação, como uma comunidade que compartilha uma história, hábitos, práticas e tem uma língua em comum); ii) a concepção de língua; e iii) a noção de hegemonia permeada em um discurso que revela “desejo de crescimento e de expansão”, entre outros.

O realce da importância do idioma espanhol nos textos digitais não se atém somente ao espanhol como língua materna (LM) e como língua estrangeira (LE), mas, igualmente, procura enfatizar sobre outros aspectos referentes à língua, mas esta é tratada como um ente, como se apontou inicialmente quando se buscaram algumas definições de língua.

O atual discurso divulgado por agências espanholas, pelo sítio eletrônico *Cuaderno Cervantes*, não se detém aos dias de hoje, mas se transporta ao século XVI e se confirma no artigo *El resurgir del español durante el siglo XVI*, de Nevado Fuentes, (1997, p.17):

*La circunstancia histórica de la España Imperial condicionó la singularidad de un renacimiento cultural, de su desarrollo y evolución. Este período se caracteriza por un interés socio-político y económico de una burguesía incipiente. La cultura humanista preside la dinámica de una crítica social y la felicidad del pueblo, y es un hecho constatable la democratización cultural gracias a una lengua común, la lengua castellana.*⁵⁷

Este contexto remete ao assinalado por Steinberg (1999, p. 247) em *O historiador e a questione della língua* ao afirmar que sobre as línguas “[...] nenhuma resposta pode ser adequada sem uma dimensão econômica, social e política.”

Ainda sobre a importância da língua espanhola, no passado, Nevado Funes, (1997, p.18), cita Geoffrey Parker (1984) e relata que: a) «*En los países Bajos los grandes nobles y algunas figuras literarias escribían y leían en español.*»⁵⁸; b) «*En Italia también alcanzaron gran difusión la lengua y la literatura española.*»⁵⁹ e c) «*Dios se ha hecho español era un dicho común en la Italia del siglo XVI*»⁶⁰

⁵⁷ A circunstância histórica da Espanha imperial condicionou à singularidade de um renascimento cultural, de seu desenvolvimento e de sua evolução. Este período é caracterizado por interesses sócio-políticos e econômicos de uma burguesia emergente. A cultura humanista domina a dinâmica da crítica social e a felicidade do povo, e é um fato constatável a democratização cultural verificável através de uma língua comum, a língua castelhana. [tradução minha]

⁵⁸ Nos países Baixos os grandes nobres e algumas figuras literárias escreviam e liam em espanhol. [tradução minha]

⁵⁹ Na Itália, a língua e a literatura espanhola também alcançaram grande difusão. [tradução minha]

⁶⁰ Deus se tornou espanhol, era um dito ou afirmação comum na Itália do século XVI [tradução minha] Sabe-se que Carlos I, Rei da Espanha, foi Rei do Sacro Império Romano-Germânico consagrado rei da Itália, em 1530.

A reportagem recente (2015), intitulada “*El español: el idioma más tuiteado por líderes mundiales*”⁶¹ cita:

El perfil en español del Papa Francisco (@POntifex_es) se sitúa como el más influyente, con una media de casi 10.000 retuits por tuit publicado, convirtiéndola en la cuenta más redifundida entre las analizadas. Además, el papa repite como el segundo líder mundial más seguido en Twitter, con casi 20 millones de seguidores, tan solo superado por Barack Obama, con cerca de 57 millones.⁶²

O dito popular, muito comum na Itália, do século XVI, pode ser retomada, nos dias atuais, na figura do Papa Francisco, que tem o espanhol como língua materna. A ênfase textual está nos quantificadores “o idioma mais tuitado”, “uma média de quase 10.000 retuítas por tuíte” e nos sujeitos “líderes mundiais”. Isso reflete, no presente, a memória coletiva do pensamento hispânico, o de desejo de reconquista do lugar de prestígio que este idioma ocupara, no passado, o que é corroborado no discurso.

Cabe a observação de Adolfo Taine, referenciado por Baltés (2008, p.79), quem relatou: «*Hubo un momento extraño y superior en la especie humana... de 1500 a 1700, España es acaso el país más interesante de la tierra. Este momento extraño y superior fue descrito, antes que por la historiografía moderna, por la literatura y lectura de la época.*»⁶³

A revista *Times*, (2000) ao tratar da expansão cultural do idioma espanhol, em sua Edição Latino Americana, trouxe o seguinte título na capa: *De volta ao Novo Mundo. A Espanha corporativa desembarcou com vigor na América Latina, incorporando importantes empresas locais em uma nova forma de reconquista*⁶⁴. Ao falar em reconquista, a *Times* rememora as palavras de Nebrija quando este afirma, no Prólogo de sua *Gramática Castellana*, que a língua sempre foi companheira do Império. Ou seja, a

⁶¹ Disponível em: < <https://www.fundeu.es/noticia/el-espanol-es-el-idioma-mas-tuiteado-por-los-lideres-mundiales/>>

⁶² O perfil em espanhol do Papa Francisco (@Pontifex_es) é classificado como o mais influente, com uma média de cerca de 10.000 retweets por tweet publicado, tornando na conta mais retransmitida entre as analisadas. Além disso, o papa aparece como o segundo líder mundial mais seguido no Twitter, com quase 20 milhões de seguidores, sendo superado apenas por Barack Obama, com cerca de 57 milhões
Disponível em: <https://www.abc.es/tecnologia/redes/20150428/abci-espanol-influyente-twitter-201504281702.html>

⁶³ Houve um momento extraordinário e superior para a espécie humana ... de 1500-1700, a Espanha é talvez o país mais interessante do mundo. Este momento extraordinário e superior foi descrito, antes da historiografia moderna, pela literatura e leitura da época. [tradução minha]

⁶⁴ Latin American edition (2000). *Back to New World. Corporate Spain has landed in force in Latin America, snapping up important local firms in a new form of Reconquista.*

língua acompanha o conquistador e este dissemina a sua língua/cultura aos povos ‘conquistados’, assim como, no passado, fizeram os romanos ao deixarem seu traço linguístico-cultural, via idioma, nas terras conquistadas.

Transposição ou não de ideias, ideais e anseios, o fato é que a “reconquista”, como apontada pela *Times*, parece ser irrefutável e se dará por via eletrônica, inclusive, conforme Mora (2000) no texto “*El Cervantes certifica que el español avanza como segunda lengua en EE UU*”⁶⁵.

A (re)conquista citada pela *Times* que compreende empreendimentos econômicos, por sua vez, representa um fortalecimento da nação espanhola e isso irá se refletir na língua, esta como um vetor para a expansão linguística, via política do idioma que também alcançará os Estados Unidos, especialmente a comunidade de língua espanhola. Esta também é considerada quando se fala em geoeconomia do espanhol, isto é, o poder de compra da comunidade hispânica, nas Américas e que, neste caso, inclui a comunidade hispânica dos Estados Unidos, país rico e epicentro das grandes decisões mundiais, entre elas, as de ordem econômica.

Se o espanhol se torna(sse) língua cooficial, nos Estados Unidos, isso representaria o plano ideário de Marcos Marín e António Sardinha, do grande sonho do Hispanismo, da grande nação ibero-americana, que agora teria a ela integrada o país mais poderoso do mundo.

Do texto anteriormente citado de Mora (2000), esta informa sobre a chave o sucesso do espanhol e a internet:

Pero la clave del éxito para triunfar entre las 800 millones de páginas web es la mejoría de la calidad de los contenidos en español. Sólo así se consolidaría el “crecimiento espectacular” obtenido en el último año.

Sabe-se que os meios de comunicação são considerados o quarto poder, como ressalta Crystal (2005) ao tratar o tema das línguas e da internet no século XXI.

O que se depreende da intenção discursiva e do afirmado pelo autor do texto sobre a expansão do espanhol, sobre como se dará o seu “crescimento espetacular” aponta para a alternância de cenário, o mar de outrora, pela web, nos dias atuais. Além de a *web* emergir como um novo “espaço geográfico-virtual” de expansão e de difusão do idioma, este espaço também vislumbrado como uma “mina de ouro”.

⁶⁵ O Instituto Cervantes certifica que o espanhol avança como segunda língua nos EUA [tradução minha]

A esse respeito, Moralez Fernández, no artigo *La mina de oro del español está en la web*⁶⁶, publicado no periódico El País (2015), ao falar do crescimento do espanhol, no espaço cibernético, apresenta uma visão auspiciosa:

Entre 2000 y 2011, el español creció un 807%, todo según el informe *El español, una lengua viva 2014* del Instituto Cervantes. Las llamadas industrias de la lengua española se frotan las manos. La eñe es un negocio en la red, y una muestra de ello es el Foro Internacional del Español (FIE) que se ha celebrado desde el 23 y hasta el 26 de abril en el recinto ferial IFEMA de Madrid.⁶⁷

A *web* passa a ser não só espaço de divulgação de divulgação do idioma, mas um espaço que representa um valor monetário, a língua como bem de consumo. E isso se constata em dois momentos no texto: a) no título, “*La mina de oro del español está en la web*”, [a)A mina de ouro do espanhol está na web], b) “Las llamadas industrias de la lengua española se frotan las manos.” [b) As chamadas indústrias de língua espanhola estão esfregando as mãos.]. O relatório anual (2014)⁶⁸ do Instituto Cervantes, no item “El español como motor económico”⁶⁹, notifica:

2.1 El peso económico del español: Desde una perspectiva económica, la lengua es un componente esencial del capital humano y social de una comunidad¹⁸. De hecho, se estima que un 15 % del producto interior bruto (PIB) de un Estado está vinculado a la lengua¹⁹. Por eso, el peso y potencial de un idioma está íntimamente relacionado con los índices macroeconómicos de los países en los que es lengua oficial.⁷⁰

Até aqui, as falas sobre a expansão do espanhol concebem por parte dos autores dos textos, a língua como um “símbolo” de uma nação, revelando um ideário de língua. E isso aponta para uma política linguística de Estado, do governo espanhol, de cunho hegemônico, em que a abordagem sobre a sua expansão não considera alguns fatores como: o bilinguismo na Espanha, as línguas indígenas da América, a convivência entre estas línguas de contato e a inclusão de línguas minoritárias no espaço hispânico. A

⁶⁶ “A mina de ouro está na internet.” [tradução minha]

⁶⁷ Entre 2000 e 2011, o espanhol cresceu 807%, de acordo com o relatório “O espanhol, uma língua viva”, do Instituto Cervantes, de 2014. As chamadas indústrias de língua espanhola estão esfregando as mãos. A eñe (o ñ) é um negócio na rede, e um exemplo disso é o Fórum Internacional de Espanhol (IEF), que foi realizada de 23 a 26 de abril no IFEMA, em Madrid. [tradução minha]

⁶⁸ Fonte: https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_14/informes/p02.htm#np19n

⁶⁹ O espanhol como motor econômico. [tradução minha]

⁷⁰ Do ponto de vista econômico, a língua é um componente essencial do capital humano e social de uma comunidade. De fato, estima-se que 15% do Produto Interno Bruto (PIB) de um Estado estejam vinculados à língua. Portanto, o peso e o potencial de uma língua estão intimamente relacionados aos índices macroeconômicos dos países onde é a língua oficial.

proposta da fonia hispânica, isto é, sua proposta político-linguística pan-hispânica é uma proposta monolíngue.

Em síntese, as falas são hegemônicas e se repetem, estão inter-relacionadas no que se refere ao pertencimento a uma comunidade, isto é, a uma nação, que têm uma língua em comum e, sobretudo, somado ao desejo de expansão desta *língua comum* e o que a sua expansão representa no imaginário social da comunidade em que é língua materna, neste caso, a Espanha. Tudo isso parece apontar para um olhar hegemônico, pois é a visão não da Espanha, mas sim do Estado sobre o idioma. Este país, que disseminou a sua língua em novas terras, detentor de um glorioso passado que, atualmente, investe bastante na economia na América Latina, e a soma de tudo isso incide na sua ação linguística fora do seu eixo geográfico e se reflete na sua política linguística de promoção do seu idioma.

Aos fatores sócio-linguístico-discursivos com relação ao idioma estariam interligados o “da memória coletiva” e da “memória histórica”⁷¹ de uma história de conquista e da disseminação e do apogeu do idioma no passado.

Pedrosa, em seu artigo: *Análise Crítica do Discurso: Uma Proposta para a Análise Crítica da Linguagem*⁷², cita:

As categorias intertextualidade e a interdiscursividade são bastante exploradas pela ACD, pois ela analisa as relações de um texto ou um discurso, considerando outros que lhe são recorrentes. É apropriado lembrar, aqui, o posicionamento de Bakhtin (2000) de os textos “respondem” a textos anteriores e, também, antecipam textos posteriores. (PEDROSA, 2005, p.3)

Isso posto, os textos atuais que falam da língua, nação, expansão do idioma espanhol retomam um sentimento anterior – com isso me refiro à memória coletiva e à histórica – ligado ao *status quo* da língua espanhola que alcançou o seu apogeu na segunda metade do século XVI à primeira metade do século XVII, especialmente no conhecido

⁷¹ Estes termos são apresentados e suas definições, no início deste capítulo, em 2. Entrando no tema

⁷² Texto disponível em <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>. Último acesso em: 29/05/2016. O texto online, não informa o ano de publicação.

Siglo del Oro (Século do Ouro)⁷³, conforme relata Bennassar⁷⁴ (2000, p.10): «*Propongo llamar Siglo de Oro español «la memoria selectiva que conservamos de una época en la que España ha mantenido un papel dominante en el mundo, ya se trate de la política, de las armas, de la diplomacia, de la moneda, de la religión, de las artes o de las letras»*»⁷⁵.

Ainda sobre o Século do Ouro espanhol (2003:16), esse autor completa que este contou «(...) *con un apogeo político que excedía indudablemente la fuerzas de España y que era portador, sin paradoja, de los gérmenes de la decadencia.*»⁷⁶

No século XVI, a Espanha teve uma grande fortuna em ouro e em prata. Atribuiu-se ao Rei Filipe II, chamado de “Rei Prudente”, a célebre frase: “«*En mi imperio nunca se pone el sol*»⁷⁷. Ao ocupar o trono, herdou terras na Europa, Bélgica, Itália, os reinos de Nápoles e Sicília, Holanda e Luxemburgo e as terras da América Hispânica. Em seu reinado, quando conquistaram as Filipinas, daí surge essa sua famosa frase, o que indicava que, em algum lugar das terras que compunham o seu Império, haveria sempre uma área geográfica do Império com a luz do sol. Este apogeu se estendeu também ao idioma, assim como o Império Romano fizera, quando espalhou o seu idioma pelas terras dominadas.

Informa Albuquerque (2010, p. 335):

As conquistas da Espanha no próprio continente eram o objectivo principal do rei Carlos V, visando transformar o Estado espanhol num império cristão capaz de substituir o Sacro Império Germânico da Idade Média. Para Sérgio Buarque, Castela transformou-se no primeiro império moderno ao procurar constituir-se como um império antigo.

⁷³ Século de Ouro (*Siglo del Oro*), momento, na história da Espanha, séculos XVI e XVII, época considerado o auge da cultura espanhola. Vai do Renascimento até o Barroco. Alguns historiadores atribuem que o Século de Ouro teria começado com a publicação da Gramática Castellana de Nebrija, 1492, expulsão dos mouros pelos reis católicos. Neste mesmo ano, a Espanha foi unificada e as novas terras da América foram descobertas, momento em o espanhol alcançou outras terras e, economicamente, houve um grande fortalecimento da nação e considerada a época do florescimento das letras espanholas. A Espanha alcançou prestígio internacional e isso se estendeu à língua, tudo sendo possível em razão das riquezas coloniais que foram levadas para a península.

⁷⁴ Eu proponho chamar o Século de Ouro espanhol “a memória seletiva que mantemos de uma era em que a Espanha manteve um papel dominante no mundo, quer se trate de política, armas, diplomacia, moeda, religião, artes ou letras. [tradução minha]

⁷⁵ Proponho chamar o Século de Ouro da Espanha de “a memória seletiva que conservamos de uma época em que a Espanha manteve um papel dominante no mundo, seja por meio da(s) política, armas, diplomacia, moeda, religião, de artes ou das letras. [tradução minha]

⁷⁶ com um apogeu político que, sem dúvida, excedeu as forças da Espanha e era portador, sem paradoxo, dos germes da decadência. [tradução minha]

⁷⁷ No meu império, o sol nunca se põe. [tradução minha]

Este contexto histórico auxilia na compreensão do atual *status quo* do idioma e da sua difusão, no mundo, por meio de sua política linguística, e da web como espaço de alto investimento da língua em sua (re)conquista de espaço e do ideário de língua. Dito de outro modo, todas as informações aqui mostradas sobre a língua, seus percentuais de crescimento e de ranking no cenário mundial, aliado à quantidade significativa de tuítes e muito mais de retuítes diários do Papa Francisco, que coincidentemente tem como língua materna o espanhol e o seu investimento na *web*.

Estes discursos (textos digitais) sobre anseio de expansão, sobre o avanço do espanhol, estão permeados de um sentimento de pertencimento, de um passado histórico e que está(ria) por retornar, no presente, a expansão do não agora império, mas da volta do espanhol com o seu *status quo* de outrora.

Estas ideias presentes nos discursos, como se fossem feixes que se entrelaçam – quando se relacionam os textos do presente do espanhol produzidos na península – ao seu passado linguístico heroico, e estes retomam ou se apoiam em argumento com base em fatores históricos, sociais, econômicos e os de ordem de expansão territorial do antigo império e a retomada do espanhol, da nação idealizada sob a perspectiva linguística, isto é, do idioma. Há aí uma relação, interconexão de sentidos, entre essas produções, um processo de interdiscursividade. Termo observado por Fairclough (2003) em sua obra *Discurso e Mudança Social*.

A este respeito, Magalhães, Martins e Resende, 2017, com base em Fairclough (2003), retomam este termo, em que esse analista do discurso crítico observou, de que o texto, materialização do discurso, em sua diversificada produção, aponta para dois casos: ‘intertextualidade’ e ‘interdiscursividade’. Esta última compreendida como: “[...] o conjunto das práticas discursivas, de uma instituição ou sociedade possibilita uma multiplicidade de textos e como estes se relacionam entre si, fixando regularidades e características semelhantes” (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, 2017 p. 42).

Em síntese, os discursos atuais vindos da península sobre a expansão deste idioma, no início do século XXI, estão permeados de fios textuais históricos do passado deste idioma e de seu *status quo*. Isso se confirma na asserção de Benassar, anteriormente citado, quando definiu o Século de Ouro espanhol como sendo “a memória seletiva que mantemos de uma era em que a Espanha manteve um papel dominante no mundo”. E esta emerge, no presente século, sob o viés linguístico, tendo como égide a política linguística da língua espanhola.

2.3 Hispanismo, Hispanofonia e Política linguística Pan-hispânica: alguns conceito(s)

Segundo López García (2012), o conceito de ‘Hispanismo’ parte de dentro para fora. O seu lugar de origem é peninsular, mas seu lugar de ação efetiva se dá, ocorre e se concretiza no exterior. Isso pressupõe que a sua manutenção envolve órgãos do governo para a promoção e difusão da língua espanhola para que ocorra o Hispanismo, para que a concretização do planejamento linguístico ocorra efetivamente e a *fonía* do espanhol faça eco, logrando os objetivos traçados.

A não existência oficial e dicionarizada do termo *Hispanofonía* no Dicionário da Real Academia Espanhola (DRAE) pode ser ilustrada a partir de uma entrevista com o catedrático García de la Concha, publicada em 2009, em que este nega o termo “Hispanofonia”. Segundo suas palavras: “A academia nunca cria palavras, seu papel é o de autenticar ou registrar”⁷⁸. Quando inquirido por um representante da França sobre a hispanofonia, o catedrático lhe informara que embora exista o termo francofonia, para os espanhóis não há o termo *hispanofonía* e sim o termo “*política lingüística panhispánica*”.

Outro catedrático, o linguista López García, da Universidad de Valencia, Espanha, usa o termo *Hispanofonía*, diferenciando-o do termo *Hispanidad*, conforme:

[...] es interesante distinguir entre el «hispanidad» e «hispanofonía». La hispanidad remite a los países hispanos, es decir, aquellos en los que el español es lengua materna y representa la entidad étnica y cultural de sus habitantes. Los territorios hispanófonos son aquellos donde el español no es la lengua materna de la mayoría de sus habitantes, pero donde estos se mueven en su ámbito lingüístico con relativa fluidez, como ocurre en muchas regiones de Estados Unidos.⁷⁹ (LÓPEZ GARCÍA, 2012, p.1)

Ao discorrer sobre a noção de *Hispanidad*, López García, (2007) nega o termo Hispanofonía, informando que:

[...] la lengua europea de importación es un instrumento, no un sentimiento. Por eso, se habla de la Francofonía, como conjunto de países que tienen el francés en calidad de lengua vehicular, pero no de Hispanofonía (concepto al que sólo cabe adscribir Guinea Ecuatorial y, en parte, Filipinas), sino de Hispanidad. En otras palabras, que en las repúblicas hispanoamericanas el

⁷⁸RUBIERA, P. García de la Concha: La Academia nunca crea palabras, su papel es notarial o registral. Fundeu BBVA, 10 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.fundeu.es/noticia/la-academia-nunca-crea-palabras-su-papel-es-notarial-o-registral-2300/>>. Acesso em: 02 Dez 2018.

⁷⁹ Instituto Cervantes. Anuário 2012. S.l. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_12/i_cervantes/p01.htm>. Acesso em: 02 Dez. 2018
[...] é importante discernir entre “Hispanidad” e “Hispanofonía”. A hispanidade se refere aos países hispânicos, isto é, aqueles em que o espanhol é a língua materna e representa a entidade étnica e cultural de seus habitantes. Os territórios de língua espanhola (hispanófonos) são aqueles em que o espanhol não é a língua materna da maioria de seus habitantes, mas onde se deslocam em sua área linguística com relativa fluência, como em muitas regiões dos Estados Unidos. (LÓPEZ, 2012, p.1) [Tradução minha]

nacionalismo se expresa en español. (LÓPEZ GARCÍA, 2007, posição 1290, edição do Kindle)⁸⁰

Desse modo, ao rejeitar o termo Hispanofonia, segundo del Valle (2007, 2015) conceito ideológico, López García reforça o de Hispanidade ao enfatizar que nas repúblicas hispano-americanas o nacionalismo é expressado em espanhol. Em seu modo de pensar, nacionalismo e língua são termos que se fundem.

Ainda nesta questão da compreensão dos termos Hispanofonia e Hispanidade, Lagares (2005), ao discorrer sobre *o espaço político da língua espanhola no mundo*, pontua:

Diferentemente do que acontece no caso francês, de onde se criou o termo *francofonia*, que hoje funciona normalmente nos discursos das instituições responsáveis pela sua gestão (com particulares deslizamentos de sentido, como vimos), no caso do espanhol esse termo com o sufixo *-fonia* não tem tradição de uso, pois o seu lugar como noção delimitadora do espaço político do espanhol foi ocupado historicamente pelo de *hispanidade*, que adotou sentidos mais amplos. Isso constitui, de nosso ponto de vista, uma importante característica diferencial do espaço político internacional da língua espanhola, e tem consequências no modo como este é concebido. (LAGARES, 2005, p.391)

Sobre o Hispanismo, o historiador, Bereid, (2014) ao narrar sobre a metáfora da “reconquista da América”, traz o argumento de que “os países hispano-americanos constituíam uma área de influência linguística e cultural reservada essencialmente à Espanha”. Isso levou o historiador espanhol Altamira, nos anos de 1909-1910, a empreender uma viagem pela América Hispânica (BEREID, 2014, p.635.).

Este historiador, igualmente, informa o alcance da proposta do Hispanismo:

A promoção do hispanismo tornou-se um dispositivo da nova diplomacia, levada a efeito por meio das seguintes linhas de ação: criação de uma *Seção de Política da América e de Relações Culturais*, ampliação do corpo diplomático e consular ibero-americano, apoio a entidades dedicadas à aproximação científica e cultural, e realização de acordos e de eventos que simbolizavam a união hispano-americana. (BEREID, 2014, p.645).

Del Valle⁸¹ (2017), em entrevista ao *LL Journal*, revista dos estudantes de Doutorado, quando perguntado sobre o “futuro do hispanismo”, sentença:

⁸⁰ [...] a língua europeia de importação é um instrumento, não um sentimento. Portanto, falamos da Francofonia, como um grupo de países que têm o francês como idioma veicular, mas não da Hispanofonia (um conceito ao qual apenas a Guiné Equatorial e, em parte, as Filipinas) podem ser atribuídas, mas sim da Hispanidade. Em outras palavras, nas repúblicas hispano-americanas o nacionalismo é expresso em espanhol. [tradução minha]

⁸¹ Entrevista a José del Valle: *Gltopolítica and the racialization of Spanish in the US* para o *LL Journal, The Journal of the Students of the Ph.D. Program in Latin American, Iberian and Latino Cultures*, da Universidade da Cidade Nova York, (CUNY). A entrevista foi ao ar em 12 de maio de 2017. Disponível em: < <https://youtu.be/RLU2fp-qE08>>

La palabra hispanismo es una palabra con ideología muy pegajosa porque está asociada a un, no solo al estudio de la lengua española y de las literaturas en español, sino a un paradigma epistémico concreto que se asocia con España y con la filología española, etcétera, etcétera, y sería muy largo contestarte a la pregunta, digamos, tomando literalmente los hispanismos. No tengo inconveniente en hacerlo, pero me parece que más bien, (...) pero que me estás preguntando qué futuro le veo al estudio del español y a las literaturas que se producen en América Latina, en España, de las culturas, etcétera, etcétera, en términos un poco más amplios. (DEL VALLE, 2017)⁸²

Caso análogo à semântica do termo hispanismo ocorre com a do termo lusofonia. Lusofonia não reflete e nem abarca certos aspectos do português de todos os países em que é falado, não reflete as suas falas, escritas e as culturas dos países de língua portuguesa, pois lusofonia remete tão-somente ao português – falado e escrito – em Portugal, e à literatura portuguesa. Pensar a língua portuguesa considerando o português da comunidade dos países de língua portuguesa abre o leque para discussões que envolvem a língua portuguesa e suas respectivas literaturas, suas políticas linguísticas.

Daí, não é possível se falar em lusofonia aplicado à política linguística do português do Brasil, Angola, Moçambique etc. Freixo (2009) ao discorrer sobre a questão de Portugal e a invenção da Lusofonia, relata a crítica de Celso Furtado, feita em 1992, p.142: “Como preservar a identidade cultural, unidade política em um mundo dominado por grupos transnacionais”). E aponta que:

Nesse quadro de redefinições identitárias e de renegociação dos papéis dos Estados no Sistema Internacional, o Estado português investiu fortemente na construção de um “espaço de *lusofonia*” que lhe permitisse uma maior margem de manobra neste processo. Assim, para que esse espaço se concretizasse, tornou-se necessária a construção de um “imaginário” comum, que fosse aceito por todos os seus membros (FREIXO, 2009, p.147-148)

Ou seja, como informado por este autor, Portugal se valeu do discurso de “identidade linguística” e “cultural” como sustentação para balizar e validar a construção ideológica da ideia da lusofonia e, conseqüentemente, uma “Comunidade Lusófona”. Isso remete a construção de nação como pátria idealizada, imaginada. Domingos Simões Pereira, secretário executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP),

⁸² A palavra hispanismo é uma palavra com uma ideologia muito complicada porque está associada, não apenas, ao estudo da língua espanhola e da literatura em espanhol, mas outrossim a um paradigma epistémico específico associado à Espanha e à filologia espanhola etc. etc. E levaria muito tempo para responder à pergunta, digamos, literalmente analisando literalmente os hispanismos. Não vejo nenhum problema em fazê-lo, mas me parece que, [...] você estaria me perguntando que futuro vejo no estudo do espanhol e da literatura produzida na América Latina, na Espanha, das culturas etc. etc., em termos um pouco mais amplos. (DEL VALLE, 2017)

em fala proferida⁸³, em 2008, mesmo este político reconhecendo não haver consenso sobre o termo lusofonia, entre algumas de suas definições, ele informa que: “A Lusofonia na actualidade, creio eu, é um termo que obedece ao princípio da globalização e interdisciplinaridade onde se almeja afirmar uma identidade comunitária, para além da questão linguística” (2008, p.2). Esta fala de um político reitera o discurso almejado por Portugal de língua como elemento catalisador e unificador dos povos de língua portuguesa, o que se constata em “afirmar uma identidade comunitária”, o que se pode entender como pátria idealizada.

Retomando o tema do Hispanismo e do presente e do futuro do espanhol, nas Américas, especificamente no espaço do Mercosul e o das políticas linguísticas, Heras (2013)⁸⁴, ao apresentar a questão de políticas linguísticas do Mercosul, espanhol e português, usa os seguintes termos: “política linguística regional”, que compreende o ensino e a certificação do espanhol, via diploma de proficiência em espanhol, o CELU, expedido pelo governo argentino, “política linguística hispano-americana”, que compreende “a reciprocidade e a cooperação com as universidades brasileiras” e “política linguística plural”. Este último termo, alcunhado por Hamel (1993), referenciado por esta autora, compreende “interculturalidade e de comunicação em espaços heterogêneos”.

Sobre a proposta política pan-hispânica, o portal eletrônico da Real Academia⁸⁵ informa suas ações:

La política lingüística panhispánica tomó un nuevo rumbo en 1999, publicación de la *Ortografía*, revisada conjuntamente por vez primera por todas las academias, tal como se advierte en la propia cubierta del libro. Esta colaboración se ha incrementado especialmente en la primera década del siglo XXI, con la aparición de obras como el *Diccionario panhispánico de dudas*, el *Diccionario del estudiante*, la *Nueva gramática de la lengua española*, el *Diccionario de americanismos*, la *Ortografía de la lengua española*, *El buen uso del español* y el *Diccionario de la lengua española*, todas ellas con un marcado carácter panhispánico”.⁸⁶

⁸³ Discurso realizado em Encontros da Lusofonia em Torres Novas, 2008. Disponível em: <http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Domingos_Simoes_Pereira/Discursos_DSP/SE_TNOVAS_13NOVO_8.pdf>

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.puertasabiertas.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-9/politicas-linguisticas-en-el-mercosur-una-reflexion-acerca-del-espanol-y-el-portugues-como-lenguas-segundas-y-extranjeras>>

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.rae.es/la-institucion/politica-panhispanica>>

⁸⁶ A política linguística pan-hispânica tomou uma nova direção em 1999, com a publicação da *Ortografía*, revisada pela primeira vez em conjunto por todas as academias, como pode ser visto na capa da obra. Esta colaboração tem aumentado, especialmente, na primeira década do século XXI, com o surgimento de trabalhos como o *Diccionario panhispánico de dudas*, o *Diccionario del estudiante*, a *Nueva gramática de la lengua española*, o *Diccionario de americanismos*, a *Ortografía de la lengua española*, *El buen uso del español* e o *Diccionario de la lengua española*, todos eles com um traço pan-hispânico bem marcado [tradução minha]

Este resultado de ações por parte da Real Academia Espanhola, compreende o que se denomina em políticas linguísticas, de planejamento de corpus (*corpus planning*), isto é, publicações por parte de instituições que “controlam” a língua, criando as normas, cuidando de sua normatização, editando dicionários e definindo para uma maioria o que se deve usar, como e quando.

Del Valle (2007), ao analisar o tema do planejamento linguístico de um “Espanha globalizada”, aponta o alto investimento na promoção do idioma que tem dois órgãos gestores: 1) O Instituto Cervantes, criado em 1991, que trata da ação política efetiva – e isto se constata em suas sedes em várias partes do mundo – e a este compete o *planejamento do status*; e 2) a *Real Academia de Lengua*, que passou a promover a *Asociación de Academias de la Lengua* (ASALE), criada em 1951, e reúne as 22 academias da língua espanhola. Com isso, o centro gestor é a Espanha, pois as decisões finais sobre o *planejamento de corpus*, no final, passam pela Espanha. Por meio da RAE houve diversas publicações que tratam de cuidar da normatização da língua, por meio de publicações.

Ainda sobre a questão da política linguística pan-hispânica: “*En otras palabras, “panhispanizar” supondría unificar lingüística e ideológicamente la lengua española*”⁸⁷ (López García, 2015, posição Kindle 901).

Arnoux (2015, p.40-41) aponta que a política linguística pan-hispânica “*propone un modelo de norma pluricéntrica*”. (propõe um modelo de norma pluricêntrica⁸⁸). No entanto, de acordo com esta linguista, o senso comum de “unidade na diversidade” não é assim tão claro, porque mesmo que o discurso fale em “gestão democrática de língua compartilhada”, tendo os outros países hispano-falantes como copartícipes na execução desta política linguística, por meio das academias de línguas do mundo hispânico, em tese, a Espanha possui lugar privilegiado e (pre)domina sobre a política linguística da área idiomática, ou seja, a Espanha é o centro gestor do idioma.

Há uma proposta política e político-institucional entre a Espanha e a América Hispânica e ações que incluem as academias de língua de todos os países hispânicos. No entanto, os discursos em torno da língua e de sua difusão vão além do pensado e proposto

⁸⁷ Em outras palavras, “pan-hispanizar” significaria unificar linguística e ideologicamente a língua espanhola. [tradução minha]

⁸⁸ Segundo Bagno (2017) por língua pluricêntrica entende-se a falada em mais de um país, apresentando, assim, muitas variedades e uma pluralidade de normas, entre elas, a culta, além de diferenças ortográficas na língua oficial. Neste caso, passa a ter mais de uma academia que cuida da padronização, ou seja, há mais de um centro gestor da língua.

pela RAE. A política linguística (do Hispanismo) ou Política Linguística Pan-hispânica compreende um planejamento linguístico a cargo do Instituto Cervantes, órgão espanhol e promotor da Língua Espanhola, fato que se evidencia nos próprios anais deste Instituto, que informam sobre o crescimento deste idioma e sobre todo o “aparato” envolvido na sua promoção como “língua comum” para interação entre os povos. Tais ações envolvem outros setores como a economia, turismo etc.

A atuação do Instituto Cervantes é assim analisada por Del Valle: “*El Cervantes aporta también su grano de arena a la consolidación de la hispanofonía (entendida como ideología lingüística) al declararse promotor de las expresiones culturales de ambos lados del Atlántico*”⁸⁹ (DEL VALLE, 2007, p.1722).

A Política Linguística Pan-hispânica como uma política do idioma se apoia na língua e no discurso sobre a língua, tendo esta como pilar para outras práticas. A ideia tem a sua gênese na Espanha e se trata de uma ação político-linguística, mas sua concretização ocorre fora da península. Compreender esta política requer entender o conceito de Hispano-americanismo, que será visto no próximo tópico. Del Valle (2007), em seus estudos, defende ser o Hispanismo uma proposta ideológica do Estado espanhol, ou seja, a transferência da ideia do Hispano-americanismo sobre uma nova roupagem e a “promoção” do idioma que se dá por meio da Política linguística Pan-hispânica.

Sobre a atual política linguística do espanhol, do ponto de vista peninsular, informa Lagares (2013) que a Real Academia Espanhola (RAE), nos anos 90, com o crescimento econômico vivido pelo Estado espanhol, elaborou o que veio a ser designado de política linguística pan-hispânica e que esta abarca uma “proposta padronizadora para o espaço internacional do espanhol, e é implementada com o apoio desigual dos governos dos países de língua espanhola e com a decidida intervenção de um conglomerado empresarial que já tinha constituído formalmente uma *Fundación Pro Real Academia Española*, em 1993.” (LAGARES, 2003, p.400).

Considerando o que trata Moreno Cabrera (2010) sobre o a ênfase dada ao espanhol como *língua internacional* em sua promoção, por parte dos gestores da língua, tal defesa reforçaria o discurso interno na península, do espanhol como *língua comum* perante as comunidades bilíngues da Espanha. E aí entra em questão diversos fatores e se indaga: o espanhol como língua internacional serve a quais interesses? No Brasil, o

⁸⁹ O Cervantes também contribui para a consolidação da hispanofonia (entendida como ideologia linguística) ao se declarar promotor das expressões culturais de ambos os lados do Atlântico. (DEL VALLE, 2007, p.1722) [tradução minha]

Hispanismo vai além do plano linguístico e atinge vários outros setores. A obrigatoriedade do espanhol no Brasil, de 1995 a 2016, trouxe maior aproximação em vários outros setores, inclusive comerciais, entre Brasil-Espanha.

Do informado por López García (2012) sobre a Hispanidade e contrastada esta com o que Del Valle (2007) aponta, permite-se pensar a *Hispanofonía* como um ideário de Estado-nação, ou seja, uma expansão do espaço linguístico não mais em novos espaços geográficos a serem “conquistados”, mas, sobretudo, em falantes. Ou seja, a expansão da língua se dará por meio dos novos sujeitos, que passam a adquiri-la como sua segunda língua ou língua estrangeira. Isto se confirma nos quantificadores (dados e percentuais), segundo o informado pelos anais do Instituto Cervantes (2017)⁹⁰:

Aunque no existen datos exhaustivos que analicen de forma comparativa el número de estudiantes de las distintas lenguas en el mundo, se calcula que, después del inglés, el español se disputa con el francés y con el chino mandarín el segundo puesto en la clasificación de idiomas más estudiados como segunda lengua. Según un estudio realizado en 2016 por la plataforma de aprendizaje de idiomas Duolingo, el español, con el 17 % de usuarios globales, sería la segunda lengua más estudiada del mundo después del inglés y por delante del francés, que contaría solo con el 11 % de los usuarios. Sin embargo, en lo que a la dispersión geográfica se refiere, el estudio del español estaría por detrás del francés, ya que solo está presente en 32 países, frente los 35 países en los que se estudia el francés. Los resultados de este estudio reflejan la actividad diaria de los 120 millones de usuarios de Duolingo durante un periodo de tres meses en 194 países” (Pajak, 2016)

Os quantificadores textuais justificam o investimento na promoção e difusão da língua espanhola, isto é, na sua política linguística, conferindo poder simbólico à língua e delineando o seu *status quo*. Por esta razão, considerar quem é o sujeito hispanófono torna-se relevante nesta reflexão, porque não há um ideário de língua que se busque concretizar nas práticas discursivas sem falantes. Mas, sobretudo, cabe o questionamento sobre que ‘ideário linguístico’ o sujeito/professor e o sujeito/aprendiz brasileiro ocupam na proposta do Hispanismo no Brasil.

⁹⁰ Instituto Cervantes. Anuário 2017. S.l. 2017. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_17/informes/p02.htm> Acesso em: 02 Dez. 2018. Embora não existam dados exaustivos que comparem o número de estudantes de diferentes línguas do mundo, estima-se que, depois do inglês, o espanhol é disputado com francês e mandarim o segundo lugar na classificação linguística, mais estudado como segunda língua. De acordo com um estudo realizado em 2016 pela plataforma de aprendizagem de línguas Duolingo, o espanhol, com 17% dos usuários globais, seria a segunda língua mais estudada no mundo após o inglês e à frente do francês, que só teria 11% dos usuários. No entanto, no que diz respeito à dispersão geográfica, o estudo do espanhol ficaria por trás do francês, uma vez que só está presente em 32 países, em comparação com os 35 países nos quais o francês é estudado. Os resultados deste estudo refletem a atividade diária dos 120 milhões de usuários do Duolingo durante um período de três meses em 194 países. (PAJAK, 2016). [tradução minha].

Nós, brasileiros, engrossamos o ideário de uma política linguística do Hispanismo, executada pelo governo espanhol, conjuntamente, com o nosso país. E, neste processo, como professores/hispanistas, isso requer de nós refletirmos o lugar que ocupamos enquanto sujeitos neste processo, pois, dependendo do lugar em que o sujeito se situa no contexto do hispanismo no Brasil, ou ele se torna mero vassalo de uma proposta política ou se propõe a questionar, em uma visão crítica e reflexiva sobre o que faz, o porquê, onde e como atua. Isto é, tal fator leva o sujeito a pensar e a se posicionar no discurso.

Repensar a caminhada pedagógica, refletir sobre o idioma, seu contexto de uso e os fatores sócio-históricos auxilia na apreensão da realidade e na práxis profissional, bem como sujeito/professor que se é, ao auxiliar a proposta de difusão e a consolidação do espanhol e do seu *status quo* como língua internacional.

2.4 Hispano-americanismo

López García (2015) ao se referir ao caso da Argentina, cita uma fala de Quesada, de 1899, em que este defendia a manutenção da raça latina, em razão da quantidade de imigrantes que chegavam à América hispânica. E o meio encontrado foi a língua. Além disso, as razões históricas apontadas por Gabilondo (2009, p.795) alertam para a questão de que essa noção de raça latina foi construída dos dois lados do Atlântico, o que se confirma em: “*La “raza latina” se articula para posicionar a Latinoamérica y España estratégicamente respecto a los impulsores de dicha ideología racial biológica: el imperialismo inglés y el francés, así como el emergente imperialismo norteamericano*”⁹¹.

Com o processo de emancipação dos países, na América, no início do século XIX, surgiram questionamentos sobre o lugar das variedades americanas, e surgiu a indagação do espanhol peninsular como única referência. Afinal, as nações independentes necessitam se estribar na língua, como identidade. No entanto, com o surgimento, na metade do século XIX, das academias de línguas, nas nações hispano-falantes, recém independentes, tal ação “[...] *contribuyó entonces a salvaguardar la legitimidad de la RAE adhiriendo a la norma peninsular y difundiéndola*”⁹².

⁹¹ A “raça latina” é articulada para posicionar a América Latina e a Espanha estrategicamente em relação aos propulsores dessa ideologia biológica racial: imperialismo inglês e francês, bem como o imperialismo americano emergente. [tradução minha]

⁹² [...] contribuiu, portanto, para salvaguardar a legitimidade da RAE, aderindo à norma peninsular e divulgando-a. [tradução minha]

Essa ação conjunta, construída dos dois lados, compreende o Hispano-americanismo. Disso, resultou o Dia da Raça, criado em 12 de outubro de 1892. A esse empreendimento dos dois lados, isto é, dos países hispano-americanos que proclamaram a sua independência, no século XIX e com a Espanha criou-se o que foi denominado de confederação-união. Esta ideia de união se apoiava em alguns elementos em comum, a saber: a língua, a religião católica e a herança da raça espanhola, conforme informado pela *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana* de 1923⁹³:

Denominase de este modo la tendencia y aspiración a una íntima unión entre España y las Repúblicas hispanoamericanas, unidas ya por la comunidad de orígenes, religión, lengua, tradiciones y costumbres, y consistente en una especie de confederación-alianza, en pie de igualdad, pero con la supremacía de honor para España, como madre-común, que trascienda al orden social, jurídico y económico⁹⁴.

Sobre a criação da confederação, esta se deu por outras razões outras, com as alegações e discurso de raça, língua e religião em comum, mas que compreendia questões de natureza política em relação à América anglófona, conforme relatado, igualmente, pela *Enciclopedia Universal*, que informa:

La confederación no serviría solamente para librar la América española de ser sojuzgada por un país de raza, lenguas y costumbres diversas, sino también para mantener la unión y armonía entre diversas Repúblicas, mediante el arbitraje, inspirado en justicia y el amor, ejercido por España para poner término a las discordias interiores de la América española, contribuyendo así a formar los Estados Unidos del Sur, que contrapesarían la acción sajona de los Estados Unidos del Norte.⁹⁵

Del Valle (2007) associa o termo Hispanofonía ao Hispano-americanismo, ao fazer uma transposição de ideias, no plano linguístico, apenas. A tese do Hispanoamericanismo se ancorava entre outros fatores, na língua, compreendido como base de uma “*entidad política y económicamente operativa, es decir, una verdadera hispanofonía*” (DEL VALLE, 2007, posição 523 do Kindle). Ele ressalta que o uso que faz de Hispanofonia, nesta relação, compreende algo idealizado, uma rede de nações que

⁹³ Disponível em: < https://es.wikipedia.org/wiki/Hispanoamericanismo#cite_note-filosofia_1-20>

⁹⁴ Denomina-se, desse modo, a tendência e aspiração a uma união íntima entre a Espanha e as repúblicas hispano-americanas, já unidas pela comunidade de origens, religião, idioma, tradições e costumes, e consistente de uma espécie de confederação-aliança, em pé de igualdade, mas com a supremacia da honra para a Espanha, como mãe comum, que transcende a ordem social, legal e econômica. [tradução minha]

⁹⁵ A confederação serviria não apenas para livrar a América espanhola de ser subjugada por um país de raça, línguas e costumes diversos, mas também para manter a união e harmonia entre as diferentes repúblicas, por meio de arbitragem, inspirada na justiça e no amor, exercida pela Espanha para pôr um fim às discórdias internas da América espanhola, contribuindo, desse modo para a formação dos Estados Unidos do Sul, para contrabalançar a ação saxônica dos Estados Unidos do Norte. [tradução minha]

interagem, entre si, por um meio de uma *língua comum*. Para a sociolinguística, isso é abstração e idealização.

Além das razões políticas já citadas, há um fator social a ser considerado neste contexto do Hispano-americanismo. Isso configurou uma ‘realidade’ social em que o discurso em prol da língua, da raça e da religião se articulavam de modo coeso. Não convém olvidar que havia outro fator que realçava esse pensamento, com a independência de nações da América no século XIX; essas promoviam a entrada de estrangeiros no território americano, de várias nacionalidades, o que compreendia várias línguas. Diante da diversidade linguística que se mostrava naquele momento, era preciso garantir aos Estados-nações recém-criados uma “unidade” nacional, e esta foi concebida por via linguística, valendo-se de um discurso em defesa do idioma oficial ou da *major language*, o espanhol.

Embora com realidade histórica e percursos diferentes, os países hispano-americanos e o Brasil, ver no idioma um meio de alcançar a homogeneização do país, garantindo, assim, a unidade nacional, Guimarães, (2004), relata que com a chegada dos estrangeiros, ao Brasil, no século XIX,: “[...] enquanto língua nacional, o português é significado como a língua materna de todos os brasileiros, mesmo que um bom número de brasileiros tenham como língua materna outras línguas, ou indígenas ou de imigrantes”.

Esses fatos do nacionalismo, da língua e do Hispano-americanismo e das suas razões envolvidas são relevantes para se compreender a relação da América Espanhola com a Espanha, o que, por sua vez, aponta, por exemplo, para o fato de que a Real Academia Espanhola (RAE), mesmo tendo parcerias com as demais academias dos países hispânicos, em última instância, é quem toma as decisões.

Sobre esta questão apontada pelo pesquisador argentino, o sociolinguista brasileiro, Oliveira (2003) narra que:

Norma centralizada, protagonismo da ex-potência colonial, a ação estatal forte num país, Espanha, e fraca no conjunto dos países falantes da língua, no sentido de que só um dos 21 Estados de língua oficial espanhola concentra praticamente toda a ação sobre a língua, deixando-se assim de se aproveitar os recursos e sinergias do conjunto da fonia e criando a situação de que uma crise neste único país desguarnece a ação global para com o idioma. (OLIVEIRA, 2013, p.421)

Cabe ressaltar que vieram para as Américas imigrantes de várias nacionalidades, e, por sua vez, várias línguas. E, naquele momento, era preciso garantir aos Estados-

nações, recém criados, uma “unidade” nacional”, e esta se daria por vias linguísticas. No caso dos países hispânicos, o espanhol, e no Brasil, o português. Tudo isso, no século XIX, configurou uma ‘realidade’ nas Américas que foi proveitosa para a Espanha, no diálogo que resultou no Hispano-americano.

Embora com realidades e questões históricas diferentes, não se pode ignorar que esta questão também foi sentida no Brasil. Sobre o fato de se conceber o idioma para a manutenção da unidade nacional, Guimarães, (2005, p.25) relata que: “[...] enquanto língua nacional, o português é significado como a língua materna de todos os brasileiros, mesmo que um bom número de brasileiros tenham como língua materna outras línguas, ou indígenas ou de imigrantes”.

2.5 Distribuição geográfica do espanhol

Os países hispanófonos, ou seja, países em que a língua espanhola é oficial ou cooficial, compreende 21 países, assim distribuídos por continentes/países: Europa: Espanha. América de Norte: México. América Central: Cuba, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Porto Rico, República Dominicana. América do Sul: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela. África: Guiné Equatorial.

De acordo com o relatório do Instituto Cervantes⁹⁶, de 2017 “*El español: una lengua viva*”, quando apresenta o número de falantes de espanhol e sua previsão de crescimento, assim descreve este idioma e seu atual *status quo*:

El español es una lengua que hoy hablan más de 572 millones de personas en el mundo, ya sea como lengua nativa, segunda o extranjera. Es la segunda lengua del mundo por número de hablantes nativos (con más de 477 millones) y el segundo idioma de comunicación internacional. Es conveniente distinguir los territorios donde el español es lengua oficial, nacional o general, de aquellos en los que su presencia es minoritaria. La mayor parte de los habitantes de los primeros tiene un dominio nativo del español, cosa que no ocurre en los territorios no hispánicos.⁹⁷

As tabelas a seguir apresentam as cifras de falantes, adotando o critério de países com maior número de falantes, em ordem decrescente, conforme o quadro 1:

⁹⁶ O Instituto Cervantes, órgão espanhol, promotor e responsável pela difusão da língua espanhola divulga todos os anos um relatório (informe) da situação do espanhol no mundo. D Fonte: https://cvc.cervantes.es/lengua/espanol_lengua_viva/pdf/espanol_lengua_viva_2017.pdf

⁹⁷ O espanhol é uma língua que, atualmente, mais de 572 milhões de pessoas no mundo falam, seja como língua nativa, segunda ou estrangeira. É a segunda língua do mundo por número de falantes nativos (com mais de 477 milhões) e a segunda língua de comunicação internacional. É pertinente distinguir os territórios onde o espanhol é o idioma oficial, nacional ou geral, daqueles em que sua presença é uma minoria. A maioria dos habitantes dos primeiros tem um domínio nativo do espanhol, algo que não acontece nos territórios não-hispânicos

Cuadro 1. Población de los países hispanohablantes

<i>País</i>	<i>Población¹</i>	<i>Porcentaje de hablantes nativos²</i>	<i>Grupo de Dominio Nativo (GDN)²</i>	<i>Grupo de Competencia Limitada (GCL)¹</i>
México	123.518.270 ⁶	96,80	119.565.685	3.952.585 ⁶
Colombia	49.248.173 ⁷	99,20	48.854.188	393.985
España	46.524.943 ⁸	92,09 ⁹	42.846.978 ¹⁰	3.677.965 ¹¹
Argentina	44.044.690 ¹²	98,10	43.207.960	836.851
Perú	31.826.018 ¹³	86,60	27.561.332	4.264.686
Venezuela	31.431.164 ¹⁴	97,30	30.582.523	848.641
Chile	18.138.749 ¹⁵	95,90	17.395.060	743.689
Ecuador	16.776.977 ¹⁶	95,70	16.055.567	721.410

1 Lewis *et al.* (2016), en *Ethnologue. Languages of the World* (19.^a ed.) eleva esta cantidad hasta los 7.102 idiomas.

2 Moreno Fernández y Otero Roth (2016: 22).

<i>País</i>	<i>Población</i>	<i>Porcentaje de hablantes nativos</i>	<i>Grupo de Dominio Nativo (GDN)</i>	<i>Grupo de Competencia Limitada (GCL)</i>
Guatemala	16.536.036 ¹⁷	78,30	12.947.716	3.588.320
Cuba	11.422.978 ¹⁸	99,70	11.388.709	34.269
Bolivia	11.145.770 ¹⁹	83,00	9.250.989	1.894.781
República Dominicana	10.169.172 ²⁰	97,60	9.925.112	244.060
Honduras	8.886.351 ²¹	98,70	8.751.088	115.263
Paraguay	6.953.646 ²²	67,90	4.721.526	2.232.120
El Salvador	6.349.939	99,70	6.330.889	19.050
Nicaragua	6.218.321	97,10	6.037.990	180.331
Costa Rica	4.947.490 ²³	99,30	4.912.858	34.632
Panamá	4.098.135 ²⁴	91,90	3.766.186	331.949
Puerto Rico	3.411.307 ²⁵	99,00	3.377.194	34.113
Uruguay	3.455.744	98,40	3.400.452	55.292
Guinea Ecuatorial	845.060 ²⁶	74,00	3.400.452	219.716
Total	455.929.054	—	431.505.346	24.423.708

Quadros 3 e 4 https://cvc.cervantes.es/lengua/espanol_lengua_viva/pdf/espanol_lengua_viva_2017.pdf

O universo geopolítico hispânico está assim registrado no plano cartográfico, de acordo com a reportagem de Mundo BBC, com o título *¿En qué países se habla español*

*fuera de España y América Latina?*⁹⁸ em que se tomou como base o relatório do Instituto Cervantes (2016), conforme se reproduz a seguir:

Países donde se habla español



Imagem 2 – Países donde se habla español

2.6 A Argentina e sua(s) política(s) linguística(s)

Sobre a questão da normatização da língua, no mundo hispânico, esta é realizada por meio das Academias, agentes envolvidas no *planejamento do corpus*, tendo como principal gestora, a Real Academia de Lengua (RAE) que, na atualidade, advoga a sua proposta de Política Pan-hispânica, que compreende estabelecer uma *língua comum*, mesmo em um espaço tão diverso, objetivando uma padronização do idioma, que conta com a participação das outras academias, mas com decisão final da RAE. Sobre isso, esclarece López Garcia (2015): “*Así, igualar los términos y elidir al agente planificador devuelven a la Península, poseedora del poder lingüístico, el control del español en los distintos territorios. Las series discursivas de la RAE se apoyan en distintos pilares discursivos.*”⁹⁹ (LÓPEZ GARCÍA, 2015, posição Kindle 881).

Ainda segundo esta pesquisadora, ao discorrer sobre a Academia Argentina de Letras(AAL): “*Las academias americanas legitiman el predominio y el respeto a la*

⁹⁸ Disponível em <http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-38021392>

⁹⁹ Assim, igualar os termos e omitir o agente de planejamento, retornamos à Península, possuidora do poder linguístico, o controle do espanhol nos diferentes territórios. As séries discursivas da RAE baseiam-se em diferentes pilares discursivos. [tradução minha]

norma central promovida y fomentada por la RAE.” (LÓPEZ GARCÍA, 2015, posição 1105 do Kindle).

López García (2015), ao discorrer sobre a Academia Argentina de Letras (AAL), fornece algumas informações e inicia informando que: “*Las academias americanas legitiman el predominio y el respeto a la norma central promovida y fomentada por la RAE.*” (LÓPEZ GARCÍA, 2015, posição 1105 do Kindle).¹⁰⁰ Referencia o linguista argentino Bein quem, em 2004, apontara que os países americanos não possuem em suas políticas estatais, uma política linguística própria, bem precisa.

Sabe-se que o controle social é estabelecido por parte do Estado, via leis. No entanto, este controle não se restringe somente às leis, às normas estabelecidas, mas ocorre, principalmente, por meio de um sistema educativo (Bein, 2006). Este pesquisador diferencia entre “legislação linguística” e “leis linguísticas”. Em sua concepção estas últimas aparecem quando a sociedade gera e produz práticas e representações coletivas não desejadas pelo poder. E a legislação linguística, compreendido o Estado o agente de controle da norma social, este se vale, por meio legal, em tudo que se relaciona com o uso público da língua.

Um exemplo concreto disso é que em um espaço multilíngue, como a Argentina, apesar de o espanhol não ser a língua oficial daquele país, prevista na Constituição, ela é a língua a ser usada nos meios de comunicação:

En nuestro país, por ejemplo, la Ley de Radiodifusión N° 22.285 de 1980 restringió la programación en lenguas extranjeras: las emisiones debían difundirse “en idioma castellano” y las que se difundieran en otras lenguas debían ser “traducidas simultánea o consecutivamente”, con algunas excepciones (por ejemplo, las composiciones musicales o los programas de enseñanza de lenguas.) (BEIN (ed) *et alii*, 2017, p. 4)¹⁰¹

Este tipo de decisão, por parte do Estado, é um modo de controle. Além disso, o espanhol é a língua obrigatória nas escolas e nas universidades e no meio jurídico, em suma, a língua usada nas instâncias de poder. Isso a legitima e lhe confere lugar como língua de “prestígio”.

¹⁰⁰ As academias americanas legitiman o predomínio e o respeito à norma central promovida e fomentada pela RAE. [tradução minha]

¹⁰¹ Em nosso país, por exemplo, a Lei de Radiodifusão N° 22.285, de 1980, delimitou a programação em idiomas estrangeiros: as transmissões deveriam ser transmitidas “em espanhol” e as transmitidas em outros idiomas deveriam ser “traduzidas simultaneamente ou consecutivamente”, com algumas exceções (por exemplo, composições musicais ou programas de ensino de idiomas.) [tradução minha]

Informa ainda este autor que o Brasil constitui mais de 80% da comunidade de falantes dos países signatários do Mercosul, e menciona sobre o estudo do espanhol no Brasil, sancionado por lei de 2005, atualmente revogada, a partir de 2016. Aponta, outrossim: *“De más está decir que la ausencia, durante mucho tiempo, de una política lingüística con relación al español como lengua extranjera hace que hoy día los países hispanoparlantes del Mercosur deben competir con España en la enseñanza de castellano en el Brasil”* (Bein, 2006, p. 11)¹⁰².

E essa questão de uma falta de política linguística própria por parte dos países hispano-falantes aqui na América, quiçá revelem resquícios ainda presentes na memória coletiva, que reproduzem a memória histórica, o Hispano-americanismo, anteriormente abordado. Ao se consultar o site do Instituto Cervantes (Espanha), na seção *“quienes somos”* (quem somos) é informada sua finalidade e seus objetivos. Sobre a sua finalidade, notifica que é a de:

(...) promover universalmente la enseñanza, el estudio y el uso del español y contribuir a la difusión de las culturas hispánicas en el exterior. En sus actividades, el Instituto Cervantes atiende fundamentalmente al patrimonio lingüístico y cultural que es común a los países y pueblos de la comunidad hispanohablante. Está presente en 86 centros distribuidos en 45 países por los cinco continentes. (Site do Instituto Cervantes, seção “quienes somos”)¹⁰³ [grifos meus].

O questionamento que desperta a atenção do leitor é a informação sobre “contribuir na promoção das culturas hispânicas”. Daí surgem algumas indagações: quem promove “as culturas hispânicas”? Há um gestor para a língua? Isso retoma, novamente, à pergunta de Cooper (1986): “Quem planeja o que e para quem?”, ao que se pode acrescentar: e por que meio? e de que modo?

Sobre o Cervantes e sua ação como “gestor das culturas hispânicas”, refletem questões ligadas ao plano das memórias histórica e coletiva e da proposta do Hispano-americanismo. Há aí uma relação (in)direta, e esta se reverbera na política linguística da

¹⁰² Desnecessário dizer que a ausência, por muito tempo, de uma política linguística com relação ao espanhol, como língua estrangeira, significa que, atualmente, os países de língua espanhola do Mercosul devem competir com a Espanha no ensino do espanhol no Brasil. [tradução minha]

¹⁰³ Disponível em: < https://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/informacion.htm > [...] promover universalmente o ensino, o estudo e o uso do espanhol e contribuir para a disseminação das culturas hispânicas no exterior. Em suas atividades, o Instituto Cervantes cuida, essencialmente, do patrimônio linguístico e cultural comum aos países e povos da comunidade de língua espanhola. Está presente em 86 centros distribuídos em 45 países nos cinco continentes. (Site do Instituto Cervantes, seção “quem somos”) [tradução minha]

Hispanofonia, conforme Del Valle (2007), anteriormente mencionado. Afinal, os atos se dão de forma isolada, mas ligados a outras práticas ou ações. Cabe ressaltar que, coincidentemente, o ano de criação do Instituto Cervantes é o mesmo da criação do Mercosul, 1991.

Sobre isso, Varela (2007) ressalta que até os anos de 1990, do século XX, não havia políticas linguísticas sólidas, pensadas para o ensino de espanhol, por parte do Estado, havendo, sim, ações isoladas tão somente. No entanto, ela informa que nestes anos há uma atuação por parte do Estado, mas em modo de “*intervenciones paliativas*”, como se constata em: “*En algunos casos, muy localizados, el Estado de los años ‘90 ensaya intervenciones paliativas (de enseñanza del español como lengua segunda para niños indígenas, por ejemplo)*” (VARELA, 2007, p. 170)¹⁰⁴.

Informa que uma vez explícitas as linhas de ação da Política Linguística Pan-Hispânica, a RAE, em 1999, retirou a Academia Argentina de Letras, como academia associada, tornando-a academia correspondente. Sabe-se que uma academia associada toma decisões conjuntamente, ao passo que como correspondente, ela é ouvida, mas não necessariamente decide, neste caso o *status* não é símile e revela que: “*Desde entonces, su agenda de trabajo se ha adaptado a los requerimientos de la política promovida desde Madrid, sin que ese cambio en su trayectoria haya sido objeto de examen público*” (VARELA, 2007, p.171)¹⁰⁵.

Relata que as ações pensadas em uma política linguística do espanhol, por parte da Argentina, ocorreram de modo isolado, e isso recaiu sobre as instituições de ensino superior e relata que houve um forte programa de ensino de línguas estrangeiros, pensado e executado pela Universidade de Buenos Aires, tendo início em 1994, como atividade extensionista. E que outras universidades argentinas se lançaram na formação de professores de espanhol como língua estrangeira.

E a gestão do idioma como língua estrangeira se dá por parte do Estado, a partir de 2004 conforme anuncia, ações específicas como, por exemplo, o exame de certificação em espanhol, do governo argentino, o CELU. Assim declara:

En 2004, los organismos del Estado deciden tomar cartas en este asunto: por medio de sendas resoluciones, el Ministerio de Educación (MECYT) y el de Relaciones Exteriores (MRECIC) respaldan la creación del Consorcio Interuniversitario para la Evaluación de Conocimiento y Uso del Español, responsable de la elaboración del instrumento oficial de certificación de

¹⁰⁴ Em alguns casos específicos, o Estado, na década de 1990, ensaia intervenções paliativas (por exemplo, ensinar espanhol como segunda língua para crianças indígenas). [tradução minha]

¹⁰⁵ Desde então, sua agenda de trabalho foi adaptada às demandas da política promovida em Madri, sem que essa mudança de trajetória haja sido objeto de exame público. [tradução minha]

conocimientos de la lengua, el CELU (Certificado de español: lengua y uso). Hoy, la demanda por el aprendizaje de español está en expansión en amplias regiones del mundo. (VARELA, 2007, p. 171).¹⁰⁶

Além disso, os acordos com o Brasil se intensificam. Como afirma Varela (2007) “*Una política de ELE [español como lengua extranjera] no puede ignorar su condición de factor clave en un proyecto de integración regional.*” (Varela, 2007, p.172)¹⁰⁷. Outrossim, informa que estas ações e a do Consórcio Interuniversitário apontaram a necessidade de se ter um órgão do Estado como gestor de sua própria política linguística, alinhando as políticas de Espanhol como língua estrangeira (ELE); no entanto, isso, à época do artigo publicado, não fora efetivado.

Essa pesquisadora relata que as ações de política-linguística, na Argentina, ocorreram tardiamente e que a criação do Mercosul despertou e impulsionou maior reflexão sobre a existência de uma proposta de política linguística sólida, visto que com a criação deste mercado surgiram acordos bilaterais e as línguas de ambos países começaram a ser ensinadas. Comenta dos desafios envolvidos na promoção do Espanhol como língua estrangeira (ELE), alertando quão arriscado seria para a Argentina se pautar no molde peninsular que vê o idioma como um bem de consumo, ao que ela denomina de “*paradigma cultura/economía*”, ou seja, o idioma como um bem rentável. E caso a Argentina tome esta prática como referência para o seu modelo de política linguística, corre o risco de deixar de lado, alguns importantes traços da língua(gem): “[...] *su valor identitario, cognitivo, su fuerza de cohesión social, su función fundamental en la constitución de entidades políticas, su valor político-estratégico en el plano internacional.*”¹⁰⁸ (VARELA, 2007, p.12).

Ao refutar a concepção peninsular de língua como bem rentável, esta pesquisadora aponta para a questão da língua como fator de integração regional, no diálogo entre os dois países, Argentina e Brasil, no espaço do Mercosul, e declara que a Argentina, nos dias atuais, possui condições para delinear e promover uma política linguística inovadora, dentro dos desafios propostos pelo século XXI.

¹⁰⁶ Em 2004, órgãos do Estado decidiram adotar medidas sobre esse assunto: por meio de duas resoluções, o Ministério da Educação (MECYT) e o Ministério de Relaciones Exteriores (MRECIC) apoiaram a criação do *Consortio Interuniversitario para Evaluación del Conocimiento y Uso del Español*, responsável pela

elaboração do instrumento oficial de certificação do conhecimento da língua, o CELU (Certificado de Espanhol: língua e uso). Atualmente, a demanda pelo aprendizado do espanhol está se expandindo em grandes regiões do mundo. [tradução minha]

¹⁰⁷ “Uma política da ELE [espanhol como língua estrangeira] não pode ignorar seu status como um fator-chave em um projeto de integração regional.” [tradução minha]

¹⁰⁸ [...] sua identidade, valor cognitivo, sua força de coesão social, sua função fundamental na constituição de entidades políticas, seu valor político-estratégico em nível internacional.

Heros(2012) ao abordar a mudança de política da RAE e desta como principal gestora das Associação de Academias de Língua Espanhola (ASALE) e uma falta de simetria entre as Academias, assinala:

“[...] “es difícil lograr la gran valorada y proyectada equivalencia directiva porque, como señala Arnoux (2005), los países hispanoamericanos no tienen el poder político ni económico para participar y elaborar políticas lingüísticas expansivas de la lengua como España. Por ello, el ente centralizador que controla el español global sigue siendo España.”¹⁰⁹ (HEROS, 2012, posição 852, edição do Kindle)

2.7 Agentes envolvidos e ações na difusão do idioma: Espanha e Argentina

Até aqui se tem falado em gestor(es) da(s) política(s) linguística(s) e gestor(es) do planeamento linguístico e, segundo alguns estudos sobre o Hispanismo, este engloba um traço semântico, que se efetiva oficialmente, por meio da proposta de uma Política Linguística Pan-hispânica, 2004, designada por Del Valle (2007) Hispanofonia, por parte do governo espanhol. E a Argentina, que ainda não possui um órgão gestor do idioma, mas ações da promoção do seu idioma.

Neste item objetiva-se mostrar órgãos envolvidos na promoção do idioma e ações que revelam a materialização da(s) política(s) linguística(s), de ambos os países, de ambos os lados do Atlântico quanto ao espanhol como língua estrangeira (LE) e segunda língua (LS). O intuito é informar o órgão e a sua finalidade ou objetivos e, caso seja necessário para maior elucidação, informando sempre o site, a fonte consultada.

Não necessariamente os órgãos são equivalentes, como no caso do *Instituto Cervantes*, Espanha, e do *Museo del Libro y de La Lengua*, Argentina. O levantamento de dados foi feito na internet consultando as plataformas online.

Para isso, procedeu-se a um levantamento, na internet, considerando as leituras em que órgãos e ações são citados, além de buscas por ações efetuadas. Em alguns casos, foi um trabalho de lapidação na internet. Isso será apresentado no quadro (5) abaixo:

¹⁰⁹ [...] é difícil alcançar a grande e valorizada e altamente projetada equivalência de liderança, porque, como aponta Arnoux (2005), os países latino-americanos não têm poder político ou econômico para participar e desenvolver políticas linguísticas expansivas de idiomas, como a Espanha. Portanto, a entidade centralizadora que controla o espanhol global continua sendo a Espanha. [tradução minha]

Espanha	Argentina
<p>Real Academia Española (RAE) https://www.rae.es/ La institución La Real Academia Española, <u>fundada en 1713</u> por iniciativa de <u>Juan Manuel Fernández Pacheco y Zúñiga</u>, marqués de Villena, «es una institución con personalidad jurídica propia que tiene como misión principal velar por que los cambios que experimente la lengua española en su constante adaptación a las necesidades de sus hablantes no quiebren la esencial unidad que mantiene en todo el ámbito hispánico», según establece el artículo primero de sus actuales estatutos.</p> <p>A instituição A Real Academia Espanhola, fundada em 1713, por iniciativa de Marquês de Villena, Juan Manuel Fernández Pacheco e Zúñiga, “é uma instituição com personalidade jurídica própria cuja principal missão é garantir que as mudanças experimentadas pelo idioma espanhol em sua constante adaptação às necessidades de seus falantes não rompam a unidade essencial que mantém em toda a esfera hispânica “, de acordo com o primeiro artigo de seus estatutos atuais. [tradução minha]</p>	<p>Academia Argentina de Letras http://www.aal.edu.ar/ Estatuto I. Fines de la Academia. Artículo 1.º) La Academia Argentina de Letras, creada por decreto del 13 de agosto de 1931, tiene por fines: a) Contribuir a los estudios lingüísticos y literarios, conservar y acrecentar el tesoro del idioma y de las formas vivientes de nuestra cultura; b) Estimular los múltiples aspectos de la creación literaria, como elementos esenciales de la cultura argentina; c) Velar por el uso correcto y pertinente de la lengua, interviniendo por sí o asesorando a las autoridades nacionales, provinciales, municipales o a los particulares que lo soliciten; d) Fomentar y estimular la labor intelectual.</p> <p>EstatutoI. Objetivos da Academia. Artigo 1) A Academia Argentina de Letras, criada por decreto de 13 de agosto de 1931, visa: a) Contribuir para os estudos lingüísticos e literários, conservar e aumentar o tesouro da língua e das formas de vida de nossa cultura; b) Estimular os múltiplos aspectos da criação literária, como elementos essenciais da cultura argentina; c) Garantir o uso correto e relevante do idioma, intervindo por si só ou aconselhando as autoridades nacionais, provinciais, municipais ou indivíduos que o solicitarem; d) Promover e estimular o trabalho intelectual. [tradução minha]</p>
<p>ASALE https://www.asale.org/ Presentación La Asociación de Academias de la Lengua Española (ASALE), creada en México en 1951, agrupa a las veintitrés corporaciones de América, España, Filipinas y Guinea Ecuatorial. La ASALE, que ha celebrado deciséis <u>congresos</u> desde su constitución a mediados del siglos XX, tiene su <u>sede corporativa</u> en Madrid, en dependencias de la Real Academia Española (RAE). Su organización y funcionamiento están regulados por los <u>estatutos</u> y el reglamento. Los vigentes se aprobaron en Medellín (Colombia) en 2007. El 19 de marzo de 2016 se aprobó, en San Juan de Puerto Rico, la incorporación a la ASALE de la <u>Academia Ecuatoguineana de la Lengua Española</u>.</p> <p>A Associação de Academias de Língua Espanhola (ASALE), criada no México em 1951, agrupa as 23</p>	<p>A Academia Argentina de Letras (AAL) faz parte da ASALE.</p>

<p>corporações da América, Espanha, Filipinas e Guiné Equatorial. A ASALE, que realiza congressos desde a sua criação em meados do século XX, tem sua sede corporativa em Madri, nos escritórios da Royal Spanish Academy (RAE). Sua organização e operação são reguladas pelos estatutos e regulamentos. Os atuais, em vigor, foram aprovados em Medellín (Colômbia) em 2007. Em 19 de março de 2016, foi aprovada a incorporação na ASALE da Academia Guiné Equatorial da Língua Espanhola. [tradução minha]</p>	
<p>Instituto Cervantes (IC) https://www.cervantes.es/default.htm</p> <p>El Instituto Cervantes es la institución pública creada por España en 1991 para promover universalmente la enseñanza, el estudio y el uso del español y contribuir a la difusión de las culturas hispánicas en el exterior. En sus actividades, el Instituto Cervantes atiende fundamentalmente al patrimonio lingüístico y cultural que es común a los países y pueblos de la comunidad hispanohablante. Está presente en 86 centros distribuidos en 45 países por los cinco continentes. Además, cuenta con dos sedes en España, la sede central de Madrid y la sede de Alcalá de Henares</p> <p>O Instituto Cervantes é a instituição pública criada pela Espanha, em 1991, para promover universalmente o ensino, o estudo e o uso do espanhol e contribuir para a disseminação das culturas hispânicas no exterior. Em suas atividades, o Instituto Cervantes cuida, essencialmente, do patrimônio linguístico e cultural comum aos países e povos da comunidade de língua espanhola. Está presente em 86 centros distribuídos em 45 países nos cinco continentes. [tradução minha]</p>	<p>Museo del Libro y de la Lengua</p> <p>(A Espanha não tem museu da língua. O museu da Argentina foi inspirado no museu da Língua Portuguesa, em São Paulo.)</p> <p>El Museo del libro y de la lengua, que abrió sus puertas en 2011, está pensado como un recorrido por la cultura nacional, por la experiencia de nuestra condición de hablantes y lectores. En busca de esa experiencia, las muestras del museo incorporan arte, tecnología, pedagogías y reflexiones de distintas disciplinas, proponiendo al visitante una relación interactiva e invitándolo a que se reconozca como creador y depositario de un tesoro común.</p> <p>O Museu do Livro e da Língua, inaugurado em 2011, pretende ser uma jornada pela cultura nacional, por meio da experiência de nossa condição de falantes e leitores. Em busca dessa experiência, as amostras do museu incorporam arte, tecnologia, pedagogias e reflexões de diferentes disciplinas, propondo ao visitante uma relação interativa e convidando-o a ser reconhecido como criador e depositário de um tesouro comum.</p>
<p>Na Espanha, as Universidades, em sua maioria oferecem cursos de espanhol com língua estrangeira.</p> <p>O governo espanhol, por meio do site do RedELE http://www.educacionyfp.gob.es/educacion/mc/redele/e-studiar-espa-ol-como-lengua-extranjera-en-espa-a.html Este site proporciona ao aprendiz uma busca por centros autorizados, escolas oficiais de idiomas e universidades, por região e cidades, que oferecem cursos de espanhol como língua estrangeira.</p> <p>O candidato seleciona o tipo de curso de espanhol a fazer, a comunidade e a cidade.</p>	<p>Laboratorio de Idiomas de la Universidad de Buenos Aires http://novedades.filo.uba.ar/novedades/laboratorio-de-idiomas-de-la-facultad</p> <p>Este laboratorio ofrece cursos de español bem diversificados, estudiantes universitarios provenientes de los estados unidos, europa, brasil, refugiados, migrantes del este europeo, curso de espanhol para personas em presídios argentinos, que não possuam o espanhol como sua língua materna, difusión do espanhol no Caribe anglófono, capacitación docente, convênios de intercambios con universidades brasileiras e con convenio de intercambios de universidades del Mercosul, cursos em empresas e órganos federales.</p>

	<p>Cuenta con 15.000 alumnos anuales, de los cuales 2000 son estudiantes extranjeros de español.</p> <p>Conta com 15.000 alunos anuais, dos quais 2000 são estudantes de espanhol, língua estrangeira. [tradução minha]</p>
Mercado editorial de publicação de materiais didáticos para alunos e professores	
<p>Na Espanha há um forte mercado editorial com diversificadas publicações de materiais didáticos de Espanhol como língua estrangeira (ELE).</p> <p>Na página eletrônica de Profesores de ELE, https://profesoresdeele.org/editoriales-de-ele/.</p> <p>Nesta, atualmente, figuram vinte e cinco editoras que publicam materiais destinados ao ensino do espanhol, espanholas e estrangeiras, do continente europeu, e uma, da Argentina, <i>Voces del Sur</i>.</p>	<p>ELSE http://www.else-argentina.org/</p> <p><i>ELSE es Español como Lengua Segunda y Extranjera.</i> <i>ELSE-Argentina.org es el resultado de los proyectos de investigación y desarrollo PID 061 y PICT 1889 (PAE 37155), subsidiados por la Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica y la Universidad Nacional de Mar del Plata de la República Argentina. Los proyectos se extendieron entre 2009 y 2014 con el aporte de Tinta Fresca S.A. como institución adoptante de los resultados.</i> <i>El objetivo de los proyectos fue elaborar – hasta la etapa de matriz editorial- un catálogo completo de libros de ELSE que incluyera los títulos indispensables para satisfacer la demanda y los requerimientos básicos del mercado local e iniciar el desarrollo de la industria argentina de libros de enseñanza de español como lengua extranjera.</i></p> <p>O ELSE significa Espanhol como segunda língua e estrangeira. O ELSE-Argentina.org é o resultado dos projetos de pesquisa e desenvolvimento PID 061 e PICT 1889 (PAE 37155), subsidiados pela Agência Nacional de Promoção Científica e Tecnológica e pela Universidade Nacional de <i>Mar del Plata</i> da República Argentina. Os projetos foram estendidos, entre 2009 e 2014, com a contribuição da Tinta Fresca S.A. como instituição que adota os resultados. O objetivo dos projetos era elaborar - até o estágio da matriz editorial - um catálogo completo de livros ELSE que incluísse os títulos essenciais para atender à demanda e os requisitos básicos do mercado local e iniciar o desenvolvimento da indústria argentina de livros didáticos de Espanhol como língua estrangeira. [tradução minha]</p>
Certificados de Proficiência em Espanhol	
<p>DELE https://exámenes.cervantes.es/es/dele/que-es</p> <p>Los diplomas de español DELE son títulos oficiales acreditativos del grado de competencia</p>	<p>CELU https://www.celu.edu.ar/pt-pt</p> <p>Argentina conta com uma certificação de Espanhol de validade internacional: o CELU, Certificado de Espanhol: Língua e Uso. É um</p>

<p>y dominio del idioma español, que otorga el Instituto Cervantes en nombre del <u>Ministerio de Educación y Formación Profesional de España</u>.</p> <p>Os diplomas de espanhol do DELE são certificados comprobatórios do grau de competência e domínio da língua espanhola, concedido pelo Instituto Cervantes em nome do Ministério da Educação e Formação Profissional da Espanha. [tradução minha]</p>	<p>certificado de proficiência de espanhol como língua estrangeira que pode ser obtido por todos os estrangeiros que não tiverem o espanhol como primeira língua e quiserem validar sua capacidade de usar este idioma como língua segunda para âmbitos de trabalho e estudo. O CELU é o único exame reconhecido oficialmente pelo Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.</p>
<p>SIELE https://siele.org/pt/home SIELE é o Servicio Internacional de Evaluación de la Lengua Española atestando o grau de domínio do espanhol por meio eletrônico destinado a estudiantes e profesionales dos cinco continentes. É promovido pelo Instituto Cervantes, da Universidad Nacional Autónoma de México, a Universidad de Salamanca e da Universidad de Buenos Aires, garantindo normas de boas práticas de qualidade no desenvolvimento dos testes, bem como a utilização de diferentes variedades linguísticas do mundo hispânico.</p>	<p>A Argentina não possui este certificado, mas o site do Instituto Cervantes informa que a Universidad de Buenos Aires faz parte dos centros promotores desse certificado, conforme informação ao lado.</p>

2.8 Hispanismo nas Américas

“La patria es la lengua, más que el paisaje o la gente”
(Arnaldo Calveyra)¹¹⁰

A América Hispânica encorpa o grande discurso da proposta de *fonia* do espanhol. Dos vinte e um países que compõem o mundo hispânico, dezenove países se situam deste lado, na América. A esse respeito, Marcos Marín (2001)¹¹¹ vaticina que:

Es necesario decir que el español del siglo XXI será americano o no será, para añadir a continuación que **será**. En ese futuro ya está implicado el porvenir de los propios españoles, cuyo esfuerzo inversor resulta decisivo en el proceso. De ahí derivan actitudes conceptuales tan claras como la que expresa el Instituto Cervantes cuando afirma, en todas sus presentaciones oficiales, que “ni un paso sin Iberoamérica. (MARCOS MARÍN, 2001)¹¹²

À época em que Marcos Marín (2001) fizera esta afirmação e sentenciado que no século XXI o espanhol seria americano, o autor ressalta que se trata de ação conjunta: nem um passo sem a Ibero-américa. Esta noção compreende os países em que o espanhol e o português são línguas dominantes.

Este linguista usa o termo “americano” sem especificar a que parte das Américas faz referência. Mas pode-se indagar para o seguinte fato: se na América Hispânica o espanhol é língua dominante, em dezenove países, a que se referiria tal asserção? A resposta a isso está em outra afirmação sua que aponta o papel dos Estados Unidos e do Brasil no cenário de expansão da língua e da proposta da política linguística do espanhol, conforme se confirma em:

El reto fronterizo del español es otro: que los hablantes de español en los Estados Unidos o entre Brasil y los países limítrofes recuperen la conciencia de pertenecer a una comunidad lingüística de prestigio, mediante la adecuada política cultural. Instituciones como el Instituto Cervantes y las hispanoamericanas que el tiempo traerá tienen ahí un campo amplísimo para labrar. Ni que decir tiene que se hará mejor y más deprisa si se consigue un auténtico esfuerzo de cooperación, amparado en marcos de acción conjunta. La realidad cotidiana de las Academias de la lengua demuestra que es una

¹¹⁰ Calveyra, poeta argentino, radicado na França. Disponível em: <<https://www.fundeu.es/noticia/la-patria-es-la-lengua-3431/>>

¹¹¹ De lenguas y fronteras: el Spanglish y el Portuñol. 2011. Disponível em: <<http://webs.ucm.es/info/circulo/no17/marcos.htm>>

¹¹² É necessário dizer que o espanhol do século XXI será americano ou não será, para acrescentar a seguir que será. [sic] O futuro dos próprios espanhóis, cujo esforço de investimento é decisivo no processo, já está envolvido nesse futuro. Daí derivam atitudes conceituais tão claras quanto a expressa pelo Instituto Cervantes, quando afirma, em todas as suas apresentações oficiais que: “nem um passo sem a Ibero-América. [Tradução minha]

aspiración real, más allá de lo meramente posible. (MARCOS MARÍN, 2001)¹¹³

Esse autor aponta para um cenário auspicioso para a língua. Neste contexto, destacam-se os Estados Unidos e o Brasil. O linguista aponta para o fato de que os falantes de espanhol, nestes dois países, “recuperem a consciência de pertencerem a uma comunidade linguística de prestígio”. Ele reclama o lugar da língua, isso é, seu *status*. Neste caso, o protagonista compreende o idioma *per se*. E diante disso, anuncia o Instituto Cervantes como gestor da política linguística e reclama o seu país como centro de decisão de uma língua pluricêntrica como é o espanhol. E isso se confirma nas considerações finais (reflexões) do seu artigo, ao declarar que:

El papel de España en el proceso es muy relevante. Para su consolidación, dado su carácter demográficamente minoritario, es imprescindible intensificar los esfuerzos de coordinación de actividades educativas y culturales, con su vertiente industrial, comercial. Se está dando el apoyo de las grandes multinacionales con base en España a estas actuaciones. Falta, todavía, una mayor coordinación entre los organismos que hacen esa política en España y con los latinoamericanos correspondientes. Es preciso, también, un incremento de la cooperación hispano-mexicana en los Estados Unidos, que crecientes movimientos en el primer país hispanohablante reclaman. (MARCOS MARIN, 2001)¹¹⁴

Ao se referir à Espanha, como lugar gestor da língua, recorre à ação das grandes multinacionais, situadas na Espanha, que apoiam o projeto político linguístico de fomento ao idioma, em solo americano, que inclui os dois grandes países do continente, Estados Unidos, em que há um grande percentual de falantes, e o Brasil, rodeado de países hispano-falantes e que está envolvido com o Mercosul, que entre as línguas oficiais tem o espanhol.

¹¹³ O desafio fronteiriço do espanhol é outro: os falantes de espanhol nos Estados Unidos ou entre o Brasil e os países vizinhos recuperem a consciência de pertencer a uma comunidade linguística de prestígio, por meio de políticas culturais apropriadas. Instituições como o Instituto Cervantes e as hispano-americanas que o tempo trará têm um campo muito amplo para trabalhar. Desnecessário dizer que será melhor e mais rápido se for alcançado com um esforço cooperativo genuíno, escorado em quadros de ação conjunta. A realidade cotidiana das Academias da língua mostra que é uma verdadeira aspiração, além do que é meramente possível. (MARCOS MARÍN, 2001)

¹¹⁴ O papel da Espanha no processo é muito relevante. Para sua consolidação, dada a sua natureza demograficamente minoritária, é essencial intensificar os esforços para coordenar as atividades educacionais e culturais, com seu lado industrial e comercial. O apoio das grandes multinacionais sediadas na Espanha está sendo dado a essas ações. Ainda é necessário maior coordenação entre as organizações que fazem essa política na Espanha e com os correspondentes latino-americanos. Também é necessário aumentar a cooperação espanhol-mexicana, nos Estados Unidos, exigida pelos movimentos crescentes no primeiro país de língua espanhola. (MARCOS MARÍN, 2001) [tradução minha]

Esta visão da Espanha como centro gestor não se circunscreve apenas à visão de um linguista espanhol, o político e poeta português, António Sardinha, em sua defesa do hispanismo, abordado por Gomes (2015)¹¹⁵ informa a respeito deste que:

Cabe aqui recordar desde já, que o conceito de «hispanismo» de Sardinha consiste claramente em colocar Espanha e Portugal num prestigiante pé de igualdade. Nesta ótica, cada uma das duas nações devia ser olhada como uma das bases de uma civilização ibérica que excedia em muito os próprios limites fronteiriços da Península. No fundo, o « hispanismo » devia então começar por ser compreendido como uma perceção geográfica transnacional da história ibérica. Uma perceção que, note-se, Sardinha achou perfeitamente ilustrada na opinião do publicista francês Maurice Legendre (1878-1955), no *Portrait de l'Espagne* (1923) : «A Ibéria é a Espanha é Portugal, é o México, é o Brasil e a Argentina, e as vinte nações que se defendem contra a invasão do mercantilismo Yankee. (GOMES, 2015, p 4).

Ao considerar a Espanha e Portugal “em pé de igualdade”, o pensador português reclamaria o espaço de Portugal, no contexto maior da Ibéria (Espanha e Portugal) e se pautava em que o hispanismo como “percepção transnacional ibérica”. É um olhar ideológico que remete à sua história, a da península ibérica, de seu outrora lugar de prestígio como países colonizadores. Com isso, nota-se que os discursos do presente se entrelaçam aos do passado e isso será considerado mais em frente, mas também têm referência com a economia, lugar em que ocupa no mundo etc.

O pensamento de Marcos Marín e de António Sardinha sobre o Hispanismo têm relação com o que Roland (1997) aborda ao discutir sobre nação e literatura e pontuar a questão da filiação, nação e língua, como se observa em: “A filiação a uma nação é precisamente o vínculo que ancora o indivíduo em uma língua, uma história, uma paisagem, uma sociabilidade e uma origem mítica comum” (ROLAND, 1997, 64). A isso ela denomina como sendo cosmovisão, termo conhecido também como mundividência e compreende uma soma de sentimentos, crenças e percepções de ordem intuitiva, por parte do indivíduo com relação ao mundo.

Ainda neste pensamento de língua como filiação a uma nação, isso se reflete na reportagem *Mi patria es mi lengua* Suárez (2016)¹¹⁶, ao frisar o fato de ter sido criado na Catalunha, critica o nacionalismo catalão, reivindicando sua língua da infância, a espanhola, aprendida em família. Daí enfatiza: “*Mi patria es mi lengua, escribió Pessoa, para quien habría sido más soportable una agresión a su país que a su cultura. La patria*

¹¹⁵ GOMES, George Manuel (2015). A construção do «hispanismo» na obra política de António Sardinha (1915-1925), disponível em: <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/1699>>

¹¹⁶ Disponível em <<https://www.elmundo.es/opinion/2016/12/28/5862cc64468aeb9078b462c.html>>

es la infancia, sostuvo Rilke. Lengua e infancia son cuñas de la misma madera: el origen.”¹¹⁷

Neste caso, língua se transformaria em um mito, passa a ter valor ideológico, transcende o real, com o desejo de que a nação e a língua ascendam ao Olimpo, no sentido de superação do real, sendo, desse modo, eternizada. Essa quimera desconsideraria o fato de que as línguas em contato sofrem mudanças como o *Spanglish* e o Portunhol nas Américas. Esse ideário, por parte dos dois pensadores nacionalistas, revela desejo de projeção da língua e sua filiação a uma nação maior, o espaço ibérico, que compreende Espanha e Portugal.

Cabe assinalar para o fato de que, sendo “o espanhol do século XXI americano” em sua proposta de fonia, representaria uma América com uma *língua comum* e não uma América Hispânica Multilíngue, que em sua política linguística englobaria as outras línguas aqui faladas – *quechua*, *guarani*, *aimara*, *náhuatl*, *maya*, *mapdungun* ou *mapuche*, entre outras – porque estas não entram na pauta de discussão do Hispanismo.

Sobre esta questão da proposta do espanhol e seu avanço em solo americano, García (2007) aponta para outro fator previsto na expansão dessa língua:

El avance del español en el mundo (...) no sólo se refiere a su expansión en países de lengua diferente, como Brasil o Estados Unidos, también se constata su avance en el interior de los países hispánicos, el cual sólo puede lograrse, como es lógico, por relación a los propios ciudadanos, precisamente a aquellos que hablan lenguas distintas. Tal vez la perspectiva más adecuada para afrontar este tema sea la sociológica (porcentaje de hablantes de una y otra lengua, índices de abandono de cada idioma indígena americano en favor del español a lo largo de un período, variables sociolingüísticas que han regulado este proceso de desplazamiento...). (LÓPEZ GARCÍA, posição ¹¹⁸ 1113-1121, edição do Kindle)¹¹⁹

Tal expansão do idioma, parece apontar, no futuro, a extinção de línguas indígenas, no países latino-americanos. Crystal (2005) ao comentar sobre morte de línguas, aponta critérios envolvidos para a manutenção de línguas minoritárias, mas

¹¹⁷ Minha pátria é minha língua, escreveu Pessoa, para quem uma agressão contra seu país teria sido mais suportável que sua cultura. A pátria é infância, disse Rilke. Linguagem e infância são fatias da mesma madeira: a origem

¹¹⁸ Os *e-books*, versão Kindle, não informam número de páginas, mas apenas posição.

¹¹⁹ O avanço do espanhol no mundo [...] não se refere apenas a sua expansão em países de diferentes idiomas, como o Brasil ou os Estados Unidos, mas também ao seu avanço, no interior dos países hispânicos, que só pode ser alcançado, como é lógico, em relação aos próprios cidadãos, precisamente aqueles que falam línguas diferentes. Talvez a perspectiva mais apropriada para abordar essa questão seja a sociológica (porcentagem de falantes de uma ou outra língua, índices de abandono de cada língua nativa americana em favor do espanhol por um período de tempo, variáveis sociolingüísticas que regularam esse processo de deslocamento ...).

ressalta que, embora seja árduo, há que se pensar no que ele denomina de “consciência linguística”, e isso se evidencia em: “Comparadas a esses períodos de tempo, as conquistas da linguística por meio da conscientização em uma só década foram na verdade enormes” (CRYSTAL, p.114,115). No entanto, reconhece que a manutenção de línguas em risco irá depender de duas tomadas de posição: i) interesse particular, por parte da comunidade de falantes, ii) interesse por parte das instâncias governamentais, locais, regionais, ao que ressalta também a participação de outras instâncias de poder, isto é, a órgãos internacionais.

Retomando a afirmação de Marín sobre o espanhol do século XXI de que este «[...] *será americano o no será, para añadir a continuación que será* [sic]», traz o futuro como marca temporal e discursiva, em três momentos. Um olhar sobre a gramática e os traços semântico-discursivos deste verbo “será”, corresponde: a) à ação subsequente ao momento presente, b) ao valor de mandato, dando ênfase à ordem, especialmente com a partícula negativa “no” que antecede o segundo “será” e c) à conclusão: retoma-se o conceito expresso em “a”, antecedido por uma locução “a continuación” (a seguir) que expressa ideia de imediatamente, ou seja, para ele a ação de promoção da língua deve ser imediata. Isso posto, de suas falas se infere o expresso desejo de expansão da língua e da política linguística do espanhol em curso.

Refletindo sobre a ênfase dada por Marcos Marín ao citado, anteriormente, de que falantes de espanhol, nos Estados Unidos e no Brasil, “recuperem a consciência de pertencerem à uma comunidade linguística de prestígio”, observa-se que tal asserção é de cunho ideológico, o que se constata em sua valoração sobre a língua, em: “comunidade linguística de prestígio”. O que vem a ser, afinal, uma língua de prestígio, quem a determina e para quem e quais parâmetros seriam usados para a sua aferição.

O “fortalecimento” das comunidades hispânicas, nos Estados Unidos, e do Hispanismo no Brasil, via consciência do valor do idioma por meio de sua aquisição, aponta estes dois países como o baluarte da política Pan-hispânica. Os Estados Unidos, se tivessem o espanhol como língua cooficial neste século 21, se alcançaria a realização do sonho idealizado de expansão das políticas de difusão do idioma, porque seria a expansão do idioma em um grande país com grande força político-econômica no mundo e, igualmente, via cultural, afinal o que é o cinema norte-americano senão o maior difusor da língua inglesa? Neste caso, a esperança reside em produção de filmes em espanhol, mas vinda de um país, o maior produtor mundial de filmes, epicentro do cinema mundial.

E o Brasil, ao ter o espanhol como segunda língua, em um futuro próximo também faria parte do plano de expansão do idioma, uma vez que é um país de liderança da América do Sul, em termos políticos e econômicos. Tudo isso conferiria mais força política *ao status quo* da língua espanhola.

O *Atlas de la Lengua Española* (2016) informa a situação desta, nos Estados Unidos: “*Posteriormente, el creciente peso de América en el mundo hispánico en términos demográficos, políticos y económicos, pero también culturales y de creación artística, atrajo la atención internacional hacia lo hispanoamericano, particularmente en Estados Unidos*” (MORENO FERNANDEZ; ROTH, 2016, p.110)¹²⁰.

O linguista mexicano LARA (2011)¹²¹ em seu artigo “*Pensar la lengua del siglo XXI*”, aponta o lugar que o idioma espanhol ocupa, neste século, ao afirmar:

Así, el español actual de España no es sino una más de las lenguas nacionales del mundo hispánico. El español actual es el conjunto de veintidós españoles nacionales, que tienen sus propias características; ninguno vale más que otro. La lengua del siglo XXI es, por eso, una lengua *pluricéntrica*.” (LARA. *Pensar la lengua del siglo XXI*, 2011).

Este linguista ressalta o fato de que o espanhol, com a variedade espanhola, “*no es sino una más de las lenguas nacionales del mundo hispánico*” (“é apenas uma das línguas nacionais do mundo hispânico”), o que parece apontar para um fato sociolinguístico, mas também um fato político, uma vez que, ao informar que o espanhol é uma língua pluricêntrica, já aponta que não há apenas um centro gestor, mas há outros.

Ao citar vinte e dois países, Lara (2011)¹²² parece incluir os Estados Unidos, no entanto os dados oficiais informam que, atualmente, há vinte e um países que têm o espanhol como língua oficial ou cooficial.

Ao informar o espanhol como língua pluricêntrica, isso representa, no caso das línguas que entraram via colonização, o fato de elas terem mais de um centro que legisla

¹²⁰ Posteriormente, o crescente peso da América no mundo hispânico em termos demográficos, políticos e econômicos, mas também a criação cultural e artística, atraiu a atenção internacional para o hispano-americano, particularmente nos Estados Unidos. (MORENO FERNANDEZ; ROTH, 2016, p.110) [Tradução minha]

¹²¹ Assim, o atual espanhol da Espanha é apenas uma das línguas nacionais do mundo hispânico. O espanhol atual é o conjunto de vinte e dois espanhóis nacionais, que têm características próprias, em que nenhum vale mais que o outro. A língua do século XXI é, portanto, uma língua pluricêntrica.” (LARA, 2011) [Tradução minha]

Disponível em: <https://www.clarin.com/rn/literatura/La_perspectiva_linguistica_0_B19xjT3wXe.html>

¹²² Me pauto no relatório do Cervantes, o último de 2018 continua informando que são 21 países de língua espanhola. No entanto nas leituras, alguns autores de texto, pesquisadores citam 22 países e o único a citar 23 países é o linguista Lara.

e decide sobre o idioma. No futuro, isso quiçá dê lugar a uma instabilidade de centros gestores da língua, uma vez que se esta se tornar língua cooficial, nos Estados Unidos, isso poderá retirar a Espanha do epicentro das decisões, porque com a força econômica do país, isso pode indicar que os norte-americanos, falantes de língua espanhola, busquem seguir suas próprias trilhas do idioma espanhol falado com o sotaque do seu país e com as suas peculiaridades locais. Afinal, um país que lidera a economia mundial, aceitaria ser guiado linguisticamente por outro país que fala a sua mesma língua? Com o inglês isso não acontece; por que ocorreria com o espanhol? Fica a indagação.

2.8.1 Espanhol nos Estados Unidos

Este tópico não se propõe a um longo percorrido histórico do espanhol nos Estados Unidos, mas sim apresentar e informar os dados sobre o número de falantes e a sua expansão, que apontam a questão do Hispanismo e a defesa feita por Marcos Marín e sua previsão do espanhol deste século XXI ser americano. No entanto, inicia-se com uma menção à história do espanhol nos Estados Unidos no intuito de mostrar que os ecos de seu desejo de expansão naquele território e os investimentos se justificam em razão de seu passado histórico.

Moreno Fernández, em Anuário do Instituto Cervantes de 2018¹²³ notifica:

El mapa publicado en París por la casa Basset en 1846 revela con claridad que la historia del territorio estadounidense también se ha escrito desde España, desde México y en español. Se trata del mapa de México de la época, con sus territorios internos y exteriores bien delimitados, tanto frente a los Estados Unidos, al este, como frente a Guatemala, al sur. El territorio de Guatemala, por cierto, comprendía toda la América Central hasta los límites de la República de Nueva Granada, la actual Colombia, cuando aún no se habían configurado las repúblicas centroamericanas. Instituto Cervantes. (MORENO FERNÁNDEZ, Anuario 2018, p.2)¹²⁴.

¹²³ [El español en el mundo. Anuario 2018](https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_18/moreno/p02.htm). F. Moreno Fernández (2018, p.2). Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_18/moreno/p02.htm>

¹²⁴ O mapa publicado em Paris pela casa Basset, em 1846, revela claramente que a história do território americano também foi escrita desde a Espanha, do México e em espanhol. Este é o mapa do México da época, com seus territórios internos e externos bem definidos, ambos de frente para os Estados Unidos, a leste, e de frente para a Guatemala, ao sul. O território da Guatemala, aliás, cobriu toda a América Central até os limites da República de Nova Granada, atual Colômbia, quando as repúblicas da América Central ainda não haviam sido configuradas. [tradução minha]

Mapa 3
«México». Geographie Universelle Atlas Illustré destiné à l'enseignement de la géographie élémentaire. 48 cartes par M. M. J. G. Barbié du Bocage; A. Vuillemin; J. B. Charle; V. Levasseur; T. Duvotenay; H. Dufour; E. F. George. Paris: Maison Basset. Guyot pere et fils, 1846.



Fuente: Biblioteca Nacional de España.

Imagem 3 - *La geografía norteamericana del español. Anuario 2018*¹²⁵

Para justificar as ações do Instituto Cervantes, nos Estados Unidos, da promoção, na atualidade do idioma, Moreno Fernández recorre à história, reivindicando o lugar da língua, no passado. Tal ação remete ao apontado pelo historiador Guimarães (2007), de que na escrita da história, o historiador ou o escritor vê o passado como patrimônio. E a língua figura como um bem cultural, parte do patrimônio de uma nação.

Dando prosseguimento sobre a situação atual do espanhol, nos Estados Unidos, Moreno Fernández relata:

No puede negarse que en los Estados Unidos existe una situación de diglosia por la que el inglés es la lengua pública y de mayor prestigio, mientras el español es una lengua con menor presencia pública. Sin embargo, la relación entre el español y el inglés, siendo de diglosia en términos generales, también ha encontrado fisuras por las que resquebrajarse. Así sucede en las comunidades locales del suroeste donde la población de origen hispano puede superar el 70% (Miami, en Florida; Santa Ana, en California; El Paso y Laredo, en Texas), llegándose incluso a la declaración del español como lengua oficial, como ocurrió en el estado de Nuevo México por razones históricas o en el municipio de El Cenizo, Texas, por razones geográficas y demográficas. (MORENO FERNÁNDEZ, Anuario 2018, p.2)¹²⁶.

¹²⁵ Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_18/moreno/p02.htm>

¹²⁶ Não se pode negar que nos Estados Unidos há uma situação de diglossia em que o inglês é a língua pública e de maior prestígio, enquanto o espanhol é uma língua com menos presença pública. No entanto, a relação entre espanhol e inglês, sendo de diglossia em termos gerais, também encontrou rachaduras. É o caso das comunidades locais do sudoeste, onde a população de origem hispânica pode exceder 70% (Miami, na Flórida; Santa Ana, na Califórnia; El Paso e Laredo, no Texas), chegando até à declaração de espanhol como idioma oficial, como aconteceu no estado do Novo México por razões históricas ou no município de El Cenizo, Texas, por razões geográficas e demográficas.

Sobre a situação social das duas línguas, ressalta o sociólogo a questão da diglossia¹²⁷, grosso modo, quando duas línguas convivem em um mesmo espaço, sendo uma usada nos meios oficiais e a outra, de uso doméstico e nas ruas. O apresentado reforça mais o discurso da política linguística de expansão da língua nesse país, ainda mais somado o fato de um município texano ter declarado o espanhol como língua oficial. A esse propósito, os Estados Unidos não têm uma língua, prevista oficialmente, por meio de documentos do Estado; no entanto, o inglês é a língua que prevalece, usada no meio jurídico, em documentos oficiais, nas universidades e nos meios de comunicação. Em síntese, é a língua usada em instâncias de poder.

Montrul (2013) informa que a comunidade hispano-falante é a minoria linguística com maior número de falantes, com base no censo de 2007, reproduzido em 2010 em uma pesquisa que revelou ser o inglês a língua de 82% da população.

Segundo o Armário do Instituto Cervantes, 2018¹²⁸, o número de falantes de espanhol nos Estados Unidos é de 42.125.793 (*Grupo de Domínio Nativo*) e 16.075.082 (*Grupo de Competência Limitada*), com um total de 58.200.875.

Sobre os grupos de 1) domínio nativo e de 2) competência limitada, o anuário informa que:

1. Incluye al 72,4% de la población hispana que afirma hablar español en el hogar, según la Oficina del Censo de Estados Unidos (2017b). El cálculo total de hablantes se ha realizado tomando como referencia el porcentaje de la comunidad hispana facilitado por la Oficina del Censo de Estados Unidos para julio de 2016 (el 17,8% de la población total del país), sobre la base de las proyecciones de población total realizadas por la Oficina del Censo de Estados Unidos (2018) para enero de 2018 (326.971.209 personas). Incluye también a los menores de 5 años.¹²⁹
2. Incluye al resto de los hispanos que se identifican como tales desde el punto de vista étnico (el 27,6% de la población hispana) que no están incluidos en el GDN (Grupo de Dominio Nativo) y a los que, sin embargo, se les puede suponer una competencia limitada, con distinto grado de conocimiento y de uso de la lengua (Nielsen, 2016). Incluye también a los menores de 5 años.¹³⁰

¹²⁷ Sobre o termo diglossia, já foi mencionado, no capítulo anterior.

¹²⁸ El español en el mundo. Anuario 2018 .El español: una lengua viva. Informe 2018 (1 de 7). Disponible em:< https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_18/informes_ic/p01.htm>

¹²⁹ Inclui 72,4% da população hispânica que afirma falar espanhol em casa, de acordo com o *United States Census Bureau* (2017b). O cálculo total dos palestrantes foi feito tomando como referência a porcentagem da comunidade hispânica fornecida pelo Bureau de Recenseamento dos Estados Unidos, em julho de 2016. (17,8% da população total do país), com base nas projeções da população total realizada pelo *United States Census Bureau* (2018), em janeiro de 2018, (326.971.209 pessoas). Também inclui crianças menores de 5 anos.

¹³⁰ Inclui o restante dos hispânicos que se identificam, do ponto de vista étnico (27,6% da população hispânica) que não estão incluídos na GDN (grupo de domínio nativo) e que, no entanto, pode-se presumir que eles têm competência limitada, com graus variados de conhecimento e uso da língua (Nielsen, 2016). Também inclui crianças menores de 5 anos.

Nos Estados Unidos, em razão da imigração, há outras línguas. Se comparada com o inglês, o espanhol é língua minoritária, mas está avançando, por muitas razões, entre elas: número de falantes hispânicos que emigraram, número de falantes que cruzam a fronteira, estados limítrofes e sua proximidade com o México etc.

Há um movimento nos Estados Unidos que se denomina *ProEnglish*¹³¹ que assim informa a sua missão:

O *ProEnglish* é o principal defensor do inglês oficial da nação. Trabalhamos com tribunais e com a opinião pública com o objetivo de defender o papel histórico do inglês como idioma comum e unificador da América e buscamos convencer os parlamentares a adotarem o inglês como idioma oficial em todos os níveis do governo.¹³²

Cabe ressaltar que a luta deste movimento fez parte da pauta de eleição do atual presidente desse país, Donald Trump, e ainda faz parte de sua agenda. E ao ser eleito, a página oficial da Casa Branca que tinha sua versão em espanhol foi retirada. O *El País* assim noticiou o fato à época (2007)¹³³:

Donald Trump deu outro golpe na comunidade hispânica nos Estados Unidos, a primeira minoria do país. Além de não ter nenhum hispânico em seu gabinete, algo que não acontecia há quase 30 anos, a nova equipe da Casa Branca fechou as contas em espanhol que o governo tinha nas redes sociais. No momento, não possui um interlocutor direto para questões hispânicas, ao contrário do governo Obama. A Casa Branca voltou a ser apenas a **White House**. [sic]¹³⁴ [tradução minha]

2.8.2 Espanhol no Brasil

Assim como o tópico anterior, este não objetiva discutir a questão histórica do espanhol no Brasil, e seus percursos, porque não proposto. Em razão disso, fazem-se algumas considerações, considerando a asserção futurística com base em Marcos Marín, de o espanhol do século XXI ser americano e de como o Brasil é visto em sua participação e incorporação à proposta do Hispanismo e da Política Linguística Pan-hispânica.

Sobre a sua situação no Brasil, o Atlas (2016) relata que:

¹³¹ Disponível em: < <https://proenglish.org/our-mission/> >

¹³² *ProEnglish is the nation's leading advocate of official English. We work through the courts and in the court of public opinion to defend English's historic role as America's common, unifying language, and to persuade lawmakers to adopt English as the official language at all levels of government.*

¹³³ Disponível em <https://elpais.com/internacional/2017/01/22/estados_unidos/1485105920_597756.html>

¹³⁴ Donald Trump ha dado otro portazo a la comunidad hispana de Estados Unidos, la primera minoría del país. Además de [no contar con ningún hispano para su gabinete](#), algo que no sucedía desde hacía casi 30 años, el nuevo equipo en la Casa Blanca ha cerrado las cuentas en español que el Gobierno tenía en las redes sociales. Por el momento, carece también de un interlocutor directo para temas hispanos, como sí lo tuvo la Administración Obama. La Casa Blanca ya es solo la **White House**.

Brasil se ha convertido en uno de los mercados más importantes del español como lengua extranjera. La creación del Mercosur en 1991 [...]. Argentina, Colombia, Paraguay y Uruguay, países circundantes, han firmado convenios de cooperación con Brasil para la enseñanza recíproca de portugués y español, especialmente en las zonas fronterizas. El español ha experimentado una significativa transformación en el imaginario brasileño en los últimos años y se ha convertido en una lengua esencial para las relaciones sociales, políticas y económicas con el resto del continente, lo que ha influido decididamente en el interés por su conocimiento y estudio”.¹³⁵

Esses dois grandes países representam espaços estratégicos dentro da proposta da Hispanofonia. Estes, somados aos espaços hispanófonos torna(ri)am quase toda a América em um grande espaço geográfico e geopolítico hispanófono.

Paraquett (2009), em sua reflexão, durante o período da obrigatoriedade¹³⁶ do espanhol no Brasil, por meio da sanção presidencial em 2005 (LEI 11.161/2005, LEI ORDINÁRIA) 05/08/2005)¹³⁷ (se) questiona sobre os efeitos desta política, no futuro, que envolve as escolas particulares, por razões orçamentárias, ao adotarem uma língua estrangeira, cumprindo a lei, em razão de ordem econômica, não investiriam (ensinariam) outro idioma. Isso poderia acarretar a mudança de uma língua hegemônica por outra, do inglês para o espanhol. E ressalta outro fator: “[...] e também porque o aparente discurso da integração latino-americana vai acabar trazendo de volta a política de hegemonia lingüística [sic] do Espanhol vista na perspectiva apenas peninsular” (PARAQUETT, 2009, p.3).

No governo do presidente Michel Temer, se retirou a obrigatoriedade do Espanhol no ensino médio em todo o território nacional com a publicação da medida provisória n.º 746, em 22/09/2016, que visava a implementar uma política de fomento às escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Esta medida revogou a Lei n.º 11.161, de 5

¹³⁵ O Brasil se tornou um dos mercados mais importantes para o espanhol como língua estrangeira. A criação do Mercosul em 1991 [...]. Argentina, Colômbia, Paraguai e Uruguai, países vizinhos, assinaram acordos de cooperação com o Brasil para o ensino recíproco de português e espanhol, especialmente nas áreas de fronteira. O espanhol sofreu uma transformação significativa no imaginário brasileiro nos últimos anos e tornou-se uma linguagem essencial para as relações sociais, políticas e econômicas com o resto do continente, o que influenciou fortemente o interesse em seu conhecimento e em seu estudo (FERNANDEZ; ROTH, 2016, p.109). [tradução minha]

¹³⁶ A obrigatoriedade do espanhol no Brasil compreende os anos 1995 a 2016.

¹³⁷ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm > LEI 11.161/2005 (LEI ORDINÁRIA) 05/08/2005 Ementa: DISPÕE SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA Situação: REVOGADA. Chefe de Governo: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA Origem: LEGISLATIVO. Fonte: D.O.U. DE 08/08/2005, P. 1 Link: Texto Integral. Referenda: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC Alteração: REVOGADA PELA MPV 746, DE 22/09/2016. REVOGADA PELA LEI 13.415, DE 16/02/2017. Disponível em < http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei_11.161-2005?OpenDocument >

de agosto de 2005, que trata da obrigatoriedade do espanhol no ensino médio, sancionada à época pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Diante disso, as associações de professores de espanhol de cada estado brasileiro começaram sua peregrinação em prol da permanência do espanhol no ensino médio. O lema é “Fica espanhol”, com a *hashtag*, #ficaespanhol. Há páginas no Facebook e contas no Instagram de estados da Federação¹³⁸. Até agora, o estado da Paraíba e o Estado do Rio do Grande do Sul conseguiram a vitória do retorno do espanhol no ensino médio no Brasil.

Estas ações encorpam a proposta de Hispanofonia no Brasil, que tem foco na promoção do idioma por meio de cursos de línguas, produção de materiais didáticos, investimento em formação de professores, cursos de atualização, cursos de especialização – presenciais ou à distância – e diversos cursos privados, entre outros. E todos nós, professores de espanhol, como ‘hispanófonos’, contribuímos, a nosso modo, com esta proposta e nos tornamos copartícipes do processo, porque como seres humanos e sujeitos envolvidos neste processo, somos políticos e fazemos política. A *hashtag* #ficaespanhol aponta uma postura política crítica das associações, sujeitos (professores e alunos).

O Anuário do Instituto Cervantes de 2018¹³⁹ relata:

Las previsiones demográficas para el español sostienen que el crecimiento de su comunidad de hablantes seguirá avanzando con un ritmo continuado hasta la segunda mitad del siglo XXI, cuando se producirá una ralentización por el descenso de la natalidad propia y el crecimiento proporcional de la ajena, que estabilizará el porcentaje de hispanohablantes. Esto supone que, al tiempo que se superan los 700 millones de hablantes nativos, el mayor crecimiento proporcional del español habría de producirse en el ámbito de las lenguas segundas y extranjeras, como está ocurriendo en el continente africano y como se constata en otras áreas como Europa, Brasil o Asia. (Instituto Cervantes. Anuario 2018,p.2).¹⁴⁰ [grifos meus]

Ao apontar o aumento demográfico do espanhol, que se dará por meio de seu crescimento como segunda língua e como língua estrangeira no Brasil, na Europa e na

¹³⁸ Em consulta feita em 09/09/2018, no Instagram, a #ficaespanhol apresentava 1248 publicações. Além disso, há, nesta mesma rede, perfis do @ficaespanhol dos estados de: Sergipe, Goiás, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Santa Catarina. Há páginas no Facebook de alguns estados.

¹³⁹ [El español en el mundo. Anuario 2018](https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_18/moreno/p02.htm). F. Moreno Fernández (2018, p.2). Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_18/moreno/p02.htm>

¹⁴⁰ As previsões demográficas para o espanhol argumentam que o crescimento de sua comunidade de falantes continuará a progredir em ritmo constante até a segunda metade do século XXI, quando haverá uma desaceleração devido ao declínio na taxa de natalidade e ao crescimento proporcional de outras pessoas, o que estabilizará a porcentagem de falantes de espanhol. Isso significa que, à medida que este idioma excede mais de 700 milhões de falantes nativos, o maior crescimento proporcional em espanhol ocorreria como segunda língua e como língua estrangeira, como está sucedendo no continente africano e em outras áreas como Europa, Brasil ou Ásia.

Ásia, isso parece exceder as expectativas de Marcos Marín, porque engloba outros continentes.

Ainda segundo o Anuário do Instituto Cervantes, 2018, o número de falantes de espanhol no Brasil é de 460.018 (*Grupo de Dominio Nativo*) e 96.000 (*Grupo de Competencia Limitada*), com um total de 556.018. Sobre o grupo de competência limitada, informa que este grupo pode ser ainda maior.

Carrascal¹⁴¹ (2010), em sua comunicação, sobre a expansão do espanhol no Brasil, defende os investimentos e justifica sua política linguística no país: “[...] *porque es el campo más fértil para la difusión del español como segunda lengua por factores demográficos, culturales y económicos, sin que eso signifique dejar de lado a Portugal.*”¹⁴²

Em síntese, ao fator língua, somam-se os econômicos, que compreendem fortes fatores envolvidos na difusão de uma língua e, quiçá, o motor que mexa as peças da engrenagem dos bastidores da política linguística de investimentos em uma língua como segunda língua e como língua estrangeira, e como língua internacional.

2.9 Da escolha dos países de língua espanhola: Espanha e Argentina

A seguir irei esboçar a razão pela qual foi feita a seleção de dois países hispanófonos entre os 21 países de língua espanhola.

Toma-se como ponto de partida a Espanha, por ser este país o proponente da Política Linguística Pan-Hispânica, e também em razão de naquele país se localizarem várias agências gestoras da língua, a saber: a Real Academia Espanhola (RAE) composta de um representante linguístico de cada país hispanofalante, dos vinte e um países falantes de espanhol. Possui o Instituto Cervantes (IC), órgão oficial do governo espanhol, responsável pela promoção da língua espanhola, isto é, órgão executor.

¹⁴¹ Disponível em < http://congresosdelalengua.es/valparaiso/ponencias/lengua_educacion/ortega_jaime.htm>

¹⁴² [...] porque é o campo mais fértil para a divulgação do espanhol como segunda língua devido a fatores demográficos, culturais e econômicos, sem que isso signifique deixar Portugal para trás. [tradução minha]

Além desses dois, há o Instituto Español de Comércio Exterior (ICEX)¹⁴³; este órgão assim se define na sua página eletrônica em “quienes somos”¹⁴⁴: “*ICEX España Exportación e Inversiones es una entidad pública empresarial de ámbito nacional que tiene como misión promover la internacionalización de las empresas españolas*”¹⁴⁵.

Pode-se questionar o porquê de citar este órgão ao se falar de um idioma. A este respeito, o texto intitulado *Importancia de la Lengua y la Cultura en la Difusión De La «Marca España»*¹⁴⁶ Ángel Martín Acebes, vicepresidente executivo do ICEX ressalta:

*Entre los elementos que también influyen en la percepción de una buena imagen de España están, indiscutiblemente, nuestra cultura y nuestro idioma, el español. La cultura española es uno de nuestros grandes activos internacionales. La cultura en general, y la lengua en particular, sirven de vehículo para un modelo de relación entre países, diferente del comercial o político. Mediante la promoción de la cultura y de la lengua de un país se abren nuevos mercados no sólo a la enseñanza del idioma, sino también a las industrias culturales (libros, música, cine) y a otras actividades e industrias. La cultura española y el español constituyen, pues, un elemento más en la imagen de España, un elemento positivo y pacífico que no puede sino mejorar la concepción que del país se tiene internacionalmente, y que tiene un efecto de arrastre sobre el resto de los sectores*¹⁴⁷.

Esta relação da língua espanhola com o fator econômico já fora tratada pelo catedrático da língua espanhola Luíz Antonio Molina, cuja afirmação se encontra registrada no relatório anual, *anuario* (2012, p.2)¹⁴⁸, do Instituto Cervantes no subtítulo: *La importancia económica de las lenguas*, cita:

«El enemigo del español no es el inglés, sino la pobreza». Esta afirmación, acuñada por Antonio Muñoz Molina en su discurso inaugural del IV Congreso

¹⁴³ O Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX) passou a se chamar ICEX España Exportación e Inversiones (ICEX) de acordo com o [Real Decreto Ley 20/2012, de 13 de julio de 2012](#), publicado no Boletín Oficial de Estado (BOE), p. 50439, Fonte: <http://www.boe.es/boe/dias/2012/07/14/pdfs/BOE-A-2012-9364.pdf>

¹⁴⁴ <http://www.icex.es/icex/es/navegacion-principal/que-es-icex/index.html> – Última consulta em 15 de novembro de 2017

¹⁴⁵ ICEX Espanha Exportação e Investimento é uma entidade pública empresarial de âmbito nacional cuja missão é promover a internacionalização das empresas espanholas

¹⁴⁶ https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_06-07/pdf/medios_08.pdf

¹⁴⁷ Entre os elementos que também influenciam a percepção de uma boa imagem da Espanha, são, sem dúvida, a nossa cultura e a nossa língua, o espanhol. A cultura espanhola é um dos nossos grandes recursos internacionais. A cultura em geral, e a língua, em particular, servem como veículo para um modelo de relações entre países, diferente do comercial ou político. Ao promover a cultura e a língua de um país, novos mercados são abertos não só ao ensino da língua, mas também às indústrias culturais (livros, música, cinema) e outras atividades e indústrias. A cultura espanhola e o espanhol constituem, portanto, um elemento a mais na imagem da Espanha, um elemento positivo e pacífico que não pode deixar de melhorar a concepção que o país tem internacionalmente, e que tem um efeito de arrasto sobre o resto de outros setores. [tradução minha]

¹⁴⁸ Fonte: https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_12/i_cervantes/p02.htm

*Internacional de la Lengua Española, se ha convertido en todo un símbolo del fuerte vínculo existente entre lengua y economía*¹⁴⁹.

Sob o discurso “apresentação do viés linguístico-cultural”, o idioma espanhol é visto por esta agência como um “objeto de mercado”, uma vez que vender a imagem da “marca España” compreende também vender o idioma via Centro Cervantes, cursos, livros, cursos *online*, formação de professores etc. Tudo isso é visto como a língua a serviço do Estado espanhol, como investimento. Isso é corroborado no relatório do Instituto Cervantes (*Anuario* 2016, p.19) que, no segundo capítulo deste relatório, sob o título: *El Español como activo económico*, (O Espanhol como ativo econômico) cita, no início deste capítulo, o abordado Jiménez (2009) em seu artigo: «*El poder de compra del español en el mundo*» quando este discorre sobre o valor econômico de uma língua:

*Aunque es muy difícil determinar la importancia económica de una lengua, esta suele medirse teniendo en cuenta diferentes factores, como su número de hablantes, su extensión geográfica, el número de países en los que tiene rango de oficial, el índice de desarrollo humano de sus hablantes (que combina nivel educativo, esperanza de vida y renta per cápita), la capacidad comercial de los países donde esa lengua es oficial, su tradición literaria y científica, o su papel en la diplomacia multilateral. En otras palabras, el peso y potencial de un idioma están íntimamente relacionados con los índices macroeconómicos de los países en los que es lengua oficial. En concreto, el número de hablantes, la capacidad de compra de estos y el carácter internacional son los tres factores fundamentales que determinan la potencia económica de un idioma frente a otros*¹⁵⁰.

Isso posto, evidencia-se a língua espanhola tratada pelo ICEX como um objeto a ser comercializado, que gera divisas para o Estado espanhol. Ainda o relatório (*Anuario* 2016), do Instituto Cervantes (IC), no seu quinto capítulo (2016, p.39), informa a criação do IC. Considero esta informação pertinente à proposta deste trabalho no intuito de se entender a função deste Instituto e o porquê de, nas redes, este Instituto ser citado pelo ICEX:

¹⁴⁹ “O inimigo do espanhol não é o inglês, mas a pobreza”. Esta declaração, cunhada por Antonio Muñoz Molina em seu discurso inaugural do IV Congresso Internacional da Língua Espanhola, tornou-se símbolo do forte vínculo entre língua e economia. [tradução minha]

¹⁵⁰ Embora seja muito difícil determinar a importância econômica de uma língua, ela geralmente é medida levando em consideração diferentes fatores, como o número de falantes, sua área geográfica, o número de países em que ela é oficial, o índice de desenvolvimento humano dos seus falantes (que combinam nível educacional, expectativa de vida e renda per capita), a capacidade dos países onde essa língua é oficial, sua tradição literária e científica, ou seu papel na diplomacia multilateral. Em outras palavras, o peso e o potencial de uma língua estão intimamente relacionados aos índices macroeconômicos dos países onde é a língua oficial. Em particular, o número de falantes, a sua capacidade de compra e a natureza internacional são os três fatores fundamentais que determinam o poder econômico de um idioma em relação aos outros.

*El 21 de marzo de 1991, S. M. el Rey Juan Carlos sancionó la ley aprobada por las Cortes Generales por la que se creaba el Instituto Cervantes. Ya en el debate parlamentario que precedió a su aprobación quedó claro que su objetivo primordial sería la promoción y difusión del español como lengua propia de la comunidad hispanohablante en su conjunto, poniendo así de manifiesto su vocación internacional.*¹⁵¹

A Argentina, em 2011, criou o *Museo del Libro y de la Lengua*¹⁵² que pertence ao Ministério da Cultura argentino. Quando de sua inauguração, a Real Academia da Língua, Espanha, que se considera a guardiã da língua, não recebera convite do governo argentino, e isso rendeu reclamações, conforme reportagem publicada no jornal espanhol *El Mundo* (2011) com a seguinte manchete: “*El primer museo del idioma español, sin España*”¹⁵³: *El Gobierno argentino ha inaugurado en Buenos Aires el primer museo en Latinoamérica del idioma español, curiosamente, sin haber invitado, consultar ni participar de ello al país de origen de esa lengua, España, y a la Real Academia Española (RAE)*¹⁵⁴.

O que ressalta no texto são os três itens lexicais (verbos e partículas): “*sin haber invitado*” (sem ter convidado), “*consultar*” (consultar) “*ni participar*” (nem participar) que expressam, por parte do jornalista, Juan Ignacio Irigaray, autor do texto, uma “falha” da Argentina em não ter convidado e representantes desta língua, nem consultá-los, porque a Espanha é o país de origem do idioma do *Museo del Libro y de la Lengua*. Evidencia-se neste trecho, por parte do jornalista, uma visão de língua da América subjugada ao continente europeu. Desconhece este jornalista que as línguas, embora tenham o mesmo lugar de nascimento, como no caso da língua espanhola, ao alcançarem outros territórios e manterem a mesma “língua em comum”, isto é, uma língua ser levada a outros territórios, neste caso o espanhol peninsular, Espanha, e o espanhol da América Hispânica, neste caso, a Argentina, a língua disseminada em outras terras já não é mais a mesma de origem, por diversas razões: traços de estilística, de escrita, de sotaque, de fala, de entonação, da semântica de termos, de novas criações linguísticas, feitas pelos próprios falantes, do contato desta língua com outras, de traços semântico-pragmáticos do outro

¹⁵¹ Em 21 de março de 1991, S. M. o Rei Juan Carlos sancionou a lei aprovada pelas Cortes Gerais que criou o Instituto Cervantes. No debate parlamentar que precedeu a sua aprovação, ficou claro que seu principal objetivo seria a promoção e divulgação do espanhol como língua própria da comunidade de língua espanhola como um todo, demonstrando assim sua vocação internacional.

¹⁵² Fonte: <https://www.bn.gov.ar/biblioteca/museo>

¹⁵³ “*El primer museo del idioma español, sin España*”. Publicada em 09/10/2011. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2011/10/09/cultura/1318155867.html>> Acessado em 09/09/2017

¹⁵⁴ “O primeiro museu do idioma espanhol, sem a Espanha”: O Governo argentino inaugurou, em Buenos Aires, o primeiro museu da América Latina da língua espanhola, curiosamente, sem convidar, consultar, nem participar de sua inauguração, o país de origem dessa língua, a Espanha, e Real Academia Espanhola (RAE).

país, neste caso, a Argentina, que destoam dos de uso peninsular, da Espanha, entre outros traços linguístico-discursivos.

No entanto, o que se ressalta na reportagem é a visão europeia/espanhola de que a inauguração de um Museu da Língua na Argentina, obrigaria este país a consultar o país da língua de origem, como se isso se tornara uma dívida cultural e fosse necessária consulta e aprovação *ad aeternum* de ações e políticas linguísticas da América Espanhola à península, como os espanhóis fossem os guardiões da nau (instituição) do velo de ouro (idioma) e a América Espanhola não gozasse de liberdade para não convidar. O jornalista ressalta o não convite, não por razões diplomáticas, protocolares, mas, sobretudo, e unicamente por uma questão linguístico-histórica, por ser a Espanha o país de origem do idioma supostamente falado pelos argentinos. Aqui cabe ressaltar o discurso de Paz, ao receber o Nobel, em 1990, quando discorreu sobre as línguas da Europa que vieram para a América Latina:

*“Arrancadas de su suelo natal y de su tradición propia, plantadas en un mundo desconocido y por nombrar, las lenguas europeas arraigaron en las tierras nuevas, crecieron con las sociedades americanas y se transformaron. Son la misma planta y son una planta distinta.”*¹⁵⁵

Isso posto, faltara ao jornalista do *El Mundo* se situar neste contexto linguístico-histórico da América Latina de que aqui as línguas transplantadas do Continente europeu que não só ‘cresceram’, mas, acima de tudo ‘se transformaram’, criando sua identidade própria. Contudo, tanto a atitude de não convidar quanto a crítica ao não convite remete a uma asserção do linguista Rajagopalan:

“Língua é um abstrato a posteriori. Uma questão muito mais importante é a vivência dos cidadãos, pessoas que criam suas línguas. Neste sentido conceitos lingüísticos não têm nada a ver, isto é, não têm nenhuma validade, a não ser a validade política. Língua é uma bandeira política que você ergue de acordo com suas conveniências políticas” (2003, pág. 176).

Jobim (2011, pág.03-14), em seu artigo *“Portugués, inglés y español en el continente americano: ¿lenguas de modernidades?”*¹⁵⁶, cita Retamar, poeta e pensador cubano que, em seu discurso de posse, na Academia Cubana de Letras, em seu ensaio, discorre sobre o papel da língua espanhola na América: *«Retamar nos recuerda que la*

¹⁵⁵ Retiradas de seu solo natal e de sua própria tradição, plantadas em um mundo desconhecido e por nomear, as línguas européias criaram raízes nas novas terras, cresceram com as sociedades americanas e foram transformadas. Elas são a mesma planta e elas são uma planta diferente.

¹⁵⁶ Fonte: <http://www.casa.cult.cu/publicaciones/revistacasa/263/hechos.pdf>

lengua llegó con los barcos y que, con ella, venían las semillas de una nueva sociedad gestada entonces en diferentes sitios de Europa: Cristóbal Colón «llevaba en sus velas la modernidad del capitalismo»¹⁵⁷. Jobim (2011) informa que a respeito de “modernidade do capitalismo”, o poeta cubano assinala para o fato de que a ação realizada por Colombo representou a inserção de “uma estrutura econômica no Novo Mundo”, neste caso, à América, e que isso trouxe consequências “dentro do processo de colonização”. Em sua linha de raciocínio, este autor assinala para o seguinte fator:

De la misma forma que la lengua trae en su núcleo una memoria de sentidos, su diseminación significa también la de su memoria, pero cuando la lengua desembarca de las naves, este aspecto se asocia al proyecto de los que podrán hacer uso de ella para el emprendimiento colonial, dentro de un proceso de instalación en el nuevo territorio (JOBIM. 2011, p.5)¹⁵⁸

Depreendem-se, do apontado pelo autor, os outros fatores aos quais a língua está relacionada, a saber: ela é um empreendimento, com a disseminação cultural, independente da via, neste caso, conquista de novas terras, a língua e a cultura do “conquistador” acabou por ser absorvida e se impoñdo sobre as outras línguas, em sua maioria línguas ágrafas, faladas aqui no continente americano, e na parte que lhe coube neste latifúndio americano, ao qual alcunharam de América Hispânica. Além deste, há os fatores que junto com o idioma caminham, a questão política, o modo de pensar, todo um investimento de ordem econômica etc. A língua, vista sob a ótica do dominador, apresenta um peso, isto é, torna-se relevante, inclusive sob o ponto de vista econômico. E não é diferente, atualmente, no espaço *web*. Na história do homem, sempre houve a troca, a questão monetária, mercantilista, capitalista etc.

Em entrevista¹⁵⁹ à ExLibris, revista do Departamento de Letras da *Universidad de Buenos Aires* (UBA), María Pía López, diretora do *Museo del Libro e de la Lengua* quando questionada sobre a política linguística do Museu e a sua relação com a Espanha, ressaltou a proposta linguística do Museu sem qualquer necessidade de acordo com a Espanha, porque busca uma política linguística com seus próprios traços.

¹⁵⁷ Retamar nos lembra que o idioma chegou com os barcos e que, com ele, surgiram as sementes de uma nova sociedade que nasceu nas diferentes partes da Europa: Cristóvão Colombo “carregava nas suas velas a modernidade do capitalismo.”

¹⁵⁸ Da mesma forma que a língua traz uma memória de sentidos em seu núcleo, sua disseminação também significa a sua memória, mas quando a língua desembarca dos navios, esse aspecto está associado ao projeto daqueles que poderão usá-la para o empreendimento colonial, dentro de um processo de instalação no novo território

¹⁵⁹ Fonte: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/exlibris/article/viewFile/423/292>

¿El museo ha tomado alguna posición particular respecto de la política lingüística del panhispanismo que busca promoverse principalmente desde España?

Creemos necesario que frente a esa política se establezca otra de mayor integración con respecto a los países de la región. La mayoría de los hispanoparlantes habitan en América, por lo tanto no puede pensarse en Europa ningún centro rector de la lengua, ni un lugar de emisión privilegiado. La efectiva integración que viven los países sudamericanos, integración económica y política –a través de instituciones específicas como el Mercosur o la Unasur – no tiene correlato en instituciones culturales, en las que debería incluirse la lengua.¹⁶⁰

Sua resposta revela um pensamento que busque contemplar o espanhol e o falante de espanhol/castelhano americano, e não o peninsular, voltando-se, deste modo, o olhar para a América Latina, especificamente a de Língua Espanhola/Castelhana, em uma proposta política linguística sem os ecos do que pensa o norte, mas que se busque pautar nas vozes do sul, dos que aqui vivem, produzem, interagem, reafirmando assim a necessidade de interação com os países do Mercosul e do Unasur com sua política linguística própria. Esta visão de ruptura, ou seja, de não seguir normas e dialogar com o pensamento que se desvela em políticas linguísticas traçadas pelo norte não se limita, por parte dos argentinos, aos dias atuais.

Isso tem uma longa origem, uma vez que em solo argentino e com o sentimento de nação, não só de língua espanhola ou castelhana, mas, sobretudo de língua argentina, filólogos argentinos sempre debateram com filólogos espanhóis, em que a Argentina sempre reclamou por seu idioma livre do crivo do olhar e de normas propostas pelo norte, em que o sul pensa as suas próprias caminhadas e percalços linguístico-culturais. Este tema é amplamente discutido na tese de doutorado, Alfón, (2011) intitulada: *La Querella de la Lengua en Argentina (1828-1928)*¹⁶¹ que informa as razões que o levaram a usar o termo “querela” no título da tese. Entre as razões que enumera, reproduzo a seguinte:

Es el recelo a España lo que origina en Argentina la preocupación por un idioma distintivo, por un idioma argentino, no español. Para la nueva generación de Mayo, España solo tenía para ofrecer costumbres medievales, políticas monárquicas y gramáticos casticistas, autorizados únicamente en Madrid para enseñar a hablar correcto a los americanos. Esto ocasionó que la Argentina

¹⁶⁰ O museu tomou uma posição particular em relação à política linguística do panhispanismo que busca ser promovido principalmente da Espanha? Acreditamos que é necessário que diante desta política se estabeleça uma política de maior integração em relação aos países da região. A maioria dos falantes de espanhol vive na América, portanto, não se pode pensar na Europa como centro de reitor da língua, nem um lugar de transmissão privilegiada. A integração efetiva dos países da América do Sul, a integração econômica e política - através de instituições específicas como o Mercosul ou a Unasur - não tem correlação nas instituições culturais, na qual a língua deve ser incluída. [tradução minha]

¹⁶¹ Tese de doutorado defendida em 2011 por Fernando Alfón no Doutorado de História da *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación* da *Universidad Nacional de la Plata* em junho de 2008.

*republicana y romántica enfatizara su identidad cultural señalando no tener nada que ver con la España absolutista*¹⁶². (ALFÓN, 2011, p.7)

Sobre este tema, sobre o apontado pelo autor, já aqui apresentado, ao longo deste capítulo, será retomado no último capítulo sob a ótica da(s) política(s) linguística(s), na análise dos textos selecionados que apresentam defesas sobre a língua ou questionamentos oriundas destas defesas, o que envolve diversos fatores.

Pensar, sobre o prisma da política linguística, a língua espanhola como língua comum, no contexto da Política Linguística Pan-Hispânica e pensar o espanhol língua internacional a partir do apontado pelos textos digitais que narram, informam ou questionam esta política e os fatores outros a ele relacionados e a política do Estado espanhol, tudo isso levanta algumas interrogações, uma vez que a política linguística e a promoção da língua internacional compreende defesa da língua, luta por (manutenção de) seu *status quo*, sua valoração que perpassa o ideológico, etc., em que subjaz algo maior como o ideário de Estado atrelado a outros fatores, entre eles, o econômico.

Entre as indagações suscitadas, uma, especialmente, gostaria de considerá-la, como linguista aplicado, e acredito que possa ser, no futuro, um desdobramento de outras reflexões: o *planejamento da aquisição*, nas políticas linguísticas da língua estrangeira e a posição que ocupa o sujeito/professor neste contexto dentro do processo de promoção, divulgação que culmina no ensino da língua.

A frase, que tem sua origem questionada, atribuída a Weinreich (1945), de que língua é, acima de tudo, questão de poder, se encontra bem sintetizada em sua frase: “A língua é um dialeto com exército e marinha”. Embora a frase faça menção à questão de dialeto, aqui não é o caso, permito-me ler tão somente a defesa da língua com “exército e marinha”, isto é, o Estado a defende e a propaga além-fronteiras, revelando um alto investimento para a manutenção do seu *status quo*. Esta legitimada por meio de sua normatização e sua divulgação, tanto intramuros geográficos do Estado e extramuros, que é feita por escolas, universidades e escolas de idiomas. Por sua vez, há o sujeito que irá atuar no cenário educativo, ensinando-a, corroborando para o Estado, no seu planejamento de aquisição da língua; neste caso, o(a) professor(a). Pensando sob a ótica

¹⁶² É a desconfiança da Espanha que origina na Argentina a preocupação com um idioma distintivo, para uma língua argentina, não espanhol. Para a nova geração de maio, a Espanha só teve para oferecer costumes medievais, políticas monárquicas e gramáticas castiças, autorizados unicamente em Madri para ensinar a falar corretamente os americanos. Isso causou que a Argentina Republicano e romântica enfatizasse sua identidade cultural apontando não ter nada a ver com a Espanha absolutista. [tradução minha]

da política linguística do Estado, indaga-se: professores de uma língua (estrangeira) se converteriam em vassalos¹⁶³ do Estado?

Tolstói, em sua obra “Os últimos dias” (2011), ao discorrer sobre Patriotismo e governo, questiona o patriotismo, ideário que compreendido erroneamente leva a conflitos entre os povos e a conflitos internos em uma nação. Ao abordar o patriotismo em que o homem comum acredita e por ele luta, este está relacionado a “prêmios” concedidos pelo Estado. É preciso compreender que patriotismo, como tratado pelo autor, se mostra como sinônimo de nacionalismo. Mas o porquê de as pessoas se tornarem vassalos do Estado e fazerem o que este determina, sem questionar os seus efeitos muitas vezes nefastos para com outros povos, é apontado pelo filósofo como tendo por causa o seguinte:

“Isso se dá porque as classes governantes (tendo em vista aqui não apenas o governo e seus funcionários, mas também todas as classes que se valem de uma posição excepcionalmente vantajosa: capitalistas, jornalistas, a maioria dos criadores e cientistas) só podem conservar sua posição excepcionalmente vantajosa em comparação com as massas populares graças ao sistema de governo, sustentado pelo patriotismo. Por terem em suas mãos os meios mais poderosos de persuasão dos povos, elas sempre e obrigatoriamente alimentam sentimentos patrióticos dentro de si e nos demais, sobretudo porque estes sentimentos que sustentam o poder governamental, mais do que quaisquer outros, são premiados por esse poder” (TOLSTÓI, p.165).

Esse filósofo trata do patriotismo, governo e a crença do povo em uma noção de patriotismo de modo equivocado, em que o comportamento dos sujeitos estão atrelados à manipulação dos que estão no poder, pois são persuadidos, uma vez que por parte do Estado, via premiação, é mantido o sentimento de patriotismo, estando este intimamente ligado a nacionalismo. Mas poderá o leitor se questionar o porquê de se abordar esta questão.

Diante disso me indago: Qual a concepção de língua que irá permear a práxis de sala de aula do professor brasileiro de espanhol como língua estrangeira? A concepção de políticas linguísticas de um Estado, ou seja, a mera reprodução de estruturas de uma

¹⁶³ Embora o termo vassalo se refira a servo e se aplique ao feudalismo, há outros sentidos para o termo. O de que aqui faço uso faz referência a alguém que jura fidelidade a um senhor. Neste caso, aquele professor que se propõe tão somente divulgar a norma da língua acaba por corroborar o ideário de Estado sobre o idioma, tornando-se servo do “império”, aqui compreendido como a língua majoritária de uma nação, bem com a sua promoção como língua estrangeira. Neste ponto, um vassalo que se beneficia igualmente, pois há um contrato mútuo. O que irá romper este sistema de vassalagem será a visão crítica do professor no ensino da língua, em que o sujeito/ professor reflexivo vê a língua como um instrumento de comunicação, interação e é consciente de seus vários e amplos conceitos, atendo-se ao de linguagem, porque um termo mais abarcador.

língua ou pensar a língua estrangeira como um novo elemento na ampla formação do aprendente.

No entanto, é possível se desvencilhar do ideológico do idioma? Parece ser uma resposta complexa, para a qual não se obtém resposta imediata; no entanto, pensar a língua estrangeira, não sob a égide do Estado que a divulga, mas com uma reflexão crítica de dialogar com esta, respeita a sua origem, mas igualmente respeitando o aprendiz; parece apontar um começo para uma caminhada longa em que não se vê livre totalmente do ideológico, porque esta reflexão crítica é ensinada; mas também não há a reprodução do ideológico, no sentido de concepção de língua comum, língua internacional e língua de coesão, e sim, sobretudo, de uma língua a mais para o aprendiz interagir, em que esta língua é tão importante quanto a sua língua materna e outras.

Diante das estruturas do Estado e sua política linguística, parece ser pertinente que cada país que recebe a proposta faça primeiro um processo de estudo da proposta e devolução da proposta por meio de um ensino próprio, regido por critérios político-educativos de sua própria política linguística para os idiomas ensinados sem precisar se pautar em modelos ou critérios de ensino de línguas de países hegemônicos, reproduzindo-os. Até porque o Brasil, por natureza, é antropofágico, isto é, aprendemos a absorver os valores de outras culturas e devolver sobre o prisma de nossa ótica. A esse respeito e no campo da educação, pensando em questões interculturais e antropofágicas convém lembrar:

Freire não fala apenas da educação escolar, mas, da educação que se dá no mundo, que acontece no fluir do viver de cada mulher e de cada homem que, por meio de suas ações no mundo o transforma e se transforma. Antropofagicamente reinventamos nosso estar no mundo, e as suas verdades, ou aquilo que definimos como verdade(s). A escola é um dos espaços da educação, no qual as mais diversas culturas se encontram e se atravessam, constituindo-se em um espaço formador e transformador de saberes diversos (SILVA, 2015, p. 1855)

Em síntese, na contemporaneidade, há que se conceber que ensinar a língua do outro, a língua estrangeira, é repensá-la criticamente sob a criticidade e, seja em uma proposta de abordagem comunicativa, seja em uma abordagem sociointeracionista, urge pensar em propostas locais de uma língua global em que o Brasil apresente sua própria identidade de ensino de uma língua estrangeira sem incorrer em repeti-la em um processo de epifania do idioma, em um *nonsense* disfarçado de máscara linguística, mas que em nada contribui. A reflexão é preponderante; a ação determinante e a escolha parecem ser pelo viés crítico e efetivo de propostas políticas educativas próprias. Ou seja, eu posso dialogar com o outro, construindo minha identidade no processo do diálogo, sem criar

uma pseudoidentidade na língua do outro, acrescentando-a como língua estrangeira ao meu repertório ou como língua adicional, adicionando-a à minha apropriação de conhecimentos do mundo. E isso independe de reprodução de modelos e sim de concepção da língua e do social que se dá em constante construção, reflexão e ação.

Do visto neste capítulo, o intuito foi o de ver a questão da(s) política(s) linguística(s) do espanhol pensadas em solo americano e da repercussão em torno ao seu crescimento especificamente neste continente a partir do que foi apontado por Marcos Marín (2001) do fato de o espanhol do século XXI ser americano ou não ser e do papel desempenhado pela Espanha e pela Argentina com a criação do Mercosul e o espanhol sendo uma das línguas de integração regional, além do português.

Do até aqui visto, as perguntas da tese: (2) Como se dá, atualmente, a difusão da língua espanhola por meio de suas políticas linguísticas? E (3) O que subjaz à difusão de uma proposta de política linguística? Buscou-se observar por meio dos temas abordados nestes capítulos, respostas às indagações anteriormente citadas, em que se observa que a divulgação do espanhol como língua estrangeira compreende gestores como a Real Academia Espanhola (RAE) e as demais academias de língua espanhola a ela associadas, no que se refere ao planejamento de *corpus* da língua e do Instituto Cervantes, órgão oficial promotor do idioma e que a Argentina, por sua vez, no espaço do Mercosul, igualmente busca por uma proposta de política linguística para sua promoção, tendo o Brasil como principal espaço de divulgação da língua em que esta é vista como língua regional.

Além dessas questões, outras subjacentes à promoção apontam o desejo de *continuum* do passado do idioma transposto ao presente, por parte da Espanha, que perpassa o viés histórico mas que, por outro lado, revelando um forte e massivo investimento no idioma como parte de um amplo projeto de Estado em que a língua embora apresentada inicialmente como um elemento cultural, representa um bem econômico para o Estado.

Disso depreende-se que o divulgado como elemento cultural implica fatores, além dos históricos, a mercantilização do idioma, os benefícios e a divulgação do idioma para o Estado, o que representa um grande peso na balança comercial, uma vez que ao idioma se seguem fortes investimentos de empresas espanholas no espaço latino-americano. De onde observa ser o discurso da língua como elemento de expressão cultural, além de ser uma norma de manutenção do Estado, aponta um amplo mercado econômico.

“É mais difícil interpretar as interpretações do que interpretar as coisas, e há mais livros sobre os livros do que sobre outro assunto.”
(Montaigne)

Capítulo 3

IDEOLOGIA: Alguns conceitos e sua relação com a língua(gem) e a(s) política(s) linguística(s)

3. Introdução do tema em questão

Como nas políticas linguísticas poder e ideologia são temas constantes, este capítulo propõe compreender o conceito deste último, ideologia, uma vez que esta será observada nos textos a serem analisados, os produzidos na Espanha e na Argentina, no intuito de entender questões abordadas tanto nos capítulos um e dois.

Em minhas reflexões veio-me uma observação que me levou a uma decisão, a de não fazer a apresentação de conceitos sobre ideologia, historicizando-os, de modo enciclopédico, uma vez que já há muitas publicações nesta linha. E como linguista aplicado, optei por trabalhar o(s) conceito(s) de ideologia, mas sempre buscando situar, isto é, apresentar ou remeter a contextos, com o intuito de apreender os sentidos, buscando interligá-los ao tema em questão. Em síntese, minha leitura do processo é: aos contextos e conceitos e meu barco a navegar.

No artigo *Rupturas e continuidades na Linguística Aplicada Crítica: uma abordagem historiográfica*, Urzêda Freitas e Pessoa (2012) discorrem sobre esta disciplina, com base nos conceitos propostos e apontados por Pennycook (2001), em questões que tratam a LAC que abarca cinco tipos de políticas, e envolvem: conhecimento, a língua, o texto, a pedagogia e a diferença. A língua se articula com o (e no) social, sem o qual essa perderia seu propósito, na concepção da língua para a LAC, em que se destitui-se a língua como modelo e a constitui como prática social, discursiva, e se salienta o lugar que o sujeito ocupa na construção de sua identidade, na sua prática emancipatória e sua formação como sujeito e cidadão por meio da apropriação do conhecimento que é possibilitado pela língua. Como observado pelos autores do artigo citado ao apontarem o propósito da abordagem epistêmica da Linguística Aplicada Crítica

(LAC) e desta como *prática problematizadora*, salientam a vinculação da língua (à política e ao poder), como se pode constatar:

O autor [Pennycook] aposta na visão de LAC como *prática problematizadora*, que, ao se basear em perspectivas pós-estruturalistas, pós-modernas e pós-coloniais⁷ [sic], concebe a língua como sendo inerentemente política e o poder como estando sempre relacionado a questões de *classe, raça, gênero, etnia, sexualidade* etc. Pennycook (2001, p. 44) argumenta que “precisamos ser capazes de criticar o trabalho crítico mais do que qualquer outro tipo de trabalho”, haja vista a sua condição “demasiadamente normativa e prontamente acabada em relação às suas teorizações” (p. 45). A nosso ver, tal concepção, além de conclamar um constante questionamento dos próprios domínios da LAC, requer uma visão de que todo conhecimento é político. Ademais, requer uma problematização da ideia de língua como mero reflexo da sociedade ou como ferramenta de manipulação ideológica. (URZÉDA FREITAS e PESSOA, 2012, p.291)¹⁶⁴ [grifos meus]

A LAC ao compreender a língua como “inerentemente política” aponta questionamentos advindos desta concepção sobre a língua como: a) “reflexo da sociedade” ou b) “ferramenta de manipulação ideológica”. Estes questionamentos não constituem indagações exclusivas da LAC, porque igualmente presentes na pauta da sociolinguística, da sociolinguística crítica e das políticas linguísticas. Estas políticas se reproduzem nos discursos sobre a língua por meio de constituição de um país, decretos, políticas públicas, diretrizes políticas de difusão do idioma no exterior, dicionários, manuais, etc.

E, embora não seja tema de discussão desta pesquisa, abrirei um parêntesis, uma vez que esta discussão tão ampla inclui, outrossim, o professor de língua estrangeira, que, muitas vezes, pode atuar de modo (in)consciente ao ensinar e reproduzir a norma, sem refletir sobre ela, ao repassar aos seus alunos tão-somente o modelo do manual. Sobre este ponto, Leite (2005, p.9) em desafios do século XXI, ao prefaciá-la obra de David Crystal, *A revolução da linguagem*, ressalta que: “No Brasil, o dilema que se defrontam os professores de português diante da variedade dialetal existente é qual a norma a ensinar: a local ou a abstrata homogeneizadora?”.

Acuña, Baralo e Moure (2015), linguistas argentinos, também discutem esta questão em seu livro: *Qué español enseñar a un extranjero*, que busca responder à questão recorrente, indagação de professores, tanto em sua formação docente, quanto em sua práxis escolar, sobre qual variedade de espanhol ensinar. Os autores propõem, entre

¹⁶⁴ Disponível: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2012.102.09/1020>>
Último acesso: 10/dez/2019

outros temas, além de que espanhol ensinar, questionamentos de se haveria um espanhol da argentina e um espanhol da América, bem como apontam a questão de se ensinar a língua da rua ou a dos manuais, entre outros.

Moreno Fernández, linguista espanhol, (2010), em sua obra *Las variedades de la lengua española y su enseñanza* ao informar que esta se destina, precipuamente, a professores de língua espanhola, assinala que estes: “(...) *que inevitablemente se enfrentan, tanto en su formación como en su experiencia profesional, a una pregunta ineludible que puede formularse de distinto modo: qué variedad enseñar; qué español enseñar.* (idem, ibidem, p. 9).¹⁶⁵

Assumir, no ensino de uma língua, uma só variedade revela filiação a um só modelo, um padrão, o que não é em si um problema, desde que a escolha seja consciente. No entanto, como profissional, lhe é exigido, em termos de formação a consciência, assumir que a língua não é algo uno. Sobre a questão da filiação a um modelo, cito Orlandi (2002, p.99) ao assinalar que: “(...) nossa inscrição em uma filiação teórica ou outra já é uma questão de ética e de política linguística”. Ao que acrescento: e igualmente, ideológica.

Com isso, quis me referir ao fato de que, mesmo no caso de não se ter consciência, o professor faz política linguística em sala de aula, quando privilegia só a norma em detrimento de outros usos. Infelizmente, o profissional não está isento disso, mas é preciso ter consciência desse processo e não somente repetir modelos, uma vez que, sob a ótica da Linguística Aplicada Crítica, (LAC) esta epistemologia compreende a língua como i) prática social e ii) sendo de essência política, que compreende também o ideológico.

A busca na compreensão de questões relacionadas à língua e sociedade e as problematizações daí advindas, demanda uma aproximação às ações sobre a língua que perpassa o político, e que a disciplina política linguística, como tratado no capítulo anterior, se propõe analisar. As ações sobre a língua despertam inquirição em busca de (se) entenderem as decisões sobre a língua, tais como: a escolha/adoção de uma língua como língua materna, sua implementação, seu estudo, seja como língua materna ou como língua estrangeira, sua normatização, por parte das instâncias de poder que legislam sobre a língua legitimada, etc. Estas indagações levam a outras, tais como: relação língua e estado, língua e comunidade de fala, língua e sua representação, língua e sua

¹⁶⁵ inevitablemente enfrentam, tanto em sua formação quanto em sua experiência profissional, a uma pergunta inevitável que pode ser formulada de maneira diferente: que variedade ensinar, que espanhol ensinar.” (idem, ibidem, p. 9).

normatização, língua e poder, língua e ideologia, etc. Tudo isso compõe fazer parte do escopo das discussões e questionamentos no campo de análise que a(s) política(s) linguística(s) busca(m) alcançar.

Quando se atribui à língua como sendo algo de natureza política, tal atribuição se dá porque as decisões sobre a língua estão diretamente ligadas a políticos, a fatores políticos e a instâncias do poder. Estas decidem como bem lhes apraz, não considerando fatores outros como consultas a linguistas, a comunidade de fala, etc. Um exemplo claro disso é o caso do português e do francês, na Guiné Equatorial, país situado no continente africano. Em 2010, por decreto, o português foi declarado língua oficial do país e, em 1998, também por decreto, o francês tornou-se língua oficial, embora os cidadãos daquele país não falem nem francês nem português.

Neste caso, o político reside no fato de que as decisões da oficialização desses idiomas se deram por razões políticas, pois o presidente desse país, ao oficializar duas línguas não faladas nessa nação, visava a uma maior participação do país e adesão a outros países, antevendo benefícios nas relações internacionais e econômicas como os países de língua francesa e os de língua portuguesa. O decreto de inclusão do português e do francês e sua implementação nas escolas, trata-se de outro caso de *intervenção* do Estado sobre as línguas e a *intervenção planejadora* do Estado, conforme Calvet (2007).

A reportagem intitulada: *Português na Guiné Equatorial? É uma invenção!*¹⁶⁶, publicada em 2018, assim informa:

Malabo, 01 jan (Lusa) - A Guiné Equatorial aderiu à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) há três anos, mas hoje fala-se tanto português nas ruas do país como então: nada.

“Nunca ouvi falar português. A língua portuguesa aqui? É um mito, uma invenção dele para que vocês acreditem”, diz Salvador Bilan, ativista e opositor do regime.

“Dele”, de Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, no poder desde 1979, depois de ter sucedido ao seu tio, tido como um dos mais sanguinários ditadores da história africana, de quem era lugar-tenente.

As decisões tomadas sobre a inclusão do francês e do português nesse país, assinalam para algumas questões envolvidas nestas ações políticas: a língua como elemento de chancela, a língua como recurso de aproximação a outras instâncias, a língua como elemento de poder, usada pelos que detêm o poder. Em suma, esse cenário compreende outros fatores, de cunho: diplomático, comercial e econômico. Essas

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugues-na-guine-equatorial-e-uma-invencao_n1049406> Acesso em 12/set2019

decisões políticas sobre a(s) língua(s) levam a retomar a indagação presente entre as problematizações que surgem na disciplina política(s) linguística(s), o mote: “Quem planeja o que para quem e como?”.

Dessarte, ao se refletir sobre as ações de políticos e a relação com a língua, e se inquirir sobre *quem decide o que e para quem*, isso aponta para dois termos que afluem porque paralelos e diretamente justapostos à(s) política(s) linguística(s): poder e ideologia; melhor dizendo, estes estão contidos em políticas linguísticas. Para fins do propósito desta pesquisa, o recorte tomado foi o da ideologia¹⁶⁷, seu conceito e seu alcance, no intuito de compreender algumas questões em torno às políticas linguísticas do espanhol, reverberadas em ações governamentais sobre a língua e, em textos digitais, produzidos na Espanha e na Argentina.

Sobre ideologia, Johnson (1997), em seu dicionário de Sociologia, informa que:

Ideologia é um conjunto de CRENÇAS, VALORES e ATITUDES culturais que servem de base e, por isso, justificam até certo ponto e tornam legítimos o status quo ou movimentos para mudá-lo. Do ponto de vista marxista, a maioria das ideologias reflete os interesses de grupos dominantes, como maneira de perpetuar sua dominação e privilégios. (JOHNSON, 1997, p. 4525) [grifos meus].

Além do âmbito político, das tomadas de decisões, há também o âmbito pessoal. Ao se expressar, escrever, apresentar uma postura sobre um tema e tomar decisões sobre algo, o ser humano revela traços que refletem o social que o influencia e que estão presentes no seu modo particular de pensar. Até que ponto seria totalmente particular?

A célebre frase do romance do escritor Hemingway (1940), de que “nenhum homem é uma ilha”, na verdade, retomada do texto Meditação XVII, John Donne, (1624), que assim expressa: “Nenhum homem é uma ilha, por si só; todo homem é um pedaço do continente, uma parte do principal”¹⁶⁸. Logo, nossas concepções e construtos cognitivos, socialmente construídos, não nascem ao acaso, não surgem do vácuo, pois revelam a

¹⁶⁷ Um breve esclarecimento. Em minhas leituras e reflexões, sobreveio-me a indagação de, na análise em curso, verticalizar sobre o conceito de poder. E isso se deu, especialmente, a partir da leitura do capítulo *Aporias de uma teoria do poder*, de Habermas, (2000). Contudo, optei em não discorrer sobre poder e sua correlação com as políticas linguísticas, pois minha intuição, não no sentido cartesiano, me fez deduzir que a inclusão desse termo ampliaria a pesquisa e tal inclusão constituiria outra tese. Em razão disso, o recorte tomado foi o da ideologia.

¹⁶⁸ Frase extraída do livro Donne, John. *Meditações* (Edição Bilingue) (Locais do Kindle 1323). Editora Landmark. Edição do Kindle. 1624. Ernest Hemingway utilizou esta frase que se tornou célebre em seu romance *Por quem os sinos dobram* (1940) que resultou em lançamento de um filme com o mesmo nome.

relação do sujeito com o social e estão permeadas de ideologia(s) sendo reveladas pelo sujeito¹⁶⁹ por meio da linguagem.

Observa-se que a política linguística/planejamento linguístico de um idioma está composta de um conjunto de ideais, entendidas como ideologias em torno do idioma, seja idioma materno, seja língua estrangeira, seja segunda língua estrangeira. Um olhar sobre os discursos (textos) que defendem o fomento de línguas internacionais como português e o espanhol, geralmente apontam fatos recorrentes na defesa dessas línguas hegemônicas, tais como: o valor do idioma, ressaltando sua importância, sua cultura, sua história e o seu *ranking*, comumente tomando como base o *Ethnologue*¹⁷⁰. Igualmente aparecem valoração do idioma, ou seja, atribuições feitas ao idioma em razão da representação por parte do autor do texto, cujo intuito é convencer o outro sobre os atributos feitos à língua. Isso tem relação com o que Fiorin (1998) defende em sua asserção de que “comunicar é agir” em que ressalta que os discursos incidem sobre o outro, influenciando-o ou não, cuja intenção via argumentação é convencer. E tal uso da linguagem, ao atribuir valores ao objeto, compreende uma ação ideológica que se materializa por meio da linguagem.

Por outro lado, tais justificativas em favor do idioma ao revelar o ideológico informam e revelam, por parte de agências de fomento da língua¹⁷¹, os investimentos de seus respectivos governos na promoção de seu idioma.

¹⁶⁹ Sobre o termo “sujeito”, Pedrosa relata que: “Para Fairclough (2001), os sujeitos podem contrapor e, de forma progressiva, reestruturar a dominação e as formações mediante a prática, isto é, os sujeitos sociais são moldados pelas práticas discursivas, mas também são capazes de remodelar e reestruturar essas práticas. Na ACD, rejeita-se firmemente o ‘sujeito assujeitado’ da Análise do Discurso (AD).” Disponível em: <<https://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>

¹⁷⁰ Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/>> último acesso: 19/09/2019

¹⁷¹ Por agência de fomento considera-se um órgão ou agência promotora do idioma, criado com finalidade específica ou já existente que atua como executor(a) da política linguística de uma língua, no exterior. A título de exemplo, a lusofonia (Portugal), tem o Instituto Camões, a divulgação do português brasileiro, órgãos ligados ao Itamaraty, como a Divisão de Promoção da língua portuguesa que se efetiva em Centros Culturais Brasileiros, (CCBEs), espalhados no exterior, o hispanismo o *Instituto Cervantes*, da Espanha, presente em vários países e a Argentina o *Museo del Libro y de la Lengua* e deste último país os vários centros no mundo de países que têm acordo com o governo argentino na aplicação do seu exame de certificação internacional de proficiência em espanhol, pois ao acolherem a aplicação do exame, treinamento de professores para o exame se tornam em colaboradores e agências indiretas copartícipes na difusão do exame.

3.1 Ideologia e Linguagem

Baktin (2006), ao abordar o tema *o estudo das ideologias e filosofia da linguagem*, se propõe a discutir a questão do que denomina “signo ideológico e a consciência” e “a palavra como signo ideológico”, reivindicando a análise do termo ideologia para o campo da filosofia da linguagem, uma vez que, para este pensador, o ideológico não reside na língua, mas sim no signo linguístico, isto é, na palavra. E isso se confirma em: “Para começar, as bases de uma teoria marxista da criação ideológica – as dos estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião e a moral, etc. – estão estreitamente ligadas aos problemas da filosofia da linguagem” (BAKTIN, 2006, p.29)¹⁷².

Baktin propõe que na percepção de um objeto físico este reflete a imagem de algo, isto é, remete a algo. O objeto percebido possui significação. E adverte que: “E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual sem deixar de fazer parte da realidade, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, outra realidade” (idem, ibidem, p. 29). Em síntese, tudo que é ideológico pertence ou está ligado a uma realidade, estando relacionado ao mundo exterior, e o significado é fundado quando este espelha outra realidade.

Segundo Fiorin (1998) “(...) não existem representações ideológicas senão materializadas na linguagem” (FIORIN, 1998, p. 73). Com isso, aponta para o fato de que somente por meio da linguagem é que as “representações” adquirem “materialidade”, isto é, passam a ter sentido ou os sentidos são atribuídos, expressando o ideológico, uma vez que para esse linguista a linguagem constitui “expressão da vida real”. (idem, ibidem, p.73). Esse pensamento expressado pelo autor está relacionado ao que Baktin, anteriormente citado, considera sobre a relação do signo com a ideologia.

Esse pesquisador, ao tratar do tema do discurso – o qual se dá por meio da linguagem – como reflexo da realidade, salienta que:

É preciso considerar, quando se diz que a linguagem representa a realidade (seja seu nível aparente, seja seu nível de ausência) que o espírito humano não é passivo e que sua função não consiste em apenas representar a realidade. Isso significa que o discurso não reflete uma representação sensível de mundo, mas uma categorização de mundo, ou seja, uma abstração efetuada pela prática social. (FIORIN, 1998, p. 54)

¹⁷² Embora haja uma publicação recente do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, edição em português, lançada em 2017, não mais atribuída a Baktin, mas atribuída a Volóchinov, optei por me pautar na edição consultada anteriormente, ainda atribuída a Baktin, de 2006. Acredito não ser pertinente para esta discussão, neste momento, entrar nos meandros da autoria.

E nesta categorização de mundo, por meio da percepção do seu entorno, o sujeito se faz uso, segundo esse autor, de a) “elementos semânticos” e de b) “categorias linguísticas”, pois estes relacionados às formações ideológicas. Categorizar consiste em ação humana. Bourdieu (1990, p. 167)) comenta que “O poder simbólico é um poder de fazer coisas com as palavras”. Na história judaico-cristã, segundo o cânone sagrado, ao homem fora atribuída a função de nomear os animais. Nomear, atribuir nomes, categorizar, compõe parte do processo de linguagem, sendo esta ação inerente ao homem, e isso se dá por meio da linguagem humana. E a linguagem incorpora o discurso enquanto constitutivo do sujeito. Benjamin (2013, p.55) enfatiza que: “(...) A essência linguística do homem está em nomear as coisas.”. Ao discorrer sobre a capacidade inerente ao homem, que é “nomear”, o que inclui também qualificar e valorar, Bourdieu (2008, p.119) informa esta ser “um começo de objetivação por meio de palavras que as tornam por natureza, ao mesmo tempo comuns e comunicáveis e, por conseguinte, sensatas e socialmente sancionadas”.

Ao homem é facultado por meio da linguagem a representação do mundo e a exteriorização de seu pensamento. Ao fazê-los revela conceitos, crenças, construídas socialmente, como, por exemplo, critérios de valoração da língua, sendo tal atribuição de critérios, ideológica.

3.2 Por outros conceitos do termo

O termo ideologia apresenta uma complexa teia de significados e, ao longo da sua história e de seu percurso, e com novas percepções do termo. Trata-se de um terreno delicado e intrincado em sua extensão.

De acordo com Russ, “O uso contemporâneo deste termo privilegia geralmente sua significação marxista e pejorativa. Ideologia (= consciência falsa ligada à realidade social)”. (idem, 1994, p.138).

Por sua vez, Johnson, informa que:

Ideologia é um conjunto de CRENÇAS, VALORES e ATITUDES culturais que servem de base e, por isso, justificam até certo ponto e tornam legítimos o status quo ou movimentos para mudá-lo. Do ponto de vista marxista, a maioria das ideologias reflete os interesses de grupos dominantes, como maneira de perpetuar sua dominação e privilégios. (idem, 1997, posição 4528, edição do Kindle)

Chauí (2017) informa que a origem deste vocábulo surge no início do século XIX, na França, com a obra Elementos de Ideologia, de Dettust de Tracy. Seu propósito era

formular uma “gênese de ideias”, considerando-as como “fenômenos naturais” que manifestam a relação do corpo humano com o meio ambiente, em síntese uma ciência das ideias e das sensações. Isso o levou a conceber uma teoria sobre as “faculdades sensíveis”, responsáveis pela constituição de nossas ideias (idem, 2017, posição 197 do Kindle).

Esse autor concebia ser impossível entender os objetos em si mesmos, sendo unicamente possível apreender as ideias geradas a partir das sensações que temos deles. Defendia que uma análise sistemática das ideias e das sensações garantiria uma sustentação sólida para a ciência. Daí, atribuiu a esta proposta como sendo uma ciência das ideias, isto é, ‘ideologia’.

O termo é retomado pelo filósofo Comte, mas com duas acepções: 1^a) a que estuda a estruturação das ideias que advém da análise que envolve as relações corpo e meio ambiente por meio das sensações e 2^a) a soma de ideias de uma determinada época, podendo ser o pensamento geral ou a concepção teórica de pensadores dessa época. Em síntese, a partir desse segundo ponto, ideologia passa a corresponder a uma teoria. A esse respeito, sua elaboração foi feita por detentores do saber, que, com base nas opiniões comuns, as reuniram e as sistematizaram, fizeram adaptações, ajustes, retirando quaisquer traços de natureza religiosa e metafísica que houvesse (CHAUÍ, 2017, posição 240-249, edição do Kindle). Em síntese, estes pensadores, defensores do Positivismo, assim como Comte, acreditavam que a ciência tem por função prever e fornecer regras por meio das quais a ação possa comandar, influenciar, monitorando o social.

Pensando nisso, no caso específico das política(s) linguística(s) e a defesa de um idioma, e suas valorações como língua de coesão, língua comum, em que a língua se apresenta como o “elo de união”, um “ente” que mantém a unidade nacional, tal como se viu no capítulo anterior, em Hispano-americanismo e que resultou, atualmente, na Hispanofonia, tudo isso aponta a concepção de (um)a língua em um plano ideológico. E isso se confirma em: “A ideologia da unidade nacional, que os intelectuais progressistas, de boa-fé [sic] imaginavam servir aos trabalhadores, na verdade serve à classe dominante” (CHAUÍ, 2017, posição 959, edição do Kindle). Ao substituir “trabalhadores” por “falantes”, usuários da língua, parece que se chega à mesma equação.

Bourdieu e Eagleton (1996), ao abordarem o tema da ideologia, harmonizam que este apresenta várias definições e apontam que este termo, às vezes, apresenta um uso negativo ou com distorção de uso, isto é, de desvio de uso de sentido.

Considerando que o argumento de Bourdieu sobre a linguagem recai sobre os efeitos que esta engendra, Eagleton se reporta a esse sociólogo, reafirmando seu

raciocínio de que o relevante na fala/discurso não está centrado a um poder da linguagem *ipsum*, isto é, em sim mesma, mas sobre o “tipo de autoridade ou legitimidade em que ela [a linguagem] se escora”. (Eagleton e Bourdieu, 1996, p. 265) [grifos meus] e a partir disso o indaga sobre como ele vê a questão da ideologia.

Bourdieu assente com a observação e relata que evita fazer uso do termo ideologia, seja pela razão do seu uso inapropriado ou vago, porque segundo ele o termo parece passar por “um certo descrédito”, e em seguida faz esta asserção: “Descrever uma afirmação como ideológica é, muitas vezes, um insulto, de modo que essa própria designação torna-se um instrumento de dominação simbólica” (1996, p.266). E por isso informa que permuta esse termo por outros, como: “dominação simbólica”, “potência simbólica” e “violência simbólica”. Informa a ideologia como sendo representação. Ao fazer uso do termo violência simbólica, busca mostrar um modo de violência não notado da violência costumeira. Dito de outro modo, quanto menos capital simbólico – neste caso, conhecimento – alguém possua, mais difícil será saber como proceder em determinados meios e se posicionar. Neste caso, Bourdieu (1996) acredita que a violência simbólica é mais expressiva do que a ideologia que, neste caso, não explicaria isso. No entanto, quando se tenta impor ao outro o “capital simbólico” que é a língua, e esta se torna oficial e é normatizada, isto, que é ideológico, compreende violência simbólica.

Eagleton concorda com o apontado por Bourdieu sobre usos destoantes do conceito de ideologia e relata que isso o motiva a continuar suas pesquisas, buscando elucidar o termo, o que o levou a escrever um livro sobre este tema. E ressalta dois pontos a serem examinados sobre este termo: 1º) a teoria da ideologia necessita de um conceito de representação, em razão de alguns modelos serem questionados e 2º) atualmente, há uma sensação que compreende que para reconhecer uma forma de pensamento como sendo ideológica, seria exigido ter acesso à verdade absoluta. Em caso de a verdade absoluta ser contestada, desapareceria o conceito de ideologia. Eagleton faz outras considerações e expõe ter dúvidas se, de fato, o termo ideologia, poderia ser descartado porque acredita haver algo que corresponde à noção de falsa consciência. Cabe ressaltar que o conceito de “falsa consciência”, conceito clássico da ideologia, que atuaria como uma espécie de desconhecimento da realidade, segundo Zizek (2016, p.312). Eagleton recorre a Bourdieu sobre o seu conceito de *doxa*, se este substituiria o termo ‘ideologia’.

Bourdieu retoma o termo e explica que muitas coisas são aceitas inconscientemente, nem são percebidas, e ilustra com as instituições educacionais, estas como instrumentos de ideologia, em razão de produzirem uma “produção desigual do

capital pessoal”, legitimando-o. Ressalta que em razão de esses mecanismos serem inconscientes, são aceitos, e isso é algo preocupante. Aponta que este caso não é captado dentro do conceito tradicional da ideologia.

Reitera que as falas sobre ideologia recorrem a um conceito de representação e de consciência, negando que o mundo social funcione com base nesta, pois funciona “em termos de práticas”, “mecanismos”, etc. E ressalta que: “Ao usarmos a *doxa*, aceitamos muitas coisas sem conhecê-las, e é a isso que se chama ideologia. A meu ver, devemos trabalhar com uma filosofia da mudança.” (BOURDIEU, 1996, p. 268).

Barret (1996) declara que o melhor meio de apreender o conceito de hegemonia seria entendê-lo como sendo a *organização do consentimento*, ou seja, os meios pelos quais são construídas formas subordinadas de consciência, em que não haveria a necessidade de se recorrer à violência ou a ações coercitivas. E referencia Gramsci quem teria abordado a questão da hegemonia, sendo esta o eixo central de sua reflexão sobre política e ideologia, para quem a atuação do bloco dominante, não se restringe só ao círculo político, mas à toda sociedade (idem, ibidem, p. 238).

“Ressalta que para Gramsci, com o foco voltado à relação entre o Estado e a sociedade civil o que o teria levado diretamente a seu trabalho/pesquisa sobre o que se denominou de funções socialmente “cimentadoras” da ideologia e a respeito de meios como o consentimento, obtido de um modo sem violência. Em síntese, Barret (1996) referencia Stuart Hall, quando este afirma que Gramsci concebe “(...) a hegemonia como uma autoridade política, cultural e social” (BARRET, 2016, p. 240).

3.3 Língua, nação e ideologia

No texto *Carácter nacional y lengua según Wilhelm von Humboldt*, Menze (2003)¹⁷³, em seu artigo, o termo língua aparece (110) cento e dez vezes. Cabe ressaltar que a busca eletrônica lê os termos *lengua*, *lenguas* e *lenguaje* sem dissociá-las. No entanto, após uma busca refinada, assim obtém-se o resultado da quantidade de vezes que os lexemas se repetem: a) *lengua* (55), b) *lenguaje* (28), c) *lenguas*, (10), d) (17), no resumo e, no título, em razão de ser texto eletrônico e em seu *layout*, a cada página apresentar o título do artigo. O termo *nación/nacional* aparece 119 vezes, e especificamente há a ocorrência do termo *nación* (66) e *nacionalidad* (53). Os termos que

¹⁷³ *Carácter nacional y lengua según Wilhelm von Humboldt*, disponível em <<http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/riev/48/48033049.pdf>> Último acesso: 27/09/2017

mais se repetem são: “lengua” (55) vezes e “nación” (66 vezes). Isso remete ao que Barthes cita no prólogo de sua obra *Mitologia* (2001, p. 8): “Não sei se, como diz o provérbio, as coisas repetidas agradam, mas creio que, pelo menos, elas significam.” Neste caso, são os semas “nación” e “lengua” a ênfase da discussão textual, conforme apontado no resumo:

“Wilhelm von Humboldt percibe una interrelación entre “nación” y “lenguaje” y que el hombre es inherentemente un ser lingüístico y social. El lenguaje como tal sólo existe en la realidad histórica de las lenguas. Consecuentemente W. v. Humboldt señala que, a la hora de estudiar las diversas comunidades humanas, es imprescindible estudiar sus lenguas”¹⁷⁴.

Menze (2018) trata em seu artigo temas como ‘nação’ e ‘língua’ a partir da concepção de Humboldt, filósofo e linguista que contribuiu para a filosofia da linguagem. Este autor usa uma afirmação de von Humboldt (idem) que sintetiza os conceitos do binômio língua/nação: “*La lengua permite, con más seguridad que las demás manifestaciones, como la historia, costumbres, usos, hechos, reconocer el carácter de una nación*”¹⁷⁵.

Segundo Russ (1994, pág.193), Nação (s.f.) Etim.: lat. *natio*, nascimento, nação.

- A. Política: conjunto de cidadãos que detêm a autoridade política.
- B. Perspectiva social ou sociológica: comunidade social determinada por condições naturais e espirituais (unidade da língua, etc.) Deve distinguir-se de Estado: pode haver organização estatal sem nação.

Esta autora apresenta a definição de nação de outros filósofos, dentro do marco conceitual que ela apresenta em B, da perspectiva social ou sociológica:

(B) KANT “Pelo termo *povo* (populus), entende-se a massa dos homens reunidos numa determinada região, desde que constituam um todo. Esta massa, ou os elementos desta massa, a quem uma origem comum permite reconhecer-se como unida numa totalidade civil, chama-se *nação* (gens) (*Antropologia do Ponto de Vista Pragmático*, 2ª parte, p. 154, *Vrin*);

(B) MAUSS “Entendemos por nação uma sociedade material e moralmente integrada a um poder central estável, permanente, com fronteiras determinadas, X aderem conscientemente ao Estado e às suas leis.” (*Mauss, Obras*, t.3, p.584, *Éditions de Minuit.*);

(B) MARITAIN “a Nação é uma comunidade, não uma sociedade [...]. Uma Nação é uma comunidade de homens que tomam consciência de si mesmos tal como a história os fez, estão atados ao tesouro de seu passado e se amam tal

¹⁷⁴ “Wilhelm von Humboldt percebe uma interrelação entre” nação “e” linguagem “e que o homem é inerentemente um ser linguístico e social. A linguagem como tal existe apenas na realidade histórica das línguas. Consequentemente W. von Humboldt salienta que, quando se trata de estudar as várias comunidades humanas, é imprescindível estudar suas línguas”. [tradução minha]

¹⁷⁵ O idioma permite, com mais segurança do que as outras manifestações, como história, costumes, usos, fatos, reconhecer o caráter de uma nação.

como se sabem ou imaginam ser, com uma espécie de inevitável introversão.” (*O Homem e o Estado*, pp.4-5, PUF.).

Estado, para Bobbio (2017), é definido a partir de duas visões: a jurídica e a sociológica. E informa que o conceito de Estado com base nas teorias jurídicas foi deixado de lado pelos juristas e narra que desse modo há uma retomada da sociologia política, que tem por objeto “O Estado como forma complexa de organização social” (idem, p.75). Discute este autor esta noção de Estado que é complexa em sua semântica, passa por conceitos de Marx e Weber, aponta as duas teorias sociológicas do Estado, que estiveram em destaque e que fazem oposição uma a outra, a teoria marxista e a funcionalista. Sintetiza-as apontando que: “A teoria funcionalista seria dominada pelo tema hobbesiano da ordem, a marxista é dominada pelo tema da ruptura da ordem, (...) especialmente da contradição entre forças produtivas e relações de produção” (idem, ibidem, p.77). E salienta que o conceito de representação de Estado que preponderou acabou sendo “o sistêmico” e este compreende que “A relação entre o conjunto das instituições políticas e o sistema no seu todo é representado como uma relação demanda-resposta” (idem, ibidem, p.78).

Posto isso, nação estaria ligada a noção de um grupo, uma comunidade que tem uma história em comum e partilha, igualmente, a mesma língua, como também tem sentimentos em comum. Estado se refere à organização político-administrativa e às instituições políticas. A Espanha, a título de ilustração, se apresenta como um Estado multinacional. Com base no conceito acima de nação, podem-se considerar como nações: a Galícia, a Catalunha e o País Basco, que têm a sua própria língua, cultura, história, práticas sociais, mas nenhuma dessas nações tem um Estado.

Daí, retomo os três conceitos de nação, anteriormente informados, para aplicar ao caso das nações: a galega, a catalã e a basca ao conceito do pensador Maritain, de “nação como comunidade”, e o do pensador Mauss de que uma nação está ligada a um poder central; neste caso, estas três nações se juntam à nação espanhola, aos falantes do espanhol, e juntos se reconhecem numa totalidade civil, como afirma Kant, formando, assim, o Estado espanhol. Weber (1909) referenciado por Dias (2012, p. 54) afirmara que: “o povo de uma Nação não necessariamente deveria coincidir com o povo de um Estado. Tratava Weber de afirmar que a definição de Nação como uma ideia relacionada ao povo de um Estado gerava uma tensão constitutiva em sua formação”.

Parece ser que este caso se aplique ao contexto das nações galega, catalã e basca, pois mesmo estes pertencendo politicamente ao Estado espanhol, não compartilham do

mesmo pensamento da nação espanhola. Exemplo claro disso têm sido as lutas da Catalunha por se tornar um Estado.

Estes conceitos filosóficos sobre nação, à primeira vista, parecem não ter propósito no tema que envolve a(s) política(s) linguística(s). No entanto, entendida a língua como prática social, estudar o linguístico pressupõe compreender os conceitos aos quais a língua está baseada quando se trata da relação desta com a sociedade, isto é, com o meio social. Isso tem sido um dos objetos de estudo da Sociolinguística: compreender a língua em sua dimensão sócio-política. E isso envolve entender o conceito de nação e de Nação-Estado e a sua formação, porque nesta se situa a língua escolhida como elemento de representação nacional, ou definida pelos políticos como língua oficial.

As relações que envolvem a língua, do ponto de vista da(s) política(s) linguística(s) é de ordem mais complexa e compreende vários fatores, entre eles o de Nação, estado e Nação-Estado, sendo que estes possuem grande complexidade, seja do ponto de vista sociológico ou político (BOBBIO, 2017).

Com o propósito de se analisar a Hispanofonia, a política linguística da língua espanhola, este idioma será visto não só como “língua oficial de estado”, mas na concepção de espanhol como *língua comum* (CABRERA, 2010). Isso remete a um conceito político, sócio-histórico e antropológico da língua que legitima e “consolida” a existência do Estado-Nação.

A respeito do tema língua e nação, Signorin (2012) ressalta que:

“E, conforme bem salienta Achard, em seu estudo do “ideal monolíngue” característico da problemática nacional na França desde o século XVIII, e também da maioria dos estados-nação da Europa ocidental e da América instituídos, desde então, o percurso histórico das ideias e fatos que consolidaram esse ideal não é fruto da “malignidade” de nenhum poderoso, mas sim de “uma coerência ideológico-social”(1987:39) de processos sociais mais amplos articulados por enciclopedistas e revolucionários franceses em torno de uma língua comum para todos os cidadãos esclarecidos. Essa concepção política do estado como “uma entidade política, que dá origem à Nação”. Ainda segundo este autor o mesmo “ideal monolíngue” orienta a concepção étnica de nação, historicamente relacionada ao romantismo alemão e de maior influência na Europa ocidental, segundo a qual a nação precede o Estado e está ancorada “numa comunidade de linguagem e cultura” (SIGNORINI, 2012, p. 91-92)

Isso posto, questiona-se: a língua precede a Nação ou esta precede a língua, ou ambas se dariam concomitantemente? Ou a língua auxilia a unificar a Nação e auxilia na sedimentação de manutenção dos alicerces do nacionalismo.

Nação vista como uma “comunidade imaginada”, na concepção de Anderson (1991, p. 32) que sob o viés antropológico conceitua *nação* como: “uma comunidade

política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e ao mesmo tempo soberana”. Para este autor, mesmo sem todos os membros da comunidade se conhecerem, estes se consideram uma nação porque se imaginam pertencentes a um mesmo território, isto é, a um grupo. Sobre este último termo, assim o define Johnson (1997, p. 4325) “Grupo é um sistema social que envolve interação regular entre seus membros e uma identidade coletiva comum”.

Dentro do conceito de cultura e de linguagem (GEERTZ, 1989, HALL, 1997), apontam diversos valores culturais de uma comunidade, entre os quais se situa o linguístico. A promoção de uma língua, por meio de uma política linguística, sua defesa como *língua comum*, segundo Moreno Cabrera, (2010) como no caso do espanhol, revela crenças sobre o idioma. Isso, implica outros fatores de natureza histórica, política e questões políticas de estados, da construção como Estado, da escolha de uma língua como oficial etc.

A defesa de um idioma como a “língua comum a todos os povos”, se dá por razões ideológicas, como até aqui se viu, estando ligada a crenças e a uma posição político-ideológica. Neste caso, o conceito de língua se imbrica ao de Estado-nação e não se restringe tão somente a fator(es) linguístico-antropológico(s), mas, compreende, outrossim, fator(es) político(s), econômico(s), etc.

Geralmente, na literatura, os escritores, ao discorrerem sobre seu idioma, em prosa ou poesia, revelam-nos dados que se imbricam no discurso histórico do idioma.

Rubén Darío no poema *Poesía de la Conquista* cita: “*Cuando en vientres de América cayó semilla, de la raza de hierro que fue de España, mezcló su fuerza heroica la gran Castilla con la fuerza del indio de la montaña*”¹⁷⁶. Octavio Paz, prêmio Nobel de Literatura, (1990), em seu discurso à Real Academia Sueca, intitulado “*La búsqueda del presente*”, proferiu o que se reproduz *ipsis litteris*:

Las lenguas son realidades más vastas que las entidades políticas e históricas que llamamos naciones. Un ejemplo de esto son las lenguas europeas que hablamos en América. La situación peculiar de nuestras literaturas frente a las de Inglaterra, España, Portugal y Francia depende precisamente de este hecho básico: son literaturas escritas en lenguas transplantadas. Las lenguas nacen y crecen en un suelo; las alimenta una historia común. Arrancadas de su suelo natal y de su tradición propia, plantadas en un mundo desconocido y por nombrar, las lenguas europeas arraigaron en las tierras nuevas, crecieron con las sociedades americanas y se transformaron. Son la misma planta y son una planta distinta. Nuestras literaturas no vivieron pasivamente las vicisitudes de las lenguas trasplantadas: participaron en el proceso y lo apresuraron. Muy

¹⁷⁶ “Quando, nos ventres da América, a semente caiu, da raça de ferro vinda da Espanha, a grande Castela misturou sua força heroica com a força do índio da montanha” [tradução minha].

pronto dejaron de ser meros reflejos transatlánticos; a veces han sido la negación de las literaturas europeas y otras, con más frecuencia, su réplica. A despecho de estos vaivenes, la relación nunca se ha roto. Mis clásicos son los de mi lengua y me siento descendiente de Lope y de Quevedo como cualquier escritor español ... pero no soy español. Creo que lo mismo podrían decir la mayoría de los escritores hispanoamericanos y también los de los Estados Unidos, Brasil y Canadá frente a la tradición inglesa, portuguesa y francesa.¹⁷⁷

Pelo abordado até aqui, o apontado é que quanto à língua e nação, parece ser que um conceito permeia outro. Os termos estão associados, não se tratando de sinonímia, mas de justaposição, no sentido de contiguidade e não no sentido propriamente linguístico de parataxe. Em suma, embora itens lexicais diferentes, língua e nação são termos intrínsecos. Ao se referir a um povo, cultura, hábitos, inclui-se o termo língua, pois se fala de uma comunidade linguística, comunidade de fala.

Política(s) linguística(s) implica(m) o binômio língua/nação, pois ligado à noção de nacionalismo. De acordo com Bein (2006, p.41): “(...) *las políticas lingüísticas hoy datan de la conformación del Estado-nación y se inician sobre todo con la Revolución Francesa*”¹⁷⁸.

No caso do castelhano, a língua de reino de Castela, este idioma prevaleceu sobre o leonês e o aragonês, e mais tarde com a formação do Estado espanhol e a unificação dos reinos de Castela, León e Aragão, o castelhano tornou-se língua de estado. Segundo Chacon (2016)¹⁷⁹, “Todas as línguas são iguais, são as pessoas que as valoram de modo distinto. Estado-nação é um tipo de valoração da realidade multilíngue, multidialetal específica. Não há língua, mas variedades supradialetais”.

¹⁷⁷ As línguas são realidades mais vastas do que as entidades políticas e históricas que chamamos de nações. Um exemplo disso são as línguas europeias que falamos na América. A situação peculiar de nossas literaturas em comparação com as da Inglaterra, Espanha, Portugal e França, depende precisamente deste fato básico: são literaturas escritas em línguas transplantadas. As línguas nascem e crescem em um solo e se alimentam de uma história comum. Tiradas de seu solo nativo e de sua própria tradição, plantadas em um mundo desconhecido e a ser nomeado, as línguas europeias enraizadas em novas terras, cresceram com as sociedades americanas e foram transformadas. Eles são a mesma planta e são uma planta diferente. Nossas literaturas não experimentaram passivamente as vicissitudes das línguas transplantadas: eles participaram do processo e o aceleraram. Em breve, deixaram de ser apenas reflexões transatlânticas; às vezes têm sido a negação da literatura europeia e outros, mais frequentemente, sua resposta. Apesar dessas vicissitudes, a relação nunca foi rompida. Meus clássicos são aqueles do meu idioma e eu me sinto descendente de Lope e Quevedo como qualquer escritor espanhol ... mas eu não sou espanhol. Eu acho que o mesmo pode ser dito pela maioria dos escritores hispano-americanos, bem como pelos Estados Unidos, Brasil e Canadá, face às tradições inglesa, portuguesa e francesa [tradução minha].

¹⁷⁸ Atualmente, as políticas linguísticas datam da (con)formação do Estado-nação e começam, principalmente, com a Revolução Francesa [tradução minha].

¹⁷⁹ Anotações de aula de CHACON, Thiago Costa sobre Multilinguismo (cap. 7) e Multidialetalismo (cap. 8) do livro Couto, Hildo Onório de. Linguística, Ecologia e Ecolinguística: contato de línguas (2009), na disciplina Ecolinguística, do Programa de Pós-Graduação em Linguística, UnB. 2016

No caso de espaços geográficos, isto é, países multilíngues, em determinado momento há a escolha de uma língua nacional, no intuito de “homogeneizar” a nação. A este respeito ressalta Signorini (2012) que:

“Em se tratando especificamente da língua nacional, são os processos de codificação e padronização, num primeiro momento e, num segundo momento, os processos de reprodução/divulgação da língua padronizada e da sua genealogia “respeitável” (Fishman, 1972), o que vai implementar o valor estratégico (...) de estabilização, legitimação e controle da língua enquanto uma realidade unificada, autêntica e visível, tanto internamente quanto externamente à nação” (SIGNORINI, 2012, p.91).

Do dito, acima, pela autora, quanto a “valor estratégico e “legitimação da língua” internamente à nação, têm o exemplo, no caso da Argentina e sua língua nacional e a escola como lugar de homogeneização do idioma pátrio e da manutenção da pátria. Espósito¹⁸⁰ (1997), ao abordar a questão do “idioma nacional” na Argentina, referencia Quesada, quem havia abordado em sua obra *El problema del idioma nacional*, publicado em 1900, em que relatou a massiva imigração para a Argentina que, à época, passou a se apresentar um “perigo”, vista sob uma ótica nacionalista que poderia afetar os alicerces da “autonomia política” daquele país. E aponta a tática encontrada para auxiliar no alicerce da nação. Sobre isso declara:

De este modo la educación es una estrategia política que se refuncionaliza y deja de ser sólo la herramienta fundamental del progreso social para ser además el arma más eficaz para amalgamar las masas inmigratorias a través de la imposición de la lengua nacional (...). Esta es una tarea de los dirigentes políticos, quienes deben homogeneizar a las masas inmigratorias que vienen a incorporarse a la nación imponiéndoles la lengua nacional. Este deber adquiere para Quesada un carácter patriótico. (idem, ibidem, p.3)¹⁸¹

Pensar uma língua, neste caso, a espanhola, como língua comum, no contexto da(s) políticas linguísticas do espanhol, assinala para uma política do idioma dentro do seu eixo geográfico e seu reflexo como língua estrangeira e língua internacional, de certo modo, legitimando o *status quo* desta língua como um ideário do Estado que engendra na(s) política(s) linguística(s).

¹⁸⁰ ESPÓSITO, Fábio. El problema del idioma nacional: del Santos Vega a La Guerra Gaucha. *Orbis Tertius*, 1997, II (4). Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/10410>>

¹⁸¹ Desse modo, a educação é uma estratégia política que é refuncionalizada e deixa de ser apenas a ferramenta fundamental do progresso social, além de ser a arma mais eficaz para unir as massas imigrantes através da imposição da língua nacional (...). Essa é uma tarefa dos líderes políticos, que devem homogeneizar as massas imigrantes que se juntam à nação, impondo-lhes a língua nacional. Este dever adquire um caráter patriótico para Quesada (idem, ibidem, p.3).

Obs.: O termo “refuncionalizar” e “refuncionalização” não aparece no Aurélio, mas o mantive em português, em razão de tê-lo encontrado no dicionário informal online e em outros contextos, na web.

A Política linguística do espanhol aponta para a retomada e ou reafirmação do *status quo* do idioma – e tal política é confirmada no seu desdobramento em ações pensadas e efetuadas para o alcance dos objetivos. Neste panorama, o da promoção do idioma inclui, por sua vez, a promoção dos países envolvidos, reforça a língua como “poder simbólico” (Bourdieu, 2011) para o Estado.

O Atlas, ao discorrer sobre a “a nova função das *Academias de Lenguas*” (FERNANDEZ; ROTH, 2016, p.112) informa que estas buscam garantir a manutenção da unidade básica do idioma, porque isso é o que permitiria falar em comunidade hispanofalante. Além disso, a orientação pan-hispânica, feita pela Real Academia Espanhola (RAE), tem esta academia como órgão promotor em trabalho conjunto com as demais Academias de Língua dos países hispânicos. E tal ação se vê refletida na coautoria das publicações que promovem a RAE, desde a edição da Ortografia, em 1999. Estas ações informadas demonstram que há uma “vontade política” de agir em uma “direção”.

O *Atlas de La Lengua Española*, (2016) na seção *Las academias y el cuidado de la Lengua* aborda a consciência e o cuidado com a língua, descrita como “*vehículo de creación literaria, útil de comunicación e instrumento para la administración pública, surge muy pronto en el dominio de habla hispana.*” (FERNANDEZ; ROTH, 2016, p. 110). É feito um traçado histórico, desde Nebrija até as academias atuais de Língua Espanhola, chegando até os dias atuais, em que é informada a finalidade do pan-hispanismo:

Em 1951, o estabelecimento da Associação de Academias da Língua Espanhola (ASALE) foi acordado no México, com o objetivo de trabalhar assiduamente na defesa, unidade e integridade da língua comum, e assegurar que seu crescimento natural fosse de acordo com a tradição e natureza íntima do espanhol (FERNANDEZ; ROTH 2016, p.112)¹⁸².

Sobre o “idioma comum” apresentado no Atlas por Moreno Fernández e Otero Roth (2016), como já antes mencionado, esse constitui um ponto de questionamento e de problematização não só conceitual, mas das ações em si, de alguns questionamentos aqui apresentados sobre, por exemplo, de se ter um centro gestor da língua espanhola para todos os países hispanofalantes e o que isso implica. A aceção de espanhol como língua global, como *língua comum* (VALLE, 2007; MORENO CABRERA, 2010; ARNOUX,

¹⁸² “En 1951 se acordó en México la constitución de la Asociación de Academias de la Lengua Española (ASALE), con el fin de “trabajar asiduamente en la defensa, unidad e integridad del idioma común, y velar porque su natural crecimiento sea conforme a la tradición y naturaleza íntima del español!” (Tradução nossa).

2015) seria uma escolha dos organismos do Estado que representa a língua. No entanto, não haveria e nem se poderia falar em uma língua única – língua global – no universo hispânico, pois se trata de um espaço linguisticamente diverso.

Para Valle (2007, p. 530), a Hispanofonia “(...) *não é um fato objetivo: um grupo de nações específicas ou uma rede de interação tecida por um código comunicativo compartilhado*”¹⁸³. Este pesquisador informa ser a Hispanofonia uma ideologia linguística porque exige uma língua comum dentro da proposta pan-hispânica, e tal proposta tem em seu cerne a concepção de uma língua global. Convém lembrar que segundo Bakhtin (1997, p.16). “Se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, portanto o pensamento, a “atividade mental”, que são condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia”.

Moreno Cabrera (2010, p.5) em sua obra “*Lengua/ Nacionalismo en el contexto español*”, ao abordar os termos “língua comum” (*lengua común*)” e “língua própria” (*lengua propia*)”, pontua que o nacionalismo espanhol se caracteriza por uma série de ideias, mas que, sobretudo, este se pauta no discurso relativo à língua comum, isto é, no ideológico.

Ainda segundo esse autor, nas diferentes regiões com suas próprias línguas – como o catalão, galego e basco – prevalece, na prática, a *língua comum*: o espanhol. Em seu olhar, esta questão constitui o nacionalismo espanhol. A seguir, ao discorrer sobre o mito do espanhol como *língua global*, assinala:

El castellano no solo se transformó en el español como lengua común de España sino que se ha convertido en la actualidad en una lengua superior de carácter internacional, que rivaliza con otras lenguas globales como el inglés o el francés. Ya hemos razonado que las lenguas locales no se transforman, lingüísticamente hablando en lenguas nacionales, por lo que debería quedar claro que las lenguas nacionales no se transforman en lenguas internacionales o globales desde el punto de vista lingüístico (MORENO CABRERA, 2010, p. 16)¹⁸⁴.

Consequentemente, a discussão proposta por esse autor é o raio de ação de uma política linguística, de um estado em torno à defesa do seu “idioma comum” e tal ação ocorre, além do território nacional, no espaço internacional, via promoção do idioma por

¹⁸³ “no es un hecho objetivo: un grupo de naciones concretas o una red de interacción tejida por un código comunicativo compartido (Tradução nossa).”

¹⁸⁴ O castelhano não foi apenas transformado em espanhol como a língua comum da Espanha, mas agora se tornou uma língua superior, internacional, que rivaliza com outras línguas globais, como o inglês ou o francês. Já argumentamos que as línguas locais não são transformadas, linguisticamente falando em línguas nacionais, por isso deve ficar claro que as línguas nacionais não se tornam línguas internacionais ou globais do ponto de vista linguístico [tradução minha].

meio de planejamento linguístico. O autor questiona o discurso próprio sobre a língua como “idioma comum”, que, por sua vez, apresenta outras denominações: língua internacional, língua global, etc.

Desse modo, do apontado pelo autor reflete uma situação local, na Espanha, mas pensar, além das fronteiras deste país, o espanhol como *língua internacional* com números crescentes de aprendizes, parece ser que reforçaria e respaldaria o seu lugar, como *língua comum*, já ocupado em seu eixo de origem. Dito de outro modo, o alcance deste idioma, em outros espaços geopolíticos, contribui; parece que reforçaria o discurso de seu *status quo* como “língua comum” no seu próprio espaço.

Ao discorrer sobre o tema ‘nacionalismo espanhol’ e abordar o termo ‘nação’ Fuentevilla (2009, p.4)¹⁸⁵ o assinala que esta compreende: “(...) *un sentimiento de solidaridad y una conciencia nacional común*”. Além disso, a língua reflete que “(...) *todo sentimiento nacional constrói-se sobre origens, mitos, inícios heroicos* (...) (FIORIN, PETER, 2009, Prefácio)”¹⁸⁶.

3.4 Ideologia e Políticas Linguísticas

Milroy (2011, p.50) destaca que:

Embora os estudos ideológicos não sejam parte central da teorização linguística até o momento, alguns estudiosos têm dado muita atenção à influência das ideologias. Para alguns deles, a teorização linguística está permeada de influências ideológicas, e a objetividade “científica” geralmente reivindicada para o empreendimento é altamente suspeita.

Além de a “teorização linguística” estar “permeada de influências ideológicas” para alguns estudiosos, isso também tem seu equivalente nas políticas linguísticas, em textos que trabalham com a defesa do idioma, principalmente, línguas hegemônicas,

¹⁸⁵ “(...) um sentimento de solidariedade e uma consciência nacional comum” [tradução minha]. Nacionalismo español. El discurso programático de la derecha y la izquierda., Fuentevilla, Elena Ferri, 2009, p.4) Disponível em: <http://www.fes-sociologia.com/files/congress/10/grupos-trabajo/ponencias/641.pdf>

¹⁸⁶ FIORIN, José Luiz; PETER, Margarida Maria Taddoni. Todo sentimento nacional constrói-se sobre origens, mitos, inícios heroicos. [Prefácio]. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa* [S.l: s.n.], 2009.

como o português e o espanhol. Com relação ao espanhol, especificamente, discursos escritos que discorrem sobre o “peso do idioma”¹⁸⁷.

Um exemplo disso é o livro intitulado: *El peso de la lengua española en el mundo*. (O peso da língua espanhola no mundo), organizado por Tamarón, 1995. No preâmbulo, o autor considera que tanto os que defendem a língua e sua expansão quanto os que a criticam, apresentam duas características comuns: “a paixão e a falta de fundamento”. E informa que: “*No es que no puedan tales aseveraciones tener fundamento, es que éste, si existe, casi nunca se explica. Se da por supuesto o se exhiben apoyos dialécticos subjetivos o de dudosa fiabilidad estadística.*” (TAMARÓN, 1995, prólogo)¹⁸⁸. Se destaca na afirmação: “*es que éste, si existe, casi nunca se explica*”. (é que se existe, quase nunca se explica. O foco do autor do texto não recai sobre a característica “paixão”, mas na característica “fundamento.” E ao reclamar fundamentação, passa a apresentar os artigos que fundamentam o peso e a importância do idioma.

O livro se apresenta com os seguintes temas de estudo sobre a língua espanhola, i) seu papel internacional, ii) sua presença nas organizações internacionais, iii) precaução sobre o seu futuro, iv) o seu poder tecnológico, v) o seu ensino como língua estrangeira e vi) um novo olhar sobre o índice de importância internacional das línguas. Os títulos antecedem os argumentos em defesa da língua, que, segundo Arnoux (2015), constitui um traço dos mecanismos de defesa que a metrópole utiliza para a defesa de um espanhol global, internacional.

Sob o olhar crítico da política linguística, surgem algumas indagações, entre outras, sobre “o peso de uma língua, como por exemplo: Como se faz para mensurar o “peso” de uma língua? Se ela foi pesada, como o peso foi auferido? Quais parâmetros foram/são usados? Parâmetros científicos com qual base ou vertente linguística? Atribuir peso a uma língua não seria um critério subjetivo de valoração? Estas indagações levam

¹⁸⁷ Por peso do idioma entendam-se, aqui, os argumentos que para legitimar a língua e sua promoção se valem de vários recursos como, passando a tratar a língua, neste contexto, como um sujeito, como entidade, um ente, lhe é dada corporeidade, no intuito de realçar seu valor, sua importância, etc. Esta noção de língua como sujeito foi abordada, no capítulo 1, quando se tratou de uma definição do termo língua(gem). Na análise do discurso, vertente francesa, sobre modos de dizer, Maingueneau usa o termo *ethos discursivo* como imagem engendrada durante e após a fala ou ação do indivíduo. No entanto, para fins deste estudo, não me pautarei na AD francesa, nem em estudos do *ethos*. Me pauto no apontado por Bagno (2019) de que a língua não é um sujeito, mas sim os falantes, e em Janson (2015) que considera que “Todos os idiomas são expressões ou corporificações de uma cultura humana particular. Neste sentido, nenhuma língua é neutra, ainda que algumas pessoas gostem de pensar assim” (idem, p.251).

¹⁸⁸ Não é que tais afirmações não possam ser fundamentadas; é que isso, se existir, quase nunca é explicado. É um dado adquirido ou apresenta um suporte dialético subjetivo ou confiabilidade estatística duvidosa [tradução minha].

a busca por compreender o que está subjacente em discursos em defesa de um idioma como língua internacional.

Neste caso, assim como se verá a seguir, sobre o manual para o usuário da internet para o uso correto do espanhol, ao se discutir sobre o peso de uma língua, peso no sentido de valor, sabe-se que valores atribuídos constituem juízo de valor, mesmo que bem fundamentados, não necessariamente se pautam em um rigor científico, pois, neste caso, constituem representação da língua e sua aferição que é dada por agentes que estão no topo da administração de algum órgão, governamental ou privado, acadêmicos, jornalistas, professores, etc. Neste caso, as opiniões emitidas por estes agentes sobre a língua se dão a partir de seus construtos e representações de (um)a língua e também se dá a partir do lugar que ocupam, tendo, neste caso, outro peso que se soma ao processo. Como citado antes, o poder da linguagem não está si mesma, mas sobre o “tipo de autoridade ou legitimidade em que ela se escora” (Eagleton e Boudieu, 1996, p. 265).

Isso se observa, na prática, nas falas dos que participam da gestão da língua (planejamento de corpus) e representantes de órgãos gestores da língua. Um exemplo bem claro disso se verifica na reportagem (2018): *Ortotipografía: ¿Cómo escribir en la era digital?*¹⁸⁹ *La Real Academia presenta el «Libro de estilo de la lengua española», con el que pretende servir de guía para el uso correcto de la lengua en redes sociales o mensajería instantánea*¹⁹⁰.

O acadêmico, membro da Real Academia Espanhola (RAE), órgão gestor da língua, ao apresentar o livro de estilo, afirma:

- *La lengua, sostiene Víctor García de la Concha, es un poder del pueblo. «Cada día la hacen con el uso y por eso es viva y popular»*
- A língua, diz Víctor García de la Concha, é um poder do povo. “Todos os dias eles fazem isso com o uso e é por isso que é viva e popular”

Ao informar a finalidade do livro de estilo, assevera que este “pretende servir de guia para o uso correto da língua espanhola em redes sociais ou mensagens instantâneas”. Diante de sua fala, indaga-se: o que vem a ser “uso correto” da língua? A referência aqui é a “modelo”, “padrão”, “norma”.

Baktin (2006, p.30) sobre ideologia e sobre o signo, informa que os critérios de avaliação atribuídos ao signo é que determina se este passa a ter um valor ideológico,

¹⁸⁹ Disponível em: <https://www.larazon.es/cultura/ortotipografia-como-escribir-en-la-era-digital-FN20693776/>

¹⁹⁰ A Real Academia apresenta o “Livro de estilo da língua espanhola”, o qual pretende servir como um guia para o uso correto do idioma em redes sociais ou mensagens instantâneas [tradução minha].

como afirmado: “Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.)”. Neste caso, sobre o manual para o usuário da internet é informado que este propõe: “*servir de guía para el uso correcto de la lengua en redes sociales o mensajería instantánea*”. (*servir de guia para o correto uso da língua em redes sociais ou serviços de mensagem instantânea*). O termo “uso correto” espelha o ideológico, pois apresenta um critério de avaliação e valoração da língua, a norma, sua normatização.

Considerada a citação do representante da RAE, a língua como “um poder do povo”, e trazendo tal afirmação para os campos da sociolinguística, sociolinguística crítica, linguística aplicada crítica e das políticas linguísticas, estas igualmente compreendem a língua como pertencendo ao usuário.

O filólogo e representante da RAE, Victor García de la Concha, ao mesmo tempo que reconhece a língua como sendo do povo, de que ela é “viva” e “popular”, se contradiz ao citar um livro de estilo para o usuário, visando o bom uso do idioma na *web* e em aplicativos de rede social.

Diante disso, se questiona: qual a razão de um manual para o usuário de internet, se esta pertence ao próprio usuário? Como controlar algo que, por direito, pertence o outro? Se trata de preservação da língua ou um meio de controle do uso da língua? Este poder controlador do Estado sobre o idioma compõe também parte dos temas a que se dedica a política linguística. Não se trata de militância do idioma, mas de uma ação e com um olhar crítico que considerem diversos fatores, observando a relação língua, estado, nação presentes em projetos sobre a língua, em falas sobre a língua e que culmina nos ditames sobre a língua, ações presentes e que circulam em textos e falas dos representantes da idioma. Tudo isso revela o controle exercido pelo Estado sobre a língua.

Por que seria preciso estabelecer normas de bom uso da língua, para o sujeito pautar-se por elas, ao navegar no Ciberespaço? Se a língua é do povo, então o povo livre para usá-la, prescindindo de um manual que prescreve sobre o seu uso em meios digitais. Tal orientação e preocupação, por parte da RAE, revela a sua função, legislar sobre a norma e aplicar esta norma, em razão do “bom uso da língua”. O livro apresentado revela uma visão idealizada de língua, portanto, uma ideologia, via instituição estatal, como a *Real Academia Española* (RAE) que cria e legisla sobre as normas.

Além dessa questão ideológica, há o fator, o *planejamento de corpus* por parte dos órgãos governamentais, como anteriormente apresentado. Este compreende, entre outras

atividades, a elaboração de manuais que visam à regulação da língua, como a ortografia, a fonética, etc., o que representa, por parte do Estado, o controle sobre o idioma.

E os argumentos para justificar o manual ou guia de estilo para o usuário da internet informados são:

«No puede ser un jeroglífico»

En declaraciones a este periódico, García de la Concha explicaba que la ortotipografía, es decir, el conjunto de usos y convenciones por los que se rige la escritura no manual, «preocupa a la Academia. Hay que enseñarla en las escuelas, porque los niños hoy pasan muy pronto a la escritura digital, en cuanto tienen un móvil. Y las reglas son las mismas que en el mundo manual. El hecho de que haya un carácter más relajado, semejante a la oralidad o la conversación, no implica utilizar una lengua descuidada o inventar nuevos códigos». Así, por ejemplo, el uso de emoticones, como se dice en América, o emoticonos, como es frecuente en España, es otra de las materias en la que ha entrado la RAE. «Hay que cuidar ese aspecto. Existen normas de puntuación hasta para ellos. Y es frecuente que haya personas que piensan que con un emoticón se arregla todo. Pues hay condiciones, igual que se deben cuidar las etiquetas de las redes sociales. Todo eso no queda borrado por la modernidad», comentaba. «Este es uno de los puntos que nos interesaba atajar: el poco y a veces nulo cuidado en el uso de la escritura en las redes sociales. La escritura digital no autoriza a olvidar la norma ortográfica y gramatical. No se puede convertir todo en un jeroglífico y que desaparezcan las palabras».

“Não pode ser um hieróglifo”

Em entrevista a este jornal, García de la Concha explicou que a ortotipografia, isto é, o conjunto de usos e convenções que governam a escrita não manual, “preocupa a Academia. Você precisa ensiná-lo nas escolas, porque hoje as crianças vão muito em breve à escrita digital, assim que têm um celular. E as regras são as mesmas do mundo manual. O fato de haver um caráter mais descontraído, semelhante à oralidade ou à conversa, não implica usar uma linguagem negligenciada ou inventar novos códigos”. Assim, por exemplo, o uso de “*emoticones*”, como se costuma dizer na América, ou “*emoticonos*”, como é comum na Espanha, é outro dos assuntos em que a RAE entrou. “Tem-se que cuidar desse aspecto. Existem regras de pontuação até mesmo para eles. E, muitas vezes, há pessoas que pensam que com um emoticon tudo está consertado. Bem, existem condições, assim como você deve cuidar dos rótulos das mídias sociais. Tudo isso não é apagado pela modernidade”, comentou. “Esse é um dos pontos que estávamos interessados em abordar: o pouco e às vezes nulo cuidado no uso da escrita nas redes sociais. A escrita digital não autoriza o esquecimento da norma ortográfica e gramatical. Você não pode transformar tudo em um hieróglifo e que as palavras desapareçam”.

Uma preocupação dos gestores do idioma, neste caso, as academias de línguas é que a linguagem própria da internet ameace a língua padrão. No entanto, não é bem assim, uma vez que: “[...] a estrutura gramatical básica da língua não mudou com a internet. Estudos acadêmicos começaram a surgir como reação a esses equívocos. Por exemplo, a pesquisa de Plester e Wood (2009) revela uma relação positiva entre mensagens de texto e habilidades ortográficas entre as crianças britânicas.” (BARTON, LEE. 2015, p.24)

Sabe-se que há uma gramática normativa e uma gramática do usuário, esta construída oralmente, assim como há uma norma linguística da escrita, para textos

formais. A internet e as redes sociais são espaços informais e compreende tempo real e rapidez, o que, por sua vez, irá refletir sobre o uso da língua nesses ambientes, por parte do usuário. Não há como pensar em normas da língua em interações, em comunicação instantânea. A quem interessa as normas? Essa representa uma intervenção direta sobre a língua e indireta sobre o usuário, em que se busca estabelecer critérios de uso “correto” da língua.

Uma preocupação do acadêmico é que não se reduzam palavras a um *emoticon*. No entanto, visto sob outro prisma, o *emoticon* constitui um recurso paralinguístico, assim como gestos, mãos e rosto, presentes na interação discursiva, representam uma informação e uma forma de se comunicar. Contudo, o falante não passa tal representação semântica para o texto, por ter clara noção que se trata de outro contexto.

Esta ação constitui um modo de legitimar a língua padrão, seu uso, desconsiderando ambientes informais como a *web* e as redes sociais. Tal ação é ideológica, pois transmite uma representação de língua, a normativa, pois o foco recai no bom uso da língua(gem), isto é, da norma que, neste caso, anula o uso informal da língua, desconsiderando as variedades de uso e acaba por tolher a liberdade de expressão do sujeito/aprendiz. Não é a língua a favor do sujeito, seus diferentes níveis de uso, mas o sujeito a serviço da língua, das normas institucionalizadas.

A fala do acadêmico representa o discurso oficial do Estado, especificamente da RAE que legisla sobre o idioma. A RAE como instância de poder e como órgão que estabelece os limites de uso da língua, reforça via fala de seu representante, que busca legitimar o poder da instituição como agente executor de uma política linguística, revelando sua representação de língua normativa. Retomo aqui o citado no item anterior de que para Bourdieu, (1996), o relevante na fala/discurso não está centrado a um poder da linguagem em si mesma, mas sobre “tipo de autoridade ou legitimidade em que ela [a linguagem] se escora”. (Eagleton e Bourdieu, 1996, p. 265).

Arnoux (2015) sobre o âmbito da política linguística ou glotopolítica, faz uma análise da proposta do espanhol como língua global, língua internacional e língua comum, em que ressalta que um dos meios usados na maquinaria da difusão do espanhol como língua internacional, a RAE, gestora da língua, e o Instituto Cervantes, executor da proposta da política linguística, com suas propostas pedagógicas, com base em uma Pan-hispânica, o olhar está direcionado ao “periodismo en línea”, (jornalismo online) que segundo ela, investem na proposta de um suposto “espanhol global” e a tal ação ela

denomina de “*dispositivo glotopolítico tendiente a imponer una variedad global.*” (dispositivo glotopolítico tendendo a impor uma variedade global) (idem, 2015, p.37).

Como assinala Crystal, (2005), salienta que sobre o espaço web, como nova forma de comunicação, se apresenta como o lugar da presença das línguas, salientando que o espaço web representa um lugar para muitas línguas minoritárias, mas que isso representa alto custo de manutenção e por isso reconhece que “(...) desenvolver uma cyberpresença para uma língua não é fácil”. (idem, 2005, p.99). Neste caso, as línguas hegemônicas passam a ocupar grande espaço, o que eu compreendo como uma transposição da realidade.

Alvarez (2012), ao abordar sob o prisma da Sociologia “a norma como exercício de poder”, aponta para o fato de que “O discurso oficial do Estado impõe normas a partir de um ponto de vista legítimo, isto é, “como um ponto de vista que todo mundo deve reconhecer, pelo menos dentro dos limites de uma determinada sociedade” (Bourdieu, 1987: 165)”.

Fiorin (1998), ao discutir a indissociabilidade da linguagem e do pensamento, informa que “(...) o discurso materializa as representações ideológicas. As ideias, as representações não existem fora dos quadros linguísticos. Por conseguinte, as formações ideológicas só ganham existência nas formações discursivas” (idem, ibidem, p. 34). Este autor se pauta em Marx e no que este trata sobre a ideologia e, partindo de algumas observações, afirma: “A ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade, não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Por isso, diz-se que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico” (idem, ibidem, p.30).

E como este fator “nível econômico” pode ter relação como a língua? Em geral, para se justificar o *status* de uma língua, acordos, crescimento e investimento via idioma, é defendido também no argumento a questão econômica que a língua proporciona. Citação sobre isso se constata no argumento de Feijó, vice-reitor da Universidade de Santiago de Compostel, ao defender a aproximação do galego com português (2007)¹⁹¹:

A língua é um bem enriquecedor, já que nos faz sentir bem. Por exemplo, ao permitir-nos funcionar dentro duma comunidade. Isto é óbvio, mas é fundamental. Se não conseguires que o uso dum idioma traga utilidade, que garanta mais **bem-estar económico**, cultural ou outro, o projecto fracassará. E por isso sou reintegracionista. Porque pretendo que os galegos tenham acesso

¹⁹¹ A língua é um bem enriquecedor, disponível em: Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/diversidades/a-lingua-e-um-bem-enriquecedor/1529>. Acesso em 20/10/2019.

a mais bens culturais e **econômicos**, vindos do contacto com o português e com os restantes países de língua portuguesa, a começar por Portugal [grifos meus].

Nesse caso, a língua, além de patrimônio, produto cultural de uma nação, também compreende um bem econômico. Como, por exemplo, a língua estrangeira pensada no turismo, na moda e nos bens de consumo, como o cinema, etc.

Afinal, o que leva uma língua a ser franca está diretamente relacionado com o apogeu econômico do(s) país(es) da língua franca/internacional. *Exempli gratia*, o que desperta na atualidade o desejo em muitas pessoas por aprender o mandarim, se dá em razão da ascensão econômica da China, da balança comercial, das bolsas de valores, e o seu crescente peso na economia mundial, além do fator mercado de trabalho. Fatores econômicos incidem, de modo decisivo sobre a língua. Outro exemplo, os fatores que levaram ao uso do inglês, em detrimento do francês que antes possuía um grande valor internacional, se deve ao apogeu e ao domínio econômico e social dos Estados Unidos da América.

Ainda na reflexão sobre a questão econômica e a ideologia, torna-se pertinente considerar debates, discussões e publicações que se pautam no econômico, justificando a difusão da língua; afinal, dados numéricos e tabelas se apresentam como forte matiz ou traço, em discursos sobre o idioma que se valem de quantificadores; neste caso, percentuais apresentados para justificar a propalação de um idioma e sua relação direta com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país promotor da língua e as indústrias da língua, tais como ensino, cultura e telecomunicações.

A reportagem intitulada *El idioma español, un bien económico*¹⁹², de 2012, informava:

El español puede ser un medio cultural, pero también un bien económico. Esta visión se refuerza con el flujo de las lenguas, potenciado con la desaparición de fronteras. Las proyecciones y el tratado de la lengua hispana cambian si se le explotan sus cualidades monetarias.

Lengua común significa moneda en común, si se conserva y apoya la difusión del idioma de los países iberoamericanos, será reforzar su economía, sostiene el libro “Valor económico del español” presentado en la FIL como producto de una investigación en España editado por Ariel y Fundación Telefónica.

O valor da língua (bem cultural) se concretiza (produto de mercado) entre outras práticas, tais como: ensino de espanhol como língua estrangeira, publicações, mercado editorial, turismo, etc. E isso se confirma em:

¹⁹² *El idioma español, un bien económico* (2012). Disponível em: <https://www.informador.mx/Cultura/Idioma-espanol-un-bien-economico-20121128-0102.html>

Distingue Berdugo —siguiendo varios criterios, pero entre los que no debe pasar aquí desapercibido uno de ellos: la potencialidad de proyección hacia los mercados exteriores— un «núcleo central» de actividades ocupado por los servicios lingüísticos, la enseñanza de español para extranjeros y las ediciones para la enseñanza del español; luego, un «sector estratégico» —las tecnologías de la lengua— y otros tres «de difusión» —los sectores editorial, audiovisual y musical—; por último, abre potencialmente el campo de las actividades integradas en el concepto de Español Recurso Económico a otras más indirectamente relacionadas con la lengua, pero que pueden aprovechar sus «efectos de arrastre»: diseño, moda, turismo... (*Valor Económico del Español*, 2012, p.70-71) ¹⁹³ [grifos meus]

Logo, no processo de promoção de um idioma há uma estrutura complexa. Em síntese, por trás do ideário de difusão de uma língua e da ideologia que sustenta sua difusão, respaldando-se em seu valor cultural, histórico, como língua de interação, língua internacional, número de falantes, etc., há também o fator de ordem econômica que incide nos discursos em sua defesa.

Sobre a defesa de um idioma, cabe se questionar: quem a faz e a quem interessa? O que, de fato, ela revela. As argumentações em torno à sua defesa revelam um feixe de ideias, ideário e, por sua vez, revelam uma ideologia.

3.5 Ideologia(s) Linguística(s): Woolard

Dias e Pinto (2017, p.63), ao abordar sobre ideologia linguística e regimes de testes de língua para migrantes, no Brasil, fazem referência às políticas linguísticas explícitas. Estas se referem ao estabelecimento de diretrizes que são efetivadas por meio de documentos oficiais, por parte de instituições governamentais. Sobre os documentos que institui normas, informam: “Nesses discursos oficiais estão articuladas diversas ideologias linguísticas, entendidas como “um conjunto de crenças acerca da linguagem articuladas pelos usuários como uma racionalização ou justificação das estruturas e usos percebidos da língua” (SILVERSTEIN, 1979, p. 193).

Segundo Baktin (2006, p.32), “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”.

¹⁹³ Berdugo distingue - seguindo vários critérios, mas dentre os quais um não deve passar despercebido aqui: o potencial de projeção para mercados estrangeiros – um “núcleo central” de atividades ocupadas por serviços de idiomas, ensino de espanhol para estrangeiros e edições para o ensino de espanhol; depois, um “setor estratégico” – as tecnologias da língua – e outros três “de difusão” – os setores editorial, audiovisual e musical; por último, potencialmente abre o campo de atividades integradas no conceito de Recurso Económico Espanhol a outras pessoas indiretamente relacionadas à língua, mas que podem tirar proveito de seus “efeitos de arrasto”: design, moda, turismo ... (VEE, 2012, p. .70-71).

Woolard (2007) informa que algumas disciplinas, entre eles, a antropologia linguística, voltaram o seu olhar à pesquisa das “ideologias linguísticas” ou “ideologias da linguagem”. Salienta esta antropóloga que ao usar o vocábulo “ideologia”, a acepção é a de “representações e a intersecção entre a linguagem e a dimensão social da atividade humana e a carga de interesses morais e políticos inscritos nestas representações” (Woolard 1998: 3, Irvine 1989: 255.) [Woolard, 2007, posição 2305, edição do Kindle).

Sobre esse termo informa haver diferentes usos conceituais, por parte de diferentes autores, em que a ideologia é compreendida como: i) um termo neutro que engloba, comumente, representações conceituais da cultura, ii) um sentido negativo, sendo definida como uma representação falsa da realidade, opondo-se à verdade objetiva ou científica, iii) um sistema coerente e articulado de fenômenos mentais, iv) uma visão incompleta, isto é, dividida em fragmentos, intrinsecamente paradoxal e identificam-na no comportamento e nas relações pessoais, v) ligada em sua essência à manutenção de uma posição de poder, vi) subalterna como dominante. (WOOLARD, 2007, posição 2315, edição do Kindle).

E enfatiza (idem, 2007, posição 2315, edição do Kindle) que: “*Lo fundamental no es afirmar la existencia de una conciencia falsa ni tampoco del pensamiento consciente o sistemático*” (O essencial é não afirmar a existência de uma consciência falsa como tampouco do pensamento consciente ou sistemático) e informa que o que propõe compreende uma busca das fontes e efeitos sociais de conceitos culturais.

Considera ainda que a ideologia não constitui um reflexo, mas uma refração das relações sociais que a engendram e que, conseqüentemente, são por essas organizadas e esclarece que não sugere haver nenhum ponto de acesso privilegiado rumo à uma verdade cartesiana, lógica, isenta de raízes sociais. (WOOLARD, 2007, posição 2326, edição do Kindle).

Woolard (2007) considera duas ideologias ou dois critérios do sistema ideológico: a autenticidade e o anonimato, sendo entendidos como os que apoiam e reverberam a “autoridade linguística”, no espaço geográfico, das línguas hegemônicas, no ocidente.

1. **Autenticidade** – informa que este conceito encerra a ideia de expressão autêntica e fundamental de um grupo ou de um eu, ao que denomina de “voz autêntica”. Esta antropóloga relata que este conceito remonta à visão romântica, séculos XVIII e XIX, sobre os conceitos de povo, língua e nação. A autenticidade considera o valor da língua associado a uma comunidade real e específica, sendo o idioma a manifestação do espírito dessa comunidade. Dito de outro modo, uma variedade linguística deve

necessariamente pertencer a um lugar, de tal modo que quando um falante deste lugar se expressa é reconhecido ou identificado porque seu sotaque apresenta uma marca não só de espaço, mas, sobretudo, identitária com a comunidade.

Em suma: “*Para ser auténtica, una variedad de habla debe ser claramente “de algún lugar” en la conciencia de los hablantes. Si no se pueden hallar sus raíces en un territorio social y geográfico, carece de valor*” (WOOLARD, 2007, posição 2350, edição do Kindle)¹⁹⁴. Neste caso, a autenticidade como ideologia implica que a fala, isto é, o sotaque como traço identitário, apresenta a chancela do lugar e isso faz com que o sotaque, isto é, a variante local, adquira peso, na proporção em que a fala é sentida pelos falantes, como extensão de si mesmos. Daí, a noção de fala “autêntica” estar intrinsecamente relacionada a um espaço geográfico existente e a um sujeito real, cuja construção e representação identitária se dá pelo sotaque, e este o vincula com sua comunidade.

2. **Anonimato** – o oposto de “autenticidade”. Se a ideologia linguística da autenticidade está relacionada a um lugar e a uma comunidade específica, sendo a “voz particular”, por outro lado, o anonimato seria uma “voz geral e comum”, o que essa estudiosa denomina de “uma visão de nenhum lugar”.¹⁹⁵ Esta “voz geral” seria uma voz “pública” que pressupõe um “todo mundo”, mas na verdade não possui um sentido específico, nem se refere a algo concreto, pois tem valor abstrato, uma vez que nesta “voz geral” se apoiam as línguas hegemônicas. Sobre isso, Woolard (2007) referencia Habermas quem afirmara que: “*Esta noción es uno de los fundamentos ideológicos de la autoridad política de la esfera pública burguesa y del público moderno* (Habermas 1989)” (idem, ibidem, posição 2374, edição do Kindle).

O olhar dominante visto como “um saber socialmente neutro” e “universalmente disponível”, abstrato, mas com voz geral, abstrata, não representa a voz própria de um indivíduo. Neste caso, segundo Woolard (2007), se trata de uma “visão anônima”. Dito de outro modo, isso representa que no caso da *línua comum*, que Del Valle (2007), referenciado pela antropóloga, denomina de pós-nacional; e outro autor, Janson (2015), denomina de supranacional. Esta concepção se apoia no supranacionalismo; neste se apaga o indivíduo para situar a língua como algo “uno”.

¹⁹⁴ Para ser autêntica, uma variedade de fala deve ser claramente “de algum lugar” na consciência dos falantes. Se suas raízes não podem ser encontradas em um território social e geográfico, não tem valor [tradução minha]

¹⁹⁵ Sobre os termos entre aspas, do último parágrafo, para não retomar a autora, ano e a página, (posição da edição Kindle) se encontra no artigo *La autoridad lingüística del español y las ideologías de la autenticidad y del anonimato*. Woolard, Kathryn A. posição 2374-2433, edição do Kindle, 2007. Este artigo está citado na referência bibliográfica.

O supranacionalismo se opõe ao nacionalismo porque advoga a ideia do mundo administrado em blocos, no âmbito da política. No campo da política linguística se refere a uma concepção abstrata, pois não considera o lugar real, o regional e a variedade regional. Isso se aplica ao termo língua global, que sob a ótica de seus defensores, esta não possuiria espaço específico, tratando-se de uma “voz geral”, portanto idealizada e ideológica. Sobre isso, Woolard (2007) referencia Nadal (1986), quem denominou a isso de “visão de lugar nenhum”.

Parece que a busca por sentidos sobre determinados temas, como, neste caso, a política linguística em que fios de sentido ou um campo semântico amplo vai surgindo, e nesse que compreendem o peso, valor, a representação de um idioma, assentados na sua defesa, perpassa um ideário de língua e de nação, e, por sua vez, revela (um)a ideologia que envolve as ações sobre o idioma, suas propostas, via planejamento linguístico e sua política linguística.

Diante desse cenário, isso passa a requerer não só algumas definições até aqui apresentadas, mas como a ideologia opera nos textos digitais, ou seja, como se pode “perceber” sua presença ou traços ideológicos. Isso requer um método de análise da(s) ideologia(s) que operam nos textos sobre um idioma, seja sobre sua defesa, a de sua promoção e difusão, seja de falas contrárias a essa promoção. Para tanto, esta pesquisa irá considerar para estas duas ideologias linguísticas, apontadas neste tópico, que são a autenticidade e o anonimato.

3.6 Método de análise das operações da ideologia: Thompson

Thompson (2011) apresenta uma proposta de repensar a ideologia com base em uma concepção crítica. Para isso, apresenta algumas perspectivas sobre a concepção do termo, dissonantes ao proposto por Marx, ressaltando que a abordagem deste pensador foi o de apontar e discorrer sobre como se dão os meios de dominação, com base em relações de classe. Não discorda de sua análise para a época, em razão do contexto social. No entanto, reclama um novo olhar sobre esse conceito, na contemporaneidade, que abarque outros pontos não considerados por aquele, os quais Thompson (2011) enumera: “(...) as relações entre grupos étnicos, relações entre sexos, entre os indivíduos e o estado, entre estado-nação e blocos de estados-nação (...)” (idem, *ibidem*, p.77-78). Salienta que é pertinente ao investigar sobre a ideologia, considerar as questões de relação de

dominação de classe, como Marx o fizera; não obstante, o olhar sobre a ideologia reclama outros fatores a ser considerados, os antes mencionados.

Isso posto, informa: “A fim de desenvolver a reformulação por mim proposta do conceito de ideologia, há três aspectos que necessitam elaboração: a noção de sentido, o conceito de dominação e as maneiras como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p.79). Propõe um método de análise da ideologia, informando que essa pode atuar de cinco formas, ao que nomeia de “modos gerais”, e os apresenta, diferenciando-os em cinco categorias: 1) “legitimação”, 2) “dissimulação”, 3) “unificação”, 4) “fragmentação” e 5) “reificação”. E apresenta o desdobramento interno (ou composição interna) de cada “modo geral”, ao que denomina de “estratégias de construção simbólica”, conforme o quadro abaixo:

Modos de operação da ideologia

<i>Modos gerais</i>	<i>Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica</i>
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandarização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

Thompson (Ideologia e Cultura Moderna, 1990, p.81)

Sobre sua proposta, Thompson (2011) faz três esclarecimentos: i) que estes modos de operação da ideologia não se apresentam como um modelo único, nem que eles “sempre operam independentes um do outro; ao contrário, esses modos podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente e a ideologia pode, em circunstâncias particulares operar de outra maneira.”(THOMPSON, 2011, p. 81), ii) Ressalta que as estratégias não estão associadas apenas com os modos apresentados e, por isso, seriam as únicas relevantes, iii) Aponta que as estratégias “típicas da construção simbólica” não é *per se* ideológica, E informa que que, em contextos ou situações específicas, toda estratégia se adequa a outras finalidades e que as estratégias, em sua essência, não são ideológicas, pois, para sê-las, isso irá se pautar em “como” se dá a construção da forma simbólica, se serve para

“manter” ou “subverter” ou “minar” ligação ou vínculo de dominação. Em síntese, irá depender do contexto, do seu modo e da finalidade. (Thompson, 2011, p.82). E assim, resume:

O exame das estratégias típicas da construção simbólica pode alertar-nos para algumas das maneiras como o sentido pode ser mobilizado no mundo social e como pode delimitar um raio de possibilidades para a operação da ideologia; mas não pode tornar o lugar de uma análise cuidadosa das maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de dominação em circunstâncias particulares e concretas (THOMPSON, 2011, p. 90).

Cabe esclarecer o termo formas simbólicas, assim compreendido por Thompson (2011): “(...) um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos (Thompson, 2011, p. 79).

Estes modos de operação estão assim distribuídos:

1. Legitimação – Compreende um procedimento de fazer com que as relações sejam legítimas e por isso merecedoras de apoio, sustentando-me em formas simbólicas. Thompson (2011) referencia Max Weber, quem apontara que a legitimação se apoia em três tipos de fundamentos: i) racionais: recorrem à legalidade de regras dadas, ii) fundamentos tradicionais: recorrem à sacralidade de tradições imemoriais e iii) fundamentos carismáticos: recorrem ao caráter notável de uma autoridade.

Este modo apresenta três estratégias:

- a) Racionalização: quando o produtor, valendo-se de uma forma simbólica, apresenta uma sequência de argumentos com o propósito de preservar, fundamentar um grupo de relações ou instituições sociais, objetivando convencer e obter apoio.
- b) Universalização: em busca de benefícios para alguns membros, em particular, os interesses desses são divulgados como sendo de interesse geral.
- c) Narrativização: histórias do passado se entrelaçam às do presente, ligando este a um passado que justifica e legitima a manutenção de uma tradição, isto é, o controle.

2. Dissimulação – Relações de dominação podem ter amparo e ser instituídas em razão de serem ocultadas, renegadas ou terem pouca visibilidade ou pelas razões do modo como são representadas, que desencaminha o nosso olhar ou por não ver, ignorando processos existentes e relações.

Este modo apresenta três estratégias:

- a) Deslocamento – procedimento por meio do qual o uso costumeiro de um vocábulo utilizado para um objeto ou pessoa x, é usado para se referir a outro objeto ou pessoa y. Isso acarreta deslocamentos de sentidos (positivos ou negativos) ao objeto ou a pessoa y.
- b) Eufemização – procedimento que consiste em se conferir valorações positivas a ações, instituições ou a relações sociais.
- c) Tropo – “Por tropo entendo o uso figurativo da linguagem, ou mais, em geral, das formas simbólicas. O seu uso é mais confinado à literatura, mas o uso figurativo da linguagem é muito mais amplo do que essa especialização possa sugerir” (THOMPSON, 2011, p.84).

O tropo apresenta três formas mais usuais: i) sinédoque: a junção semântica da parte pelo todo ou do todo pela parte. ii) metonímia: o uso de um termo que passa a exercer o lugar de um (outro) atributo, apesar de não haver necessariamente relação entre o termo e a coisa, sendo que esta associação acarreta valoração positiva ou negativa. iii) metáfora: o uso de um termo ou sentença a um objeto ou a uma ação, da qual, integralmente, não pode ser empregado.

3.Unificação – Meios de manutenção da dominação que se valem da construção de uma identidade coletiva, no nível simbólico, com o propósito de garantir uma unidade, independente de divisões que os separem.

Este modo apresenta duas estratégias:

- a) Estandarização/Padronização – um referencial padrão, adaptado com base em fórmulas simbólicas, é apresentado como um princípio a ser partilhado e adotável por todos.
- b) Simbolização da unidade – compreende a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas e suas divulgações realizadas, por meio de um ou de vários grupos.

4.Fragmentação – corresponde à segmentação de pessoas ou grupos que se apresentem como desafio ou ameaça iminente aos grupos dominantes.

Este modo apresenta duas estratégias:

- a) Diferenciação – realçar as desigualdades e divisões entre pessoas e grupos, com apoio nos traços que os desagrega, impossibilitando esses constituírem um desafio às forças dominantes.

- b) Expurgo do outro – construção de um inimigo, interno ou externo, apresentado como uma ameaça a todo o grupo, objetivando que o grupo se una, de modo coletivo, para resistir ou se livrar dele.

5. Reificação – equivale à representação de uma situação provisória, histórica, como se se tratasse de algo permanente, natural e atemporal. “Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado” (THOMPSON, 2011, p.87).

Este modo apresenta quatro estratégias:

- a) Naturalização – compreende que uma invenção social e histórica pode ser vista como sendo um episódio natural ou uma decorrência decisiva de traços naturais.
- b) Eternalização – “fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes” (THOMPSON, 2011, p. 88).
- c) Nominalização – compreende que sentenças ou suas partes, descrições de uma ação e das pessoas nela implicadas são transformados em nomes, isto é, passa-se de uma ação a uma ocorrência. Por exemplo: “A promoção do espanhol” em lugar de “O Rei Juan Carlos solicitou à direção do Instituto Cervantes a promover o espanhol”.
- d) Passivização – compreende o fato de que verbos são usados na voz passiva, por exemplo, “considera-se o espanhol língua internacional”, em lugar de se afirmar “O diretor de uma agência de promoção da língua afirmou que o espanhol é língua internacional, etc. Com isso, há um apagamento do sujeito o que, conseqüentemente, leva a inferir que essas ações podem ocorrer com a ausência do sujeito.

Bagno (2011, p.385) ao discorrer sobre o que é uma língua, lança a indagação final: A língua é um pântano? Ao que responde:

A conclusão, portanto, não pode ser outra: falar de uma língua é sempre um terreno pantanoso das crenças, das superstições, das ideologias e das representações. E nessa areia movediça também a filologia, a gramática e a linguística científica acabam se atolando. Sem dúvida, o exame das dinâmicas linguística deve ser feito com instrumentos analíticos da antropologia, da sociologia e da psicologia social, além de instrumentos linguísticos.

Ideologia e poder, conforme apontados no capítulo um, são temas presentes no campo da(s) Política(s) Linguística(s). E, especialmente, no caso de línguas pluricêntricas, isto é, com mais de uma variedade, falada em mais de um país, em que se pressupõe haver mais de um centro gestor, entender esta questão, intrincada de

significados, por sua vez, pressupõe a existência desses dois fatores (poder e ideologia). Diante disso, parece pertinente tomar o modelo de análise crítica da ideologia na mídia, proposto por Thompson (2011) pois esta, dentro da finalidade desta pesquisa, se apresenta como um critério e servirá de suporte para a análise dos textos digitais selecionados cujo intuito é o de desvelar os sentidos presentes nos textos digitais que apresentam questões subjacentes à promoção do espanhol como língua comum, língua global, língua internacional dentro da proposta política linguística do espanhol, na contemporaneidade

E a busca por critérios que extrapolem a linguística, para entender o fenômeno, além de se buscar um método, com rigor para a análise, compreende similarmente o cuidado de não (se) perder (entre) as peças da engrenagem do processo. Isso remete à frase de Crystal, (2015, p.69) “O mundo é um mosaico de pontos de vista. Aprendemos muito com os pontos de vista dos outros, e perder nem que seja um pedaço desse mosaico é uma perda para todos nós”.

Assim, do visto neste capítulo, a busca por conceitos de ideologia e os conceitos ou critérios da ideologia linguísticas na visão antropológica de Woolard (2007) e os modos gerais de operação da ideologia e algumas estratégias típicas da construção simbólica destas ideologias, proposto por Thompson(2011) servirão de base a análise dos textos digitais produzidos na Espanha e na Argentina.

Isso posto, ou seja, à questão até aqui tratada que envolve: (a) língua, (b) nação e (c) ideologia, buscou-se, com isso, resposta à primeira indagação da tese: (1). Qual é a relação língua/nação na política linguística? Observa-se, primeiramente, que o termo língua, como fora abordado no capítulo 1, possui uma definição não muito precisa, pois não necessariamente este termo, em sua amplitude, abarca o todo de uma língua, suas variedades, variantes e questões culturais, bem como abarca a linguagem, porque este possui uma ampla dimensão, abarcaria um amplo mosaico, compreendendo as diferentes linguagens, tais como: a língua dos sinais, o visual, a linguagem sonora, a linguagem artística, a linguagem literária, etc.

Depreende-se que para nação a língua está ligada a uma comunidade de fala específica e compreende sentido de pertencimento a esta comunidade, ao passo que para o Estado, o termo língua refere-se tão somente ao código, o código em que todos os documentos oficiais serão escritos e sobre o qual irá legislar o órgão gestor do idioma, responsável pelo seu planejamento de corpus, as academias, que irão elaborar gramáticas, dicionários, manuais de escrita, etc. Em suma, como afirma Calvet (2007), o Estado decide sob qual língua legislar e ser legislado nela.

A língua normatizada, defendida pela academia, órgão que representa o Estado, para alcançar a efetivação de sua política linguística irá contar com as universidades, por meio da formação de professores de língua materna a quem o Estado concede títulos que representam o capital cultural, tornando-os representantes, divulgadores e auxiliares da promoção e manutenção do poder simbólico Bourdieu (1989). Esses profissionais atuantes em escolas, esses espaços legitimados pelo Estado para a formação do cidadão, *locus* que, por meio da escolarização, garante a manutenção da normatização da língua defendida pelo Estado. Neste universo que compreende formação de professores, escolas e ensino, a língua ou idioma é difundido, seja língua materna ou língua internacional.

“Uma visão diferente do discurso coloca o texto não na língua enquanto um código funcional, mas nos artefatos enquanto produtos individualizados elaborados quando o código é colocado em uso.” (Hanks, 2008, p.122)

Capítulo 4

Do texto e do discurso

4 Do texto

Como a proposta de análise dos ecos da política linguística do espanhol sob dois olhares do Atlântico, Espanha e Argentina, se dá por meio de análise de textos digitais, produzidos nestes países, parece apropriada a busca de uma definição do conceito de texto e de discurso para situar como estes textos digitais são compreendidos para a sua análise, no próximo capítulo, em percurso da travessia. Embora breve, optou-se por fazer este capítulo à parte e não o incluir no capítulo de metodologia, visto que se trata de uma definição, de um conceito teórico. Não se busca aqui aprofundar as discussões em torno do tema amplo e conceitual de texto nem do discurso como texto, pois o foco desta investigação não é o texto ou o discurso em si, mas os sentidos propiciados pelos discursos digitais.

Ao se tomar como *corpus* de análise, textos digitais, para se estudar questões relacionadas à(s) política(s) linguística(s) do espanhol, identificando as ideologias expressadas nesses discursos escritos, parece que o estudo requer algumas considerações, ainda que breves, a respeito dos termos, a saber: i) texto e ii) texto digital, ii) texto/discurso. O texto como discurso compreende uma noção de como o texto, expressão discursiva corpórea do falado, é compreendida.

Há muitas definições do termo texto e não se pretende aqui fazer um longo traçado sobre isso. No entanto se apoiar em uma concepção de texto, parece ser pertinente, uma vez que este constitui uma produção, um espaço de sentidos que expressa e revela modos de pensar, crenças e ideologias.

Em todos os estudos sobre linguagem e, principalmente, na Pós-modernidade, informa Hicks (2011, p. 26) que “A crítica pós-moderna rejeita a noção de que os textos literários têm interpretações e significados verdadeiros. Qualquer pretensão de verdade e

objetividade pode ser desconstruída”. Quanto à observação sobre os textos literários, é pertinente acrescentar outros textos, pois de fato um texto não encerra uma verdade em si; ele representa parte de uma realidade, não abarcando o todo, e sua produção está condicionada a um lugar e ao um contexto determinado.

Neste ponto, independentemente da episteme adotada, parece ser que a menção a Foucault acaba sendo recorrente, no campo das humanidades. Apesar de este autor ser muito estudado pela Análise do Discurso Francesa, posto que esta se ancora no seu pensamento para analisar questões relacionadas ao discurso, e igualmente o fazem outras disciplinas como a Antropologia, a Sociologia, a História, o Direito, etc.

Hicks (2011) ao tratar da vanguarda pós-moderna, cita e situa Foucault entre outros pensadores, aos que ele denomina como “[...] membros de elite que dão tom e a direção ao universo intelectual pós-moderno” (HICKS,2011, p.11), pois segundo este, Foucault, ao tratar de linguagem e loucura e a razão e da “verdadeira linguagem da loucura”, direciona para o tema que trata a Pós-modernidade em que ressaltaria uma pergunta/tema que passou a permear as reflexões na Pós-modernidade: “[...] qual é o propósito do pensamento ou razão?” (HICKS, 2011, p.11) e, com isso, em suas reflexões, o pensador francês, ao descartar a razão, apontaria que o homem seria livre para se expressar. Razão aqui, grosso modo, é a ordem cartesiana, o racional, e a linguagem do louco se apresentaria como uma espécie de ameaça à esta razão institucionalizada. Neste caso, o louco é visto como alguém que causa uma ruptura na ordem instaurada, na razão. Isso, se aplicado aos questionamentos sociais, a movimentos, estes se opõem à razão, à razão cartesiana das instituições e instâncias do poder.

Habermas (2000), ao tratar das *aporias por uma teoria do poder* aponta:

Os discursos das ciências e, em geral, em que o saber é constituído e transmitido perdem sua posição privilegiada; constituem juntamente com outras práticas discursivas complexos de poder que apresentam um domínio de objetos *sui generis*. Trata-se agora de descobrir, por meio dos tipos de discurso e das formas de saber, as tecnologias da dominação em torno das quais um complexo dominante de poder se concentra, exerce seu domínio e, por fim, é substituído pelo próximo complexo do poder seguinte (HABERMAS, 2000, p.377).

Habermas (2000), anteriormente a esta afirmação, expõe o problema da noção de discurso e da Arqueologia do Saber de Foucault, partindo de questões conceituais adotadas por este filósofo, pois segundo Habermas (2000) aquele autor “inclina-se à prevalência do discurso sobre as práticas que lhe são subjacentes.” (HABERMAS, 2000, p.375) Sobre isso, faz críticas ao modelo adotado por Foucault que se pauta no

estruturalismo contemporâneo, porque segundo este filósofo este tipo de discurso está preso a regras internas do próprio discurso e desconsidera o contexto, e salienta que assertiva: “[...] esse tipo de discurso que se tornou completamente autônomo e se desprende das restrições de contexto e condições funcionais, ou seja, o discurso que comanda as práticas subjacentes padece de uma dificuldade conceitual” (HABERMAS, 2000, p.375-376).

Giddens (2002) ao discorrer sobre a modernidade, como foco no século XX e as mudanças comportamentais e sociais observadas neste século, ao que ele também denominada de modernidade tardia, vista sob o viés da psicologia, em que relata:

A modernidade é uma ordem pós-tradicional, mas não uma ordem em que as certezas da tradição e do hábito tenham sido substituídas pela certeza do conhecimento racional. A dúvida, característica generalizada da razão crítica moderna, permeia a vida cotidiana, assim como a consciência filosófica, e constitui uma dimensão existencial geral do mundo social contemporâneo. A modernidade institucionaliza o princípio da dúvida radical e insiste em que todo conhecimento tome a forma de hipótese – afirmações que bem podem ser verdadeiras, mas que por princípio estão sempre abertas à revisão e podem ter que ser, em algum momento abandonadas (GIDDENS, 2002, p. 10).

Compreendendo que estas dúvidas apontadas pelo autor são externadas tanto na fala quanto na escrita, isto é, nos discursos. Este sociólogo informa que faz uso, em sentido geral, do termo modernidade pois se refere “às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa, depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto (idem, 2002, p.21).

Ao discorrer sobre o local, o global e as tendências globalizantes da modernidade aponta para a globalização como: a) atividade social que representa um processo de “laços genuinamente mundiais – como aqueles envolvidos no sistema global de estados-nações e b) uma “intersecção entre tempo e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais ‘à distância’ com contextualidades locais (idem, 2002, p. 27). Em suma, a apreensão da propagação global da modernidade compreende um processo dialético, no qual eventos em um extremo de uma relação podem acarretar resultados discordantes ou opostos ou mesmo adverso no outro extremo.

Retomando os termos anteriores apontados por Giddens (2002) e aplicados ao contexto da política linguística do espanhol, sob a ótica pensinsular pode-se refletir que:

a) Quanto aos laços “genuinamente mundiais”, estes aplicados à política linguística do espanhol, pensando no hispano-americanismo que, no século XIX, apregoava a ideia de que os países hispânicos tinham laços em comum (raça, religião e língua) em que entre

estes laços, a língua prevaleceu como um traço universal desses espaços (países) hispânicos dos dois lados do Atlântico. Daí, surgiu, nos anos 90, do século XX, em razão do avanço econômico espanhol, a ideia de *língua comum*, desta como laço de união dos povos hispânicos que formariam a “pátria comum”, tema tratado por Del Valle, como uma proposta de política linguística idealizada. Valendo-se deste laço comum e pensando a língua espanhola como língua internacional, e no conceito do pan-hispanismo de língua comum e da transposição do conceito de língua de união como pensado no Hispano-americanismo, a Real Academia Espanhola (RAE) lançou a Proposta Política Pan-Hispânica que se aplica a todo o mundo hispânico e, igualmente ao espanhol e sua promoção como língua internacional.

b) Quando à intersecção entre tempo e ausência e relações sociais à distância com contextualidades locais; no caso da política linguística do espanhol, o centro gestor do idioma é na Espanha, onde as decisões sobre a língua são tomadas e tudo é acordado com as demais academias de língua do mundo hispânico, ou seja, as contextualidades locais, as mais diferentes comunidades dentro do amplo universo geográfico hispânico, acabam por absorver as normas prescritas à distância.

Em síntese, todos os lados estão envolvidos e nenhum desses pode se esquivar e o que é decidido na(s) grande(s) metrópole(s) em termos de normas de línguas, o global, incide sobre o local envolvendo todos os sujeitos e transformando as suas vidas. Afinal, a língua molda o pensamento, e os centros gestores têm ciência disso; daí que se considera que a política linguística é algo praticado conscientemente, segundo Calvet (2002, 2007), pois os gestores ou atores têm real consciência do alcance de suas ações.

Por outro lado, neste cenário, Giddens (2002), ao abordar a questão da “reflexividade da modernidade”, denomina de “relação integral entre a modernidade e a dúvida radical”, e esta relação tem como resultado o fato de que, uma vez exposta tal relação, esta se torna aflitiva tanto para pensadores quanto para cidadãos comuns, tornando-se existencialmente incômoda e inquietante.

Por sua vez, na contemporaneidade, nos dias atuais, segundo Hicks (2011, p.11), “O Pós-modernismo torna-se então uma estratégia ativista contra a coalizão da razão e do poder”. E tudo isso se vê em posicionamentos, lutas em torno da liberdade de expressão de grupos sociais, (mulheres, minorias) em luta por seus direitos, o que se reflete em ativismo político. Neste processo, o sujeito começou a (se) questionar e o seu meio circundante, sua realidade, a reclamar seus direitos. Por sua vez, toda esta questão entre pensamento e razão, reverbera na Educação em questões que envolvem o sujeito, seu

posicionamento crítico, questionamentos em torno ao sujeito que é formado, a construção identitária do aprendiz (homem/mulher).

Os posicionamentos críticos, questionamentos, conceitos e ideias são reveladas e expressadas, no espaço social, por meio de produção oral (fala) e produção escrita (texto), em que o texto constitui um suporte de expressão que veicula sentidos e reflete o social e este se vê nele refletido. Textos são socialmente construídos fornecendo dados históricos, literários, políticos etc.

Para esta pesquisa, tomam-se textos digitais, pertencentes ao gênero “texto de opinião”. Trata-se de um texto jornalístico, de natureza argumentativa, em que o(a) autor(a) expõe sua ideia sobre determinado tema e que tem por objetivo convencer o leitor/interlocutor por meio de argumentos e ênfase sobre o tema abordado.

Segundo Koch (2003, p.61), para a Linguística Textual, “todo texto constitui uma proposta de sentidos múltiplos e não de um único sentido, e que todo texto é plurilinear na sua construção, poder-se-ia afirmar que – pelo menos do ponto de vista da recepção – todo texto é um hipertexto”. Assim declara este conceito:

O hipertexto constitui um suporte linguístico-semiótico hoje intensamente utilizado para estabelecer interações virtuais desterritorializadas. Segundo a maioria dos autores, o termo designa uma escritura não-sequencial e não-linear, que se ramifica e permite ao leitor virtual o acesso praticamente ilimitado de outros textos, a partir de escolhas locais e sucessivas em tempo real. Trata-se, pois, como afirma Marcuschi (1999:1), de um processo de leitura/escritura multilinearizado, multisequencial e não determinado, realizado em um novo espaço – o ciberespaço.”(KOCK, 2003, p.63)

Ainda nesta concepção do hipertexto, texto online que é, entre outras, uma das formas de expressão discursiva, na contemporaneidade, Barton e Lee (2015) ressaltam para o fato de que no caso da linguagem online, “as práticas sociais em que a linguagem está inserida têm relevância particular” e informam que, atualmente, “[...]vivemos num mundo social textualmente mediado” e ressaltam que “[...] os estudos de letramento enfatizam a materialidade da linguagem escrita, mediante a fisicalidade dos textos” (BARTON e LEE, 2015, p. 25). Informam esses autores que a linha atual no campo da investigação linguística se foca em um tratamento mais crítico dos dados advindos da linguagem presente nas novas mídias, e que pesquisas nesta área consideram dois pontos: a) os traços mínimos, isto é, as peculiaridades da linguagem online e b) estes modos de comunicação estão calcados por ideologias e como estas são confeccionadas discursivamente nestas novas mídias (BARTON e LEE, 2025, p.18).

Embora aqui não se trate de letramento, no entanto (est)a noção que perpassa o conceito de produção e da ênfase que recai sobre a “fiscalidade do texto” se ajusta a outros modos de pensar que se tangenciam com outras noções de texto, não da sua finalidade, mas de sua materialização ou como os autores apresentam “a fiscalidade do texto”. Esta “materialidade” ou “fiscalidade” do texto apresenta e reflete questões que se dão no social.

Como citado no capítulo dois, Fiorin (1998), ao discutir a indissociabilidade da linguagem e do pensamento, informa que: “[...] o discurso materializa as representações ideológicas. As ideias, as representações não existem fora dos quadros linguísticos. Por conseguinte, as formações ideológicas só ganham existência nas formações discursivas” (FIORIN, 1998, p. 34).

Isso posto, se o discurso (falado e escrito) materializa os ideários, as crenças e as representações ideológicas, parece ser pertinente antes de se proceder à análise dos textos digitais, buscar uma definição de texto, ou seja, situar qual o conceito de texto aqui entendido para se proceder à análise proposta por este trabalho, alcançando desse modo o percurso da travessia, como se propõe o capítulo a seguir.

Esta noção se faz necessária para se saber que concepção se tem de textos, já que há muitas definições. Aqui cabe apenas situar, para fins deste estudo, a concepção de texto como discurso, o que os textos informam e a interdiscursividade que os intersecciona ou os permeia. Não se trata de se verticalizar em uma noção, mas em se apoiar em uma noção no intuito de uma melhor apreensão dos reflexos por entre as dobras dos textos que discutem ou abordam temas relacionados às políticas linguísticas.

O sociolinguista Bagno (2014), ao discorrer sobre o tema linguística e indagar sobre: “quem mais se ocupa da linguagem”, enumera alguns campos de estudo ou disciplinas que dela se ocupariam, tais como: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, filosofia da linguagem, pragmática, teorias do ato de fala, sociologia da linguagem, sociolinguística, antropologia linguística, linguística antropológica e a etnografia da comunicação, análise do discurso, linguística textual, análise da conversação, psicolinguística e a linguística aplicada (BAGNO, 2014, p.83).

Sobre a Análise do Discurso, assinala que:

Uma vez que toda manifestação da linguagem se realiza na forma de discurso, um campo de estudo muito desenvolvido nas últimas décadas tem sido precisamente a análise do discurso, que se vale de contribuições de diversas disciplinas (linguística, sociologia, psicanálise, ciências da comunicação, filosofia, etc.) para investigar de que forma os enunciados socialmente significativos se constroem não somente do ponto de vista estrutural, textual, mas do ponto de vista da argumentação, das ideologias, das cristalizações das

formas e formatos discursivos em determinados períodos históricos, dentro das instituições etc.

4.1 Discurso como texto na ADC

Texto, para Fairclough (2001, p. 21), refere-se a “qualquer produto escrito ou falado, de tal maneira que a transcrição de uma entrevista ou conversa, por exemplo, seria denominado um ‘texto’”.

O Discurso seria uma prática regulamentada, dando conta de certo número de enunciados. Não aceita nenhum discurso fora do sistema de relações materiais que o estruturam e o constituem. Por “prática” não se entende a atividade de um sujeito, e sim a existência objetiva e material de certas regras às quais o sujeito tem de obedecer quando participa do discurso. Para Fairclough, (2011) ‘discurso’ seria um modo de ação, isto é, “[...] uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Fairclough (2001, 2008) proponente da Análise do Discurso Crítica (ADC) ao apresentar sua noção tridimensional do discurso, informa que esta está constituída de *prática social*, *prática discursiva* e *texto*. Este autor define prática discursiva como prática que engloba “processos de produção, consumo e distribuição textual” em que estes processos podem oscilar, dependendo de fatores tais como: distintos tipos de discurso e os fatores sociais que os determinam ou incidem ou configuram os tipos de discursos (FAIRCLOUGH, 2001, 2008, p. 106).

Na acepção de Fairclough (2008), textos são ‘eventos’ e se apresentam como a concretização material do *discurso*, entendido como uma *prática social*.

Hanks (2008) se baseia na concepção baktiniana e bourdieusiana, que concebe a língua como prática social. Compreende-se, desse modo, que a língua manifestada por meio do discurso (oral e escrito) está relacionada a um espaço social em que é produzido e representa um meio de expressão cultural. Se língua é prática social, por sua vez, os textos, valendo-se da estrutura da língua são, igualmente, práticas e construídos socialmente, fornecendo dados históricos, literários, políticos, etc.

Para Bakhtin qualquer espécie de texto pode ser determinada como gêneros textuais. Marcuschi (2003, p.23) compartilha a mesma ideia do autor e, por sua vez, concebe que as diversificadas produções textuais existentes apresentam “características

sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”.

Para Fairclough (2015, p.19) a linguagem é ‘semiosis’ – ‘semiótica’ no seu todo. E assevera que a linguagem composta de ‘significação’ e ‘comunicação’ se concretiza ou se materializa no texto imagético, visual e sonoro, compondo-se como um elemento social em todos os seus níveis.

A contemporaneidade é permeada por discursos digitais. E, neste universo dominado pelo discurso, não é possível falar de qualquer coisa, nem atribuir a qualquer um o poder de enunciar. É um mundo dominado por uma dupla face: em relação ao objeto e ao sujeito da fala.

O universo dominado pelo discurso se dá em um contexto social determinado e o texto como prática social revela traços que refletem ou remetem a outros contextos. Para a análise do contexto, Hanks (2008) aponta que não se deve desconsiderar dois fatores, os quais denomina como sendo fenômenos de *micro* e de *macronível*. E sobre contexto informa ser este: [...] um conceito teórico, estritamente baseado em relações. Não há contexto que seja “contexto de” ou “contexto para”. Como este conceito é tratado, depende de como são construídos outros elementos fundamentais, incluindo língua(gem), discurso, produção e recepção de enunciados, práticas sociais, entre outros.” (HANKS, 2008, p.174).

Van Dijk (2012:18), ao discorrer em ‘rumo a uma teoria do contexto, assinala:

[...] podemos também concluir que a análise ‘contextual’ do discurso ultrapassa as análises e entendimentos gramaticais, ‘textuais’ e interacionais. Analogamente, essa análise ultrapassa as análises cognitivas comuns. Não basta que tornemos explícito o conhecimento do mundo que sustenta a compreensão semântica desse fragmento. Também precisamos do **conhecimento político** mais específico exigido para construir um contexto relevante para esse fragmento e, portanto, para compreender seu significado *político* como uma contribuição adequada a um debate parlamentar e ao processo político no Reino Unido” [grifo meu].

Isso posto, tomo para a análise dos textos digitais o apontado pelo autor acima, isto é, o contexto para acercar-me às questões que envolvem a política linguística do idioma espanhol. Os contextos da política linguística compreendem os das seguintes naturezas: o político, o econômico, o histórico, etc. Em síntese, sem entender estes contextos, resulta impossível entender detalhes da política linguística, uma vez que os sentidos da política linguística ou de temas a ela relacionados compreendem fatores outros

nem sempre presentes nos textos. Daí, isso exige fazer uma interconexão para desvelar os fios de sentidos outros subjacentes a uma política linguística.

Em sua abordagem sobre a *teoria social do discurso*, Fairclough (2001) adverte o leitor que usa *discurso* “em um sentido mais estreito do que os cientistas sociais geralmente fazem ao se referirem ao uso da linguagem falada ou escrita” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89).

Salienta este autor que o uso que faz de *discurso*, se guia na concepção deste, não como sendo uma “atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”, mas, como “práticas sociais” que é o seu enfoque como analista do Discurso Crítico (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90).

Apontado isso, conceitua o discurso e para isso arrola duas razões pelas quais compreende o *discurso* como *prática social*: 1ª) ser um modo de agir sobre o mundo e sobre os outros e, igualmente, um modo de representação. 2ª) este compreende uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, sendo a estrutura social condição e efeito do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91).

Após isso, Fairclough (2000, p. 93) apresenta três aspectos dos *efeitos construtivos do discurso*, que se citará *ipsis litteris*, a saber, este contribui: 1) para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições do sujeito’ e ‘os tipos de eu’, 2) para construir as relações sociais entre as pessoas/sujeitos, 3) para a construção de sistemas de conhecimento e crença.

Aponta este autor que estes três efeitos enumerados refletem três funções da linguagem que permeiam o *discurso* e que eles as designam como funções da linguagem: i) ‘identitária’, ii) ‘relacional’ e iii) ideacional. (FAIRCLOUGH, 2001, p.91-92). Estas são assim compreendidas: a *identitária* – os meios pelos quais as identidades são especificadas no discurso, a *relacional* – como são retratadas e negociadas as relações sociais dos envolvidos no discurso e a *ideacional* – os meios pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, suas entidades e suas relações (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

Compreendo que para a análise dos textos digitais, a acepção de discurso de Fairclough (2001) de efeitos construtivos do discurso, as três funções da linguagem que permeiam o discurso e as funções da linguagem, se apresenta como a que se ajusta aos textos digitais selecionados, uma vez que as três funções (identitária, relacional e a ideacional) e principalmente esta última função em que os textos representam o mundo, os processos, suas entidades e suas relações.

Para Fairclough (2001) a prática discursiva retrata a sociedade que ele enumera como sendo: identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença. Salienta este autor que: (...) a *constituição discursiva da sociedade* não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

Afirma este autor que a prática social apresenta diversas orientações, as de ordem: “econômica, política, cultural, ideológica” havendo em todas a incursão do discurso. Fairclough (2001, 2008: 100-101) apresenta o que ele denomina de *concepção tridimensional do discurso* assim concebido: a) discurso como *texto*, b) discurso como *prática discursiva* (produção, distribuição, consumo) e c) discurso como *prática social*.

Sobre o primeiro, o *discurso como texto*, compreende este autor o discurso como texto, uma vez que não se discute sobre questões de um texto sem relacioná-las à produção ou interpretação do texto. E discorre sobre este tema informando que algumas categorias de análises e interpretações de texto se voltam para as formas linguísticas (estruturas da língua) e outras para o sentido (a semântica).

Aponta este autor para o seguinte dado: “A constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias[sic] nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p.93).

Isso posto, grosso modo, o discurso como texto, como prática discursiva e social aplicado ao caso dos textos digitais são práticas que abordam a política linguística do espanhol, compreendendo questões que refletem as realidades e práticas outras de instituições do mundo hispânico e de sua realidade social e tais textos refletem a ação dessas políticas linguísticas arraigadas a conceitos e contextos socioculturais construídos na comunidade hispânica dos dois lados do Atlântico.

A título de ilustração se se pensa em discurso como prática discursiva, estes textos digitais tem um lugar de produção, os jornais e/ou as agências de fomento da língua: o Instituto Cervantes (IC), a Real Academia Española (RAE), Espanha; o Museo del Libro y de la Lengua, Argentina e estes discursos produzidos têm a sua distribuição, o ciberespaço e têm o seu consumo, os leitores em língua espanhola, neste caso, falantes nativos, professores nativos e professores estrangeiros que têm o espanhol como segunda língua e estudantes de espanhol nos países em que este idioma é falado e estudantes de

espanhol no exterior, principalmente, universidades em que se estuda e se ensina o espanhol, etc.

Em sua abordagem sobre o Discurso como texto, Fairclough (2001) considera relevante diferenciar “significado potencial” de um texto e sua interpretação. Para este pesquisador, textos são compostos de sentido potencial, sendo este normalmente heterogêneos e compreendem um embaraço de sentidos diversos, sentidos sobrepostos e, às vezes, contraditórios. Deste modo, textos são propícios a diversos tipos de significações (idem, 2001, p.103).

Ao considerar o discurso como prática social, Fairclough (2001) considera dois termos: a ideologia e a hegemonia. Relata o que sobre este termo considera três bases teóricas, a saber: 1ª) a ideologia tendo existência material na prática institucional, 2ª) a ideologia abordando sujeitos, ou seja, um grande efeito ideológico presente nos discursos é a constituição dos sujeitos. 3ª) os aparelhos ideológicos do Estado (termo alcunhado por Althusser) compreendidas como instituições como educação e mídia apontam para algo local e constituem algo demarcador na luta de classe e assinalam para a luta no discurso (idem, 2011, p.116-117). Este autor apresenta sua concepção de ideologia como sendo: “Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (idem, p. 2001, p. 117).

FAIRCLOUGH (2001) apresenta a sua proposta de análise do discurso totalmente orientada, ao que denomina de ADTO, de cunho pragmático, em oposição a uma abstrata, a análise do discurso de Foucault. E enumera os tipos de discurso (*prática social*) que a ADTO contemplaria em sua proposta de análise, a saber: conversação, discurso de sala de aula, discurso da mídia, etc.

PEDROSA (2005) informa:

A ACD propõe-se a estudar a linguagem como prática social e, para tal, considera o papel crucial do contexto. Esse tipo de análise se interessa pela relação que há entre a linguagem e o poder. É possível defini-la como uma disciplina que se ocupa, fundamentalmente, de análises que dão conta das relações de dominação, discriminação, poder e controle, na forma como elas se manifestam através da linguagem (WODAK, 2003). Nessa perspectiva, a

linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente (PEDROSA, 2005)¹⁹⁶.

Aqui, abro um parênteses, para a partir dos tipos de discursos (práticas sociais) apontados por Fairclough (2001), pensar o discurso da mídia, eu, como pesquisador brasileiro situar o texto digital e outras redes discursivas que ao abordarem tanto a língua quanto a política linguística desse idioma, os discursos são textos produzidos em um dado momento e um produto social que estabelece ou possui relações sociais, políticas, econômicas imbricadas no construto textual dos textos digitais que doravante irei usar como sinônimo de discurso, pautando-me na acepção de Fairclough (2001, p.101) de discurso como texto.

Os textos digitais selecionados, três da Espanha e três da Argentina, seus emissores e, além destes, as vozes presentes nos textos, discorrem sobre a língua espanhola sob distintas óticas. Em suma, a célebre frase de Unamuno parece sintetizar as falas e interconectá-las, permeando o ideário de língua quando este sentenciou que: *“La sangre de mi espíritu es mi lengua”*.

Deste modo, pautado em textos digitais que abordam o tema da língua espanhola e sua difusão, a proposta de reflexão da tese propõe um olhar investigativo sobre a(s) política(s) linguística(s) do espanhol. Para proceder à análise, se parte da gênese desse termo, do sentimento histórico e cultural na defesa ou crítica ao termo, do seu uso e de suas representações, e de suas teias discursivas que se entrecruzam e apresentam a língua como uma língua comum, como um símbolo linguístico-cultural de um Estado, como elemento de mercado e os desdobramentos da proposta da política linguística e do seu planejamento linguístico.

Para tanto, toma-se como base, o visto no capítulo anterior, a ideologia, buscando compreender os fios de sentidos nos textos digitais em busca de respostas às perguntas desta pesquisa, apresentadas na introdução e retomadas no capítulo seguinte. Trabalhar com texto, como prática, compreende analisar uma moeda de duas faces, pois texto como a materialização do discurso pressupõe, na contemporaneidade, com bases nos estudos da Análise Crítica do Discurso trabalhar com contexto. Sendo o texto socialmente

¹⁹⁶ Não há como fazer menção à página, visto que o texto está em formato html e não possibilita ser baixado em PDF. Pensei na possibilidade de salvá-lo em formato de word ou PDF, no entanto, isso incorreria em uma falha, porque ele pode ter sido publicado em outra edição e ter outra paginação própria.

construído, há que se considerar o lugar onde este é produzido, o seu lugar de fala e/ou construção.

Silva (2009) aponta que o foco central ao se analisar o discurso não é o texto em si, mas o processo que compreende os sentidos gerados na interação e que seu estudo compreende considerar alguns pontos, tais como: posição institucional, intenções, interesses, desejos dos produtores do discurso, nível de conhecimentos etc. Ressalta esta pesquisadora que quando se analisa textos publicados, são acrescentados obstáculos uma vez que “o momento da negociação de sentido perdeu-se”. E uma vez publicados, estes apresentam novas contextualizações e diferentes procedimentos de sentidos gerados, o que propicia desvios de sentidos, visto que ocasiona múltiplas interpretações e, neste caso, a produção de sentidos irá necessitar do implícito e do explícito (SILVA, 2009, p.89).

Como informado, anteriormente, para fins desta análise, me pauto no conceito de discurso como texto com base na Análise do Discurso Crítica, Fairclough (2001, 2008), Ramalho e Rezende (2008) sobre o texto como lugar de pesquisa, e Magalhães, Martins e Resende (2017). A respeito da análise textual, Ramalho e Resende (2011) notificam que: [...] o texto é o principal material empírico de pesquisa do/a analista do discurso crítico/a do discurso, seja uma entrevista de natureza etnográfica, uma imagem, uma reportagem, e assim por diante” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p.111).

No meu caso, não me considero nem me situo como um analista do discurso, mas como um linguista aplicado e me valho desta noção de discurso como texto e de texto para proceder à análise das ideologias linguísticas de Woolard (2007) e do método de análise das operações da ideologia de Thompson (2011).

Em síntese, buscou-se situar, ainda que brevemente, o conceito de texto e alcançar a noção de discurso como texto, noção sobre a qual este passa a ser compreendido na análise dos textos digitais, no capítulo seguinte, que apresenta o percurso da análise desta pesquisa em busca de respostas às indagações da tese.

“Não saber exatamente o que queremos, mas procurar, achar e perder, e continuar buscando, na mais saudável inquietação, é que torna a vida tão fascinante, e faz valer a pena.” (Lya Luft)

Capítulo 5

O percurso da travessia: a análise dos textos digitais

5 Prefação

Há duas considerações ou observações nesta análise que determinam o seu percurso, a saber: i) de onde eu olho e ii) para onde se situa o meu olhar.

Butler e Spivak (2018), em seu livro com o instigante título: *Quem canta o Estado-Nação? Língua, política e pertencimento*, expõem dois fatos, com algo em comum: o caso do índio Terena que, em julho de 2015, na abertura do XI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, em MS, cantou o hino nacional brasileiro, em seu idioma próprio, o Terena. E o caso de “residentes ilegais”, em 2006, nos Estados Unidos, terem ido às ruas, em movimento de protesto, por seus direitos e terem cantado o hino norte-americano em espanhol. E uma pergunta que surge, por parte das autoras é: “a quem pertencem esses hinos?”.

Essa situação me fez pensar no caso de nós professores de língua estrangeira, em nossa ação como professor/sujeito crítico, e, no meu caso particular, como professor brasileiro, de língua espanhola a refletir *de onde eu olho?*, do meu percurso! No ensino dessa língua, como devo proceder? Isto é, minha ação consiste em somente ensinar (um)a língua, seguindo (todos) os acordes do hino (do idioma) ou fazendo os acordes outros, que eu os julgo necessários como professor? O que quero expressar com isso? Eu me porto como um fiel vassalo e cumpro todos conteúdos que me são passados, ou me posiciono e considero outros fatores que incidem em minha práxis profissional? Como afirma Camus (2004), “Começar a pensar é ser atormentado”.

Por trás do ato de ensinar e o prazer pelo idioma, surgiu como uma linha tênue uma certa curiosidade em compreender questões que envolvem a promoção da língua espanhola, expressas em ações, ou seja, práticas, e estas, por sua vez, interligadas a outras.

Tudo isso conduziu-me a diversas leituras, e a linha tênue foi se encorpando, em um longo e instigante, indagador e prazeroso processo de embaraço de fios diversos de leituras e sentidos. E, tudo isso confluiu para os estudos da(s) política(s) linguística(s), porto em que me ancorei para depreender sentidos e construir o meu raciocínio.

Calvet (2007) afirma ser a política linguística inseparável de sua aplicação e entendê-la compreende o binômio política linguística e *planejamento linguístico*. Acercar-se a este binômio e alcançar os seus desdobramentos se apresenta como um barco, para fazer a travessia, na busca por entender as intrincadas ondas que envolvem o oceano de uma língua, seja oficial, seja língua estrangeira/internacional.

Calvet (2007) observa não ser algo novo a intervenção do homem, em contextos linguísticos, estabelecendo ditames sobre o seu uso, (certo ou errado), a partir de uma norma estabelecida. Por sua vez, o poder político estabelecido opta por governar o Estado em um idioma, ou impor à maioria a língua de uma minoria. E ressalta que “[...] a *política linguística* (determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade) e o *planejamento linguístico* (sua implementação) são conceitos recentes que englobam apenas em parte essas práticas antigas” (CALVET, 2007, p.11).

Isso posto, a apresenta como um campo novo de estudos e a compreende como uma disciplina. Esta se situa na Sociolinguística crítica, mas a política linguística já passa a ter seus contornos próprios como disciplina e vai construindo sua sustentação teórica. Entre os diversos objetivos a que se propõe analisar, essa disciplina direciona o seu foco sobre questões da língua e o político que as envolve, uma vez que as decisões que reverberam no linguístico não necessariamente são tomadas por linguistas.

A título de exemplos, temos dois casos na nossa história. O Marquês de Pombal, no século XVIII, por meio de decreto, expulsou os jesuítas do Brasil, proibiu que se falasse a língua geral, da família tupi-guarani, e tornou obrigatório somente o uso de português. Conforme relata Trouche, (2001):

A imposição da língua portuguesa foi uma questão fundamental para Portugal, no sentido da preservação da colônia, contudo, a concorrência do português com a *língua geral* ainda perdurou até a segunda metade do século XVIII, quando o discurso das autoridades portuguesas se centrou numa política de difusão e obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa. (TROUCHE, 2001, p. *)¹⁹⁷

¹⁹⁷ Sobre a página da fonte citada, não é possível encontrar porque o artigo de TROUCHE, L. M. G. O Marquês de Pombal e a Implantação da Língua Portuguesa no Brasil: Reflexões Sobre O Diretório de 1757, 2010. Disponível em <http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_9.htm> está em formato htm,

E, neste século, em 2016, a decisão do presidente, Michel Temer, que retirou via lei, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a obrigatoriedade do espanhol, mantendo-a como língua optativa, do currículo do ensino médio, sem nenhuma consulta a linguistas. Tratam-se de decisões de quem ocupa o poder e pode legislar sobre as línguas. Tais decisões envolvem dois elementos: poder e ideologia.

Essas decisões ocorreram nas terras conquistadas, nos continentes americano e africano, espaços plurilíngues, em que as línguas locais não possuem o mesmo status da língua dos colonizadores que foi imposta. E o que era a língua da minoria, por imposição, intervenção do Estado, decisão *top-down*, se tornou a língua da maioria.

E caso semelhante se aplica quando se estuda uma língua como língua internacional. Sua promoção, envolve todo um planejamento linguístico e sua aplicação e ampliação se dá por razões econômicas, inclusive. Como dito antes, em tais decisões poder e ideologia são elementos constantes, pois estes permeiam as ações e as práticas em prol de sua promoção, difusão e ensino-aprendizagem, bem como sua divulgação pela indústria cultural que envolve mídias, como cinema, televisão, arte, música, etc.

Isso posto, este capítulo com base no conceito de texto, pautando-me na concepção de texto como discurso, como prática social, e do texto como materialização e reflexo do discurso social, como apontado por Fairclough (2008), tem por objetivo analisar textos digitais, com um total de seis textos, sendo três textos produzidos na Espanha e três, na Argentina.

Esta análise se propõe a considerar a questão da política linguística do espanhol sob duas óticas, conforme o título desta pesquisa aponta: Um olhar transatlântico sobre o espanhol e suas políticas linguísticas: do(s) discurso(s) às práticas.

Para esta finalidade, serão analisados seis textos digitais (três, da Espanha, e três da Argentina), em que se procede a uma análise discursiva de dois pontos principais: 1) como a língua é apresentada e 2) as marcas ou modos de ideologia no discurso que implicam a política linguística do espanhol, tanto o olhar peninsular quanto o argentino, tal e como aponta o título desta pesquisa: Um olhar transatlântico sobre o espanhol e suas políticas linguísticas: do(s) discurso(s) às práticas.

não há como baixa-lo em PDF. Fiz uma busca por anais em filologia.org mas não encontrei o artigo. Para encontrar o ano de publicação o percurso tomado foi consultar o currículo lattes da autora. Esta informa no lattes que o artigo foi publicado no caderno de letras da UFF. Com esta informação busquei no google e encontrei as edições anteriores até o ano de 2003, conforme se pode constatar em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=22&Itemid=24> Acesso em 02 de fev de 2020

A análise desses textos busca resposta às seguintes indagações:

1. Qual é a relação língua/nação na política linguística?
2. Como se dá, atualmente, a difusão da língua espanhola por meio de suas políticas linguísticas?
3. O que subjaz à difusão de uma proposta de política linguística?
4. Quais traços discursivos mais se destacam e/ou estão ressaltadas nos textos digitais das agências de fomento que, de fato, propiciam seu discurso reiterativo sobre o valor do idioma?
5. O que compreende ou abarca esta reiteração sobre o idioma e em que ela, efetivamente, se pauta?

Nesse sentido, a nau em curso, isto é, a tese, se propõe a navegar considerando os seguintes objetivos:

Objetivo geral: Analisar o discurso eletrônico das agências de fomento de língua espanhola, o sentimento da língua que permeia tais discursos e as políticas linguísticas que subjazem às falas, partindo da peninsular, Espanha, e cotejando-a com o discurso eletrônico das Américas, especificamente, o da Argentina com relação ao idioma.

Objetivos específicos:

- 5) Apresentar a situação da língua espanhola, seu crescimento como língua estrangeira no momento atual, considerando o seu apogeu, no passado, como língua franca e o que está subjacente ao atual discurso de crescimento, identificando nesta promoção do espanhol como língua internacional e como língua de expressão cultural, os possíveis reflexos ou ecos, no presente, do desejo de um *continuum* linguístico de seu prestígio no passado.
- 6) Identificar a(s) proposta(s) de política(s) linguística(s) da Espanha e da Argentina na difusão e na defesa de seus idiomas em comum: espanhol/castelhano.
- 7) Identificar em textos digitais a ideologia presente nos discursos da Espanha e da Argentina sobre o idioma e, conseqüentemente, como tais ideologias repercutem (um)a política linguística do estado-nação.
- 8) Analisar, criticamente, o que subjaz aos discursos digitais, com base no proposto pelas políticas linguísticas do espanhol (Espanha, Argentina) e como essas propostas se concretizam, efetivamente, na prática e se haveria, em algum

momento, tangenciamento nas propostas e nas ações político-linguísticas, na práxis.

Embora este estudo não tenha incluído políticas linguísticas sob o viés decolonial, não se pode desconsiderar que o lugar de onde se olha está imbuído de traços culturais e locais que se refletem no discurso. Neste caso, considerarei para fins desta pesquisa o apontado por Kleiman (2013) sobre o *sulismo*, como uma proposta de diálogo com o norte, ou como um olhar crítico do sul, um modo de (re)pensar o seu espaço e interagir com atores/sujeitos locais, para trocas de conhecimento e de uma linha de ciência e caminhada não tão dependente de embasamentos teóricos somente do norte para pensar o sul.

Se o sul ainda, de algum modo, estaria vinculado à proposta política peninsular, a América reforçaria o olhar peninsular sobre a língua e sua valoração? Estas indagações serão vistas mais adiante, na análise dos textos selecionados. A Hispanofonia, de acordo com Del Valle (2007) e Arnoux, (2012) é pluricêntrica na proposta, mas não no seu modo de atuar. Mas e algumas ações, tanto de lá como de cá, o que apontam a este respeito? Parece ser que a cada indagação sobre as políticas linguísticas e sobre a língua, isso exige extremo cuidado, pois conforme aponta Bagno (2019), a língua é “pântano” e o caminho, nas indagações sobre a língua que envolve outros fatores, pois o caminho se dá em um terreno complexo.

Dito de outro modo, busca-se examinar na Política Linguística do espanhol se i) a proposta política do idioma da Argentina se vincula com o ideário de idioma proposto pelo Instituto Cervantes, dialogando com a proposta eurocêntrica ou ii) se a proposta da Argentina se pauta no sulismo, e, em caso afirmativo, apresentaria ruptura com o norte.

Compreendendo que tanto a Espanha quanto a Argentina têm em comum práticas de promoção e de ensino do espanhol que é/são reflexo da(s) política(s) linguística(s) de cada país, a pergunta que permeia esta tese é: Como ecoam as propostas de políticas linguísticas do espanhol¹⁹⁸ promovidas pela Espanha e pela Argentina como língua estrangeira/língua internacional, e quais são suas confluências e divergências?

¹⁹⁸ Embora haja vastos estudos sobre os termos, espanhol e castelhano, e, na constituição espanhola conste “castelhano” como língua oficial do país e, igualmente, há estudos sobre “*la lengua de los argentinos*”, o termo “espanhol”, usado ao longo desta pesquisa, se ancora nos termos usados nas práticas da(s) política(s) dos dois países hispanofalantes que, em seus certificados de proficiência, usam o termo espanhol e não castelhano, como se pode observar em: *Diploma de Español como Lengua Extranjera* (DELE), Espanha e o *Certificado de Español: Lengua y Uso* (CELU), Argentina.

5.1 Da análise de textos digitais

Os textos digitais para análise pertencem ao gênero “texto de opinião”. Trata-se de um texto jornalístico, de natureza argumentativa, em que o autor expõe sua ideia sobre determinado tema e que tem por objetivo de persuadir o leitor e, para isso, apresenta argumentos que enfatizam o objeto defendido pelo autor, pois sua finalidade última é a de convencer o leitor/interlocutor.

Sobre os textos selecionados para análise, cabe esclarecer que me pautei pelo seguinte critério: a partir do pedido do Rei Juan Carlos, em 2000, ao Instituto Cervantes, de promoção da língua espanhola no mundo, muitas publicações buscaram refletir este investimento e surgiu, à época, o site *Cuaderno Cervantes*, edição impressa e digital. Desta selecionei textos dos anos 2000 e 2001.

Quanto aos textos da Argentina, busquei textos daqueles mesmos anos que também discorressem sobre a língua, com temas relacionados às políticas linguísticas do espanhol, no intuito de coincidir os mesmos anos, isto é, períodos. No entanto, a compilação de textos encontrada data de 2011, igualmente, em formato digital, no jornal *El Clarín*, na seção *Revista Ñ*, dedicada somente às questões de língua. Procedi a uma busca sobre anos anteriores, mas não encontrei. Então me pautei em dois autores e pesquisadores, mencionados no capítulo 2 desta tese, quando se abordou a questão da Argentina e suas políticas linguísticas, em que a linguista argentina López Garcia (2015) referencia Bein (2004) quem afirmara que, no espaço hispano-americano, não havia à época, efetivamente, fortes políticas linguísticas do espanhol, e Varela (2007), que informa que a proposta de política linguística do espanhol, na Argentina, começou tardiamente.

Desse modo, os textos digitais analisados compreendem:

- 1) Três textos do portal eletrônico *Cuadernos Cervantes*¹⁹⁹, Espanha²⁰⁰

Texto 1. ***El español, segunda lengua internacional***

Texto 2. ***Leer en español***

Texto 3. ***Español, el valor económico de las letras***

- 2) Três textos do periódico La Nación Argentina²⁰¹

¹⁹⁹ Cabe ressaltar que esta revista eletrônica, apesar de também possuir o nome Cervantes, não pertence ao Instituto Cervantes, pois se trata de uma proposta independente, mas alguns de seus textos estão referenciados no site do Instituto Cervantes.

²⁰⁰ Disponíveis em <<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa.html>>

²⁰¹ <https://www.clarin.com/tema/especial-el-castellano.html>

Texto 4. *La lengua, entre dueños y hablantes*

Texto 5. *Una lengua para muchos*

Texto 6. *Dejar constancia de lo que se dice*

Cabe esclarecer que, dos textos selecionados, alguns são assinados pelo autor, outros são editoriais.

Para os propósitos desta pesquisa, escolhi trabalhar a ideologia e observar como esta se apresenta em textos digitais que falam sobre a língua, em sua promoção e valorização. Para isso, os critérios adotados foram os de ideologia, com base em ideologias linguísticas, apresentadas por Woolard, apresentado no capítulo três, no tópico 3.5 e com base em Thompson, no tópico 3.6.

Há que se ressaltar que não me proponho, nesta pesquisa, a usar todas as categorias para a análise, mas apenas algumas, desde e quanto estas se apresentem nos textos digitais sobre questões do idioma e de suas políticas linguísticas.

5.2 Procedimentos para a análise

A asserção de Eco: “Conhecer é cortar, selecionar”²⁰², e seu efeito na prática da escrita de um texto acadêmico, leva a outro questionamento: “se conhecer é cortar, selecionar”, qual é o meio neste processo? Há meio? Nesta “areia movediça” (Bagno, 2019) em que “a língua se move” e os cuidados que se exigem para a sua observação, isto é entrecortar e selecionar? Como fazer o tal (re)corte e a seleção? Neste caso, à busca por respostas, infere-se que o conhecimento está diretamente relacionado à ação (hábito) e esta envolve seleção de conhecimento e de conteúdos por parte do pesquisador.

Isso posto, adotei o seguinte critério a seguir para a análise dos textos digitais. Como informado anteriormente para fins desta análise, me pauto no conceito de discurso como texto com base na Análise do Discurso Crítica, Fairclough (2001, 2008), Ramalho e Rezende (2008), sobre o texto como lugar de pesquisa, e Magalhães, Martins e Resende (2017).

Em razão da extensão dos textos selecionados para este estudo, optei por focar a análise destes em alguns de seus excertos. O critério da seleção dos excertos foi o

²⁰² Umberto Eco: “O excesso de informação provoca amnésia.” Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/01/10/interna_cidadesdf,819515/cronica-da-cidade.shtml/

seguinte: após a leitura, considere o excerto que mais dialogava com o tema expressado no título.

Trata-se de uma pesquisa documental, de um estudo qualitativo, pois esse é o método que me proporciona extrair, da análise de documentos, os fios de sentidos e a realidade social da língua espanhola. Conforme Günther (2006):

A análise de documentos é a variante mais antiga para realizar pesquisa, especialmente no que diz respeito à revisão de literatura. Além de procedimentos tradicionais de leitura e resumo de ideias, é possível extrair e sumarizar resultados por meio de meta-análise (e.g., Rosenthal, 1984). A utilização de documentos como fonte sistemática de dados foi iniciada por Leopold von Ranke, o pai da história científica na primeira parte do século XIX (Grafton, 1997). Desde então, desenvolveram-se tanto técnicas mais quantitativas quanto qualitativas para lidar com fontes secundárias e documentais. Dependendo da natureza dos documentos existem as mais diferentes maneiras de encará-los, desde relatos verbais e respostas a perguntas de pesquisadores futuros, até segmentos de texto selecionados como “sujeitos” entre um corpo lingüístico grande, por meio de procedimentos de amostragem (GÜNTHER, 2006, p. 205).

Para a discussão dos textos, optei por apresentar primeiro o excerto selecionado no original em espanhol, e em seguida, a sua tradução ao português.

Procedimento de análise da Ideologia

Serão observadas nos textos se há ocorrência de ideologia, tomando-se por base os seguintes tópicos, conforme visto no capítulo três, desta tese, sobre ideologia:

1. Tópico 3.5 - Ideologia(s) Linguística(s): Woolard – Esta autora considera duas ideologias ou dois critérios do sistema ideológico: a autenticidade e o anonimato, sendo entendidos como os que apoiam e reverberam a “autoridade linguística”, no espaço geográfico, das línguas hegemônicas, no ocidente.

2. Tópico 3.6 - Método de análise das operações da ideologia: Thompson – Este autor propõe um método de análise da ideologia, informando que essa pode atuar de cinco formas, ao que nomeia de “modos gerais” e os apresenta, diferenciando-os em cinco categorias e os desdobramento interno (ou composição interna) de cada “modo geral”, ao que denomina de “estratégias de construção simbólica”, conforme o quadro abaixo:

Modos de operação da ideologia

<i>Modos gerais</i>	<i>Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica</i>
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização

	Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandarização
	Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação
	Expurgo do outro
Reificação	Naturalização
	Eternalização
	Nominalização/passivização

Thompson (Ideologia e Cultura Moderna, 1990, p.81)

A análise dos textos digitais selecionados propõe uma busca por respostas à quarta e à quinta perguntas da tese, a saber: (4) Quais traços discursivos mais se destacam e/ou estão ressaltados nos textos digitais das agências de fomento que, de fato, propiciam seu discurso reiterativo sobre o valor do idioma? E (5) O que compreende ou abarca esta reiteração sobre o idioma, e em que ela efetivamente se pauta?

5.3 Textos digitais produzidos na Espanha

Texto 1

LA RAZÓN, viernes 12 de enero de 2001

El español, segunda lengua internacional

FRANCISCO MARCOS MARÍN

El español es hoy una lengua de cohesión, un medio de comunicación, un modelo literario que lo convierte en una lengua internacional. Una lengua emergente que, en los primeros días del siglo XXI, supera los cuatrocientos millones de hablantes y que se dispone a afrontar retos extraordinarios como son la consolidación en Estados Unidos, la proyección en Brasil y el creciente interés en Extremo Oriente, además de una mayor presencia de contenidos en Internet.

La lengua española reúne varias características que le confieren indudables ventajas: es muy coherente, dentro de su diversidad y, entre todas las occidentales, tiene el porcentaje más alto de hablantes para quienes es lengua materna, dentro de su territorio. La unidad en la diversidad permite la distribución universal de los productos de creación, tanto literaria como científica o técnica y, además, da a quien la aprende una inmediata sensación de poder usarla. La tarea fundamental de una institución de todos es administrar para todos. La ley define el Instituto Cervantes como una institución sin ánimo de lucro dedicada a la promoción universal del español y la cultura en español. Los recursos generados por una lengua pertenecen a toda la sociedad, a la gran comunidad plurinacional a la que sirve el Instituto Cervantes. La acción lingüística de España tiene que hacerse con los ojos puestos en América, como la Real Academia y la asociación de Academias ya están haciendo.

El Instituto Cervantes se ha convertido, en casi diez años, en una referencia esencial, lo cual ha sido posible gracias a la constante presencia de diversas entidades sociales en sus programas y actividades; a mostrar, en suma, un talante moderno acorde con las reglas de las sociedades abiertas y liberales. Pongámonos ante casos concretos. El Instituto Cervantes dispone ya de un método de enseñanza del español como segunda lengua, que se adapta a las diversas lenguas y situaciones en cada uno de sus 34 centros en todo el mundo. Esta decisión se basa en un argumento rigurosamente científico que es impuesto por la necesidad de enseñar una lengua a todos los hablantes de todas las demás. La validez del modelo se confirma de manera rigurosa por el hecho de que ni el British Council –con el imponente peso de la lengua inglesa– ni el Instituto Goethe –con su ejemplar labor divulgadora– hayan elaborado, tras una larga experiencia, un manual para todo el mundo, sino un método, como el que ofrece el Instituto Cervantes.

Ir más allá de esto sería como si el Ministerio de Educación de cualquier país de nuestro entorno, además de elaborar el plan de estudios, redactara y publicara un manual obligatorio y cobrara por ello. [...]

Hoy por hoy el Instituto Cervantes es una institución sin ánimo de lucro, dedicada a tareas de distribución y servicios. Existe para que la sociedad hispanohablante se beneficie de él y a través de él proyecte su gran pulso creativo. Por ello los beneficios del Instituto Cervantes son los beneficios de la sociedad española y de la sociedad iberoamericana.■

<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0031.html>

O autor do texto ao abordar o tema proposto do espanhol como segunda língua internacional aponta:

a) Termos ou palavras sobre a língua espanhola:

- 1) *2^{da} lengua más hablada del mundo*, (2^a língua mais falada do mundo), b) *lengua de cohesión* (língua de coesão), c) *un medio de comunicación* (um meio de comunicação), d) *lengua internacional* (língua internacional), e) *lengua coherente* (língua coerente).

O autor do artigo, ao informar a língua espanhola e, especialmente, nas definições que ele a atribui em b, d, e, aponta para o objeto dando-lhe valorações e, logo em seguida, ao justificar os termos sobre a língua espanhola, apresenta um traço ideológico ao defender o idioma espanhol como língua de *coesão* e *coerente*. Os termos aparentemente “simples” não o são, em realidade, porque tais valorações ao idioma por parte do autor revelam uma ideologia do idioma, uma vez que compreender sua defesa compreende todo um percurso, ideário e questões históricas e sociais desta língua como visto no capítulo dois.

b) Razões do autor do texto para justificar os termos que enumera sobre o idioma:

1^a) *La lengua española reúne varias características que le confieren indudables ventajas: es muy coherente, dentro de su diversidad y, entre todas las occidentales, tiene el porcentaje más alto de hablantes para quienes es lengua materna, dentro de su territorio.*

1^a) A língua espanhola reúne várias características que apresentam vantagens indubitáveis: é muito coerente, em toda a sua diversidade, e entre todas as ocidentais, tem o maior percentual de falantes para quem é língua nativa no seu território.

2^a) *La unidad en la diversidad permite la distribución universal de los productos de creación, tanto literaria como científica o técnica y, además, da a quien la aprende una inmediata sensación de poder usarla.*

2^a) A unidade na diversidade permite a distribuição universal de produtos de sua criação, tanto literária e científica ou técnica, e também proporciona a quem a aprende uma sensação imediata de poder usá-la.

3^a) *La tarea fundamental de una institución de todos es administrar para todos. La ley define el Instituto Cervantes como una institución sin ánimo de lucro dedicada a la promoción universal del español y la cultura en español. Los recursos generados por una lengua pertenecen a toda la sociedad, a la gran comunidad plurinacional a la que sirve el Instituto Cervantes.*

3^a) A principal tarefa de uma instituição de todos é o de administrar para todos. A lei define o Instituto Cervantes como uma instituição sem fins lucrativos dedicada a promover a cultura espanhola e universal em espanhol. Os recursos gerados por uma língua pertencem a toda a sociedade, à grande comunidade plurinacional à qual serve o Instituto Cervantes.

4^a) *La acción lingüística de España tiene que hacerse con los ojos puestos en América, como la Real Academia y la asociación de Academias ya están haciendo*

4^a) A ação linguística da Espanha tem que ser feita com um olhar na América, a Real Academia e a Associação de Academias já estão fazendo.

Seu lugar de fala: A Espanha, à época, professor da Universidad Autónoma de Madrid (UNAM).

Sujeito da fala: Francisco Marcos Marín, catedrático de língua espanhola, linguista espanhol, foi professor na *Universidad Autónoma de Madrid* (UNAM) e, atualmente, é professor na *University of Texas*, San Antonio.²⁰³

Falas, isto é, discursos, compreendem textos e sujeitos/atores sociais (FAIRCLOUGH, 2003, VAN LEWEEN, 2001), igualmente, lugares de fala, momento de produção e o lugar de onde o sujeito se pronuncia.

Relacionando os conceitos de língua apresentados pelo autor do texto, no léxico, anteriormente, apontadas as suas razões (justificativas) de cada definição que apresenta do idioma, se tomo a língua como poder simbólico Bourdieu (2011), e os modos gerais de operação da ideologia e as estratégias de construção simbólica – racionalização, universalização, narrativização Thompson (2011), isso me permite constatar que o autor do texto, para legitimar a sua fala, se vale de duas estratégias de construção simbólica: i) a racionalização, isto é, apresenta uma cadeia lógica, sequencial e aparentemente irrefutável sobre o idioma e ii) a universalização, isto é, os seus interesses como linguista a respeito do idioma são apresentados como sendo de interesse de todos usuários da língua espanhola, falantes nativos e não nativos.

Ao se apoiar na concepção bourdieusiana de língua como poder simbólico, afirma Hanks (2008, p.53) “Ao se valerem de suas próprias categorias para estabelecerem relações de poder, relações a partir das quais, no fim das contas, eles se originam, os sistemas simbólicos reforçam a dominação.”

Neste caso, Marcos Marín, ao discorrer sobre o idioma espanhol o apresenta como língua com quatro definições como já mencionado. Cabe traçar algumas considerações, por exemplo, como ele se refere à língua espanhola em seu discurso/texto eletrônico. Das cinco referências, tomarei três, a saber: b) *Língua de coesão*, d) *língua internacional* e) *língua coerente*. Isso proporciona questionar: o seu conceito de língua, o que seria, por exemplo, *língua coerente* a que ele se refere. À língua comum, língua majoritária de países plurilíngues, como no caso da Espanha, em que o espanhol seria a “língua comum”, a língua estatal, em oposição à língua própria, isto é, às línguas minoritárias no território espanhol, que não têm voz, prevalecendo sobre elas o espanhol.

O mesmo ocorre no território americano, em que o espanhol prevaleceu sobre as demais línguas locais. Que língua de coesão é esta? O que representa ou para o que apontaria uma língua de coesão, coesão do ponto de vista linguístico, principalmente, em espaços multilíngues, língua idealizada ou língua hegemônica sobre as demais? Ou o

²⁰³ Fonte: https://es.wikipedia.org/wiki/Francisco_A._Marcos_Mar%C3%ADn

discurso aponta para uma desejada coesão do ponto de vista da política do idioma e não do idioma em sua diversidade, seus povos e suas culturas?

Sobre estes questionamentos acerca de “língua de coesão”, é pertinente o exemplo, no contexto, da América hispânica de Rigoberta Menchú. Esta é indígena da tribo quiché, da Guatemala, país que tem o espanhol como língua oficial e compõe os 21 países de língua espanhola. Ela é falante bilíngue e faz parte da lista dos falantes de espanhol. No entanto, sua história aponta um traço singular. Rigoberta Menchú aprendeu espanhol aos 20 anos, conforme relata BURGOS (1987:2007) no livro *Me Llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*²⁰⁴ ao informar ao leitor a razão de ela ter aprendido a língua espanhola:

*“Rigoberta Menchú, india quiché, una de las etnias más importantes de las veintidós existentes en Guatemala. (...) “Rigoberta aprendió la lengua del opresor para utilizarla contra él. Para ella, apoderarse del idioma español tiene el sentido de un acto, en la medida en que un acto hace cambiar el curso de la historia, al ser fruto de una decisión: el español, la lengua que antaño le imponían por la fuerza, se ha convertido para ella en un instrumento de lucha” (1985/2007: 9)*²⁰⁵.

Neste caso, como afirmar que para Rigoberta o espanhol se defina como (b) *Língua de coesão* e (e) *língua coerente* como apontado pelo linguista? A sua realidade, história de vida e luta, aponta, das definições apresentadas de língua, o espanhol como (c) um instrumento de comunicação, e que para Rigoberta como sujeito/ator social, esta língua não se restringe só a ser um elemento de comunicação, mas considerada a sua fala, o lugar do discurso e as questões que a levaram a aprender espanhol, este idioma para ela aponta para outra definição que poderia ser somada às definições apontadas sobre a língua espanhola, a definição (f) língua como instrumento de luta.

No entanto, não se pode inferir luta como o processo de um falante nativo que busca se escolarizar para ascender a um posto, mas a uma falante bilíngue que vê no idioma um instrumento de luta, mas não tem marca identitária com este, pois suas memórias e seu sentimento de pertença e de raça não é o da nação guatemalteca, não é do

²⁰⁴ BURGOS, Elizabeth. *Me Llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. 20ª edición. México: Siglo XXI S.A. 2007

²⁰⁵ Rigoberta Menchú, índia quiché, um dos grupos étnicos mais importantes dos vinte e dois existentes na Guatemala. [...] Rigoberta aprendeu o idioma do opressor para usá-lo contra ele. Para ela, apreender a língua espanhola tem o significado de um ato, na medida em que um ato muda o curso da história, como é resultado de uma decisão: o espanhol, o idioma que uma vez foi imposto pela força, tornou-se para ela um instrumento de luta "(1985/2007: 9).

espanhol como sua língua de herança, porque não falado pelos seus pais, mas o espanhol como resistência ao opressor.

Neste caso, Rigoberta torna-se e representa um exemplo de sujeito/ator social que não se insere à comunidade plurinacional, mas coexiste neste espaço tão somente.

Sendo o espanhol uma língua coerente, a que coerência o autor parece fazer alusão? Os itens lexicais que anunciam o idioma e as justificativas do autor do texto permitem pensar a língua sob o paradigma linguístico-antropológico, isto é, língua como elemento de comunicação, educacional e sócio interacional. No entanto, suas afirmações vão além disso.

Além dos termos que utiliza para o idioma, o autor do texto realça a finalidade do Instituto Cervantes como instituição, como apontado na 3ª razão: “A lei define o Instituto Cervantes como uma instituição sem fins lucrativos dedicada a promover a cultura espanhola e universal em espanhol. Os recursos gerados por uma língua pertencem a toda a sociedade, à grande comunidade plurinacional à qual serve o Instituto Cervantes”.

O “sem fins lucrativos” contraria o demonstrado por meio dos relatórios anuais desse Instituto, de 1998 a 2017, que apresentam a língua como “*un activo económico*”, tema este que se verá no texto a seguir.

Ao fazer referência à “grande comunidade plurinacional”, como comunidade única, sabe-se que o termo plurinacional, no plano da ciência política, compreende o caso de organismos internacionais, como a ONU, e esta funciona sem ser um estado único. Este termo se opõe à noção de nacionalismo. No entanto, no caso defendido pelo autor do texto, cria-se a noção simbólica e abstrata de uma comunidade plurinacional em que o defensor da ideia não apresenta o termo real, um espaço plurilíngue, em que convivem diferentes etnias. O enfoque é na língua, a defesa da “comunidade plurinacional”, neste caso, compreenderia uma comunidade com uma língua como símbolo único, a língua espanhola. Na verdade, a língua é quem alimenta a ideia de comunidade e não se trata de plurilinguismo, mas nacionalismo linguístico disfarçado em comunidade. Tal defesa reforça a ideia de “uma língua comum”. Como língua comum, de uma nação unida por um único idioma, com qualidades enumeradas por ele, este conceito apresentado pelo autor equivale a um suposto “nacionalismo linguístico”. Em razão disso se apresenta como uma ideologia.

A respeito do nacionalismo e ideologia, em: “A ideologia da unidade nacional, que os intelectuais progressistas, de boa-fé [sic] imaginavam servir aos trabalhadores, na verdade serve à classe dominante” (CHAUÍ, 2017, posição 959, edição do Kindle). Ao

substituir “trabalhadores” por “falantes”, usuários da língua, parece que se chega à mesma equação.

A defesa dessa comunidade e sua suposta efetivação, como na ideia do Hispano-americanismo e sua transposição para a Hispanofonia (Del Valle, 2007), com base no conceito de uma *lengua comum* que “une todos os falantes”, também se aplica ao que Gramsci, referenciado por Chauí, 2017, considera como hegemonia, que equivale à manutenção do pensamento dominante, mesmo quando há oposição contra o grupo dominante. Fairclough (2008, p.122) assim a define: “Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais simplesmente do que a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento”.

Ainda sobre a hegemonia, o autor do texto ao apontar a “comunidade plurinacional”, se refere ao Instituto Cervantes como o órgão ao qual esta comunidade serve. Isso, sobre a ótica da ADC, remete a Fairclough (2008) ao tratar das três funções da linguagem que permeiam o discurso, das quais vou tomar apenas duas funções: i) identitária, isto é, o discurso determina as identidades; neste caso, para o catedrático Marín, o espanhol é a marca identitária da comunidade plurinacional por ele defendida; e a função ii) ideacional, isto é, a maneira segundo a qual o discurso aponta o mundo, suas entidades e suas relações; neste caso, o autor do texto aponta para uma instituição europeia, eurocêntrica como sendo a que guia os 21 países de língua espanhola, que não apresentam uniformidade linguística, mas há uma diversificada variedade da língua espanhola.

A linguista argentina Arnoux (2012), em sua abordagem sobre o espanhol global como regulação discursiva considera este como parte das peças do dispositivo pan-hispânico de uma língua comum, com o pseudo-rótulo de “unidade na diversidade” (ARNOUX, 2012, p.35-36). Esta linguista afirma que ao se propor uma língua global, internacional, se desconsidera a diversidade, legitimando, desse modo, a suposta “unidade” defendida pelo discurso pan-hispânico.

A proposta de uma comunidade plurilíngue, em linhas gerais, representa uma forma de o Estado não usar o discurso de Estado nacional, em regiões como Europa, América e África em que há países que falam diferentes línguas, mas que têm uma língua dominante sobre as outras. Esta língua pode ser defendida por agências estatais, via órgãos de fomento e difusão do idioma. Entre tais órgãos ou instituições, incluem-se,

igualmente, as universidades, e seus sujeitos/atores sociais, linguistas e educadores desse idioma, bem como os centros culturais e seus sujeitos/atores sociais. Em suma, todos, de modo direto ou indireto, estamos implicados na difusão do idioma e estamos ligados a instâncias do poder, do Estado, mesmo que o questionemos, envolvidos, direta ou indiretamente, na glotopolítica, como cita Bagno (2017), de “que todos fazemos política”.

O autor do texto reenfaz na no sema, isto é, na acepção de nação/estado como sendo comunidade plurinacional, o que aponta a predominância e a hegemonia da língua espanhola. Ele a retoma em seu discurso o que ele a definira como: b) *lengua de cohesión* (língua de coesão), c) *un medio de comunicación* (um meio de comunicação), d) *lengua internacional* (língua internacional), e) *lengua coherente* (língua coerente).

A língua e a noção de comunidade plurinacional com uma *língua de coesão*, *coerente* e internacional se apresentam como um discurso que tem por objetivo tentar convencer o leitor da importância da língua espanhola defendida pelo autor, mas subjaz à fala a língua a serviço do Estado espanhol ou dos outros países que queiram cooperar com a Espanha na promoção do espanhol, como língua comum. Além do valor econômico e dos ativos que todo este mercado gera para os Estados, seja a Espanha, México, a Argentina, em suas políticas de promoção do idioma.

O linguista Marcos Marín faz a defesa da língua espanhola como unidade e como língua internacional; por sua vez o sociolinguista Del Valle, ao abordar a questão do espanhol como recurso econômico, assinala: “[...] *los objetivos declarados de las políticas contemporáneas de planificación del corpus y el estatus del español se pueden condensar fundamentalmente en dos: la defensa de la unidad –sobre todo conceptual– de la lengua y su promoción internacional* (DEL VALLE, p.1078)²⁰⁶ [grifos meus].

Esta concepção de língua remete ao da língua como poder simbólico. Bourdieu (1989), ao discorrer sobre os sistemas simbólicos do Estado, informa estes sistemas são: arte, a religião e a língua, consideradas como “*estructuras estructurantes*” e aponta:

[...] os “sistemas simbólicos” cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação de dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BORDIEU, 1989, p. 14).

²⁰⁶ [...] os objetivos declarados das políticas contemporâneas de planejamento de corpus e planejamento de status do espanhol podem ser condensados fundamentalmente em dois: a defesa da unidade – especialmente conceitual – da língua e sua promoção internacional [Tradução minha].

Esta concepção de língua como poder simbólico está diretamente relacionada ao que trata Moreno Cabrera (2010) sobre o espanhol como língua comum, termo usado na península, em oposição à língua própria das outras comunidades linguísticas dentro do território espanhol, em que este é língua majoritária. Se uma língua (em) comum representa interação entre os falantes, do ponto de vista antropológico e sociolinguístico, uma “língua comum” assegura a legitimação de dominação do Estado espanhol. Isso corrobora o afirmado por Bourdieu na citação acima, sobre o fato de os “sistemas simbólicos” desempenharem sua função política de “instrumentos de imposição” ou de “legitimação de dominação”, contribuindo, assim, para garantir a dominação de um grupo linguístico sobre o outro.

Das argumentações apresentadas pelo texto, o termo **comunidade plurinacional**, sua aceção e sua valoração por parte do autor do texto, ao considerar tal uso contextual e analisá-lo no campo da ideologia, observa-se:

1) a ideologia linguística do **anonimato**, (WOOLARD, 2007) – uma “voz geral”, “uma voz pública”, abstrata, que apaga “a voz autêntica”, o sujeito, não possui sentido específico, em que se apoiam as línguas hegemônicas. Esta comunidade defendida pelo autor do texto, equivale ao conceito de supranacional (JANSEN, 2015) e pós-nacional (DEL VALLE, 2007), neste caso, esta representa um conceito ideológico de nação, pois equivale a uma nação imaginada, concepção que se apoia no supranacionalismo, em que se apaga o indivíduo para situar a língua como algo “uno”.

2) a **unificação** (modo de operação da ideologia) (THOMPSON, 2011), em que os meios de dominação se valem da construção simbólica, de uma identidade coletiva, com o objetivo de garantir a unidade. E uma estratégia deste modo de operação, a **simbolização da unidade**, que compreende a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas e suas divulgações realizadas, por meio de um ou de vários grupos.

E quanto à língua espanhola e todas as justificativas que apresenta ao afirmar que: “A língua espanhola reúne várias características e apresentam vantagens indubitáveis: é muito coerente, em toda a sua diversidade, e entre todas as ocidentais, tem o maior percentual de falantes para quem é língua nativa no seu território”, essa sequenciação de argumentos, sobre a língua, aponta segundo o proposto por THOMPSON (2011).

3) no modo **legitimação**, a estratégia **universalização**, o que representa que o autor propõe convencer o seu interlocutor por meio de sua concepção individual, no intuito de transformar sua ideia, concepção particular em ideia universal. Esta é uma das formas de operar da classe dominante, isso é, daquele que detém mais capital simbólico sobre os demais. E a estratégia da **racionalização** – valendo-se de uma forma simbólica, é apresentada uma sequência de argumentos com o propósito de preservar, fundamentar um grupo de relações ou instituições sociais, objetivando convencer e obter apoio. Vale-se dos argumentos da língua para defender a ideia e racionalizar a comunidade plurinacional.

Texto 2**LEER EN ESPAÑOL**

Leer en español es un privilegio. Participamos de una comunidad lingüística de millones de personas con un patrimonio cultural de calado milenario, que aún el elemento grecolatino con el germánico, el árabe y el indígena en América. Si hace años se hablaba del día de la raza, del día de la Hispanidad, como exaltación de conceptos imperiales desfasados, que poco tienen que ver con esta comunidad que habla español, habría que revisar con cuidado lo que nos une, que no es la raza, sino esa patria común que es el idioma. Aún hoy se cree que los inmigrantes hispanoamericanos en los EE UU se sienten unidos por un sentimiento de "raza latina". Pero no es así: la verdadera *alma mater* de todas estas gentes no es sino la lengua española, que les permite medrar espiritualmente dentro de la gran diversidad del mundo hispánico. Leer en español es una de esas prerrogativas que aún no se ha valorado lo suficiente.



Pero leer en español es un privilegio que se ha de preservar, ya que parece en peligro paradójicamente en la propia España. La desafortunada polémica en torno a las palabras del Rey ha puesto de manifiesto la necesidad de no hacer de las lenguas caballos de batalla en la lucha política. Se dijo que el español no era lengua de encuentro, sino de imposición. Ha podido ser así en algunas etapas históricas, pero, la política lingüística de algunas comunidades autónomas ha llevado al absurdo la exaltación de la lengua vernácula en detrimento del español, hablado ya por medio mundo y en franca expansión. Lamenta Gregorio Salvador que, pese al gran vigor del español en el mundo, la paradoja actual es que "el único lugar del mundo donde la lengua está perdiendo usuarios, donde a sus hablantes se les pueda negar la posibilidad de educarse en ella, de recibir en ella sus enseñanzas, sea desdichadamente la propia España". Este hecho ha sido notado por los organismos internacionales para la protección de los derechos fundamentales, como una posible violación del legítimo derecho a expresarse y vivir en español, tanto como en cualquier otra lengua de las que

nuestra constitución ha consagrado.

Concluamos con esta doble paradoja: por un lado, se edita más que nunca, pero no se lee. Por otro, se incentiva la dudosa "normalización lingüística" de las otras lenguas y dialectos españoles mientras se abandona la lengua de unión. Ya ha sucedido, en el plano académico, con la decadencia de las Humanidades, el abandono del griego y el latín, lenguas de cultura y de encuentro. ¿Ha de pasar lo mismo con el español en la propia España?. En una viñeta de El Roto aparecida en *El País* (9 de junio de 2001) se ilustra esta triste paradoja en la figura de un provector togado que se pregunta "¿Qué sentido encontráis en abandonar griegos y latines...y proteger los bables?" He aquí el absurdo de ese sentimiento de patria chica que tantos males viene causando en nuestra sociedad, eso que los italianos denominaron *campanilismo* y que viene a poner trabas en la maravillosa comunidad lingüística que participa de la lengua española en Durango, Hospitalet y Ciudad de México. Quizás, como afirma el diputado Anasagasti (en entrevista a *El País* del 24 de junio), dentro de 20 años todos hablarán el euskera en el País Vasco, quizás dentro de 20 años tengan que leer las *Sonatas* en traducción. ¿Qué mayor despropósito? ■

ILUSTRACIÓN DE PORTADA: Don Ramón María del Valle-Inclán. Óleo por Juan de Echevarría.

http://www.cuadernos cervantes.com/enportada_33.html

Deste texto, tomo três trechos:

- 1) *Leer en español es un privilegio. Participamos de una comunidad lingüística de millones de personas con un patrimonio cultural de calado milenario, que aún el elemento grecolatino con el germánico, el árabe y el indígena en América. Si hace años se hablaba del día de la raza, del día de la Hispanidad, como exaltación de conceptos imperiales*

desfasados, que poco tienen que ver con esta comunidad que habla español, habría que revisar con cuidado lo que nos une, que no es la raza, sino esa patria común que es el idioma.

2) Pero leer en español es un privilegio que se ha de preservar, ya que parece en peligro paradójicamente en la propia España. La desafortunada polémica en torno a las palabras del Rey ha puesto de manifiesto la necesidad de no hacer de las lenguas caballos de batalla en la lucha política. Se dijo que el español no era lengua de encuentro, sino de imposición. Ha podido ser así en algunas etapas históricas, pero, la política lingüística de algunas comunidades autónomas ha llevado al absurdo la exaltación de la lengua vernácula en detrimento del español, hablado ya por medio mundo y en franca expansión. Lamenta Gregorio Salvador que, pese al gran vigor del español en el mundo, la paradoja actual es que "el único lugar del mundo donde la lengua está perdiendo usuarios, donde a sus hablantes se les pueda negar la posibilidad de educarse en ella, de recibir en ella sus enseñanzas, sea desdichadamente la propia España". Este hecho ha sido notado por los organismos internacionales para la protección de los derechos fundamentales, como una posible violación del legítimo derecho a expresarse y vivir en español, tanto como en cualquier otra lengua de las que nuestra constitución ha consagrado.

1) Ler em espanhol é um privilégio. Participamos de uma comunidade linguística de milhões de pessoas com uma herança cultural do milênio antigo, que combina o elemento greco-romano com o germânico, árabe e indígena da América. Se anos atrás se falava em dia da raça, o Dia da Hispanidade, como uma exaltação de conceitos imperiais desatualizados, que têm pouco a ver com essa comunidade de língua espanhola, devemos revisar cuidadosamente o que nos une, o que não é a raça, mas essa pátria comum que é a língua [tradução minha].

2) Mas ler, em espanhol, é um privilégio que deve ser preservado, pois parece paradoxalmente em perigo na própria Espanha. A infeliz controvérsia em torno das palavras do rei revelou a necessidade de não se fazer das línguas cavalos de batalha, na luta política. Dizia-se que o espanhol não era o idioma do encontro, mas da imposição. Poderia ter sido assim em alguns estágios históricos, mas a política linguística de algumas comunidades autónomas levou à absurda exaltação da língua vernácula em detrimento do espanhol, já falado pela metade do mundo e em franca expansão. Lamenta Gregorio Salvador que, apesar do grande vigor do espanhol no mundo, o paradoxo atual é que “o único lugar no mundo onde a língua está perdendo usuários, onde a seus falantes podem ser negada a possibilidade de se educar nela, de receber nela o seu os seus ensinamentos, infelizmente, seja a própria Espanha”. Este fato foi observado por organizações internacionais para a proteção dos direitos fundamentais, como uma possível violação do legítimo direito de expressar e viver em espanhol, bem como em qualquer outro idioma que nossa constituição tenha consagrado [tradução minha].

3) Concluyamos con esta doble paradoja: por un lado, se edita más que nunca, pero no se lee. Por otro, se incentiva la dudosa "normalización lingüística" de las otras lenguas y dialectos *españoles mientras se abandona la lengua de unión*. [tradução minha]

3) Concluamos com este duplo paradoxo: por um lado, se edita mais do que nunca, mas não se lê. Por outro lado, a dupla "normalização linguística" das outras línguas e dialetos espanhóis é encorajada enquanto se abandona o idioma da união [tradução minha].

Observados os dois primeiros parágrafos, o primeiro afirma: “ler em espanhol é um privilégio”, e o segundo: “Mas, ler em espanhol é um privilégio”. No primeiro, recorre-se ao status da língua como sendo de cultura milenar e em seguida, recorre-se à história milenar do país e cita vários elementos de ordem histórica, ressaltando e lembrando ao

leitor o importante e milenar passado histórico, porque é uma língua que reúne traços de distintos povos, inclusive elementos-greco latinos, romanos e até de indígenas da América. E também, como o autor anterior, reforça que o espanhol deve ser preservado porque o que os une não é a raça, mas a língua, à qual chama de pátria comum.

E como o uso do “Mas ler em espanhol é um privilégio” é utilizado com dois traços, dá sequência à ideia da frase anterior, mas também um traço de reforço, ao dar ênfase que a língua deve ser preservada. Ênfase em razão de sua preocupação com as comunidades autônomas, como se constata em: “mas a política linguística de algumas comunidades autônomas levou à absurda exaltação da língua vernácula em detrimento do espanhol, já falado pela metade do mundo e em franca expansão”.

Do editorial *Leer en Español* cabe considerar alguns pontos:

1. Termos ou palavras sobre o espanhol (língua):

O termo ‘espanhol’ aparece cinco vezes no primeiro trecho e no segundo aparece como “idioma da união”. Língua aparece também como “idioma do encontro” e (idioma) da imposição, na estrutura: “Dizia-se que o espanhol não era o idioma do encontro, mas da imposição”.

O contexto a que o autor do texto questiona a leitura em espanhol e faz a defesa da língua ocorre no território espanhol. Tal defesa se dá em razão de sua realidade linguística, isto é, das comunidades bilíngues. A Espanha possui, além da língua espanhola ou castelhana, a língua oficial do Estado, que é comum a todos os cidadãos do território espanhol, outros três idiomas que são línguas cooficiais do Estado, mas usadas apenas em suas comunidades.

Sobre a normatização da língua vernácula em suas comunidades, a que o autor do texto faz crítica, informa Del Valle (2007, posição 1726, edição do Kindle):

De fato, a maioria dos estudos de política linguística realizados na Espanha e sobre a Espanha se concentrou, nas múltiplas dimensões dos chamados processos de normatização e de normalização, realizados nas comunidades autônomas bilíngues, principalmente desde os anos 1970. Foi baseado em um cenário em que, segundo os planejadores, o idioma da comunidade estava sendo substituído pelo espanhol. O objetivo dessas políticas linguísticas era interromper esse processo e até revertê-lo, ou seja, condicionar as práticas linguísticas de modo a aumentar o uso da linguagem que os textos legais rotularam como “própria”.

Este conceito de língua comum por parte do autor se relaciona à do texto anteriormente analisado. Isso aponta características semelhantes: a defesa do idioma,

neste caso, sua valoração, seus atributos. A este caso, na Análise Crítica do Discurso, Fairclough (2008), denomina de interdiscursividade, informado no capítulo dois desta pesquisa, e que aqui se retoma. Magalhães, Martins e Resende (2017, p.42), com base no proposto por Fairclough (2008), ao informar sobre a interdiscursividade, relatam que “[...] o conjunto das práticas discursivas, de uma instituição ou sociedade possibilita uma multiplicidade de textos e como estes se relacionam entre si, fixando regularidades e características semelhantes”.

Neste caso, o espanhol é considerado língua de união; e ler em espanhol, como dito, nas duas primeiras linhas do texto, é o enaltecido e valorado pelo autor do texto. Este não defende um letramento do cidadão, mas faz claramente a defesa da língua comum (o espanhol), a língua majoritária, pois em sua visão, o espanhol, a língua majoritária, dentro do seu próprio eixo geográfico, parece perder espaço para as línguas próprias, isto é, as línguas das outras comunidades linguísticas. E isso se observa quando para reforçar a sua defesa cita Gregorio Salvador, para quem a língua espanhola “está perdendo usuários”.

2. Razões subjacentes à defesa do *ler em espanhol*:

1^a) a leitura em espanhol é um privilégio que deve ser preservado, pois parece paradoxalmente, em perigo na própria Espanha.

2^a) mas a política linguística de algumas comunidades autônomas levou à absurda exaltação da língua vernácula em detrimento do espanhol, já falado pela metade do mundo e em franca expansão.

Ele afirma: “Dizia-se que o espanhol não era o idioma do encontro, mas da imposição”. Ele não informa do sujeito da ação, por meio da “passivização”, uma estratégia apontada por Thompson (2011), isto é, o verbo usado na voz passiva indica o apagamento do sujeito o que, por sua vez, leva à dedução de que a ação indicada ocorreu com a ausência do sujeito.

O intuito do autor é enfatizar a leitura “em espanhol”, argumento que permeia todo o texto, em que há uma ênfase sobre ler em espanhol, defendendo que tal ação constitui um privilégio. Se é um privilégio, constitui uma vantagem, o que leva a inferir que o leitor de outras línguas faladas na península ao ler em sua língua local, tal ação constituiria uma desvantagem. Da defesa reiterada do autor em torno ao idioma, infere-se que a leitura nas outras línguas (galego, basco e catalão) dentro da península se apresentaria como um certa “ameaça” ao espanhol. O pano de fundo da defesa da leitura

é convencer o leitor do texto sobre ler em espanhol o que equivale à preservação do idioma.

Na ênfase à defesa do espanhol (“pátria comum”) aponta para o fato de esta língua a) “ser falada pela metade do mundo” e estar b) “em franca expansão”. Esses fatos reiteram o status da língua, constituindo um argumento sobre o alcance da língua fora do seu eixo peninsular, reforçando, desse modo, o seu “valor”/ “seu grau de importância” uma vez que dentro de seu território peninsular, vê a valorização das línguas vernáculas, das outras comunidades, galego, catalão e basco, como uma “ameaça”. Daí, clama à consciência sobre o que os une como grupo e comunidade ao afirmar: “devemos revisar cuidadosamente o que nos une, o que não é a raça, mas essa pátria comum que é a língua”.

Sua visão do idioma, a qual compreende como sendo “de união”, está ligada a um ideário de nação, e retomo aqui o apresentado no capítulo três sobre língua e nação. Menzel (2003, p.36) cita, referenciando von Humboldt, que: “A linguagem permite, com mais certeza do que as outras manifestações, como história, costumes, usos, fatos, reconhecer o caráter de uma nação”. E para o pensador alemão, língua e nação são um binômio, um não existe sem o outro. No entanto, Humboldt (1812), referenciado por Menzel (2003, p. 37), pontuou que: “Quem quiser determinar o caráter de uma língua logo perceberá que se ele pretender dizer algo geral, permanecerá indeterminado, e se ele quiser ir para o particular, as melhores imagens o escaparão, como uma nuvem, que cobre o topo de uma montanha [...]”.

Pode-se observar que, neste caso, a defesa da língua como “pátria comum” é, por parte do autor do texto, uma construção simbólica, a qual envolve outras construções. Esta visão da língua, isto é, sua crença espelhada na sua linguagem e defesa da língua e a atribuição dada à língua, reside na crença que o autor tem de sua língua. Bourdieu (1989, p.15) afirma: “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”.

A língua é um “poder simbólico”, segundo Bourdieu (1989). Este seria um “poder invisível” e, para ser exercido, pressupõe que os que fazem uso desse poder, e os que a ele se sujeitam, amiúde, não reconhecendo a sua sujeição a esse poder, tornam-se cúmplices. É nesta cumplicidade que este poder se estabelece.

Bourdieu (1989, p.11) informa que:

A tradição neo-kantiana (Humboldt-Cassirer ou, na variante americana, Sapir-Whorf para a linguagem, trata os diferentes universos simbólicos, mito, língua,

arte, ciência, como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objectos, como «formas simbólicas»

Em sua primeira síntese sobre o poder simbólico, ressalta que esses instrumentos de conhecimentos exercem um poder estruturante porque estruturados, sendo o poder simbólico um poder de construção de uma dada realidade. E essa construção procurar estabelecer uma ordem, isto é “o sentido imediato do mundo.” Referencia Durkheim, quem denominou a isso de “conformismo lógico”, que Bourdieu explica como sendo “uma concepção homogênea de tempo, de espaço, de número, de causa, o que torna possível a concordância entre as pessoas e os grupos sociais” (BOURDIEU, 1989, p. 9-10).

No caso do autor do texto, não há uma relação social de concordância entre grupos e pessoas, em razão de ele acusar o reconhecimento das outras línguas, de o Rei ter afirmado que não faria das línguas um cavalo de batalha e pelo fato de elas serem ensinadas na escola, em suas respectivas comunidades autônomas ou nações. No entanto, há uma chamada à consciência para que as pessoas reflitam sobre a língua como “pátria comum”, concepção que se situa no nível de sua crença, uma crença não só sua, mas construída socialmente. Enumera duas razões da defesa: 1) valor histórico do idioma, que denomina um idioma milenário, 2) a preocupação do espanhol em “perder espaço” para as outras línguas, isso se observa quanto reproduz a fala de Gregorio Salvador que lamenta: [...] apesar do grande vigor do espanhol no mundo, o paradoxo atual é que “o único lugar no mundo onde a língua está perdendo usuários, onde os seus falantes podem ter negada a possibilidade de se educar nela, de receber nela o seu os seus ensinamentos, infelizmente, a própria Espanha”.

A intenção do autor do texto, em sua defesa de “ler em espanhol”, revela não uma preocupação com o ato de ler, em si mesmo, da formação do leitor, mas sua preocupação com o idioma espanhol, a língua majoritária, como sendo, em suas próprias palavras, o “idioma da união.” Há por parte do autor crítica e rejeição à normalização linguística de outras línguas, dentro do território espanhol: galego, catalão e basco.

Ao revelar sua preocupação com a valorização destes idiomas (sua normalização linguística), em suas comunidades, reclama que, por parte do Estado espanhol, isso corresponde a abandonar a língua comum que os une. Ou seja, se há perda de espaço no continente, então o crescimento está no exterior, o que corresponde ao fortalecimento da língua. Comparado com o texto anterior, que denomina o espanhol como língua de coesão e defende o espanhol como língua internacional, as falas enfatizam um dado: a ideologia

da língua como língua global. Esta defesa e discursos em prol de uma língua internacional garantiria a manutenção do poder simbólico, a língua.

A uso da voz passiva aponta para a ausência de um agente, neste caso, ele questiona uma situação, mas não aponta quem é o agente, se é o governo, uma instituição, etc. apenas tematiza sobre, neste caso se desvia o foco sobre o agente e se foca nas dupla "normalização linguística" das outras línguas e dialetos que coexistem no espaço territorial da Espanha.

Das argumentações apresentadas pelo texto na defesa do idioma, a defesa da língua como milenária, sendo, portanto, a "pátria comum" que une todos, depreende-se desta valorização do idioma um traço ideológico, que se equipara com o texto anterior, que defende o espanhol como língua internacional e este que defende a leitura em espanhol que é a pátria comum. Neste caso, ter uma "pátria comum" parece ignorar as outras línguas e etnias locais.

Alguns traços ideológicos podem ser observados no texto, a partir do da defesa do autor da língua como "pátria comum" de todos os cidadãos da península.

1) A ideologia linguística do **anonimato**, (WOOLARD, 2007) – isto é, por meio da conscientização, ele clama para uma "voz geral", "uma voz pública", a "pátria comum" abstrata, recurso usado pelas línguas hegemônicas. Neste caso, o anonimato como ideologia linguística se apresenta como um conceito ideológico de nação.

2) A **unificação** (modo de operação da ideologia) (THOMPSON, 2011), em que os meios de dominação se valem da construção simbólica de uma identidade coletiva, com o objetivo de garantir a unidade.

E, no texto, ao afirmar que: "A língua espanhola reúne várias características e apresentam vantagens indubitáveis: é muito coerente, em toda a sua diversidade, e entre todas as ocidentais, tem o maior percentual de falantes para quem é língua nativa no seu território".

3) Essa sequenciação de argumentos sobre a língua aponta, segundo THOMPSON (2011), o modo **legitimação**, em que se evidenciam, no texto, duas estratégias:

- a) a **universalização**, o que representa que o autor propõe convencer o seu interlocutor por meio de sua concepção individual, no intuito de transformar sua ideia, concepção particular em ideia universal. Esta é uma das formas de operar da classe dominante, isso é, daquele que detém mais capital simbólico sobre os demais.
- b) a **racionalização** –valendo-se de uma forma simbólica, é apresentada uma sequência de argumentos com o propósito de preservar, fundamentar um grupo de relações ou

instituições sociais, objetivando convencer e obter apoio. Valeu-se dos argumentos da língua para defender a ideia e racionalizar a comunidade plurinacional.

Texto 3

Deste texto reproduzi apenas o excerto reproduzido abaixo, pois diretamente relacionado com o tema da tese:

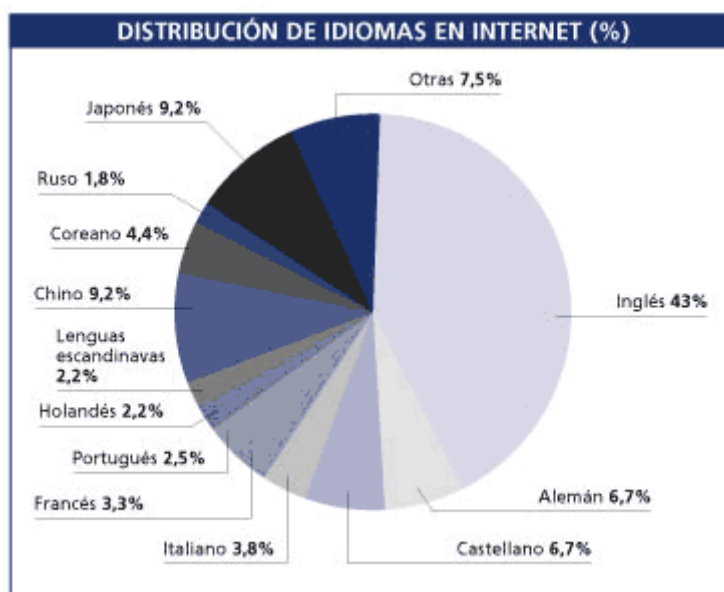
ABC Economía, domingo 12 de mayo de 2002

Español, el valor económico de las letras

La sociedad de la información y el conocimiento ha convertido a la lengua española en un sector estratégico de la economía

Covadonga Fernández, Madrid

En una sociedad donde los mercados maduros empiezan a mostrarse saturados de bienes duraderos, el idioma, además de ser de identidad y cultura, se convierte en un valor económico. Y en este nuevo contexto, donde las letras se cuentan en números, las del alfabeto español gozan de una situación envidiable: las comparten 400 millones de personas, es el lenguaje común de la mayoría de los países del continente americano y es la segunda lengua más hablada y la que más crece en Estados Unidos.



La sociedad de la información ha convertido al idioma español en un sector estratégico de la economía. El turismo idiomático genera más de 255 millones de euros al año en España, la publicidad en castellano en los medios estadounidenses factura más de 2.400 millones de dólares, y la música latina recauda cifras superiores a los 600 millones de dólares al año.

Pero el negocio del idioma no termina aquí. La industria vinculada a las tecnologías lingüísticas facturó el año pasado 10.000 millones de dólares en todo el mundo. A pesar de estos resultados, la economía española no ha sabido aprovechar, todavía, las incontables oportunidades que le brindan las autopistas de la información.

Esta falta de implicación en el desarrollo del tratamiento tecnológico de la lengua puede derivar en una pérdida de influencia política y económica en el futuro. En la actualidad, los contenidos de la mayor parte de las páginas de español en internet están realizados por empresas extranjeras. Y ello es así, porque la mayor parte de correctores ortográficos, traductores automáticos, diccionarios y demás artilugios para el tratamiento del lenguaje han sido fabricados en Estados Unidos, Francia, Alemania o el Reino Unido, que son los países donde se concentran la mayoría de las industrias vinculadas a este sector.

Un dato significativo es que la responsable del tratamiento computacional de español en Microsoft es una española.



Do texto acima, busca-se analisar o discurso do crescimento do espanhol considerando os quantificadores e seu significado. O título e o subtítulo do texto apontam para o que aparece nos relatórios do Instituto Cervantes sobre o valor econômico do idioma: *Español, el valor económico de las letras*. Esse tema foi discutido no capítulo dois ao se mencionar o ICEX, no tópico 2.8, do capítulo dois.

O texto apresenta os seguintes quantificadores:

Y en este nuevo contexto, donde las letras se cuentan en números, las del alfabeto español gozan de una situación envidiable: las comparten 400 millones de personas, es el lenguaje común de la mayoría de los países del continente americano y es la segunda lengua más hablada y la que más crece en Estados Unidos.

Neste novo contexto, onde as letras são contadas em números, as do alfabeto espanhol gozam de uma situação invejável: são compartilhadas por **400 milhões de pessoas**, é a língua comum da **maioria dos países do continente americano** e é a **segunda língua mais falada** e a que mais cresce nos Estados Unidos.

La sociedad de la información ha convertido al idioma español en un sector estratégico de la economía. El turismo idiomático genera más de 255 millones de euros al año en España, la publicidad en castellano en los medios estadounidenses factura más de 2.400 millones de dólares, y la música latina recauda cifras superiores a los 600 millones de dólares al año.

A sociedade da informação tornou o idioma espanhol em um setor estratégico da economia. O turismo idiomático gera mais de **255 milhões de euros por ano** na Espanha, a publicidade em castelhano nos meios de comunicação nos Estados Unidos fatura mais de **2.400 milhões de dólares**, a música latina alcança cifras superiores aos **600 milhões de dólares por ano**.

Pero el negocio del idioma no termina aquí. La industria vinculada a las tecnologías lingüísticas facturó el año pasado 10.000 millones de dólares en todo el mundo. A pesar de estos resultados, la economía española no ha sabido aprovechar, todavía, las incontables oportunidades que le brindan las autopistas de la información.

Mas o negócio do idioma não termina aqui. A indústria ligada às **tecnologias linguísticas faturou no ano passado 10 mil milhões de dólares em todo o mundo**. Apesar desses resultados, a economia espanhola ainda não conseguiu aproveitar as inúmeras oportunidades oferecidas pelas rodovias de informação.

Neste texto digital, o idioma é apresentado e seu “peso” justificado, por meio de quantificadores: (a) **400 milhões de pessoas**, (b) é a língua comum da **maioria dos países do continente americano** e é a (c) **segunda língua mais falada** e a que mais cresce nos Estados Unidos. d) O turismo idiomático gera mais de (d) **255 milhões de euros por ano** na Espanha, e) a publicidade em castelhano nos meios de comunicação nos Estados Unidos fatura mais de (e) **2.400 milhões de dólares**, a música latina alcança cifras superiores aos (f) **600 milhões de dólares por ano**.

Estes quantificadores passam a ter uma forte marca discursivo-textual para legitimar o crescimento do idioma e justificar os investimentos na língua. Dito de outro modo, não é espaço “geográfico” ou “territorial” da web que se foca, mas o que se infere

é a ocorrência de uma desterritorialização do idioma na *web*, isto é, no ciberespaço. Neste, o território geográfico é substituído pelo número de usuários que navegam e utilizam a língua espanhola, não importando se o espanhol é sua língua materna, segunda língua ou língua estrangeira. Não obstante, para as agências de difusão, o todo numérico – isto é, os dados informados – se amplia em grande dimensão e lhe passam a conferir importância e valor ao idioma, não pelo seu valor cultural, mas pela distribuição do idioma na internet, em que o espanhol aparece com 6,7%, ao lado do alemão, e são superados apenas pelo japonês e o chinês, com 9,2% de presença na rede.

Isso revela os quantificadores como uma marca discursiva que, segundo Van Lewveen, *apud* Pardo Abril²⁰⁷, esses, assim como as metáforas, implicaturas e focalização em um texto, validam a marca enunciativa do discurso e servem como marco representacional do discurso. Em síntese, os dados numéricos, quantificadores apresentados pelas agências de fomento do idioma suscitam as seguintes dúvidas: que são os quantificadores senão um modo de busca de afirmação do crescimento, valorização e legitimação do idioma com base no espaço da internet, tornando a cibercultura, neste caso, o novo mar de propagação do idioma?

Estes dados se tornam um componente forte no discurso da política linguística do Estado, ficando a serviço do Estado/Nação, pois, além da legitimação linguística, parece conferirem poder à Nação como *comunidade imaginada* e reforça o discurso dos que a reivindicam ou a defendem como língua comum, língua internacional, neste caso língua padrão, e apenas reforçam a proposta de sua(s) política(s) linguística(s). O portal eletrônico²⁰⁸ do Instituto Cervantes anuncia em sua página ao lado do nome deste o seguinte: as culturas hispânicas na internet.

Compreender os fatores de política linguística parece ser um processo “exofórico”, isto é, desviar o olhar para fora, não se atendo só ao linguístico e considerando, sobretudo, outros fatores que implicam nas ondulações que (um)a proposta de política linguística desencadeia ou perpassa, além dos fatores sócio-políticos, educativos, o fator econômico. A economia das línguas, (diferente do termo economia linguística, pois este se refere a um fator linguístico) trata de questões do idioma relacionados à área da economia, como que o que foi gerado a partir de um planejamento linguístico e de uma política linguística incide sobre a balança comercial para o Estado e seu percentual se reflete no produto interno bruto (PIB).

²⁰⁷ Fonte: [http://www.dissoc.org/ediciones/v07n02/DS7\(2\)Pardo.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v07n02/DS7(2)Pardo.pdf)

²⁰⁸ Disponível em: <http://www.cervantes.es/default.htm>

Em 2011, o Instituto Camões e o Instituto Cervantes e a Casa da América Latina, os dois primeiros órgãos de difusão e promoção da língua portuguesa e da língua espanhola, no exterior, realizaram conjuntamente o evento intitulado A ECONOMIA DAS LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPANHOLA²⁰⁹. O *flyer* traz a seguinte súmula das dimensões de análise a serem abordadas no evento:

A ECONOMIA DAS LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPANHOLA

ORGANIZAÇÃO | INSTITUTO CAMÕES, INSTITUTO CERVANTES E CASA DA AMÉRICA LATINA
APOIO | CPLP, SEGIB, UNIÃO LATINA

INSTITUTO CAMÕES
Rua Rodrigues Sampaio, 113

O Instituto Camões, o Instituto Cervantes e a Casa da América Latina organizam este fórum com o objetivo de lançar o debate sobre o valor da língua portuguesa e da língua espanhola, considerando as suas estratégias de internacionalização e de cooperação no sentido da afirmação do espaço ibero-americano e demais territórios das duas línguas no mundo. As dimensões em análise serão o investimento e o comércio externo, as indústrias da língua, da cultura e da comunicação.

11:30H às 13:00H
2.º PAINEL | Perspetivas empresariais
João Pedro Brito, Administrador da GALP
Antonio Valcárcel, Administrador Delegado da Repsol Gás Portugal
Francisco Cary, Vice-Presidente | Deputy CEO Banco Espírito Santo de Investimento, S.A
José Maria Robles Fraga, Diretor de Relações Externas do Banco Santander

Debate

2.ª SESSÃO
14:30H às 15:30H
Valor Económico das Línguas Portuguesa e Espanhola
Moderadora: Maria de Lurdes Rodrigues, Presidente do Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Luís Reto, Reitor do ISCTE-IUL
José Luís Garcia Delgado, Catedrático da Universidade Complutense

Debate

Para uma melhor leitura, reproduzo, abaixo, a parte que interessa do *flyer* para esta argumentação:

O Instituto Camões, o Instituto Cervantes e a Casa da América Latina organizam este fórum com o objetivo de lançar o debate sobre o valor da língua portuguesa e da língua espanhola, considerando as suas estratégias de internacionalização e de cooperação no sentido da afirmação do espaço ibero-americano e demais territórios das duas línguas no mundo. As dimensões em análise serão o investimento e o comércio externo, as indústrias da língua, da cultura e da comunicação [grifo meu].

O trecho, no final, da apresentação síntese do evento corrobora o que afirma Bordieu, como antropólogo, ter considerado a língua como produto simbólico e produto de mercado.

Ao abordar “*La lengua como bien económico*”, aponta Jiménez (2006):²¹⁰

Como bien privado, la lengua es, en ocasiones, el objeto de transacción mercantil (como sucede en la industria de la enseñanza de la lengua) o el soporte de comunicación esencial de los bienes y servicios comercializados por sectores económicos diversos (las llamadas, de un modo algo más genérico, industrias de la lengua). Puede hacerse, incluso, una clasificación de estas «industrias de la lengua», útil a los efectos de su delimitación económica, si bien la lengua es un input –si se disculpa el anglicismo– presente, de un modo más o menos directo o indirecto, en cualquier actividad (y, por tanto, susceptible de valoración): input tecnológico, como tecnología social de

²⁰⁹ Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/stories/DIPTICO_ECONOMIA_DAS_LINGUAS.pdf

²¹⁰ Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6259606.pdf>

comunicación, e input laboral, incorporado al factor trabajo como parte del capital humano –una destreza más– que atesoran los trabajadores (JIMÉNEZ, 2006, p. 7)²¹¹.

A respeito de língua como bem econômico e produto, Calvet (2002), ao abordar a língua como valor de troca, cita Landi (1986), para quem “uma comunidade linguística se apresenta como uma espécie de imenso mercado, no qual as palavras, as expressões, as mensagens circulam como mercadorias” (CALVET, 2002, p.96).

O termo geoeconomia do espanhol aparece no *Atlas de la Lengua Española*, (2016), no portal da *Fundación Telefónica*. O prólogo informa seu propósito:

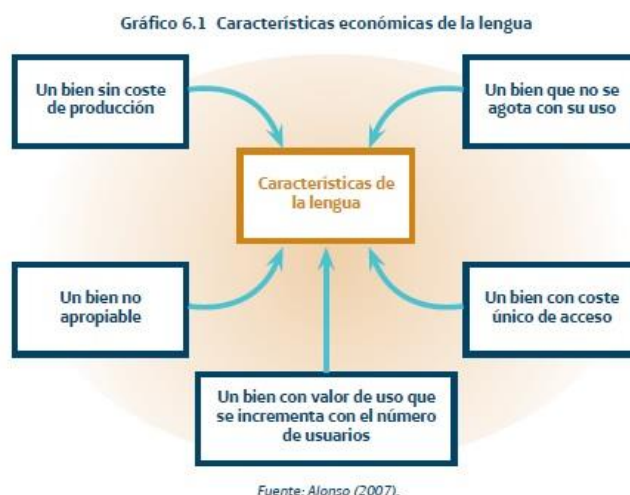
[...] presentar de un modo claro y directo la posición de la lengua española dentro de la riqueza y diversidad del universo de las lenguas. Recurre para ello, junto a textos breves y concisos, a la eficacia informativa de la imagen: mapas, cuadros y figuras que reflejan la distribución geográfica y las principales tendencias sociales y económicas de la comunidad de habla hispana (MORENO FERNANDEZ; OTERO ROTH, 2016, p. 7)²¹².

Este documento apresenta, no total, 7 capítulos. O 6º capítulo (2016, p. 112-123) tem como título *Geoeconomía del español* e três tópicos que abordam: i) *Economía de la lengua española*; ii) *El español y los flujos económicos* iii) *Las industrias del español*. Sobre a relação entre língua e economia, informa: “[...] la lengua es un componente básico del capital humano e social de una comunidad”²¹³ (ALE,2016, p. 114). As justificativas das relações língua com a economia são sintetizadas no quadro abaixo:

²¹¹ Como um bem privado, a língua, às vezes, é objeto de transação comercial (como ocorre na indústria de ensino de línguas) ou o suporte essencial à comunicação de bens e serviços comercializados por diversos setores econômicos (os chamados de maneira um pouco mais genérica, indústrias de idiomas). Pode-se até fazer uma classificação dessas “indústrias do idioma”, útil para os fins de sua delimitação econômica, embora a língua seja um *input* - desculpas pelo anglicismo - presente, de maneira mais ou menos direta ou indireta, em qualquer atividade (e, portanto, suscetível de avaliação): insumos tecnológicos, como tecnologia de comunicação social e insumos trabalhistas, incorporados ao fator trabalho como parte do capital humano – mais uma habilidade – que os trabalhadores valorizam [tradução minha].

²¹² [...] apresentar de forma clara e direta a posição da língua espanhola na riqueza e diversidade do universo das línguas. Para isso, recorre, juntamente com textos breves e concisos, à eficácia informativa da imagem: mapas, tabelas e figuras que refletem a distribuição geográfica e as principais tendências sociais e econômicas da comunidade de língua espanhola (MORENO FERNANDEZ; OTERO ROTH, 2016, p. 7) [tradução minha].

²¹³ A língua é um componente básico do componente humano e capital da sociedade [tradução minha].



Fonte: *Atlas de la Lengua Española*, 3 ed. 2016, p. 115

A partir disso, o Atlas²¹⁴ apresenta a síntese/inferência da língua, pelo viés econômico:

Así, la lengua misma constituye un mercado, referido a la enseñanza del idioma y las actividades mercantiles asociadas a ella. La importancia de este mercado dependerá de factores como la utilidad comunicativa de la lengua en cuestión (número de hablantes), la influencia económica y política de la comunidad lingüística” (FERNANDEZ; ROTH, 2016, p.114).

Em síntese, considera-se que, na sociedade, sob a ótica da economia, há o capital humano e o capital social. Neste, situam-se as instituições e os bens culturais. A língua, compreendida com um bem cultural, a sua difusão promove(ria) a criação de empregos e igualmente uma larga produção de materiais didáticos, movimentando todo um mercado editorial que, por sua vez, está conectado a outros mercados. Com isso, há um “valor econômico” gerado a partir da língua, considerada como um bem de uso que não se esgota e que, conforme o quadro acima mostra, no último retângulo, se apresenta como: “Um bem com valor de uso que aumenta com o número de usuários.”. (*Atlas de La Lengua Española*, 2016, p.115).

Quando tratei, no capítulo 1, sobre os conceitos do termo língua(gem), observou-se que, entre os linguistas e sociolinguistas citados, há um consenso de que para se entender uma língua e sua política linguística, outros fatores devem ser considerados, como os de natureza histórica, social e política. Além do valor cultural de um idioma, há

²¹⁴ Assim, a própria língua constitui um mercado, referido ao ensino da língua e às atividades mercantis a ela associadas. A importância deste mercado dependerá de fatores como a utilidade comunicativa da língua em questão (número de falantes), a influência econômica e política da comunidade linguística. [tradução minha]

o fator monetário que o ensino de uma língua “internacional” gera, constituindo, desse modo, outro fator que compõe os estudos de políticas linguísticas, a geoeconomia de uma língua e, por sua vez, tal fator passa a compor outro traço discursivo que subjaz aos textos digitais em defesa da língua e que tratam-na como veículo de comunicação, expressão cultural, enfatizando o seu peso da língua, seu valor da língua e a importância do idioma.

Sobre essa visão de língua como valor econômico, esta se apresenta como um molde peninsular, na gestão do idioma, resultado de um “*cruce cultura/economía*” (uma intersecção cultura/economia), conceito presente no “dispositivo institucional español” que, ao vislumbrar a língua como produto e um ativo econômico, passa a pleitear resultados quantitativos no campo do espanhol como língua estrangeira (ELE) (VARELA, 2007, p. 172).

Na Espanha, país proponente da Hispanofonia via *Panhispanismo*, estão localizadas várias agências de manutenção e fomento da língua, entre elas a Real Academia Espanhola (RAE), o Instituto Cervantes (IC) – órgão oficial, responsável pela promoção da língua espanhola – e o *Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX)*²¹⁵.

No texto eletrônico intitulado *Importancia de la Lengua y la Cultura en la Difusión de la «Marca España»* Ángel Martín Acebes.²¹⁶, vice-presidente executivo do ICEX, ressalta:

El Instituto Español de Comercio Exterior, consciente de la importancia de la difusión de la lengua española y de su cultura en la consolidación de la «marca España», ha apostado de forma decidida por la promoción exterior de las industrias culturales. Ésta está enmarcada en torno al concepto de «español como recurso económico», con el que se pretende articular una plataforma de promoción que agrupe las diferentes actividades económicas que utilizan el español como herramienta básica de su trabajo. Cada una de las actividades integradas en el concepto «español como recurso económico» aporta elementos que contribuyen a conformarlo como un sector de vanguardia y un sector estratégico, que debe convertirse en una punta de lanza, en un sector que facilite la apertura de nuevos mercados al resto del tejido productivo”.²¹⁷ (MARTÍN ACEBES, 2006/2007, p.764)

²¹⁵ O Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX) passou a se chamar ICEX España Exportación e Inversiones (ICEX) de acordo com o [Real Decreto Ley 20/2012, de 13 de julio de 2012](#), publicado no Boletín Oficial de Estado (BOE), p. 50439.. Fonte: <http://www.boe.es/boe/dias/2012/07/14/pdfs/BOE-A-2012-9364.pdf>. Acesso em: 02 dez 2018.

²¹⁶ ACEBES, Martín Ángel. *Importancia de la Lengua y la Cultura en la Difusión de la «Marca España»*. **El espanol en el mundo**, Anuário do Instituto Cervantes/2006-2007 p. 762-764. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_06-07/pdf/medios_08.pdf>. Acesso em: 02 Dez 2018.

²¹⁷ O Instituto Espanhol de Comércio Exterior, consciente da importância da difusão da língua espanhola e da sua cultura na consolidação da “marca espanhola”, comprometeu-se decididamente com a promoção

Evidencia-se, nesta assertiva, a língua como um ativo internacional, e isso está ressaltado todos os anos nos anais do Instituto Cervantes, informando o poder econômico do idioma espanhol. Ainda nesta linha de raciocínio da língua como poder simbólico e a questão mercadológica do idioma, Girardi Jr. (2017), em seu artigo *Pierre Bourdieu: Mercados Lingüísticos e Poder Simbólico*, assinala:

Bourdieu substitui o termo situação de comunicação muito comum nas perspectivas interacionistas de análise das interações por mercado simbólico. As condições de sucesso da comunicação, levantadas por Austin (1965), são retraduzidas por ele nas formas do capital e do lucro simbólico. A produção social de sentido é pensada a partir dos atos de fala e não da língua (GIRALDI JR, 2017, p.3).

Em reportagem intitulada “*El internacionalismo lingüístico*”, Ramón Lodaes (2005)²¹⁸ informa que no seu livro “*El porvenir del español*” (O porvir do espanhol) discorre sobre o “crescente peso internacional” de algumas línguas, das quais, o espanhol. E pontua o abordado no livro, ao esclarecer que:

Trato de explicar por qué se produce este fenómeno de internacionalización en el mundo de las comunicaciones (un fenómeno que es de índole esencialmente económica, y esto desde hace varios siglos), y creo que el proceso de internacionalización lingüística no es que sea positivo o negativo, sino que es inevitable. Lo es no por la “naturaleza” de las cosas, sino por la actividad humana, así como por el pasmoso desarrollo de los medios de comunicación y transporte; es una realidad material, social, no natural (RAMÓN LODARES, 2005, 2º parágrafo)²¹⁹ [grifos meus].

As práticas sociais e de produção envolvidas na proposta de uma *fonía*, como a Hispanofonia, envolvem pessoas, cursos de línguas, produções de material didático,

externa das indústrias culturais. Isso se enquadra no conceito de “espanhol como um recurso econômico”, com o qual se pretende articular uma plataforma de promoção que reúne as diferentes atividades econômicas que usam o espanhol como uma ferramenta básica de seu trabalho. Cada uma das atividades integradas no conceito “espanhol como recurso econômico” contribui com elementos que contribuem para configurá-lo como um setor de vanguarda e um setor estratégico, que deve se tornar uma ponta de lança, em um setor que facilita a abertura de novos mercados para o resto do tecido produtivo [tradução minha].

²¹⁸ *El internacionalismo lingüístico*. Juan Ramón Lodaes. *El País, Cartas al director*. 2005. Disponível em: < https://elpais.com/diario/2005/04/02/opinion/1112392806_850215.html >

²¹⁹ Tento explicar por que esse fenômeno de internacionalização ocorre no mundo das comunicações (um fenômeno, essencialmente, de natureza econômica, e que ocorre há vários séculos), e acredito que o processo de internacionalização lingüística não é positivo ou negativo, mas é inevitável. Não é por causa da “natureza” das coisas, mas por causa da atividade humana, bem como pelo incrível desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Esta é uma realidade material, social, não natural (RAMÓN LODARES, 2005, segundo parágrafo) [tradução minha].

investimento em formação de professores, cursos de atualização – presenciais ou à distância –, produção de *softwares*, ensino de língua para fins específicos, etc. Isso envolve outros setores da economia, há todo um mercado envolvido em uma proposta política de difusão do idioma. Além destes fatores, sob a ótica social do idioma a proposta de Hispanofonia retoma o *status quo* da língua e o desdobramento de suas ações se reverte em lucro monetário e poder simbólico para o Estado. Este caso específico aponta para o fator economia, em minha leitura, e não propriamente o ideológico. Não se nega que a ideologia está presente, na proposta de divulgação, contudo o enfoque, neste caso, não é a língua, mas a língua como recurso, um bem rentável. Não se trata de sua representação, em um primeiro momento, e sim de se considerar o seguinte fator: a língua se apresenta para o Estado como um recurso, um bem econômico. Lodaes (2005) resume bem este fenômeno da língua como ativo econômico, ao declarar ser esta “[...] uma realidade material, social, não natural”.

Em segundo plano, aponta que toda a ideologia envolvida na promoção da língua é reforçada quando o centro gestor de sua promoção, o Instituto Cervantes, informa que a língua, como produto e bem rentável, representa, no Produto Interno Bruto (PIB), da Espanha, 15%. Com isso, os resultados econômicos envolvidos reforçam a sua defesa ideológica como língua internacional, língua global e língua comum. Neste caso, o fato “língua como bem e produto rentável” alimentaria e reforçaria o seu discurso de expansão e a ideologia do idioma, como língua internacional, por parte do discurso do Estado e que se reflete em sua política linguística.

Ao tratar sobre “a ideologia linguística mercantil”, Del Valle (2017) informa que a finalidade das propostas políticas contemporâneas com relação ao espanhol, quanto ao planejamento de corpus e de planejamento do status dessa língua pode ser resumida em dois objetivos: a defesa da unidade, (que a denomina como conceitual) e a promoção internacional da língua.

Informa que a Hispanofonia – este autor prefere este termo –corresponderia à política linguística pan-hispânica, efetuada pelo governo espanhol, na promoção do espanhol e sua “imagem pública”, que tornaria natural a proposta política linguística do idioma. Segundo ele, tal imagem a que denomina de “*entramado lingüístico-ideológico*” (estrutura linguística ideológica) é construída e alicerçada em algumas concepções sobre o espanhol: a) língua de encontro, que simbolizaria “concordia democrática”; b) língua global em expansão, c) é uma língua vantajosa e rentável e seu conhecimento passaria a se apresentar como um grande recurso econômico para quem o tenha (DEL VALLE,

2007, posição 1726, edição do Kindle). Informa também que “a indústria” gerada pelo valor atribuído à língua, em sua promoção do espanhol como língua internacional se dá e é reforçada, com base em dois fatores a) por meio do seu ensino-aprendizagem como língua estrangeira e b) o aumento de consumo de produtos culturais, a título de ilustração, os serviços gerados pelas indústrias da música, cinema, literatura, entre outros, apontando como exemplo o Mercosul e o que ele gera para a “organização da indústria” da língua.

Segundo Woolard (2007, posição 2318, edição do Kindle), uma das concepções da ideologia linguística é a que para alguns: “[...] las ideologías están esencialmente ligadas al mantenimiento de una posición de dominación” (as ideologias estão essencialmente ligadas à manutenção de uma posição de dominação). E isso, segundo esta pesquisadora, está ligado a outros planos, como o poder, a política e a economia, o que representa por parte desses grupos dominantes, a preservação de sua hegemonia.

A autora do texto afirma no primeiro parágrafo:

En una sociedad donde los mercados maduros empiezan a mostrarse saturados de bienes duraderos, el idioma, además de seña de identidad y cultura, se convierte en un valor económico.

Numa sociedade onde os mercados maduros começam a se mostrar saturados de bens duradouros, o idioma, além de marca identitária e cultural, se converte em um valor econômico.

Ela recorre ao valor do idioma como marca identitária e cultural para informar que este se converte em valor econômico, pautando-se na seguinte (pré-)justificativa, expressa no título: “*La sociedad de la información y el conocimiento ha convertido a la lengua española en un sector estratégico de la economía*” (A sociedade da informação e do conhecimento tornou a língua espanhola em um setor estratégico da economia).

Ou seja, o valor estratégico da língua como bem econômico e o investimento na língua é determinado pela sociedade da informação e a sociedade do conhecimento, sendo estas “os sujeitos” que passam a requerer uma política linguística de investimento no idioma.

Tal justificativa parece apontar para um dos modos de ideologia, a unificação (THOMPSON, 2011) em que ocorre a estratégia simbolização da unidade. Esta corresponde à “simbolização da unidade” (neste caso, a língua espanhola), de identidade e de identificação coletivas, pois a língua é, conforme as palavras da autora do texto, marca de identidade e de cultura, como informado no primeiro parágrafo do texto.

5.4 Textos digitais produzidos na Argentina

Texto 4



La lengua, entre dueños y hablantes

Lingüista, investigadora del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano y actual vicedecana de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, la autora de este artículo dirigió el equipo que estableció el programa de enseñanza de castellano para extranjeros en esa casa de estudios.



EL CASTELLANO. Como lengua extranjera tiene su versión local.

02/09/2011 - 18:12

[Especial El Castellano](#)

Si la lengua tiene un dueño, ¿cuáles son las consecuencias de eso? ¿El dueño puede impedir que otros la usen? ¿Puede ponerla en venta, alquilarla, retirarla del mercado? ¿Cómo hacen los hablantes para usarla? ¿Tienen que pedir permiso? El desarrollo argentino de la enseñanza del español a alumnos extranjeros reavivó disputas sobre la lengua que estaban quietas desde hacía unas décadas.

En las polémicas decimonónicas, Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez y Domingo F. Sarmiento contribuyeron a establecer nuestro derecho a hablar y a escribir como argentinos. Cuestionaban la autoridad peninsular para legislar, opinar y criticar nuestros usos lingüísticos. Unos años más tarde, Jorge Luis Borges enfrenta las críticas de Américo Castro, compara las variedades española y argentina y derrota burlonamente a la peninsular.

En la década de 1980 se inicia el desarrollo de la enseñanza del español como lengua segunda y extranjera (ELSE). Casi sin saberlo, los profesores ocuparon un lugar decisivo en la vieja disputa cuando obviaron la gramática escolar y definieron las reglas que ordenaban el voseo, los usos de los tiempos pasados, los pronombres de objeto directo e indirecto e incluyeron el léxico argentino en sus materiales de aula.

Podríamos decir que la pelea por la lengua se desarrolla actualmente en tres escenarios diferentes con tres comunidades de hablantes distintas: a) los especialistas de ELSE que reclaman un lugar para las variedades dialectales americanas, fuera de las directrices académicas peninsulares, b) la escuela brasileña que debe garantizar la oferta de enseñanza de español en su nivel medio y c) los pueblos aborígenes argentinos que reclaman su derecho a ser bilingües.

https://www.clarin.com/rn/literatura/El_idioma_como_recurso_0_SyLxoa2Pml.html

A autora do texto propõe algumas reflexões e começando sua problematização, utilizando o marcador condicional “se”, na condição/hipótese com o termo “si” (se). E a partir da hipótese: “Si la lengua tiene un dueño” (Se a língua tem um dono), enumera suas indagações:

- 1) ¿cuáles son las consecuencias de eso? (quais são as consequências disso?),
- 2) ¿El dueño puede impedir que otros la usen? (O dono pode impedir que outros façam uso dela?),
- 3) ¿Puede ponerla en venta, alquilarla, retirarla del mercado? (Pode colocá-la à venda, alugá-la, retirá-la do mercado?),
- 4) ¿Cómo hacen los hablantes para usarla? (Como os falantes fazem para usá-la?),
- 5) ¿Tienen que pedir permiso? (Necessitam pedir permissão?).

Todos estes questionamentos (ex)postos apontam relação (direta) com o apontado a seguir, pela autora do texto, a linguista Leonor Acuña em: “*El desarrollo argentino de la enseñanza del español a alumnos extranjeros reavivó disputas sobre la lengua que estaban quietas desde hacía unas décadas*” (O desenvolvimento argentino no ensino de espanhol a estudantes estrangeiros reavivou disputas sobre a língua que estavam quietas faz umas décadas).

Convém esclarecer que ao assinalar, no segundo parágrafo, sobre as polêmicas ocorridas no século XIX, entre Juan Bautista Alberdí, Juan María Gutiérrez e Domingo F. Sarmiento, as quais, segundo a linguista “contribuíram com o nosso direito a falar e a escrever como argentinos.”, entram como um esclarecimento, mas não me proponho verticalizar no tema, porque entraria na discussão das variedades e levaria a questões outras que envolvem a linguística descritiva, a sociolinguística descritiva e, assim, fugiria ao proposto pelo trabalho.

No entanto, ao se questionar se a língua tem um dono e ao se indagar se os falantes têm que pedir permissão para usá-la, reivindica uma voz própria, seu falar argentino, e seu lugar de fala como sujeito, professora e linguista, mas, sobretudo, aponta a questão política do idioma em que se indaga a questão da gestão e dos gestores da língua. Aqui variedade deve ser entendida não como estudos voltados para a descrição linguística, mas a valorização por igual das variedades da língua (em) comum: o espanhol. Neste ponto aí se situam as discussões da política linguística.

Retomando de modo sucinto, o lugar de fala acima citado, a postura da linguista argentina, ao propor as indagações, se apresenta como a voz de uma especialista em

linguística e em língua espanhola em cujo discurso subjaz o seu lugar e se acentua um questionamento sobre as instituições e as hierarquias, e isso só é possível quando o sujeito sabe o seu lugar de fala, sua localização; isso lhe permite situar-se frente ao sistema e questionar as instancias de poder.

Ribeiro (2019) referencia Borges e informa que esta afirmara que “pensar lugar de fala é uma postura ética” (RIBEIRO, 2019, p.83). E ainda sobre este tema, declara que “Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta” (RIBEIRO, 2019, p.89).

Parece ser que o que se propõe Leonor Acuña é romper o silêncio, pois sabe exatamente o lugar que ocupa neste processo, sua localização como sujeito, sua realidade e o real contexto da promoção do espanhol como língua estrangeira, uma vez que sua posição conduz a outra questão, sobre centro de gestão e o lugar e a posição do falante frente a isso.

A sua indagação/hipótese de “se a língua tem um dono” e as enumerações geradas a partir desta, apresenta um discurso que contesta a relevância de o fato da língua ter um dono, compreendido como uma contra-argumentação.

“A noção de contra-argumentação designa uma forma de refutação proposicional, aplicável ao modelo *argumento-conclusão*. Brandt e Apothéloz distinguem “quatro modelos de contra-argumentação”: (1) o argumento é negado; (2) sua relevância é contestada; (3) a completude da argumentação é colocada em dúvida. (4) sua orientação argumentativa é invertida (1991: 98-99) [Dicionário de Análise do Discurso, p.128-129].

A segunda designação do termo se ajusta a este caso. Suas indagações, sob a ótica das (s) política(s) linguística(s), retomam, de certo modo, a constante pergunta de Cooper (1989): quem planeja o que e para quem? Isto é, sendo o espanhol uma língua pluricêntrica, e esta língua tendo diferentes variedades e diferentes países, pressupõe a existência de diferentes centros gestores.

Fánjul (2011) referencia Lipski (1994), quem teria afirmado que o termo policêntrico compreende que não existe um centro único de padronização. esclarece o fato de que:

“[...] o termo “pan-hispanismo” caracterizou, em diferentes momentos históricos, diversos complexos ideológicos com alguns traços em comum, que propiciaram políticas linguísticas culturais com desiguais graus de aplicação e consequências práticas. Diferentemente, “politicêntrico” é um termo empregado por inúmeros pesquisadores na sociolinguística para referir-se ao modo como têm acontecido os processos de padronização e de surgimento de diferentes tipos de norma na língua espanhola. (FÁNJUL, 2011, p. 302)

A pergunta/hipótese da autora do texto suscita outra indagação no seio das políticas linguísticas: quem legitima a língua? Sobre isso pode-se pensar em legitimação, considerando Lyotard (1993) e retomando Milroy (2011).

Ao tratar de problemas da pós-modernidade e discorrer sobre a legitimação e do o saber científico, Lyotard (1979) informa que o problema reside no fato de quem o legitima, usando como exemplo um legislador a quem é conferido o direito de tornar uma lei em norma, e anuncia:

A questão da legitimidade encontra-se, desde Platão, indissoluvelmente associada à da legitimação do legislador. O direito de decidir sobre o que é verdadeiro não é independente do direito de decidir sobre o que é justo, mesmo se os enunciados submetidos respectivamente a esta e àquela autoridade forem de natureza diferente. É que existe um entrosamento entre o gênero de linguagem que se chama ciência e o que se denomina ética e política: um e outro procedem de uma mesma perspectiva ou, se preferir, de uma mesma ‘opção’, e esta chama-se Ocidente (LYOTARD, 1979, p. 13).

Do dito depreende-se que o saber científico estaria “pendente” dos países poderosos. Sobre o que propõe Lyotard, se coadunam o saber e o poder, ao que parece ser pertinente acrescentar o lugar de procedência, isto é, de onde se dá a legitimação? Isso pensado a partir das políticas linguísticas, levaria a outro questionamento: e quem dá autoridade ao legislador para sancionar uma lei como norma e aplicá-la a todos?

Sobre a legitimação, no campo da língua, como já citado anteriormente, no capítulo um, Milroy (2011) informa que a padronização e normatização por meio de gramáticas, dicionários, etc., faz com que a valoração desta variedade predomine e acabe por criar no coletivo social, a ideia de que esta variedade é a legítima. Isso, no campo de estudos sobre a língua, constitui a legitimação da língua. (Milroy, p.76).

Ainda na linha de raciocínio da hipótese da autora do texto, surge outra indagação: quem deu autoridade ao legislador para aplicar uma lei como norma? Como ele foi constituído? Esse questionamento está relacionado à questão de a) a ideia de policêntrico e b) órgão que se anuncia como centro gestor do idioma.

Sobre policêntrico, já citado anteriormente, Fanjul (2011), ao tratar desse tema, remonta a uma informação histórica diretamente relacionada ao hispano-americanismo, assunto abordado no capítulo dois desta pesquisa. Cita o autor que:

[...] essa padronização policêntrica é o correlato de uma série de situações sociolinguísticas que configuram uma longa etapa histórica, que abrange pelo menos em todo o século XX e que provém da segunda metade do século XIX. Essa etapa se caracteriza por um planejamento relativamente escasso para a língua como um todo supranacional, e pelo predomínio do não enfrentamento entre os diferentes agentes, sobretudo Estados nacionais. Durante essa longa etapa, não faltaram colisões pontuais de políticas em conflito em alguns

lugares, mas sem continuidade e sem envolver o conjunto de extensão internacional da língua” (FANJUL, 2011, p. 303).

Retomando os questionamentos (ex)postos pela linguista argentina Leonor Acuña e conforme tratado no item 2.2 deste capítulo, Arnoux (2015), linguista argentina, informa que a Espanha apresenta uma proposta pluricêntrica de política linguística, mas, na realidade, o centro gestor do idioma continua sendo a península. Del Valle (2007), linguista espanhol, aponta dois grandes centros gestores da proposta política linguística de uma Espanha global, que ele informa ser o *Instituto Cervantes* e a *Real Academia de Lenguas* (RAE); esta consegue reunir todas as outras academias de língua dos demais países hispânicos, mas as decisões são tomadas e a palavra final é feita por esta Academia.

E no campo das políticas linguísticas, quem legitima a língua que o falante usa? Sobre o ponto b, de centro gestor, como apontado, igualmente, no capítulo dois, os pesquisadores apontam que no cenário do mundo hispânico, a proposta de política linguística Pan-hispânica, política esta que Del Valle (2007) designa de Hispanofonia, é planejada pela RAE, em conjunto com as outras Academias de Línguas dos países hispânicos e executada pelo Instituto Cervantes.

Ao se consultar a finalidade do Instituto Cervantes, em seu portal eletrônico, este informa sua finalidade como sendo a de “(...) *promover universalmente la enseñanza, el estudio y el uso del español y contribuir a la difusión de las culturas hispánicas en el exterior*” (promover universalmente o ensino, o estudo e o uso do espanhol e contribuir à difusão das culturas hispânicas no exterior.) [tradução e grifos meus]

Posto isso, infere-se que o Instituto Cervantes se anuncia como representante legal, isto é legítimo, das culturas hispânicas.

Sobre a “luta” pela língua espanhola, atualmente, no final do terceiro parágrafo do texto, Leonor Acuña aponta três cenários em que ocorrem a luta pela língua espanhola. Vou me ater somente ao primeiro cenário.

[...] la pelea por la lengua se desarrolla actualmente en tres escenarios diferentes con tres comunidades de hablantes distintas: a) los especialistas de ELSE que reclaman un lugar para las variedades dialectales americanas, fuera de las directrices académicas peninsulares,

[...] a luta pelo idioma está ocorrendo em três cenários diferentes, com três comunidades diferentes de falantes: a) especialistas em ELSE que reivindicam um lugar para variedades de dialetos americanos, fora das diretrizes acadêmicas peninsulares,

Sobre a questão dos especialistas em ELSE, ela começa com a indagação²²⁰: *¿Ustedes enseñan el verdadero español?*, (Vocês ensinam o verdadeiro espanhol?), informando que o ensino de espanhol a estrangeiros, na Argentina, nasceu, no final da década de 1980, em razão de novos estrangeiros, que ali chegaram como imigrantes, expatriados e turistas. E além disso, informa:

En nuestro país, se emplea Español Lengua Segunda y Extranjera (ELSE) para referirse a la especialidad que abarca las dos características de enseñanza y que se transformó rápidamente en una industria cultural que vincula investigación universitaria, turismo idiomático, propuestas editoriales y creación de puestos de trabajo en todas esas áreas²²¹.

Em nosso país, se usa Espanhol segunda língua e estrangeira (ELSE), usada para se referir à especialidade que engloba as duas características de ensino e que rapidamente se transformou em uma indústria cultural que vincula pesquisa universitária, turismo de idiomas, propostas editoriais e criação de postos de trabalho em todas essas áreas [tradução minha].

Em outro trecho deste mesmo tópico comenta um fato de um jornal que, ao noticiar um acontecimento do exame CELU (*Certificado de español: lengua y uso*), certificado argentino de proficiência e da redução da língua a algo da memória histórica, assim relata:

El diario que cubrió la noticia en junio de 2004 tituló la nota con las palabras del ministro de Educación “Tenemos que salir a pelear el espacio propio de nuestro español”, sin embargo, ilustró la noticia con una viñeta en la que un periodista le preguntaba a dos vietnamitas: “¿Por qué eligieron estudiar español en Argentina y no en España?” y neutralizaba el acto de independencia lingüística llamando a nuestro idioma “la lengua de Cervantes”²²².

O jornal que publicou a notícia, em junho de 2004, intitulou a nota com as palavras do Ministro da Educação “Temos que sair para combater por um espaço próprio do nosso espanhol”, no entanto, ilustrou a notícia com uma vinheta, na qual um jornalista perguntou a dois vietnamitas: “Por que você escolheu estudar espanhol na Argentina e não na Espanha?” e neutralizou o ato de independência linguística, chamando nossa língua de “a língua de Cervantes” [tradução minha].

²²⁰ Em razão da extensão do artigo, vou retirar excertos do texto para esta discussão, mas informo que no caso de consulta a todo o texto, este está na seção “anexos”.

²²¹ Em nosso país, se usa Espanhol segunda língua e estrangeira (ELSE), usada para se referir à especialidade que engloba as duas características de ensino e que rapidamente se transformou em uma indústria cultural que vincula pesquisa universitária, turismo de idiomas, propostas editoriais e criação de postos de trabalho em todas essas áreas [tradução minha].

²²² O jornal que publicou a notícia, em junho de 2004, intitulou a nota com as palavras do Ministro da Educação “Temos que sair para combater por um espaço próprio do nosso espanhol”, no entanto, ilustrou a notícia com uma vinheta, na qual um jornalista perguntou a dois vietnamitas: “Por que você escolheu estudar espanhol na Argentina e não na Espanha?” e neutralizou o ato de independência linguística, chamando nossa língua de “a língua de Cervantes” [tradução minha].

Em síntese, a neutralização do ato do que ela chama de “nossa independência linguística” se reduziu e retomou a língua de Cervantes, presente na memória histórica e coletiva, no mundo hispânico.

Os questionamentos (ex)postos no texto, se dão, entre outros, por este fato: “*El desarrollo argentino de la enseñanza del español a alumnos extranjeros reavivó disputas sobre la lengua que estaban quietas desde hacía unas décadas.*” (O desenvolvimento argentino no ensino de espanhol a estudantes estrangeiros reavivou disputas sobre a língua que estavam quietas faz umas décadas).

Suas indagações não se circunscrevem apenas ao político, não se trata de polemizar por polemizar, mas de (se) situar e compreender o linguístico, inclusive. Essa linguista propõe questões que não se pode negar, conduziria a outra tese. Cabe reconhecer que seus questionamentos apontam questões cruciais no âmbito da(s) política(s) linguística(s).

Embora, eu não vá tratar e verticalizar sobre o tema da decolonialidade, cabem algumas considerações sobre o sulismo, tratado por Kleiman (2013) suscitados nos posicionamentos/perguntas de Leonor Acuña.

Os questionamentos podem apontar em várias direções, para fins de estudos de várias áreas ou sobre diferentes perspectivas. Uma delas seria o tema da decolonialidade, mas não me proponho a entrar neste tema. No entanto, irei tecer algumas considerações sobre o sulismo, a partir do apontado por Kleiman (2013), uma vez que Leonor, ao falar dos cenários na luta pelo espanhol, relata que “especialistas em ELSE que reivindicam um lugar para as variedades de dialetos americanos, passando a ter voz própria. Parece que vou entrar no tema da decolonialidade e negar o dito acima, mas não é minha intenção, no entanto, cabem algumas e muito breves observações dessa questão de uma voz própria do sul.

Pensar, de modo independente, sem estar preso unicamente a parâmetros do norte, é questionada não só no âmbito das academias, mas se dá em outros, como no econômico, com a formação de blocos econômicos como o Mercosul, etc. E, no que se refere ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, também se aplica. Kleiman, (2013) apresenta o termo “suleamento” em oposição a “norteamento”, segundo ela, tratado por Freire em seu artigo: “Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações”. (KLEIMAN, 2013, p.39-58).

Esta pesquisadora usa como epígrafe/síntese o seguinte: Por uma epistemologia do sul. Esta ideia se ancora em sua dissertação sobre a criação dos Departamentos de

Linguística Aplicada no Brasil e seu reconhecimento a partir de muitas pesquisas realizadas. E ela o faz a partir do debate que Moita Lopes iniciou, em 2006, ao reivindicar a necessidade de que na construção dos conhecimentos abranjam os acadêmicos, “as vozes do sul”, ao qual ela define como sendo “os sujeitos sócio-históricos de nossa realidade social” (KLEIMAN, 2013, p.40).

Ao citar outras vozes do sul, usa o termo “sulear”, ou seja, orientar para o Sul a discussão acadêmica diante da hegemonia do Norte, pois ressalta que o Norte ainda incide fortemente na definição do que designa de “nossos problemas de pesquisa”. Neste ponto, ao usar o termo “nossos problemas de pesquisa”, depreende-se do dito que as pesquisas que envolvem questões sociais, linguísticas e sociolinguísticas no espaço geográfico do sul com seus próprios traços, exige ouvir pesquisadores de distintas áreas do hemisfério sul, para se ter uma visão da realidade do sul, pois se deter somente em teorias do norte para pensar o sul, segundo Kleiman (2013), representaria um silenciamento de vozes do sul, vozes estas que, igualmente, produzem ciência. Parece que aqui se ajustariam, de certo modo, o pensamento de Kleiman (2013) e o de Acuña (2011).

Além da menção a Paulo Freire, essa pesquisadora cita o filósofo argentino-mexicano Enrique Dussel, de quem informa parafrasear frase, sobre o sentido e a necessidade premente do intercâmbio de vozes de pesquisadores do sul para que haja “antes de tudo um diálogo entre os ‘críticos de periferia, um diálogo intercultural Sul-Sul’” (KLEIMAN, 2013, p. 41).

Um olhar sociológico sobre esta questão e que sintetiza a busca do Sul, isto é, “ter um sul na vida”, isto é, se auto encontrar e ter “voz própria”, pode ser constatado no texto a seguir:

A América Latina se quer interlocutora, em posição simétrica, na produção de teorias sociais, desde sempre desenvolvidas no centro e, agora, demandada pelas margens, sobretudo, com a intensificação da interação entre pesquisadores do eixo Sul-Sul. Nas décadas 1950 a 1970, as ciências sociais latino-americanas viveram salutar intercâmbio que permitiu a projeção de perspectivas originais, a exemplo do debate sobre a dependência, subdesenvolvimento e capitalismo dependente. As décadas posteriores, contudo, cuidaram de diluir tais esforços. Nos dias de hoje, a irrupção de temáticas como a democracia, a participação, a etnicidade, o meio ambiente, as cidades, a segurança, as questões de gênero, dentre outros, reivindicam consideravelmente novas abordagens epistemológicas, ao mesmo tempo, os países do Sul, suas sociedades científicas e intelectuais revigoram-se paulatinamente e criam parcerias que, nalguma medida, autonomizam-se das históricas reverências ao chamado centro. Tal dinâmica não se dá isenta de contradições, mas aponta, ainda assim, novos percursos e, talvez, inéditos pontos de chegada. Não é casual que as distintas vertentes pós-coloniais, em lingual inglesa, francesa, hispânica e portuguesa, da crítica cultural e literária, da etnografia e da antropologia cerquem hoje com fôlego renovado a sociologia e, também, a ciência política, relendo eventos históricos e seus

discursos legitimadores, quiçá, reescrevendo-os. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 75-76) [grifos meus]

Estas discussões passam a reclamar um caminhar com interlocução, com trocas de diálogos entre pesquisadores do sul e, por sua vez, entre pesquisadores do sul e do norte, mas não mais um *diálogo top-down*, mas *face-to-face*, evitando, assim, desigualdades.

Isso apontaria a busca de uma identidade própria, no espaço de diálogos e trocas, em pé de igualdade. Há que se considerar que, no caso das Américas, a independência dos países, em sua maioria, se deu no século XIX, sendo, portanto, países com sua configuração, constituição e conformação histórica recentes e, que, ao mesmo tempo em que buscam (re)ver sua própria história, se autoperfilando, ainda lutam para superar questões econômicas e enfrentam desafios de ordem sociais por superar, como pobreza, moradia, saneamento, educação, etc.

Sobre a questão da norma e como esta, no mundo hispânico, se realiza, por meio das Academias, estas, agentes envolvidas no planejamento do corpus, ao buscar estabelecer uma norma estandar, têm-se como resultado uma padronização do idioma: “*Así, igualar los términos y elidir al agente planificador devuelven a la Península, poseedora del poder lingüístico, el control del español en los distintos territorios. Las series discursivas de la RAE se apoyan en distintos pilares discursivos*”²²³ (López García, 2015, posição Kindle 881).

López García (2015), em sua obra *Nosotros, vosotros, ellos: la variedad rioplatense en los manuales escolares*, ao abordar o papel da norma e das Academias de Línguas do mundo hispânico, cita o exemplo do *Diccionario Panhispánico de Dudas* (Dicionário Pan-hispânico de dúvidas), relatando que as Academias de Línguas de todos os países hispânicos trabalharam conjuntamente no levantamento das variantes, mas informa que o método de trabalho compreende, na verdade outro, ao que ela denomina de “*la máscara panhispánica*” (a máscara pan-hispânica), ou seja, uma vez recopilados todos os dados, das variantes, dos países hispanofalantes, realizado pelos membros das Academias de Línguas, o verdadeiro método de escolha e decisão de “*las variedades está*

²²³ Assim, igualar os termos e omitir o agente de planejamento, retornamos à Península, possuidora do poder linguístico, o controle do espanhol nos diferentes territórios. As séries discursivas da RAE baseiam-se em diferentes pilares discursivos. [tradução minha]

*sujeta a la consideración de la RAE, que decide qué rasgos componen el estándar del español*²²⁴ (LÓPEZ GARCÍA, 2015, posição 921 do Kindle).

Reivindicar (um)a voz do sul apontaria para concretizar o autoconhecimento e um caminhar no sul, conhecendo melhor o ponto cardeal do sul, não tendo mais que usar a expressão: “perder o norte”, podendo usar com propriedade “perder o sul” e, principalmente, sustentada em uma realidade de (se) “encontrar (n)o sul”.

Leonor Acuña, no final do seu texto, ao falar sobre o trabalho que vêm desenvolvendo, na Argentina, no ensino de espanhol como segunda língua e língua estrangeira, relata que:

Preferimos una sola mirada que abarque a todas las lenguas ya se trate de los extranjeros que vienen a la Argentina a estudiar español, de la planificación conjunta de lenguas para la región o de la demanda de los pueblos originarios.

Hemos disputado la posesión de esa lengua y le hemos dado la identidad que necesitábamos para constituir nuestra propia educación, nuestra propia gramática y nuestro propio diccionario.

La enseñanza del español como lengua extranjera se viene desarrollando en la Argentina con una muy buena calidad de docentes y de propuestas curriculares y pedagógicas. Algunos equipos están aplicando ya desde hace diez años estos aprendizajes a la enseñanza del español como lengua segunda a estudiantes (niños y adultos) aborígenes e inmigrantes.

¿Esto nos hace dueños de la lengua? Si es así, corresponde que miremos la capacidad lingüística como una sola, que definamos qué haremos con ella, cómo la administramos y qué papel les damos a los que necesitan aprenderla.

Preferimos um olhar único que abarque todas as línguas, quer se trate dos estrangeiros que vêm à Argentina para estudar espanhol, do planejamento conjunto de línguas para a região ou da demanda dos povos nativos. Contestamos a posse dessa língua e lhe demos a identidade de que precisávamos para constituir nossa própria educação, nossa própria gramática e nosso próprio dicionário.

O ensino do espanhol como língua estrangeira vem sendo desenvolvido, na Argentina, com uma qualidade muito boa de professores e propostas curriculares e pedagógicas. Algumas equipes vêm aplicando essas lições ao ensino de espanhol como segunda língua para estudantes (crianças e adultos) aborígenes e imigrantes, há dez anos.

Isso nos torna donos da língua? Caso sim, então, corresponderia que considerássemos a capacidade lingüística como uma só, que definamos o que faremos com ela, como a administramos e qual o papel que damos àqueles que precisam aprendê-la [grifos meus].

À pergunta proposta, no início, ela responde, no final, apresentando uma visão crítica e reflexiva do processo, sobre sua realidade e a do outro, pensando o universo plurilíngue argentino e, revelando, uma visão de interação dialógica, uma postura de intercâmbio e aberta ao diálogo, uma modo de pensar que o sul, vem reclamando, no ensino de línguas. Isso se faz sentir ou é sentido, inclusive no Brasil, sobre a questão de se ensinar línguas estrangeiras.

²²⁴ [...] as variedades estão sujeitas à consideração da RAE, que decide quais características compõem o padrão espanhol [tradução minha].

Salgado (2017), no livro sobre pedagogías decolonias, seção “*Haceres, sentires, pensares y relacionares decoloniales*”, com seu conto *El Osquitar, el fuego y las pulguitas*, sobre o tema globalização ilustra/narrando:

En eso salió lo de la globalización y cómo esta llega a las comunidades, y el tema estaba difícil explicarlo. La Susanita pidió la palabra y dijo: “es que la globalización del mercado es como un gran elefante que nos quiere aplastar a todos, y nosotros somos como unas pulguitas que no nos dejamos aplastar, saltamos, hablamos y nos rebelamos”. Y todos regresamos a ver al Osquitar, que él siempre le pedía a la Susanita que le explique las cosas con dibujitos y todo...²²⁵ (SALGADO, 2017, posição 7750, edição do Kindle).

Talvez a postura reflexiva e consciência crítica, por parte da autora, e dos professores de ELSE que com ela trabalham, seja o modo de questionar a ideologia linguística peninsular do idioma, lutar contra o elefante da globalização, da proposta de língua global que exige o trabalho de formiguinhas, como Susanita as descreve: pulamos, falamos, e nos rebelamos. E haveria um modo melhor de se rebelar do que via intelecto e consciência crítica? A Linguística Aplicada Crítica Pennycook, (2012) sinaliza para este agir crítico.

Cabe considerar se há traços de ideologia no texto analisado. Observa-se que, por parte da autora, esta não apresenta uma visão ideológica da língua, mas sim uma visão ideológica própria, pautada na realidade do seu país e nas suas crenças sobre o ensino de línguas e sua concepção de espanhol como língua estrangeira.

Apresenta questionamento da ideologia peninsular, ao informar que “especialistas em ELSE que reivindicam um lugar para variedades de dialetos americanos, fora das diretrizes acadêmicas peninsulares”, o traço da sua fala aponta o questionamento das falas peninsulares ideológicas da “língua comum”, da fuga de uma fala que se vale das estratégias ideológicas de narrativização, Thompson, (2011).

A indagação de Leonor Acuña poderia se pautar na ideologia linguística do anonimato Woolard (2007), em que a noção de fala “autêntica” está intrinsicamente relacionada a um espaço geográfico existente e a um sujeito real, cuja construção e representação identitária se dá pelo sotaque, e este o vincula com sua comunidade. No entanto, como assinalado antes, se trata de um questionamento do lugar que ela como linguista ocupa no espaço do ensino de espanhol como língua estrangeira.

²²⁵ Nisso surgiu a questão da globalização e como ela atinge as comunidades, e era difícil de explicar. A Susanita pediu a palavra e disse: “é que a globalização do mercado é como um grande elefante que quer esmagar todos nós, e somos como algumas formiguinhas que não nos deixamos esmagar, pulamos, conversamos e nos rebelamos”. E todos voltamos para ver o Osquitar, que ele sempre pedia à Susanita para explicar as coisas com desenhos e tudo ... [tradução minha].

Texto 5

☰ SECCIONES

**Clarín** REVISTA Ñ**Una lengua para muchos**

El valor político y, sobre todo, comercial del castellano se ha instalado en las últimas décadas en el escenario estratégico que comparten España y Latinoamérica. Una y otra tienen objetivos distintos en lo que se presenta como una lucha despareja.

**Debate en el idioma.**

02/09/2011 - 18:36

[Clarín.com Revista Ñ](#)

La lengua es el instrumento del que nos servimos los seres humanos para comunicarnos y fundamentalmente para decirle al otro quiénes somos. En consecuencia, es lícito pensar que nos constituye e identifica.

Consultada por esta revista hace exactamente un año, la crítica literaria argentina Josefina Ludmer señalaba que en los Estados Unidos se había percibido muy bien el giro que España dio en la década de 1990, que fue cuando ese país quiso convertirse en el centro exclusivo y excluyente del castellano. “Es el momento en que España invierte sumas considerables en los departamentos universitarios dedicados a los *Latin American Studies* y aparece el Instituto Cervantes – decía Ludmer –. Todo lo que se produce en castellano termina pasando por allí, y como ellos son los que financian, acaban siendo los que deciden qué se estudia, qué se investiga, qué circula. En esa estrategia es fundamental el papel que juega Telefónica, ligada al Cervantes”. Y alertaba: “La lengua es como el agua o el aire, uno de los recursos esenciales de nuestro presente y el más estratégico con vistas al futuro. Mientras los españoles ponen el acento en este tema y los reyes van a todos los Congresos de la Lengua, en toda América Latina ni siquiera se está pensando en esto”.

Apenas unos meses antes, de paso por Buenos Aires, Angeles González Sinde-Reig, la ministra de Cultura española, lo decía con todas las letras: la difusión de la lengua española en el mundo es una política de Estado para España. ¿Por qué? La respuesta, puede buscarse en uno de los documentos del Foro de Marcas Renombradas de España, en el Plan Estratégico 2006-2010 y en el Proyecto Marca España. Allí se lee: “La estrategia de imagen de España debe ser un proyecto a largo plazo, un esfuerzo sostenido en el tiempo cuya gestión y responsabilidad se sitúe por encima de la legislatura política. Debe ser un proyecto de Estado, a partir de una estrategia definida que diseñe las distintas acciones a desarrollar, tanto en el aspecto político y comercial como en el cultural. Se ha destacado en este sentido la importancia estratégica de coordinar el esfuerzo de todas las instituciones públicas y privadas mediante un ente que tenga responsabilidad al más alto nivel, que actúe como «Guardián de la marca», con responsabilidad total y absoluta sobre estas cuestiones. En esta misma línea se ha subrayado la necesidad de actuar en el ámbito diplomático sobre las instituciones multilaterales, mediante la creación y desarrollo de lobbies específicos que representen los intereses de la marca España. La coordinación institucional de la imagen de España debe ir acompañada, además, de una estrategia común con el ámbito empresarial, y en especial, con aquellas empresas que ejercen de importantes embajadores de la marca España. La estrategia de marca España debe basarse, según se ha sugerido, en una idea dominante (como, por ejemplo, el concepto de prestigio) que pueda ser utilizada por todos los públicos objetivos de la marca España, tanto en el sector turístico, el empresarial, el cultural o el político. Pero sobre todo, debe establecerse una relación importante entre la marca España y el concepto globalizador de la lengua española, como uno de los principales atributos de la marca España”.

https://www.clarin.com/rn/literatura/El_Castellano-una_lengua_para_muchos_0_HyCliahDQe.html

Deste texto, se tomarão dois parágrafos para algumas considerações, como retomadas de temas já discutidos em capítulos nesta pesquisa, tentando articular os pontos e acrescentar outros.

1ª parte:

Consultada por esta revista hace exactamente un año, la crítica literaria argentina Josefina Ludmer señalaba que en los Estados Unidos se había percibido muy bien el giro que España dio en la década de 1990, que fue cuando ese país quiso convertirse en el centro exclusivo y excluyente del castellano. “Es el momento en que España invierte sumas considerables en los departamentos universitarios dedicados a los *Latin American Studies* y aparece el Instituto Cervantes – decía Ludmer –. Todo lo que se produce en castellano termina pasando por allí, y como ellos son los que financian, acaban siendo los que deciden qué se estudia, qué se investiga, qué circula. En esa estrategia es fundamental el papel que juega Telefónica, ligada al Cervantes”. Y alertaba: “La lengua es como el agua o el aire, uno de los recursos esenciales de nuestro presente y el más estratégico con vistas al futuro. Mientras los españoles ponen el acento en este tema y los reyes van a todos los Congresos de la Lengua, en toda América Latina ni siquiera se está pensando en esto”.

Consultada por esta revista há exatamente um ano, a crítica literária argentina Josefina Ludmer destacou que, nos Estados Unidos, a percepção da Espanha, na década de 1990, foi muito bem recebida, e foi quando esse país quis se tornar o centro exclusivo e excluyente do espanhol. “É o momento em que a Espanha investe quantias consideráveis nos departamentos universitários dedicados aos estudos latino-americanos e o Instituto Cervantes aparece”, disse Ludmer. “Tudo o que é produzido em espanhol acaba acontecendo lá e, como são eles quem financiam, acabam sendo quem decide o que é estudado, o que é investigado, o que circula. Nessa estratégia, o papel desempenhado pela Telefónica, vinculado ao Cervantes, é fundamental”. E ele advertiu: “A língua é como a água ou o ar, um dos recursos essenciais de nosso presente e o mais estratégico para o futuro. Enquanto os espanhóis enfatizam esse assunto e os reis vão a todos os congressos da língua, em toda a América Latina nem sequer se pensa nisso”.

Este trecho do texto aponta três questões/fatos, citados pela crítica literária argentina Josefina Ludmer: a) o investimento que a Espanha fez nos Estados Unidos, na década de 1990, b) a Espanha se tornou centro exclusivo e excluyente do espanhol. c) considerável investimento nos departamentos universitários dos Estados Unidos dedicados aos estudos latino-americanos e a criação do Instituto Cervantes.

Para esta análise do texto, convém retomar determinados pontos, anteriormente, citados, por possuírem relação direta com o dito pela crítica literária argentina. Primeiro, como apontado no capítulo 2, tópico 2.1, em que Cock (2008) informa sobre as instituições espanholas para a divulgação da língua com especial atenção à Bélgica, Estados Unidos e Canadá, e relata que a Espanha, após a morte de Franco, queria se apresentar no exterior como um país moderno e aberto com um alto nível cultural. E cita os Jogos Olímpicos de 1992, as celebrações do Quinto centenário da descoberta da América e a criação da casa da Espanha na América e a criação, em 1991, do Instituto

Cervantes, fatores que segundo ela “faziam parte desta operação geral de promoção e prestígio” (COCK, 2008, p.718).

Segundo, no capítulo 2, no tópico 2.1, em 2000, o Rei Juan Carlos, se reuniu com representantes do Instituto Cervantes, em que fizera um pedido de internacionalização da cultura espanhola.

Terceiro, no capítulo 2, tópico 2.7, informou-se que Marcos Marín (2001), em entrevista, afirmara: É necessário dizer que o espanhol do século XXI será americano ou não será, para acrescentar a seguir que será. O futuro dos próprios espanhóis, cujo esforço de investimento é decisivo no processo, já está envolvido nesse futuro.

Os fatos apresentam uma interseção, ou seja, há uma confluência de interesses, realizada pelo governo espanhol na promoção do idioma, anunciada como promoção da língua e da cultura, mas que, no entanto, revela outras facetas.

A respeito do investimento da Espanha na América, que inclui Estados Unidos e o Brasil, López García (2007) assinala:

La razón es topológica: no se puede vivir sin respirar ni sin comer, pero quien lleva el oxígeno y los alimentos a todos los rincones del cuerpo son los vasos sanguíneos. Pues bien, algo parecido sucede en América: entre los Estados Unidos, que hoy por hoy, dominan la política y la economía, y el Brasil, que constituye la verdadera reserva humana y natural del continente, las naciones hispánicas vienen a ser una mediación indispensable la cual se fundamenta en la circunstancia de que poseen un idioma común que llega a todos los rincones del continente. (LÓPEZ GARCÍA, posição 1988, 2007, edição do Kindle)²²⁶

Em síntese, política, economia e sobrevivência são os interesses que segundo o autor movem os investimentos. E o meio de se entrar nesses países, acima citados, é por meio de uma política linguística, via promoção do idioma, seja tratando-o como língua internacional, no caso do Brasil, seja fortalecendo-o como segunda língua e língua das comunidades hispanas, nos Estados Unidos. Para ter alcance do público alvo, uma organização tem que considerar as motivações, bem como os meios de financiamento, e que atitudes adotar com relação ao produto, neste caso, a língua (KOCK, 2008, p.687, 686). Isto é, há todo um planejamento linguístico, e este envolve logística para se alcançar os êxitos esperados.

²²⁶ O motivo é topológico: você não pode viver sem respirar ou comer, mas quem leva oxigênio e comida para todos os cantos do corpo são os vasos sanguíneos. Bem, algo semelhante acontece na América: entre os Estados Unidos, que hoje dominam a política e a economia, e o Brasil, que constitui a verdadeira reserva humana e natural do continente, as nações hispânicas se tornam uma mediação indispensável que se baseia na circunstância de que eles têm uma linguagem comum que atinge todos os cantos do continente [tradução minha].

López García (2007) referencia Charles Morris (1974), quem em seu livro *La significación y el significado* apresenta três tipos de sistemas sociais e naturais, sendo ao mesmo tempo semióticos e estes compreendem: os sistemas dominantes, os sistemas dependentes e os sistemas isolados. O sistema dominante se impõe ao sistema dependente, vinculando este àquele, mas no caso do sistema isolado, que é o caso do inglês estadunidense e do português brasileiro, o interior de cada sistema linguístico não se vê afetado.

Ressalta que no caso de sistema isolado, não ocorrem ações de imposição ou de coerção, mas sim “ações cognitivas”, em que entram em jogo valores afetivos. Assim, esclarece que: “[...] *cuando una lengua se relaciona con otra como sistema aislante, sus usuarios aspiran a conocer otro mundo lingüístico y cultural y, al mismo tiempo que lo conocen, lo aman*”²²⁷ (LÓPEZ GARCÍA, 2007, posição 2028, edição do Kindle).

Os envolvidos com a língua como valor econômico e bem cultural trabalham com a noção de ícone.

2ª parte

Apenas unos meses antes, de paso por Buenos Aires, Ángeles González Sinde-Reig, la ministra de Cultura española, lo decía con todas las letras: la difusión de la lengua española en el mundo es una política de Estado para España. ¿Por qué? La respuesta, puede buscarse en uno de los documentos del Foro de Marcas Renombradas de España, en el Plan Estratégico 2006-2010 y en el Proyecto Marca España. Allí se lee: “La estrategia de imagen de España debe ser un proyecto a largo plazo, un esfuerzo sostenido en el tiempo cuya gestión y responsabilidad se sitúe por encima de la legislatura política. Debe ser un proyecto de Estado, a partir de una estrategia definida que diseñe las distintas acciones a desarrollar, tanto en el aspecto político y comercial como en el cultural. Se ha destacado en este sentido la importancia estratégica de coordinar el esfuerzo de todas las instituciones públicas y privadas mediante un ente que tenga responsabilidad al más alto nivel, que actúe como “Guardián de la marca”, con responsabilidad total y absoluta sobre estas cuestiones.

Poucos meses antes, passando por Buenos Aires, Angeles González Sinde-Reig, ministra da Cultura espanhola, disse com todas as letras: a disseminação da língua espanhola no mundo é uma política de Estado para a Espanha. Por quê? A resposta pode ser encontrada em um dos documentos do Fórum de *Marcas Renombradas de España*, no Plano Estratégico 2006-2010 e no Projeto *Marca España*. Lá está escrito: “A estratégia de imagem da Espanha deve ser um projeto, a longo prazo, um esforço sustentado ao longo do tempo, cuja administração e responsabilidade estão acima da legislatura política. Deve ser um projeto estatal, baseado em uma estratégia definida que projete as diferentes ações a serem desenvolvidas, tanto nos aspectos políticos e comerciais como no cultural. A importância estratégica de coordenar os esforços de todas as instituições públicas e privadas por meio de uma entidade que tem responsabilidade ao mais alto nível, atuando como “Guardiã da marca”, com total e absoluta responsabilidade por essas questões, foi destacada nesse sentido.

²²⁷ Quando uma língua se relaciona com outra como sistema isolado.

Deste trecho destacam-se: a) a disseminação da língua espanhola no mundo é uma política de Estado para a Espanha, b) a marca estratégica no projeto *Marca España*, c) a estratégia de imagem da Espanha deve ser um projeto, a longo prazo, acima da legislatura política.

Os pontos (a) e (b) já foram abordados, no capítulo dois; no entanto, parece pertinente retomá-los para estabelecer sentidos e compreender o contexto.

Koch (2008), citada no capítulo dois, informa o desejo da Espanha de mostrar ao mundo a imagem de um país moderno e democrático. Com a saída do general Franco do poder, no qual ficou mais de 30 anos, e com o retorno da Monarquia ao poder, esse desejo se vê fortalecido em 1992, com o Cinquentenário de descoberta da América e as comemorações. Ligado a este fator, como anteriormente citado, para a consolidação do desejo de propulsar a imagem de um país moderno pensou-se na *Marca España*, também abordado no capítulo dois e que aqui retomo.

Ángel Martín Acebes, vice-presidente executivo do *Instituto Español de Comercio Exterior* (ICEX) quem afirmou:

Entre os elementos que também influenciam a percepção de uma boa imagem da Espanha, são, sem dúvida, a nossa cultura e a nossa língua, o espanhol. A cultura espanhola é um dos nossos grandes recursos internacionais. A cultura em geral, e a língua, em particular, servem como veículo para um modelo de relações entre países, diferente do comercial ou político.²²⁸

Em síntese, a finalidade da promoção da *Marca España* faz parte de se ter o “selo” da Espanha, em todos os produtos por ela ofertados entre os quais a língua. Isso corrobora o que o texto informa o porquê de a difusão da língua espanhola, no mundo, ser uma questão de Estado.

A resposta pode ser encontrada em um dos documentos do Fórum de *Marcas Renombradas de España*, no Plano Estratégico 2006-2010 e no Projeto *Marca España*. Lá está escrito: “A estratégia de imagem da Espanha deve ser um projeto, a longo prazo, um esforço sustentado ao longo do tempo, cuja administração e responsabilidade estão acima da legislatura política”.

Ou seja, o projeto independe da legislatura vigente e do legislador político que ocupe o cargo como chefe de governo, pois é uma política de Estado. E o chefe de governo que ocupe o cargo de presidente do governo da Espanha não pode alterar este projeto, uma vez que *Marca España* está acima de sua legislatura política.

Retomo aqui o citado no capítulo um, em Marteleto (2017); este, ao tratar da questão do conhecimento e de sua relação com o Estado, informa que, na concepção

²²⁸ Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_06-07/pdf/medios_08.pdf>

bourdieusiana, convergem distintas formas de capital (cultural, econômico e linguístico), sendo estes instrumentos de poder por parte do Estado, e informa a intrincada relação e “concentrações de recursos”:

Segundo Bourdieu, a gênese do Estado se associa a de um campo social enquanto microcosmo social relativamente autônomo no interior de um mundo social ampliado, “onde se joga um jogo particular, o jogo político legítimo”. Trata-se de um processo ao longo do qual se dá uma série de concentrações de diferentes formas e recursos: concentração da informação (relatórios, estatísticas com base em pesquisas), de capital linguístico (oficialização de uma língua como idioma dominante, de forma que as outras línguas de um território passem a figurar como formas desviantes, inferiores a dominante) (Marteleto, 2017, p.35 [grifo meu]).

Nesse caso específico e nesse contexto, a decisão tomada pelo Estado espanhol com relação à promoção do seu idioma, revela o idioma como poder simbólico para o Estado.

A compreensão de excertos de texto ligados a um contexto maior, neste caso, o político, requer a compreensão de fatores de ordem política para entender questões da língua. Como anteriormente mencionado neste capítulo, Van Dijk (2012) adverte que para se entender a análise contextual do discurso, em se tratando do discurso político, o sentido está além das estruturas linguísticas, o que requer “conhecimento político” específico para a construção de um contexto “relevante” na análise de “fragmentos políticos”, porque tal conhecimento propicia a apreensão dos fios de sentido presentes por entre as dobras textuais, isto é, eles não estão declarados, é preciso busca-los extra textos (VAN DIJK, 2012, p.18). Ao que acrescento que tais conhecimentos são exigidos igualmente na compreensão do grande leque que envolve as políticas linguísticas subjacentes na promoção e difusão de um idioma.

Arnoux (2007) relata que com a entrada da Espanha, na União Europeia, isso representou um crescimento econômico surpreendente e que as “As políticas linguísticas relacionadas ao espanhol não são tratadas pelos países latino-americanos, mas pela Espanha, que obviamente o faz com base em seus interesses nacionais e nos de integração dos quais faz parte” (ARNOUX, 2007)²²⁹.

²²⁹ O artigo online está em formato *php*. Não há a opção de baixá-lo em formato PDF. Em razão disso não é possível ter numeração da página. O artigo está dividido em duas seções: I e II e a citação encontra-se no último parágrafo da seção I. Disponível em < <https://miradassobrelalengua.blogia.com/2007/091701-elvira-narvaja-de-arnoux-la-lengua-es-la-patria-nuestra-lengua-es-mestiza-.php>>

Esta linguista ressalta que, no mundo atual, as políticas linguísticas eficazes são decorrências de tensões e acordos nacionais, regionais e da globalização, em que os fatores global e local entram em jogo. E pontua que:

Los países hispanoamericanos, por su parte, o participan en una integración periférica (Mercosur) o son el sector subalterno de una integración central (el Nafta) o son aspirantes a integrar una u otra o una tercera, la Integración Continental, de las Américas, o Nuevo Panamericanismo. Esta situación de debilidad se expresa en las dificultades para diseñar e implementar las políticas lingüísticas que corresponden tanto para el fortalecimiento de la integración de la que son miembros o de su posición en la misma, como para la expansión externa de la lengua (ARNOUX, 2007, p.²³⁰)²³¹.

Estas questões apontadas pela linguista Arnoux (2007) apresentam relação direta com o texto abaixo da manchete do artigo analisado, que desperta a atenção do leitor para o fato de “una lengua para muchos” e do seu valor político e comercial no espaço peninsular e hispano-americano, em que uma e outra têm objetivos distintos, e pelo apontado e seu contexto dado, como “*una lucha despareja*” (uma luta desigual) ou assimétrica. Neste caso, o título “lengua de todos” parece apresentar outras semioses parece apresentar (um)a possibilidade de leitura de “una lengua para muchos” interesses.

Infiro que, no contexto apresentado, que não faz alusão à Argentina, mas especialmente à questão das agências e órgãos gestores da política linguística peninsular, considerando a defesa do idioma e toda a estrutura a ela ligada e seus propósitos para alcançar esses objetivos, e com base no apresentado por Thompson observa-se o ideológico que se manifesta por meio de dois modos e suas estratégias:

1. Legitimação que compreende um procedimento de fazer com que as relações sejam legítimas e por isso merecedoras de apoio, sustentando-me em formas simbólicas. E dentro deste modo, a estratégia de **racionalização**: quando o produtor, valendo-se de uma forma simbólica, apresenta uma sequência de argumentos com o propósito de preservar, fundamentar um grupo de relações ou instituições sociais, objetivando convencer e obter apoio.

²³⁰ Idem

²³¹ Os países latino-americanos, por sua vez, ou participam de uma integração periférica (Mercosul) ou são o setor subalterno de uma integração central (Nafta) ou aspiram integrar um ou outro ou um terceiro, a Integração Continental, das Américas, o Novo pan-americanismo. Essa situação de fraqueza se expressa nas dificuldades em projetar e implementar as políticas linguísticas correspondentes, tanto para o fortalecimento da integração de que são membros ou de sua posição nela, quanto para a expansão externa da língua.

2. **Unificação** – Meios de manutenção da dominação que se valem da construção de uma identidade coletiva, no nível simbólico, com o propósito de garantir uma unidade, independente de divisões que os separem. Este apresenta a seguinte estratégia **simbolização da unidade** – compreende a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas e suas divulgações realizadas, por meio de um ou de vários grupos.

A língua, poder simbólico para o Estado e a proposta de promoção da imagem da Espanha, por meio da *Marca España* utiliza a língua como flâmula, bandeira que compreende fatores outros como o de ordem econômica, os investimentos na América Latina, o que torna questionável a assertiva de Marcos Marín (2001), tratada no capítulo dois, de que *no século XXI o espanhol será americano ou não será*. Será, sobretudo, econômico, informação ocultada na assertiva, mas desvelada nas ações que envolvem a promoção da língua.

Mora (2002)²³² em seu artigo sobre Lodaes e seu livro sobre a tradição religiosa e o nacionalismo linguístico informa que:

"[sic]El nacionalismo lingüístico surge de la Pax Hispánica"²³³, explica Juan Ramón Lodaes, "y esa pax se fundó no en la unidad lingüística, sino en la unidad religiosa que emanaba del canon bíblico, ya señalado por Adrian Hastings. Ese canon consideraba que la lengua es un atributo sagrado, un trasunto de la raza y fundamento de la nación, y proclamó: "Id y predicad a cada uno en su lengua"[sic].²³⁴

A citação acima se aproxima da fala (e do que está subjacente) de Angeles González Sinde-Reig, ministra da Cultura espanhola, ao afirmar que: “[...] a disseminação da língua espanhola no mundo é uma política de Estado para a Espanha.”. Esta questão, por sua vez, está ligada ao que se abordou no capítulo dois sobre memória histórica, quando Oliveira (2017, p. 4) informa: “Um dos elementos mais importantes, que afirmam o caráter social da memória, é a linguagem. As trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio da mesma.”

²³² Disponível em <<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0044.html>>

²³³ *Pax Hispanica* es una expresión historiográfica (traducible del latín como «paz española») propuesta por el hispanista John Elliott.¹ Hace referencia no a la totalidad, sino a una parte del período de hegemonía española en Europa: la caracterizada por su política exterior contemporizadora y pacifista, que se limitó al periodo entre 1598 y 1621, correspondiente al reinado de Felipe III y el validazgo del duque de Lerma. <https://es.wikipedia.org/wiki/Pax_Hispanica>

²³⁴ "O nacionalismo linguístico surge do Pax hispânico ", explica Juan Ramón Lodaes", e essa pax foi fundada não na unidade linguística, mas na unidade religiosa que emanava do cânon bíblico, já apontado por Adrian Hastings. Esse cânon considerava a língua um atributo sagrado, uma transcrição da raça e dos fundamentos da nação e proclamou: "Vá e pregue para cada um na sua língua" .

Dessarte, analisar a atual expansão da língua espanhola, o forte investimento por parte do Estado espanhol, a estrutura organizacional de sua política linguística, no exterior, e o(s) discurso(s) em favor do idioma requerer compreender este *continuum* de sua memória histórica presente em sua política linguística.

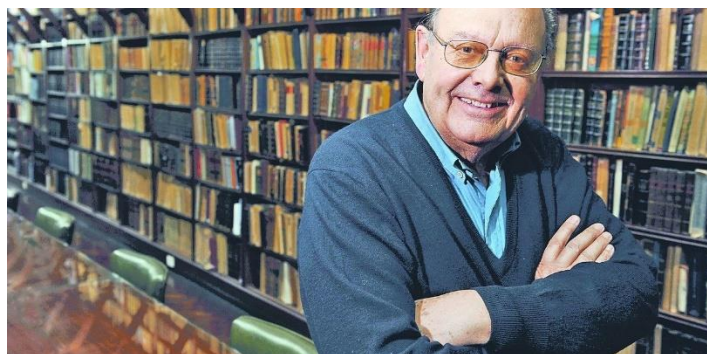
Texto 6

SECCIONES

Clarín[®] REVISTA Ñ

Dejar constancia de lo que se dice

Según declara en esta nota Pedro Luis Barcia, presidente de la Academia Argentina de Letras, la institución tiene un perfil muy definido y de avanzada respecto de otras academias hispanoamericanas, aunque menos dinero que su par española, que no es generosa, sino realista.



PEDRO LUIS BARCIA. Un académico de perfil muy alto.

02/09/2011 - 18:28

[Clarín.com Revista Ñ](#)

La lengua materna, la de la casa, la de la madre, da identidad, sentido de pertenencia, sentido de herencia y ubicación en un medio. La lengua materna es tan fuerte que un conquistador romano, en momentos en que no podía manejar a un pueblo bárbaro que estaba en lo que ahora es Alaska, lo que hizo para quebrarlo fue reunir a todas las mujeres del pueblo y cortarles la lengua. Al hacerlo se perdió la tradición del pueblo, los hábitos y costumbres porque las mujeres enseñan todo en la casa. Con la lengua todo, a partir de la lengua viene la tradición cultural del pueblo. La lengua materna es un aporte fundacional para la persona”, dice con vehemencia Pedro Luis Barcia y no parece encarnar la voz del Presidente de la Academia Argentina de Letras sino más bien la de un entusiasta, alguien para quien la lengua, aunque materia de estudio, es más bien un inmenso río en el cual bien vale naufragar, volver a la orilla, recuperar el aliento y volver a zambullirse. “El hombre que sabe hablar, que tiene gusto por el idioma, el hombre culto, la mujer culta son los que producen cambios en la lengua”, dice Barcia y advierte que en esos cambios, en esos gestos de creatividad del hablante está la verdadera apropiación de la lengua.

¿De quién es, entonces, el español?

El español es de quien lo sepa hablar y maneje el sistema. Ninguno que quede fuera del sistema por minusválido verbal, porque ignora los recursos de la sintaxis o tiene un pobre léxico puede decir que maneja el idioma. De modo que aquellos que tienen el manejo fluido, conciso, correcto y claro –las tres “C” importantes para la comunicación–, de alguna manera, es dueño del idioma y no tiene por qué sujetarse más que a los buenos modelos y a la tradición de la lengua en su propio país. Pero es el pueblo culto el que genera los cambios en el idioma, no el pueblo común que no tiene lecturas. Una lengua es más rica y pesa más en el mundo cuando tiene un Jorge Luis Borges detrás; un país pesa más con un Julio Cortázar detrás. La lengua es en parte del pueblo culto y en parte de los medios, que son una cátedra insomne que no descansa ni un día y da modelos que influyen en los hablantes, generalmente y sobre todo en la oralidad, en forma negativa. La expresión escrita mantiene un nivel aceptable y en algunos casos muy superior a otros diarios de Hispanoamérica. Creo que nadie debería sentirse dueño de la lengua pero debe contribuir a que esta sea señora.

¿Cuál es el lugar que le cabe a la Academia?

La Academia no puede entenderse como dueña de la lengua. Interviene sólo como un escribano y da constancia de lo que está bien dicho o mal dicho según los mejores escritores y los mejores

hablantes, y observa qué cosas podrían corregirse. Ha dejado atrás esa actitud de maestro ciruela, claro que con la diferencia de que la Academia sabía leer y escribir, no como el maestro ciruela que no sabe leer y pone escuela.

¿Cuál es la relación de las academias en general y de la Argentina en particular con la Real Academia Española? ¿Persiste la noción de centro periferia?

Tengo la seguridad de que la Academia Argentina tiene un perfil muy definido y muy de avanzada frente a otras academias y no tiene sino menos dinero que la Española. Ellos ponen el dinero para reuniones y, a veces, se les asoma algún atisbo de Imperio pero es escasísimo porque desde hace unos diez años que se inició este cambio han aceptado una realidad. No es que sean generosos, son realistas. Si cada diez hablantes nueve están de este lado del Atlántico no puede ser de otra manera. Por ejemplo, la última propuesta que acabo de hacer en la reunión de Burgos es que las frases que no sean americanismos lleven al lado la indicación ESP, de Español, para que el Diccionario que era de Español con incorporación de americanismos ahora sea un Diccionario de la lengua, distinguiendo lo americano de lo español pero con paridad. Cierto es que si no aparecen más americanismos en el diccionario es culpa de las Academias americanas que no trabajan por esto. Por ejemplo, no hay ninguna otra Academia que tenga un diccionario de fraseología propia, en España hay muchos pero no hechos por la Academia. En nuestro Diccionario Fraseológico del habla argentina hay una conciencia de defensa de la identidad lingüística que está muy firme en nosotros y esto para nada molesta a los españoles. A mí España nunca me molestó y yo cuando tuve que criticar la aprobación de alguna norma ortográfica puse el grito en el cielo y se revisaron las cosas. Es una mirada un poco fuera de tiempo y de lugar seguir pensando que dependemos de España. Ni siquiera económicamente, nosotros no publicamos libros dependiendo de España.

https://www.clarin.com/rn/literatura/La_Academia_Argentina-Entrevista_Pedro_Luis_Barcia_0_SJnej6hvXe.html

Tomo aqui dois excertos do texto para análise.

1ª parte

À pergunta feita a Pedro Luis Barcia, à época, presidente da Academia Argentina de Letras (AAL)²³⁵, sobre *¿De quién es, entonces, el español?* (De quem é, então, o espanhol?), respondeu que:

El español es de quien lo sepa hablar y maneje el sistema. (...) De modo que aquellos que tienen el manejo fluido, conciso, correcto y claro –las tres “C” importantes para la comunicación–, de alguna manera, es dueño del idioma y no tiene por qué sujetarse más que a los buenos modelos y a la tradición de la lengua en su propio país.

O espanhol é de quem sabe falar e administrar o sistema. [...] Portanto, aqueles que têm manuseio fluido, conciso, correto – e, claro, os três "C" importantes para a comunicação – de alguma forma

²³⁵ Até aqui foram citados alguns filólogos, representantes ou membros da Real Academia Espanhola (RAE), tais como Francisco Marcos Marín, Victor García de la Concha, que também ocuparam cargos de diretores, no Instituto Cervantes (IC), e representantes de defensores da Política Linguística Pan-hispânica. Em razão disso, me pareceu pertinente, para fins desta pesquisa, encontrar reportagens com representantes da Academia Argentina de la Lengua (AAL), mas foi encontrada pouca coisa. E ao buscar no Clarín, na edição especial em 2011, observei entre os textos uma entrevista com o diretor da ALL. Daí, eu a selecionei, para fins da análise proposta.

possuem a linguagem e não precisam estar sujeitos a mais do que bons modelos e a tradição da língua em seu próprio país.

Como acadêmico, o presidente da AAL, defende a norma da língua, a boa fluidez verbal que consiste no domínio dos “bons modelos”. Trata-se de uma visão normativista do idioma. Afinal, os centros reguladores do idioma, como as Academias de Línguas, são centros de prescrição do idioma, de manutenção do modelo oficializado da língua.

Comparada a afirmação de presidente da AAL: “O espanhol é de quem sabe falar e administrar o sistema” com a do catedrático espanhol, representante da RAE, abordado no capítulo três, quando este apresenta o livro de estilo da língua espanhola para internautas, para o “uso correto” da língua, ao afirmar que: “A língua, diz Víctor García de la Concha, é um poder do povo. Todos os dias eles fazem isso com o uso e é por isso que é viva e popular” elas têm muita proximidade. Ambos colocam a língua como sendo do usuário, mas desde que este saiba administrar o sistema, a norma.

2ª parte

¿Cuál es la relación de las academias en general y de la Argentina en particular con la Real Academia Española? ¿Persiste la noción de centro periferia?

Tengo la seguridad de que la Academia Argentina tiene un perfil muy definido y muy de avanzada frente a otras academias y no tiene sino menos dinero que la Española. Ellos ponen el dinero para reuniones y, a veces, se les asoma algún atisbo de Imperio, pero es escasísimo porque desde hace unos diez años que se inició este cambio han aceptado una realidad. No es que sean generosos, son realistas. Si cada diez hablantes nueve están de este lado del Atlántico no puede ser de otra manera. Por ejemplo, la última propuesta que acabo de hacer en la reunión de Burgos es que las frases que no sean americanismos lleven al lado la indicación ESP, de Español, para que el Diccionario que era de Español con incorporación de americanismos ahora sea un Diccionario de la lengua, distinguiendo lo americano de lo español pero con paridad. Cierto es que si no aparecen más americanismos en el diccionario es culpa de las Academias americanas que no trabajan por esto. Por ejemplo, no hay ninguna otra Academia que tenga un diccionario de fraseología propia, en España hay muchos, pero no hechos por la Academia. En nuestro Diccionario Fraseológico del habla argentina hay una conciencia de defensa de la identidad lingüística que está muy firme en nosotros y esto para nada molesta a los españoles. A mí España nunca me molestó y yo cuando tuve que criticar la aprobación de alguna norma ortográfica puse el grito en el cielo y se revisaron las cosas. Es una mirada un poco fuera de tiempo y de lugar seguir pensando que dependemos de España. Ni siquiera económicamente, nosotros no publicamos libros dependiendo de España.

Qual é a relação entre as academias em geral e a Argentina em particular com a Real Academia Espanhola? A noção de centro periférico persiste?

Estou certo de que a Academia Argentina tem um perfil muito definido e muito avançado em comparação com outras academias e tem apenas menos dinheiro que o espanhol. Eles colocam o dinheiro para as reuniões e, às vezes, têm um vislumbre do Império, mas é muito escasso porque, por cerca de dez anos, quando essa mudança começou, eles aceitaram a realidade. Não que eles sejam generosos, são realistas. Se de cada dez falantes, nove estão deste lado do Atlântico, não pode ser de outro modo. Por exemplo, a última proposta que acabei de fazer na reunião de Burgos é que as frases que não são americanismos, tenham ao lado a indicação ESP, de Espanhol, para que o dicionário que era de espanhol com a incorporação de americanismos agora seja um

dicionário do idioma, distinguindo o americano do espanhol, mas com paridade. É verdade que, se não houver mais americanismos no dicionário, a culpa é das academias americanas que não trabalham para isso. Por exemplo, não há nenhuma academia que tenha seu próprio dicionário de fraseologia, na Espanha existem muitos, mas não são criadas pela academia. Em nosso Dicionário Fraseológico do discurso argentino, há uma consciência da defesa da identidade linguística que é muito firme em nós e isso não incomoda os espanhóis. A Espanha nunca me incomodou e, quando tive que criticar a aprovação de uma regra de ortografia, gritei aos céus e as coisas foram revisadas. É uma visão um pouco fora de tempo e de lugar continuar pensando que dependemos da Espanha. Nem economicamente, não publicamos livros, dependendo da Espanha.

Cabe destacar cinco momentos de sua fala, a saber: a) a Academia Argentina tem um perfil muito definido e muito avançado em comparação com outras academias e tem apenas menos dinheiro que o espanhol, b) Eles colocam o dinheiro para as reuniões e, às vezes, têm um vislumbre do Império, mas muito escasso porque, por cerca de dez anos, quando essa mudança começou, eles aceitaram a realidade, c) Não que eles sejam generosos, são realistas. Se de cada dez falantes, nove estão deste lado do Atlântico, não pode ser de outro modo, d) Em nosso Dicionário Fraseológico do discurso argentino há uma consciência da defesa da identidade linguística que é muito firme em nós e isso não incomoda os espanhóis, e) É uma visão um pouco fora de tempo e de lugar continuar pensando que dependemos da Espanha. Nem economicamente; não publicamos livros, dependendo da Espanha.

O presidente da AAL, em sua resposta, não apresenta cissuras entre as Academias; ressalta o fato de eles, da AAL, terem “apenas” menos dinheiro que a RAE. A fala a seguir parece conter críticas sutis, como em: “Eles colocam o dinheiro para as reuniões e, às vezes, têm um vislumbre do Império, mas é muito escasso [...]. Sua próxima observação ao usar o quantitativo de falantes, “de cada dez, nove estão deste lado do Atlântico”, este quantitativo se apresenta como um reforçador ou compensador, que contrabalança o fato de “apesar de termos menos dinheiro”, temos mais falantes e, portanto, em número somos maiores. Em razão disso, logo, eles da RAE, embora haja relampejos do império, são realistas, não bondosos.

Ressalta para o fato da “consciência da defesa da identidade linguística” que se vê refletida por meio da existência do Dicionário fraseológico de uso argentino. E, no final, ressalta ser uma visão fora de tempo achar que eles dependam da Espanha, pois nem no plano econômico a AAL depende da Espanha.

É uma fala que oscila entre uma sinceridade e a costumeira e esperada diplomacia por parte de um representante de um órgão oficial do seu país, neste caso, da Academia Argentina.

Por entre as dobras do texto, a partir do seu lugar de fala não revela uma postura que se incline à RAE. A segunda parte da pergunta, se ele continua acreditando que ainda vigora a noção de centro periférico, em relação às duas academias, afirma não existir; contudo não o faz em uma fala direta, mas fica sobre-entendido que da parte dele que não, em dois momentos, quando afirma: “A Espanha nunca me incomodou” e “quando tive que criticar a aprovação de uma regra de ortografia, gritei aos céus e as coisas foram revisadas”.

No decorrer do texto sua fala não apresenta críticas à RAE. No entanto, cabe considerar outros autores, citados no capítulo dois, que abordam a questão da RAE como centro gestor do idioma e da política linguística pan-hispânica.

López García (2015), ao discorrer sobre a Academia Argentina de Letras (AAL), informando: “*Las academias americanas legitiman el predominio y el respeto a la norma central promovida y fomentada por la RAE.*” (LÓPEZ GARCÍA, 2015, posição 1105, edição do Kindle)²³⁶ referencia o linguista argentino Bein, que em 2004 apontara que os países americanos não possuem em suas políticas estatais uma política linguística própria, bem precisa.

Como tratado no capítulo dois, Del Valle (2007), em sua análise sobre o planejamento linguístico de uma “Espanha globalizada”, informa que a Espanha tem dois órgãos gestores do idioma e cita a *Real Academia de Lengua* (RAE), que passou a promover a *Asociación de Academias de la Lengua* (ASALE), criada em 1951, reúne as 22 academias²³⁷ da língua espanhola. Com isso, o centro gestor é a Espanha, pois as decisões finais sobre o *planejamento de corpus*, no final, passam pela Espanha. Por meio da RAE houve diversas publicações que tratam de cuidar da normatização da língua, por meio de publicações.

Heros (2012), quando aborda a mudança de política da RAE e desta como principal gestora das Associação de Academias de Língua Espanhola (ASALE), aponta haver uma falta de simetria entre as Academias, simetria no sentido de gestão da língua. Em síntese, não haveria uma gestão simétrica no mundo hispânico, entre as 22 academias, mas assimétrica. E isso corrobora o dito anteriormente por Del Valle (2017) sobre a RAE como centro gestor com carta de decisão final sobre a língua.

²³⁶ As academias americanas legitiman o predomínio e o respeito à norma central promovida e fomentada pela RAE [tradução minha].

²³⁷ Embora o anuário do Cervantes informe que são 21 países que têm o espanhol como idioma oficial, há 22 Academias de línguas, em razão da Academia Norte-Americana de Língua Espanhola, com sede em Nova York, desde 1073.

Em suma, as intervenções sobre os idiomas em um Estado-nação se dão por meio de leis específicas e de sua regulamentação. Os agentes responsáveis pelo planejamento de *corpus* elaboram os objetos normativos (gramáticas e dicionários). Estes agentes, ou seja, instituições, passam a contar com a aceitação dos falantes. Um dos modos de obtenção da aceitação se dá por meio de como estes órgãos se apresentam; eles próprios se autolegitimam como portadores de prestígio. Um exemplo disso pode ser encontrado, por exemplo, ao se consultar o *Diccionario de la Lengua Española* (DRAE)²³⁸ em que este informa ao leitor:

El *Diccionario de la lengua española* es la obra lexicográfica académica por excelencia. El *Diccionario de la lengua española* es el resultado de la colaboración de todas las academias, cuyo propósito es recoger el léxico general utilizado en España y en los países hispánicos. Se dirige, fundamentalmente, a hablantes cuya lengua materna es el español, quienes encontrarán en él recursos suficientes para descifrar textos escritos y orales. (DRAE)²³⁹

O presidente da Academia Argentina de Letras (AAL) não apresenta nenhuma perspectiva que questione decisões do centro gestor do idioma, inclusive porque ele se constitui parte do processo e, como as academias trabalham em parceria, em sua função de serem as gestoras do planejamento de corpus, ele não apresenta um ponto de vista que surpreenda, porque não era de se esperar da parte dele outra reação que não a de zelar pela língua como normativista.

Quais os elementos que ideologia que se podem depreender do texto analisado? Sua fala inicial na entrevista, em resposta à primeira pergunta, foi:

O espanhol é de quem sabe falar e administrar o sistema. [...] Portanto, aqueles que têm manuseio fluido, conciso, correto e claro – os três "C" importantes para a comunicação – de alguma forma possuem a linguagem e não precisam estar sujeitos a mais do que bons modelos e a tradição da língua em seu próprio país. [grifos meus]

Uma fala que apresenta o dono da língua como alguém que tenha o domínio culto do idioma e domine o sistema. A sua afirmação tenta atrair discursivamente o leitor, ao

²³⁸ Disponível em < <https://dle.rae.es/> >

²³⁹ O dicionário da língua espanhola é o trabalho lexicográfico acadêmico por excelência. O dicionário da língua espanhola é o resultado da colaboração de todas as academias, cujo objetivo é coletar o léxico geral usado na Espanha e nos países hispânicos. Destina-se principalmente a falantes cuja língua materna é o espanhol, que encontrará recursos suficientes para decifrar textos escritos e orais (DRAE).

informar que “[...] não precisam estar sujeitos a mais do que bons modelos e a tradição da língua em seu próprio país”.

Sua fala na classificação de ideologia, proposta por Thompson (2011) classifica-se no modo legitimação, procedimento que busca tornar as relações legítimas e por isso merecedoras de apoio, sustentando-se em formas simbólicas. Neste caso a forma simbólica é a língua que se vê refletia nos “bons modelos” e se vale da estratégia de racionalização, isto é, de uma forma simbólica, e apresenta o argumento de que para ser dono da língua basta ter os três “C”: “ aqueles que têm manuseio fluido, conciso, correto e claro – os três “C” importantes para a comunicação”. Esta forma de discurso que apela para a razão, como dito antes, é a estratégia da racionalização em que o produtor dela apresenta uma sequência de argumentos com o intuito de preservar, fundamentar um grupo de relações ou instituições sociais, objetivando convencer e obter apoio.

Neste caso, o presidente da AAL busca preservar a língua, e tal ação compreende garantir a manutenção da instituição e do seu *status quo*, inclusive.

Considerações Finais

Como professor de língua espanhola, minha indagação inicial que nascera em uma disciplina no mestrado, no qual eu escrevera um pequeno texto de oito páginas sobre o *status quo* do espanhol no mundo, tratava de uma visão idílica do idioma, como pude (ou posso) atualmente observar. E, no doutorado, minha indagação entre outras era a de verticalizar sobre o primeiro momento, a primeira escrita sobre o *status quo*; mas, de fato, eu não sabia que iria me ancorar no porto das políticas linguísticas. Ao longo dos estudos de doutoramento e de leituras mais, e verticalizando sobre questões históricas, a primeira visão que era romantizada sobre o idioma se esvaneceu e deu lugar a muitas reflexões sobre o tema. Essa passagem ajudou-me a refletir algumas questões que, de certo modo, já me indagava, mas não sabia precisar.

À medida que avançavam as leituras, não imaginava a enorme lacuna entre as políticas linguísticas que separam a Espanha das Américas, quase oceânica. É aquele momento em que você se descobre diminuto perante o universo, mas ao mesmo tempo é, um momento em que você (re)pensa a caminhada e passa a se ver como sujeito do seu processo, mas passa ainda a assumir o seu lugar de fala, passa a ter cuidado com o que lê, cuidado na interpretação dos fatos, e começa a buscar outros.

Há uma frase atribuída a Henry Miller que afirma: “Ao expandirmos o campo do conhecimento apenas aumentamos o horizonte da ignorância”. Essa frase me foi mostrada por um amigo, cuja fonte eu nunca consegui confirmar. Eu a anotei, pois ela sintetiza com precisão este meu percurso de pesquisa e descobertas e desafios a cada nova leitura.

Estas reflexões auxiliam na (des)construção de, por exemplo, um único modelo de língua, isso é, uma variedade. Por exemplo, o fato de não ser falante nativo de uma língua não me tira o mérito de ensiná-la; afinal, a língua não tem um dono, como a linguista argentina Leonor Acuña, cujo texto abordado na análise, afirma. Cabe ressaltar que além das leituras, descobertas e tormentos e discernimentos, houve um momento de tamanha inquietação em que parei para me auto indagar: o que eu estava a fazer pesquisando a política linguística do espanhol? Que legitimidade eu tinha? Logo descobri o meu equívoco de interpretação, pois pensar que a língua não é minha incorre em

gravíssimo deslize, no percurso profissional, porque é reproduzir falas hegemônicas, é se destituir do seu lugar de fala, é se calar e não se permitir ser sujeito de sua própria fala. Então, refleti sobre o fato de que obtive o diploma de proficiência em espanhol (DELE superior), além dos diplomas anteriores que constituem capital cultural, na acepção de Bourdieu (1999) e, somado a isso, meus anos de docência como professor de língua espanhola.

O fato de eu ter nascido em um determinado país não me dá um passaporte para ensinar o idioma do país. Sem dúvida, me permite, em razão do espaço em que convivo e conheço, dialogar com o outro e esclarecer questões de cunho pragmático e semântico da língua da região em que nasci, mas não me autoriza a ensiná-la. Na mesma linha de raciocínio, não ter nascido em um lugar não me serve como um carimbo para determinar o que posso fazer, mas sim a minha formação profissional na área de atuação.

Voltando ao tema em questão, a construção do projeto, inicialmente, contemplava o estudo das políticas linguísticas do espanhol e do português; com o tempo, leituras, aulas e diálogos com colegas especialistas; tudo isso me levou a refletir e focar em apenas uma língua. Com isso, afunilei a proposta e encorpei a ideia, me desfiz de algumas leituras e tive contato com outras. Infelizmente, há obras que gostaria de tê-las consultado; algumas ainda não estão disponíveis no país, pois o seu valor é altíssimo. No entanto, encontrei um atalho propiciado pela tecnologia: algumas obras, das quais fiz levantamento, eu as descobri por meio de outras leituras, em artigos e no formato *e-book*.

Como apresentado no início desta tese, no cenário mundial do ensino de língua espanhola como língua estrangeira e segunda língua, apesar de a Espanha ter uma forte e consolidada estrutura de divulgação do seu idioma, este país não é o único que realiza práticas que envolvem a sua promoção, tais como: cursos, sua difusão, formação de professores, entre outros. Países como o México, a Colômbia, a Argentina, etc, têm seus próprios programas de ensino de espanhol a estrangeiros.

Compreendendo que tanto a Espanha quanto a Argentina têm em comum práticas de promoção e de ensino do espanhol que são reflexo das política(s) linguística(s) de cada país, a pergunta que permeia esta tese é: Como ecoam as propostas de políticas linguísticas do espanhol promovidas pela Espanha e pela Argentina como língua estrangeira/língua internacional, e quais suas confluências e divergências?

Para esta finalidade, selecionei para análise seis textos digitais (três, da Espanha, e três da Argentina), em que se procedeu a uma análise discursiva de dois pontos principais: 1) como a língua é apresentada e 2) as marcas ou modos de ideologia no

discurso que implicam a política linguística do espanhol, tanto o olhar peninsular quanto o argentino, tal e como aponta o título desta pesquisa: Um olhar transatlântico sobre o espanhol e suas políticas linguísticas: do(s) discurso(s) às práticas.

A análise desses textos buscou resposta às seguintes indagações: (1) Qual é a relação língua/nação na política linguística? (2) Como se dá, atualmente, a difusão da língua espanhola por meio de suas políticas linguísticas? (3) O que subjaz à difusão de uma proposta de política linguística? (4) Quais traços discursivos mais se destacam e/ou estão ressaltados nos textos digitais das agências de fomento que, de fato, propiciam seu discurso reiterativo sobre o valor do idioma? (5) O que compreende ou abarca esta reiteração sobre o idioma e em que ela, efetivamente, se pauta?

Sobre (1) a relação língua/nação, das apreensões dos significados durante o processo da leitura, o conceito de Estado, organização política, e o conceito de Nação, sua conformação, hábitos, cultura e língua – Para nós, professores, muitas vezes impelidos pela visão idealista de mundo, por natureza, somos seres que, por conviver com a linguagem, delas nos nutrimos e, em muitos casos, as reconstruímos. Desvendá-la, igualmente, pela ótica das políticas linguísticas, constitui um desafio e uma nova aprendizagem. Calvet (2007) informa que o poder político, o Estado, privilegia uma língua, escolhendo governar nela, ou seja, na língua, sendo esta, poder simbólico, Bourdieu, (1989).

Buscar se aproximar aos temas que gravitam em torno do eixo língua e o Estado-nação, e o “jogo particular” e o “jogo político legítimo” (BOURDIEU, 1989), são temas que transitam no espaço e no campo de estudos da(s) política(s) linguística(s), porque entram em cena diversos fatores, tais como política, economia, história, etc. Depreender os seus efeitos sob a ótica do Estado-nação e a ótica deste sobre o idioma, isto é, como o Estado vê a língua e dela faz uso, num “agir” não necessariamente comunicativo, mas para estabelecer suas bases de poder e ideologia e sua ideologia no qual ele se situa e está constituído. Além de observar os efeitos de ações do Estado que refletem o linguístico, e este, por sua vez, reflete o Estado, e isso se dá por meio de políticas linguísticas, sendo que este termo engloba duas faces do processo; política linguística pressupõe planejamento linguístico em um ato *continuum*, isto é, são elementos intrínsecos.

Essa situação que envolve políticas linguísticas, poder e ideologia, por parte do Estado, parece estar bem retratada neste trecho de *Alicia a través del espejo*:

«Cuando yo uso una palabra» dijo Humpty Dumpty en tono desdeñoso – “quiere decir exactamente lo que yo quiero que quiera decir, ni más ni menos”.

“La cuestión es – dijo Alicia – si se puede hacer que las palabras quieran decir tantas cosas diferentes”.

“La cuestión es – dijo Humpty Dumpty – quién es el que manda, y punto”.

Do modo como o Estado se apropria da língua para nela legislar e por ela ser legislado, infere-se que a língua passa a constituir o Estado-nação e este, por sua vez, a constituí-la. A linha que separa é tênue, uma vez que há fatores políticos diversos em que a língua é utilizada. Esta linha tênue ou contígua entre língua/nação e língua/estado pode ser observada no Hispano-americanismo, visto que neste a língua representou toda a base discursiva de estabelecimento, defesa, acordos e aproximação da Espanha com as suas ex-colônias, nações recém-independentes da América Espanhola.

Conforme Arnoux e Del Valle (2015), após a perda das colônias americanas, a Espanha planejou um modo de aproximação. O discurso no século XIX se compunha de quatro elementos (origem (raça), religião, costumes e a língua, conforme afirmam esses autores: *“eran [elementos]constitutivos del ethos panhispánico”*²⁴⁰ (ARNOUX, DEL VALLE, 2015, posição 3178, edição do Kindle). Desses elementos, o que mais se sobressaiu foi a língua e, por meio desta, como elo integrador entre os povos de origem hispânica, serviu de sustentáculo à proposta do pan-hispanismo e, conseqüentemente, à da comunidade pan-hispânica idealizada.

Esta idealização remete às comunidades imaginadas de Anderson (1991, p.32), que conceituou nação como: “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e ao mesmo tempo soberana”. Para este autor, mesmo sem todos os membros da comunidade se conhecerem, estes se consideram uma nação porque se imaginam pertencentes a um mesmo território, isto é, a um grupo. Valendo-se disso, o Estado espanhol tem uma pujante indústria de promoção do idioma, bem como tem em seus representantes, gestores da língua, falas que buscam harmonizar os diálogos e ou falas sobre o idioma. Estas defendem a língua como língua internacional, língua global, língua de coesão, como visto no primeiro texto analisado, em que Marcos Marín (2001) para legitimar a sua fala em prol do idioma, faz valorações deste, em que o considera como língua de coesão e língua internacional, buscando, desse modo, convencer e convidar todos para uma comunidade imaginada.

²⁴⁰ Eram [elementos] constitutivos do ethos pan-hispânico [tradução minha].

Isso dá ao outro o sentimento de pertencimento ao grupo e engrossa o ideário de Estado. Esses atributos para língua são ideológicos e, conforme Woolard (2007), compõe uma ideologia linguística, a do anonimato, porque nesta concepção, quando um governo anuncia uma língua com uma voz própria, ocorre o apagamento de identidades, da voz própria, concreta, e esta voz geral, abstrata, substitui e toma lugar, onde não há variedades, mas sim uma língua única que os une, tratando-se de pura abstração. Isso possui relação com o visto em ideologia e o que Bakhtin (2006) define sobre linguagem e ideologia.

Del Valle (2007) defende a Hispanofonia como sendo a transposição deste conceito de comunidade hispano-americana do passado para os dias atuais, que se reverbera na atual política linguística do espanhol, ou seja, na política linguística pan-hispânica defendida pela Real Academia, nos anos 90.

Sobre as perguntas: (2) Como se dá, atualmente, a difusão da língua espanhola por meio de suas políticas linguísticas? (3) O que subjaz à difusão de uma proposta de política linguística? observou-se que, desde o final do século XX até o presente, a difusão da língua espanhola, por parte da Espanha, tem no Instituto Cervantes (IC) o centro difusor e promotor da língua, no mundo. O IC compõe parte da política do Estado espanhol e, o massivo investimento na língua está calcado na proposta *Marca España*, que tem por objetivo colocar o carimbo espanhol em todos os seus produtos, e apostando na indústria cultural, capital cultural. Além de diversos centros culturais, no mundo, o Instituto Cervantes oferece aulas nas modalidades presenciais e via plataformas, mas tudo está pautado em um ideário do Estado que remonta ao passado. Este valor é usado para defender a ideologia que subjaz à proposta. Por outro lado, a língua, além de bem cultural, é apresentada e defendida como um bem econômico, rendendo divisas para o Estado espanhol.

A Argentina, por sua vez, apresenta uma proposta política que, segundo Varela (2007), com a criação do Mercosul, começou a refletir sobre este tema, o da sua política linguística. No entanto, conforme apontado por Bein (2004, 2006), Arnoux (2006) e Varela (2007), todos pesquisadores argentinos, a Argentina, assim como os outros países latino-americanos, não possuem uma sólida política linguística aos moldes peninsulares.

A Universidade de Buenos Aires, conforme dados levantados, possui um grande centro de ensino para estrangeiros e refugiados e falantes de línguas indígenas. Tanto a Espanha quanto a Argentina possuem seus próprios diplomas de certificação do idioma, o que constitui uma prática decorrente de suas políticas linguísticas. Arnoux (2005)

informou que a América não tem condições de competir com o forte mecanismo pan-hispânico que a Espanha possui. Infere-se não haver simetria entre os países hispânicos na questão da política linguística do espanhol, em razão de que a Espanha – neste contexto mundial do ensino da língua espanhola – se autolegitima, uma vez que no mercado é ela quem mais tem condições econômicas. Como abordei nesta tese, a América Hispano-americana está composta por nações jovens e ainda com muitos problemas sociais, o que não propicia por parte dos seus governos fazer um alto investimento em língua e outros recursos daí derivados como produção cultural.

Sobre as perguntas (4) Quais traços discursivos mais se destacam e/ou estão ressaltados nos textos digitais das agências de fomento que, de fato, propiciam seu discurso reiterativo sobre o valor do idioma? (5) O que compreende ou abarca esta reiteração sobre o idioma e em que ela, efetivamente, se pauta?, a proposta de análise de textos digitais buscou evidenciar os traços dos discursos eletrônicos que mais se evidenciavam, por parte das produções peninsulares, um discurso permeado de defesa da língua, em uma visão ideológica do idioma e da língua(gem) que se reflete no louvor à língua como língua comum e elo de união, bem como se pode evidenciar que o fator econômico é incisivo em seu forte investimento e promoção, pois o viés econômico igualmente pauta os discursos em defesa da língua como bem comum.

E, sob o olhar da economia, defende-se a língua como porta de entrada para os investimentos econômicos por parte do Estado espanhol no continente americano, que, como defendera Marcos Marín (2001), o espanhol do século XXI seria americano ou não seria. Por trás da defesa do idioma, grandes investimentos são feitos no mercado latino-americano. A esse respeito e como já anteriormente citado, a revista Times (2001) informou que a Espanha desembarcou na América Latina e incorporou empresas locais em uma nova forma de reconquista.

Por sua vez, o alto investimento no espanhol como língua estrangeira gera um grande mercado de divisas, o que torna a língua rentável para o Estado. Apresenta-se o viés cultural por meio do idioma; no entanto, o pano de fundo é outro. Trata-se da língua como um tapete para a aeronave do mundo dos negócios e os investimentos, conforme se evidenciou no projeto *Marca España*, a divulgação da língua como projeto de Estado.

Por outro lado, a Argentina em sua proposta recente, mesmo como Leonor Acuña (2011) informando que já atuam há mais de 30 anos, na promoção da língua, se comparada com a proposta peninsular apresenta avanços paulatinos e estes se dão, por meio de questionamentos e posicionamento dos implicados no processo do ensino de

espanhol como língua estrangeira. As indagações lançadas pela linguista argentina Leonor Acuña refletem um questionamento do lugar dos sujeitos do sul e o papel que ocupam na divulgação do seu idioma no espaço, por exemplo, do Mercosul, na indagação de que *la lengua no tiene dueño*. Neste cenário da política linguística argentina de difusão do espanhol, o Brasil, dentro do espaço do Mercosul, se apresenta como um grande parceiro de negociações e de divulgação do idioma, mas com ‘ritmos’ do sul, sem a égide do olhar peninsular, em que a linguista reclama de seu lugar de fala, o espaço de atuação. No entanto, somente o futuro dirá se de fato, a Argentina, apenas reclama seu lugar no espaço da difusão da língua espanhola em razão de voz própria e valorização do seu idioma e de suas variantes, ou se há outras razões, tais como, a rentabilidade que o idioma traz como língua estrangeira e se há um desejo de ocupar a dianteira na proa do barco que rema no Mercosul. As razões que movem os interesses dos linguistas são o idioma, no entanto, o Estado não é composto por linguistas. Deste modo, o estado pode se valer de linguistas, tornando-os difusores de seu próprio idioma, mas vendo a língua sob o viés do poder, ideologia e da economia, o que não representa necessariamente o olhar do linguista. Estas considerações, as que o Estado toma, não se referem ao proposto por Acuña (2006) em suas pertinentes indagações de cunho linguístico.

Isso aponta para a questão do ensino de espanhol como segunda língua e língua estrangeira, que passa a exigir dos sujeitos (linguistas e professores) envolvidos, igualmente, em sua promoção, nestes lados da América, a busca por uma identidade própria que se reflete em uma política linguística com feições particulares, prescindindo do aval último do olhar peninsular que remonta à palavra-chave das políticas linguísticas: “quem planeja para quem?”. Neste caso, pensadores do hemisfério sul, linguistas e professores, se apoiam em um modo de pensar sobre a língua, contemplando-a, além da visão prescritiva, mas, sobretudo, como elemento de interação, pautando-se em uma visão interacionista do idioma e do seu processo de aquisição, em que se vê na língua um meio de se construir a identidade do sujeito, interagir e não apenas reproduzir um modelo, tal como apontado por Varela (2007).

Em síntese, como o pensamento não é estático, a língua(gem) que o reflete também não o é, mas constitui constante movimento, o que pressupõe um processo dialético, com constantes reflexões e modos de agir com – mas precipuamente sobre – a língua quando se trata de políticas linguísticas, sem os ditames do Estado, ou seja, de uma proposta de política linguística importada. Em síntese, trata-se de (se) questionar, em busca de uma voz própria valorizando o local, que reflita o *modus operandi* local, etc.

Com isso, a busca está em que os sujeito/professor que nela e com ela atua, a partir de suas concepções calcadas em língua como recurso para interação, possa efetivamente ensinar (uma) língua estrangeira como uma língua mais, uma língua adicional para o aprendente, sem ser o professor agente reprodutor, mas crítico em seu fazer político-pedagógico. E isto pressupõe rever a língua(gem) estrangeira sobre a ótica freiriana, que havia antevisto e preconizado o hoje defendido pela Linguística Aplicada Crítica, (LAC), a língua como sendo intrinsecamente política, e o lugar que o sujeito/aprendiz ocupa no planejamento da aquisição da língua estrangeira não pode ser esquecido, opondo-se ao modelo tradicional em que o foco é o código, a norma, e não a interação do sujeito com a norma e as plurissignificações produzidas por meio do uso da língua que se dá no social.

Isso posto, às perguntas da tese foram encontradas algumas respostas. No entanto, elas não são respostas que se findam, pois pensar a língua e sua complexidade remete ao anteriormente citado por Bagno (2019) de que a língua é um pântano. Caminhar sobre esse tema exige cuidado, pois o leque que envolve língua nem sempre é difuso; muitas vezes, é opaco, e isso exige rigor e cuidado.

Pensar sobre a língua que se ensina, seus conceitos e tudo o que ela envolve e carrega, por outro lado, compreende se situar como sujeito, se (des)construir e (re)construir, revendo questões nas quais se está diretamente implicado. Pensar as políticas linguísticas não constitui mudar o olhar sobre a língua que se ensina e arrefecer a caminhada; antes, ao contrário, auxilia a caminhada, pois passa a se constituir um modo de se rever e se posicionar diante do mundo. E as trilhas das políticas linguísticas, desde que haja rigor e não se confunda com militância, passa a constituir um tema instigante e profícuo. No entanto, a política linguística, no começo, parece uma rua estranha, inóspita, mas quando se detém o olhar por sobre ela com cuidado, entende-se que o homem, o sujeito é, por natureza, político e aí, quando se volta, e se passa novamente por seus caminhos (leituras) e os seus percalços (sua complexidade) é que se passa a entender a língua sobre outro ângulo, o que só acrescenta um outro olhar sobre o objeto de trabalho. Mas também cabe perguntar, como professor de língua estrangeira: qual caminho trilhar? Adotar uma das propostas políticas desses países ou adotar a minha própria como hispanista brasileiro? Confesso que ainda me sinto em dúvida, porque o percalço é mais denso e prefiro não afirmar, mas refletir. A indagação não terminou, mas a rua já está sob a mira dos meus olhos e nela fito e me indago. Quiçá propostas surjam, mas daqui a algum tempo. Se me perguntam: então, a que porto você quis chegar?, eu irei responder com outra pergunta: aportei, mas ainda não conclui, nada está concluso, pois o percurso é

complexo e sua construção se dá no dia-a-dia, uma vez que a cada busca, aparentemente, surge uma possível resposta e esta, por sua vez, faz parte de uma intrincada rede de sentidos outros.

No entanto, a dúvida conduz a outros portos, e esta trilha retoma o dito antes, ao citar no preâmbulo deste capítulo, em que Butler e Spivak (2018) em seu livro, perguntam: *Quem canta o Estado-Nação? Língua, política e pertencimento*, ao expor dois fatos, com algo em comum: o caso do índio Terena que, em julho de 2015, na abertura do XI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, em MS, cantou o hino nacional brasileiro, em seu idioma próprio, o Terena. E o caso de “residentes ilegais”, em 2006, nos Estados Unidos, terem ido às ruas, em movimento de protesto, por seus direitos e terem cantado o hino norte-americano em espanhol. E uma pergunta que surge, por parte das autoras é: “a quem pertencem esses hinos?”.

Essa situação me fez pensar no caso de nós, professores de língua estrangeira, em nossa ação como professor/sujeito crítico, e, no meu caso particular, como professor brasileiro de língua espanhola a refletir sobre: *de onde eu olho? Do meu percurso! No ensino dessa língua, como devo proceder? Isto é, minha ação consiste em somente ensinar (um)a língua, seguindo (todos) os acordes do hino (do idioma), ou fazendo acordes outros que eu os julgo necessários como professor? O que quero expressar com isso? Eu me porto como um fiel vassalo e cumpro todos os conteúdos que me são passados, ou me posiciono e considero outros fatores que incidem em minha práxis profissional? Como afirma Camus (2004), “Começar a pensar é ser atormentado”.*

E qual hino devo entoar? Os acordes peninsulares, os acordes argentinos ou os acordes brasileiros? Insisto e volto a afirmar que continuo na rua das políticas linguísticas; contudo, não em uma rua que eu busque repetir ou perpetuar um modelo só de língua normativo, não no intuito de corroborar com uma idealização, mas em uma ação de repensar criticamente a língua do outro em um processo dialógico com a proposta do outro. Porque se por um lado, a política linguística se restringe à esfera do Estado, por outro lado, repensar a língua e atuar em seu processo teórico e verticalizar em suas reflexões suscita por parte dos sujeitos envolvidos, não mais do Estado, mas dos cidadãos que atuam com a língua, repensá-la sobre o viés da linguagem, como citado no capítulo inicial, tomando por base a concepção de Castilho (2003) que, ao abordar o termo língua(gem), faz referência a uma abordagem multissêmica; esta é um amalgama de semântica, discurso e gramática, pois este pesquisador brasileiro concebe a língua em uma visão socio interacional.

Como afirma Benedetti (2009, p.17), “É somente quando alguém chega a perceber que uma rua não lhe é estrangeira que a rua para de vê-lo como um estranho”.

Entendo que entre as indagações outras que surgem ao se pensar nas políticas linguísticas é que estas suscitam questões que envolvem a posição que o sujeito (aluno[a] e professor[a]) ocupam, seu lugar de fala, sua formação pelo viés político linguístico em uma conscientização sobre seu papel político no ato de ensinar e de aprender, que não restringe a língua tão somente ao lúdico, mas perpassa o político, e quanto a exigências de questões que envolvem a participação desses sujeito em temas como as políticas públicas de ensino, estas, eu as compreendo como estando intrinsecamente ligadas ao sujeito/professor e pesquisador, pois é por meio dessas que é possível questionar as propostas do Estado, a normatização, a visão *una* de língua que inexiste, e, por esse meio, questionar o que se aprende e por quê, o que se ensina e para quem e qual língua, de fato, se ensina. Como, atualmente, não trabalho com formação de professores, mas em um bacharelado de línguas estrangeiras aplicadas ao multilinguismo no ciberespaço, qual seria a finalidade, de fato, das línguas estrangeiras nos currículos acadêmicos? A universidade defende o multilinguismo, mas, seus currículos apresentam só línguas hegemônicas. Seu ensino incorre em se ater às variedades de prestígio dessas línguas? Sob qual ótica estas línguas são incluídas nos currículos? Em razão de uma política linguística? E qual a política linguística dos países dessas línguas estrangeiras ensinadas, presentes nos currículos universitários? E que língua é ensinada, uma língua estrangeira internacional, global, etc.

Retomo Leite (2005, p.9), em desafios do século XXI; ao prefaciar a obra de David Crystal, A revolução da linguagem, ressalta que “No Brasil, o dilema que se defrontam os professores de português diante da variedade dialetal existente é qual a norma a ensinar: a local ou a abstrata homogeneizadora?” E retomo este dilema para a área do espanhol como língua estrangeira: ensinar uma língua estrangeira abstrata, ou uma língua local de um dos países do universo hispânico?

Por meio de reflexão e criticidade é possível rever que, ao ensinar essas línguas hegemônicas não se pode incorrer no ato de pensar seu ensino, de modo hegemônico, mas com o olhar para o universo, para o plural, repensado igualmente o espaço de outras línguas, sua valorização, e para a diversidade linguística. Há um provérbio eslovaco que sintetiza de modo singular o que se espera em um espaço multilíngue e o modo de pensar multilíngue sem valorização específica em detrimento de uma única língua, citado por Crystal (2015, p. 71): “ A cada nova língua se adquire uma alma nova”.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Marcos César. **Sociedade, norma e poder: algumas reflexões do campo da Sociologia**. (pág. 183-196) in: BAGNO, Marcos. (Org.) *Linguística da norma*. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012
- ÁLVAREZ, María Jesús Torrens. *Evolución e historia de la lengua española*. Madrid. Arco/Libros. S.L., 2007
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México.Fondo de cultura económica.2ed.1991
- BAGNO, Marcos. (Org.) **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola. 2012
- _____. **Língua, Linguagem e Linguística: pondo os pingos nos ii**. São Paulo: Parábola Editorial. 2014
- _____. **Dicionário Crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017
- _____. **Objeto Língua**. São Paulo: Parábola, 2019
- BAKTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12 ed. São Paulo: Hucitec. 2006
- BALTÉS, Carlos. **España en el corazón**, in: *La sociedad española en colapso. Un dilema español*. Madrid. Visión Libros. 2008
- BARTON, David. LEE, Carmen. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. São Paulo: Parábola, 2015
- BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013
- BENNASSAR, Bartolomé. *La España del Siglo de Oro*. Edición de bolsillo. Crítica: Barcelona. 2003
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa. Edições 70. 2011
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense. 1990
- BRINGHURST, Robert. **A forma sólida da linguagem: um ensaio sobre escrita e significado**. Trad. Juliana A. Saad. São Paulo: Edições Rosari.2006
- BURGOS, Elizabeth. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. 20ª edición. México: Siglo XXI S.A. 2007
- BURKE, Peter. PORTER, Roy. *Historia Social da Linguagem*. São Paulo:Unesp.1996.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento II: Da Enciclopédia a Wikipédia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

- BUTLER, Judith. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Quem canta o Estado-nação?:* Língua, política, pertencimento. Trad. Vanderlei J. Zacchi; Sandra Goulart Almeida. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas.** Tradução: Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial. 2007
- _____. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial. 2002
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et ali (Orgs.) **Quinhentos anos de Linguística do Brasil.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.
- CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). **Discurso da Mídia.** Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Trad. de Roneide Venancio Majer. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- CASTILHO, Ataliba de. Entrevista *in*: XAVIER, Antonio Carlos. CORTEZ, Suzana. (Orgs.) **Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da Linguística.** SP: Parábola Editorial.2003 (p.52-61)
- CHACON, Vamireh. **A Grande Ibéria: convergências e divergências de uma tendência.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15. 2005
- CHARADEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** São Paulo. Contexto. 2ª ed. 2012
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** S.P: Fundação Editora da UNNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.1988
- CORDEIRO JUNIOR, Jussaty Luciano (2014) As Múltiplas Matrizes discursivas da obra Os Sertões de Euclides Da Cunha. (Tese de Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais 2014
- CORREA, Djane Antonucci (Org.) **Política Linguística e ensino de língua.** Campinas, SP: Pontes, 2014
- COUTO, Hildo Honório do. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas.**São Paulo: Contexto. 2009
- CRYSTAL, David. **A revolução da linguagem.** Tradução Ricardo Quintana, consultoria Yonne Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.2005
- ELIA, Silvio **A língua portuguesa no mundo,** São Paulo: Ática. 1989
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discursos e mudança social.** Brasília: Editora UnB. 2008
- FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa.** São Paulo: Parábola, 2016

- FARACO, Carlos Alberto. ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer Norma Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 6a ed. São Paulo: Ática, 1998
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002
- HANKS, William F. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bahktin**. São Paulo: Cortez, 2008.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006
- JANSON, Tore. **A História das línguas: uma introdução**. São Paulo: Parábola, 2015
- KLEIMAN, Angela B. **Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações** in: LOPES, Luiz Paulo da Moita. (Org.) *Linguística Aplicada na modernidade recente*. SP: Parábola Editorial. 2013
- KLOSS, Heinz. *Research Possibilities on Group Bilingualism: A Report*. Quebec: International Centre for Research on Bilingualism (ICRB):. 1969
- LAGARES, Xoán Carlos. BAGNO, Marcos. **Políticas da Norma e Conflitos linguísticos**. São Paulo: Contexto. 2011
- _____. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018
- LAPESA, Rafael. *Historia de la Lengua Española*. 9a ed. Madrid: Editorial Gredos.1981
- LIMA, Paulo Butti de. **Arqueologia da política**. São Paulo: Perspectiva, 2016
- LOPES, Luiz Paulo da Moita. (Org.) **Linguística Aplicada na modernidade recente**. SP: Parábola Editorial. 2013
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- MAGALHÃES, Izabel. MARTINS, André Ricardo. RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica: Um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017
- MARCUSCHI, Luiz A. Entrevista in: XAVIER, Antonio Carlos. CORTEZ, Suzana. (Orgs.) **Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da Linguística**. SP: Parábola Editorial.2003 (p.132-140)

- MARTELETO, Regina Maria. **A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu** (p. 29-49) *in* Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação . (Orgs.) Regina Maria Marteleto e Ricardo Medeiros Pimenta. - 01. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2017.
- MORENO FERNÁNDEZ (2010). *Las variedades de la lengua española y su enseñanza*. Madrid. Arco/Libros SA. 2010
- MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. RAMALLO, Fernando. **Las Lenguas de España a debate**. Valencia: Uno y Cero Ediciones S.L. 2013
- MORRALL, JOHN. B. **Aristóteles**. Tradução Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 200
- MOTTA, Ana Raquel. SALGADO, Luciana. (Orgs.) **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011
- NETO, Antônio Fausto. GOMES, Pedro Gilberto. BRAGA, José Luiz. FERREIRA, Jairo. (Orgs.) **Midiatização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008
- NEVADO FUENTES, Charo. **El resurgir del español durante el siglo XVI**. *Cuadernos Cervantes*. nº 15. p. 13-21. Julio-agosto 1997
- NICOLAIDES, Christine. APARECIDO, Kleber Aparecido da. TILIO, Marcos. COSTA, Claudia Hilsdorf. (Orgs) **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2013
- ORLANDI, Eni P. **Política Lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007
- _____. **Língua e conhecimento lingüístico**. São Paulo: Cortez, 2002
- PARDO ABRIL, Neyla Graciela. *Discurso, Prensa e Impunidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia – Facultad de Ciencias Humanas – IECO 2007. pág.400. ISSN: 958-701-841-9
- _____. *Cómo Hacer Análisis del Discurso. Una perspectiva Latinoamericana*. Santiago de Chile, Frasis Ed. 2007. pág.221. ISSN: 9568170111
- _____. *Un Modelo Lingüístico para el Análisis Integral del Texto*. Bogotá, ICC. 1991. Coat. Lola Celeita Reyes. 201p.
- PEDRO. Emília Ribeiro.(Org.) **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho SA.1997
- RAMALHO, Viviane. RESENDE. Viviane de Melo. **Análise do Discurso (para a Crítica: O texto como material de pesquisa**. Campinas. S.P: Pontes. 2011
- RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Pólen. 2019

- ROCHA, Cláudia Hilsdorf. BRAGA, Denise Bértoli. CALDAS, Raquel Rodrigues (Orgs.) **Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015
- RÖD, Wolfgang. **O caminho da filosofia 1**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.2004
- ROLAND, Ana Maria. *Fronteiras da palavra, fronteiras da história: contribuição à crítica da cultura do ensaísmo latino-americano através da leitura de Euclides da Cunha e Octavio Paz*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997
- ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. 22. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- RUSS, Jacqueline. **Dicionário de Filosofia**. SP: Editora Scipione, 1994
- SECO, Manuel. *Gramática esencial del español*. Madrid: Espasa Calpe.2001
- SILVA, Francisca Cordélia Oliveira da. **A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil**. (Tese de Doutorado) Brasília: Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Universidade de Brasília. 2009
- SPOLSKY, Bernard. (Org.) *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press. 2012
- STEINBERG, Jonathan, **O historiador e a questione della lingua**, p.245-248, in: BURKE, Peter, PORTER, Roy. **História Social da Linguagem**. São Paulo:Unesp,1996
- SIGNORINI, Inês. **Situar a Linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial.2008
- TAMARÓN, Marqués de. (Org.) *El Peso de la Lengua Española en el Mundo*. Fundación Duques de Soria. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Valladolid. Valladolid. España. Gráficas Varona, 1995.
- TELLO, César (Org.) *Epistemologías de la Política Educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques*. Campinas. SP: Mercado das Letras, 2013
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- VAN DIJK, Teun A. **Cognição, Discurso e Interação**.3.ed.S.P:Contexto,1996
- VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**.2 ed.São Paulo: Contexto, 2015
- VILCHES, Lorenzo, *La lectura de la imagen. Prensa, cine, televisión*.9 ed. Barcelona: Paidós,1984
- XAVIER, Antonio Carlos. CORTEZ, Suzana. (Orgs.) **Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da Lingüística**. SP: Parábola Editorial.2003

Artigos

ALONSO, L. E. *Los mercados lingüísticos o el muy particular análisis sociológico de los discursos de Pierre Bourdieu*. *Revista de Estudios de Sociolingüística*, v. 3, n. 1, p. 111-132, 2002.

ARNOUX, Elvira Narvaja de. *El español global y la regulación de la discursividad en línea como piezas del dispositivo glotopolítico panhispánico* in: SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. ROCA, María del Pilar. *Políticas Linguísticas: declaradas, practicadas e percebidas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

BEIN, Roberto. *Políticas lingüísticas en la Argentina. Legislación y promoción de lenguas. Anales del I Congreso del Mercosur: Interculturalidad y Bilingüismo en Educación*, Ministerio de Cultura y Educación de la Provincia de Misiones, 2006, p.. 41-53.

_____. (Org.) **Legislación sobre las lenguas en la Argentina**. Proyecto UBACyT 2011-2017 “El derecho a la palabra: perspectiva glotopolítica de las desigualdades/diferencias”, dirigido por Elvira Narvaja de Arnoux. 2017

BENDICHO BEIRED, José Luis. **Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 30, nº 54, p.631-654, set/dez 2

DIAS, Daniela S. **O que vem a ser Nação no contexto atual?** *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 49 n. 196 out./dez. 2012

FANJUL, Adrian Pablo. **“POLICÊNTRICO” E “PAN-HISPÂNICO”:** **deslocamentos na vida política da língua espanhola** (p. 299-331) in: LAGARES, Xoán Carlos. BAGNO, Marcos. **Políticas da Norma e Conflitos linguísticos**. São Paulo: Contexto. 2011

GIRARDI JÚNIOR, Liráucio. **Pierre Bourdieu: Mercados Lingüísticos e poder simbólico**. Compós. Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação. *Revista Famecos, mídia, cultura e tecnologia*. Porto Alegre, v. 24, n. 3, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2017

LAGARES, Xoán Carlos. **Ensino do Espanhol no Brasil: Uma (complexa) questão de política linguística**, in: NICOLAIDES, Christine. APARECIDO, Kleber Aparecido da. TILIO, Marcos. COSTA, Claudia Hilsdorf. (Orgs) **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2013

LEIRNER, Piero C. **A formação do Estado numa perspectiva antropológica** in: LIMA.

Antonio Carlos de Souza.(Org.) in: *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

LIMA, Paulo Brutti de. **A arqueologia da república**. São Paulo: Perspectiva, 2016

MENZE, Clemens. **Carácter nacional y lengua según Wilhelm von Humboldt**. Trad. Pello Zabaleta. *Rev. int. estud. vascos*. 48, 1, 2003, 33-49 33

SANTOS, Felipe Nunes dos. SILAME, Thiago Rodrigues. *De Reis a Holanda: Um debate teórico acerca da construção do Estado e da Nação no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Habitus. Vol. 3. Nº 1. 2005

SPOLSKY, Bernard. **Proceedings of the 4th International Symposium on Bilingualism**, ed. James Cohen, Kara T. McAlister, Kellie Rolstad, and Jeff MacSwan, (p.2152-2164). Somerville, MA: Cascadilla Press, 2005

Artigos digitais

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. *Análise Social*, vol. XLV (195), 010, 329-351. <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1276642584P7pWR3yt7Kc33BD7.pdf>>

Acesso em 27 dez. 2017.

CARUSO, Francisco. OGURI, Vitor. **A eterna busca do indivisível: do átomo filosófico aos quarks e léptons**. 1997. <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v20n3/4954.pdf>>

Acesso em: 08 set. 2018.

COCK, Barbara de. **Instituciones españolas de cara a la difusión de la lengua. Con atención particular a la situación en Bélgica, Estados Unidos y Canadá**. *Bulletin hispanique. BHi*, Tome 110, nº 2 - décembre 2008 - p. 681 à 724. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/bulletinhispanique.823>> Acesso em 18 jun. 2019

CODATO, Adriano. **O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação** in: *Política & Sociedade, Revista de Sociologia Política*, v. 15, n. 32 (2016), <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p311/32083>> Acesso em 15 jun. 2019.

COSTA, Rafaella Contente Pereira da. *Memória Histórica e Coletiva: (Re)Construindo Teias na Vila Cearazinho*. XIV Abralic. Anais eletrônicos. 24, 25 e 26 de setembro. Universidade Federal do Pará. 2014. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2014_1434480698.pdf> Acesso em 28 agos. 2019.

- DIAS, Ana Luiza Krüger; PINTO, Joana Plaza. **Ideologias linguísticas e regimes de testes de língua para migrantes no Brasil.** *Rev. bras. linguist. apl.*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 61-81, Mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982017000100061&lng=en&nrm=iso> Acesso em 10 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6398201611006>
- FERNÁNDEZ, Mauro. *La representación social del español en las islas Filipinas.* (posição 8481-8787) in: Del Valle, José. *Historia Política del español: La creación de una lengua* (Beta Hispanismo nº 1) (*Spanish Edition*) . Editorial Aluvión. Edição do Kindle. 2015
- GABILONDO, Joseba. *Genealogía de la “Raza Latina”: para una teoría atlántica de las estructuras raciales hispanas por estructuras raciales hispanas.* *Revista Iberoamericana*, Vol. LXXV, Núm. 228, Julio-Septiembre 2009, 795-818. Disponível em: < <https://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/viewFile/6608/6784>> Acesso em 10 jan. 2019.
- GUIMARAES, Eduardo. **A língua portuguesa no Brasil.** *Cienc. Culto.* São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, junho de 2005. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015&lng=en&nrm=iso> Acesso em 10 dez. 2019.
- GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. **Vendo o passado: representação e escrita da história.** *An. mus. paul.*, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 11-30, Dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200002&lng=en&nrm=iso> . Último acesso: 7 de set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142007000200002>.
- GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus Pesquisa quantitativa. Esta é a questão? Universidade de Brasília. *Psicologia: Teoria e Pesquisa.* Mai-Ago 2006. Vol. 22, n. 2. p. 201-210. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>
- KAUFMAN, Jack. *The Revival of the Hebrew Language*, p.1-7, 2005. Disponível em: <<https://www.jefftk.com/files/revival.pdf>>
- LAGARES, Xoán Carlos. **O espaço político da língua espanhola no mundo.** *Trab. linguista. apl.* , Campinas, v. 52, n. 2, p. 385-408, dezembro de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

[18132013000200009&lng=en&nrm=iso](https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200009)>. acesso em 20 nov. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200009>.

LÓPEZ GARCÍA, María. LAURIA, Daniela. *Instrumentos lingüísticos académicos y norma estándar del español: la nueva política lingüística panhispánica* in: LEXIS. Revista de Lingüística y Literatura. Vol. XXXIII. Peru: Fondo Editorial, Universidad Católica del Perú, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/9764660/Instrumentos_linguisticos_academicos_y_norma_estandar_del_espanol_la_nueva_politica_linguistica_panhispnica?auto=download Acesso em 15 mai. 2019.

MARTÍN ACEBES, Ángel. *Importancia de la Lengua y la Cultura en la difusión de la «Marca España» El español en el mundo*, Anuário do Instituto Cervantes/2006-2007 p. 762-764. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_06-07/pdf/medios_08.pdf>. Acesso em 02 dez. 2018.

MARTINS, Wellington Anselmo. **Semiótica de Charles Peirce: o Ícone e a Primeiridade**. Revista Contemplação, 2015 (12), p.237-250. Disponível em: <<http://fajopa.com/contemplacao/index.php/contemplacao/article/view/93/95>> Acesso em 24 jan 2020

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Política linguística e internacionalização: uma língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI**. Trab. linguista. apl., Campinas, v. 52, n. 2, p. 409-433, dezembro de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de janeiro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132013000200010>.

OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales. **Memória Individual e Memória Coletiva**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 13, pp. 339-348 Janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/memoria-individual-e-coletiva#_ftn1> Acesso em 15 dez. 2019

PARQUETT, Marcia. **As dimensões: políticas sobre o ensino da língua espanhola no Brasil: tradições e inovações**. 2009. HISPANISTA - Vol X nº 38 – julio – agosto – septiembre de 2009 Revista electrónica de los Hispanistas de Brasil. Disponível em: <<http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/287-2.pdf>> Acesso em 15 dez. 2019.

PARDO ABRIL, Neyla Graciela. CELIS, Juan Ruiz. *Construcción de la Matriz Neoliberal en el Discurso Público: Estrategias de Semiotización*. Cadernos de Linguagem e Sociedade. Brasília: UnB. 17(1), 2016. <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/viewFile/17842/13668>> Acesso em 15 out. 2017.

PARDO ABRIL, Neyla Graciela. **Estudios críticos del discurso multimodal y multimedial: desplazamiento forzado.**

http://virtual.uptc.edu.co/memorias/index.php/colo_ana/colo_ana/paper/view/1094/1087

Acesso em 17 out. 2017.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Análise Crítica Do Discurso: uma proposta para a Análise Crítica da Linguagem** in: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. 2005. <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>> Acesso em 14 set. 2017.

RODRÍGUEZ, Laura Graciela. **Los hispanismos en Argentina: publicaciones, redes y circulación de ideas.** Disponível em:

<<https://journals.openedition.org/cal/3655?lang=es>>. Acesso em 10 jul. 2019.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) Linguística(s) e Questões de Poder. Alfa, São Paulo, v. 57(2), p. 451-473, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alfa/v57n2/06.pdf>> Acesso em 12 jul.2017

SILVA, Elias Ribeiro da. **A Pesquisa em Política Linguística: Histórico, Desenvolvimento e Pressupostos Epistemológicos.** (2013). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a07v52n2.pdf>> Acesso em 18 mar. 2019.

SILVA, Ivete Souza da. **Hélio Oiticica, Augusto Boal e Paulo Freire: Proposições Antropofágicas e Interculturais.** p. 1852-1866, 2005 in: XXVI CONFAEB. Fortaleza, Ceará. 5 a 9 de nov de 2015. Disponível em: <<http://faeb.com.br/admin/shared/midias/1466123876.pdf>> Acesso em 15 fev 2020

VELARDE FUERTES, Juan. **El español como base del desarrollo.**

<<http://www.eumed.net/cursecon/textos/Velarde-esp.htm>> Acesso em 05 jul. 2016.

URZÊDA FREITAS, Marco Túlio de, PESSOA, Rosane Rocha. **Rupturas e continuidades na Linguística Aplicada Crítica: uma abordagem historiográfica.**

Revista Caleidoscópio. Unisinos, Vol. 10 N. 02 ⌘ mai/ago 2012. Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2012.102.09/1020>>.

Acesso em 17 dez. 2019.

ZAGO, Luis Henrique. **O método dialético e a análise real.** *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 109-124, junho de 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2013000100006&lng=en&nrm=iso> Acesso: 21/dez/2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2013000100006>.

Textos e documentos em meio digital

ACUÑA, Leonor. *La lengua, entre dueños y hablantes*. (2011). Disponível em: <https://www.clarin.com/rn/literatura/El_idioma_como_recurso_0_SyLxoa2Pml.html> Acesso: em 25 mai. 2019.

Anuarios del Instituto Cervantes in *El Español en el mundo*. <<https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/>> Acesso em 14 set. 2019.

El reto del castellano. <<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0005.html>> Último acesso em 19 nov. 2015.

MORA, M. *El Cervantes certifica que el español avanza como segunda lengua en EEUU*. 2005. UU. <<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0001.html>> Acesso em 11 out. 2015

Leer en español. <http://www.cuadernos cervantes.com/enportada_33.html> Acesso em 12 out 2016.

MARCOS MARÍN, Francisco, *El español, segunda lengua internacional*. 2001. <<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0031.html>> Acesso em 30 nov. 2015.

El español es el idioma más tuiteado por los líderes mundiales. Agencia efe. 04/05/2015 <<http://www.fundeu.es/noticia/el-espanol-es-el-idioma-mas-tuiteado-por-los-lideres-mundiales/>> Acesso em 04 jul. 2015.

El Rey anima al Cervantes a internacionalizar la cultura española. 2000 <<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0017.html>> Acesso em 05 set 2018.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. **Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna**. 2014, p. 75-76. Civitas -Revista de Ciências Sociais. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16181>> Acesso 05 jan.2020

MORALES FERNÁNDEZ, Clara. *La mina de oro del español está en la web*. <http://cultura.elpais.com/cultura/2015/04/27/actualidad/1430126641_580819.html> Acesso 12 Jun 2015.

MORA, M. *Lodares escribe sobre la tradición religiosa del nacionalismo lingüístico*. <<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0044.html>> Acesso em Jul 2018

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco, ROTH. *Atlas de la Lengua Española*, 3 ed. 2016. Editora Ariel: Madrid. Espanha.

<https://www.academia.edu/30865192/Atlas_de_la_lengua_espa%C3%B1ola_en_el_mundo_-_3a_ed._ampliada_y_actualizada._2016>

MOURE, José Luis. **La lengua propia como ejercicio de la identidad**. 2017 https://www.clarin.com/revista-enie/ideas/lengua-propia-ejercicio-identidad_0_SJEovdUDW.html

PILAR LÓPEZ, María. **Entrevista a María Pía López Directora del Museo del Libro y de la Lengua para Exlibris, revista del Departamento de Letras de FFyL, UBA. 2011.** <<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/exlibris/article/viewFile/423/292>> Acesso em 18 ago.2017

Somos uno, pero no el mismo. 2011. Disponível em:

<https://www.clarin.com/rn/literatura/La_lengua_en_la_escuela_0_SyQeoT3wQx.html>

Acesso em 15 set. 2019

Livros digitais

BORGES, Jorge Luis. **Elogio de las sombras**. 1969. Disponível em: <<https://arquetipoeducativo.blogspot.com/2016/12/libro-gratuito-en-pdf-elogio-de-la.html>>

FELLMAN, Jack. *The revival of Classical Tongue: Eliezer Bem Yehuda and the Modern Hebrew Language*. De Gruyter, Inc. 1973. ProQuest Ebook Central, <<https://ebookcentral.proquest.com/lib/univbrasil-ia-ebooks/detail.action?docID=3042047>>

E-books (Kindle)

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasiliense. Edição do Kindle. edição eBook, 2017
DEL VALLE, José (ed.) *¿La lengua, patria común?: Ideas e ideologías del español*. (Lengua y Sociedad en el Mundo Hispánico n° 17) (*Spanish Edition*) . Iberoamericana Editorial Vervuert. Edição do Kindle. 2007

_____. *Historia Política del español: La creación de una lengua* (Beta Hispanismo n° 1) (*Spanish Edition*) . Editorial Aluvión. Edição do Kindle. 2015

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: Guia prático da linguagem sociológica**. Zahar. Edição do Kindle. 1997

LÓPEZ GARCÍA, Ángel. *El boom de la lengua española. Análisis ideológico de un proceso expansivo* (*Spanish Edition*) . Biblioteca Nueva/Digitalia. 2007

LÓPEZ GARCÍA, Ángel. *La lengua común en la España plurilingüe* (Lengua y Sociedad en el Mundo Hispánico n° 24) (*Spanish Edition*). Iberoamericana Editorial Vervuert. Edição do Kindle. 2009

LÓPEZ GARCÍA, María. *Nosotros, vosotros, ellos. La variedad rioplatense en los manuales escolares* (*Spanish Edition*) . Miño y Dávila editores. Edição do Kindle. 2015

MARCOS MARÍN, Francisco A. Marcos. **Los retos del español** (Lengua y Sociedad en el Mundo Hispánico n° 16) (*Spanish Edition*) . Iberoamericana Editorial Vervuert. Edição do Kindle. 2006

ZIMMERMANN, Klaus. **Política del lenguaje y planificación para los pueblos amerindios: Ensayos de ecología lingüística** (Lengua y Sociedad en el Mundo Hispánico n° 5) (*Spanish Edition*) . Iberoamericana Editorial Vervuert. Edição do Kindle. 1999

E-books (Google Play Livros)

MONTRUL, Silvina. *El bilingüismo en el mundo hispanohablante*. Silvina Montrul. (*Spanish Edition*). Wiley-Blackwell editores. Edição do Google Play. 2013

SALGADO, Samyr. **El Osquitar, el fuego y las pulguitas**. in: Walsh, Catherine. *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir* (Pensamiento decolonial) (*Spanish Edition*) . Editorial Abya-Yala. Edição do Kindle.

WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir* (Pensamiento decolonial) (*Spanish Edition*) . Editorial Abya-Yala. Edição do Kindle. 2017

Anexos

1. Textos digitais da Espanha

Disponíveis em <<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa.html>>

Texto 1. *El español, segunda lengua internacional*

Texto 2. *Leer en español*

Texto 3. **Español, el valor económico de las letras**

2. Textos digitais da Argentina

Disponíveis em <<https://www.clarin.com/tema/especial-el-castellano.html>>

Texto 4. **La lengua, entre dueños y hablantes**

Texto 5. **Una lengua para muchos**

Texto 6. **Dejar constancia de lo que se dice**

Texto 1:

LA RAZÓN, viernes 12 de enero de 2001

El español, segunda lengua internacional

FRANCISCO MARCOS MARÍN

El español es hoy una lengua de cohesión, un medio de comunicación, un modelo literario que lo convierte en una lengua internacional. Una lengua emergente que, en los primeros días del siglo XXI, supera los cuatrocientos millones de hablantes y que se dispone a afrontar retos extraordinarios como son la consolidación en Estados Unidos, la proyección en Brasil y el creciente interés en Extremo Oriente, además de una mayor presencia de contenidos en Internet.

La lengua española reúne varias características que le confieren indudables ventajas: es muy coherente, dentro de su diversidad y, entre todas las occidentales, tiene el porcentaje más alto de hablantes para quienes es lengua materna, dentro de su territorio. La unidad en la diversidad permite la distribución universal de los productos de creación, tanto literaria como científica o técnica y, además, da a quien la aprende una inmediata sensación de poder usarla. La tarea fundamental de una institución de todos es administrar para todos. La ley define el Instituto Cervantes como una institución sin ánimo de lucro dedicada a la promoción universal del español y la cultura en español. Los recursos generados por una lengua pertenecen a toda la sociedad, a la gran comunidad plurinacional a la que sirve el Instituto Cervantes. La acción lingüística de España tiene que hacerse con los ojos puestos en América, como la Real Academia y la asociación de Academias ya están haciendo.

El Instituto Cervantes se ha convertido, en casi diez años, en una referencia esencial, lo cual ha sido posible gracias a la constante presencia de diversas entidades sociales en sus programas y actividades; a mostrar, en suma, un talante moderno acorde con las reglas de las sociedades abiertas y liberales. Pongámonos ante casos concretos. El Instituto Cervantes dispone ya de un método de enseñanza del español como segunda lengua, que se adapta a las diversas lenguas y situaciones en cada uno de sus 34 centros en todo el mundo. Esta decisión se basa en un argumento rigurosamente científico que es impuesto por la necesidad de enseñar una lengua a todos los hablantes de todas las demás. La validez del modelo se confirma de manera rigurosa por el hecho de que ni el British Council –con el imponente peso de la lengua inglesa– ni el Instituto Goethe –con su ejemplar labor divulgadora– hayan elaborado, tras una larga experiencia, un manual para todo el mundo, sino un método, como el que ofrece el Instituto Cervantes.

Ir más allá de esto sería como si el Ministerio de Educación de cualquier país de nuestro entorno, además de elaborar el plan de estudios, redactara y publicara un manual obligatorio y cobrara por ello. [...]

Hoy por hoy el Instituto Cervantes es una institución sin ánimo de lucro, dedicada a tareas de distribución y servicios. Existe para que la sociedad hispanohablante se beneficie de él y a través de él proyecte su gran pulso creativo. Por ello los beneficios del Instituto Cervantes son los beneficios de la sociedad española y de la sociedad iberoamericana.■

<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0031.html>

Texto 2**LEER EN ESPAÑOL**

Estas fechas de apología de la lectura son propicias para unas consideraciones sobre lo que significa leer en español, por un lado, y sobre la política cultural y lingüística que siguen las distintas Administraciones Públicas. De un lado y otro se lanzan campañas millonarias financiadas por las arcas del Estado para que se lea más. Autores, editores, libreros y políticos coinciden en promover la lectura en un país como el nuestro, en el que las cifras estadísticas son desoladoras. Muchos españoles aseguran no haber leído nunca un libro, otros tantos lo tendrán a gala. Pero, ¿qué efecto tienen estas llamadas a la lectura revestidas por jóvenes o cotizados diseñadores? ¿Realmente va a leer más el ciudadano por que se le diga un logotipo de diseño? ¿No estaremos errando el camino? Las cifras nos ofrecen paradójicos datos: el español no lee (casi) pero, año tras año, aumenta la producción editorial. Cada vez se publica más. Se publican ediciones primeras, reediciones, clásicos nunca antes descubiertos, rarezas bibliográficas... Se podría decir, exagerando, que los españoles quizás no leen porque están demasiado ocupados en publicar. Para promover el libro en español hay otros caminos que las campañas gubernamentales. Habría acaso que empezar por una crea conciencia de lo que en verdad significa leer en español.



Leer en español es un privilegio. Participamos de una comunidad lingüística de millones de personas con un patrimonio cultural de calado milenario, que aúna el elemento grecolatino con el germánico, el árabe y el indígena en América. Si hace años se hablaba del día de la raza, del día de la Hispanidad, como exaltación de conceptos imperiales desfasados, que poco tienen que ver con esta comunidad que habla español, habría que revisar con cuidado lo que nos une, que no es la raza, sino esa patria común que es el idioma. Aún hoy se cree que los inmigrantes hispanoamericanos en los EE UU se sienten unidos por un sentimiento de "raza latina". Pero no es así: la verdadera *alma mater* de todas estas gentes no es sino la lengua española, que les permite medrar espiritualmente dentro de la gran diversidad del mundo hispánico. Leer en español es una de esas prerrogativas que aún no se ha valorado lo suficiente.



Desde ambos lados del océano hay que tomar conciencia de este hecho. Desde nuestros clásicos literarios hasta el *boom* de la literatura hispanoamericana. El español, sin embargo, ya es una lengua de allá. Nueve de cada diez hispanohablantes han nacido a ese lado del Atlántico. También la literatura española prelude en cierto modo ese esplendor americano. Las *Sonatas* de Valle-Inclán o *La Catira* de Cela son buena muestra de esa simbiosis entre lo español y lo hispanoamericano que vemos también en Vargas Llosa. Las memorias del Marqués de Bradomín, ese don Juan "feo, católico y sentimental", recrean esas Indias legendarias, de mulatos, tiburones y criollas como la hermosa Niña Chole a la que pretende el viejo y modernista hidalgo español. Es inevitable la atracción que sentimos en la península por las Américas, así como la que sienten allá por la "Madre Patria". Don

Ramón María, como Don Camilo, no sólo evocan paisajes reales, sino también el paisaje

de la lengua. Tanto el español mexicano de las *Sonatas* ("Una voz femenina le grita desde lejos: -¡Che, moreno!... -¡Voy horita!... No me dilato"), como el venezolano de *La Catira* son artificios literarios que muestran la fascinación que une a las diversas culturas hispánicas y que nos hace sentir hermanados en la lengua. Esto es un activo en términos culturales que hay que potenciar, un sentimiento de hermandad literaria que propiciará sin duda el avance del libro en español.

Hoy se traduce más que nunca a nuestros autores. No hay más que pasear por las librerías de Nueva York, ciudad que ya cuenta con dos millones de hispanohablantes, para darse cuenta de ello. Las estanterías están llenas de los últimos libros en traducción de Vargas Llosa (como *Death in the Andes-Lituma en los Andes*) o Javier Marías (*All souls-Todas las almas*), que ha sido parangonado con las grandes firmas de la literatura sajona. Por desgracia el dudoso *canon* de Bloom aún ignora una realidad tan pujante como es la literatura en español. Sea este un reproche más a *El canon occidental*, tan centrado en el mundo anglosajón, que no merece tal nombre. El reto ahora, en este comienzo de siglo, es solventar tal injusticia promoviendo la literatura española e hispanoamericana en traducción.

Pero leer en español es un privilegio que se ha de preservar, ya que parece en peligro paradójicamente en la propia España. La desafortunada polémica en torno a las palabras del Rey ha puesto de manifiesto la necesidad de no hacer de las lenguas caballos de batalla en la lucha política. Se dijo que el español no era lengua de encuentro, sino de imposición. Ha podido ser así en algunas etapas históricas, pero, la política lingüística de algunas comunidades autónomas ha llevado al absurdo la exaltación de la lengua vernácula en detrimento del español, hablado ya por medio mundo y en franca expansión. Lamenta Gregorio Salvador que, pese al gran vigor del español en el mundo, la paradoja actual es que "el único lugar del mundo donde la lengua está perdiendo usuarios, donde a sus hablantes se les pueda negar la posibilidad de educarse en ella, de recibir en ella sus enseñanzas, sea desdichadamente la propia España". Este hecho ha sido notado por los organismos internacionales para la protección de los derechos fundamentales, como una posible violación del legítimo derecho a expresarse y vivir en español, tanto como en cualquier otra lengua de las que nuestra constitución ha consagrado.

Concluyamos con esta doble paradoja: por un lado, se edita más que nunca, pero no se lee. Por otro, se incentiva la dudosa "normalización lingüística" de las otras lenguas y dialectos españoles mientras se abandona la lengua de unión. Ya ha sucedido, en el plano académico, con la decadencia de las Humanidades, el abandono del griego y el latín, lenguas de cultura y de encuentro. ¿Ha de pasar lo mismo con el español en la propia España?. En una viñeta de El Roto aparecida en *El País* (9 de junio de 2001) se ilustra esta triste paradoja en la figura de un provector togado que se pregunta "¿Qué sentido encontráis en abandonar griegos y latines...y proteger los bables?" He aquí el absurdo de ese sentimiento de patria chica que tantos males viene causando en nuestra sociedad, eso que los italianos denominaron *campanilismo* y que viene a poner trabas en la maravillosa comunidad lingüística que participa de la lengua española en Durango, Hospitalet y Ciudad de México. Quizás, como afirma el diputado Anasagasti (en entrevista a *El País* del 24 de junio), dentro de 20 años todos hablarán el euskera en el País Vasco, quizás dentro de 20 años tengan que leer las *Sonatas* en traducción. ¿Qué mayor despropósito? ■

ILUSTRACIÓN DE PORTADA: Don Ramón María del Valle-Inclán. Óleo por Juan de Echevarría.

http://www.cuadernos cervantes.com/enportada_33.html

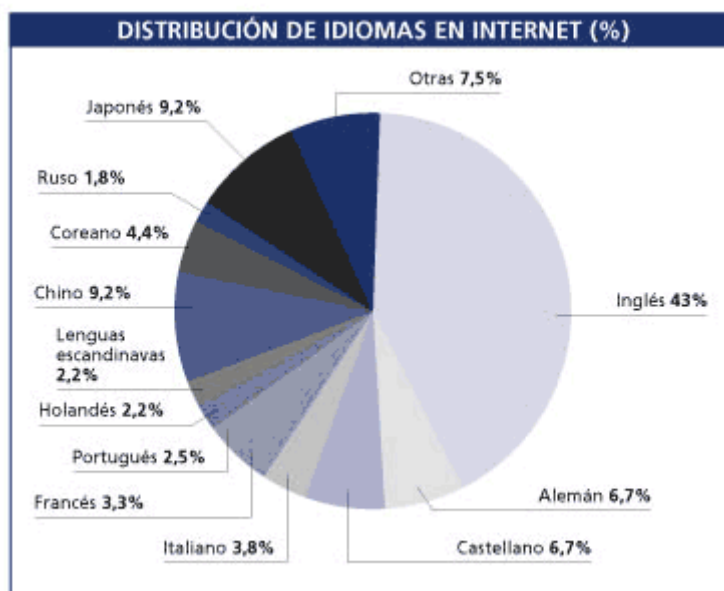
Texto 3

ABC Economía, domingo 12 de mayo de 2002

Español, el valor económico de las letras**La sociedad de la información y el conocimiento ha convertido a la lengua española en un sector estratégico de la economía**

Covadonga Fernández, Madrid

En una sociedad donde los mercados maduros empiezan a mostrarse saturados de bienes duraderos, el idioma, además de seña de identidad y cultura, se convierte en un valor económico. Y en este nuevo contexto, donde las letras se cuentan en números, las del alfabeto español gozan de una situación envidiable: las comparten 400 millones de personas, es el lenguaje común de la mayoría de los países del continente americano y es la segunda lengua más hablada y la que más crece en Estados Unidos.



La sociedad de la información ha convertido al idioma español en un sector estratégico de la economía. El turismo idiomático genera más de 255 millones de euros al año en España, la publicidad en castellano en los medios estadounidenses factura más de 2.400 millones de dólares, y la música latina recauda cifras superiores a los 600 millones de dólares al año.

Pero el negocio del idioma no termina aquí. La industria vinculada a las tecnologías lingüísticas facturó el año pasado 10.000 millones de dólares en todo el mundo. A pesar de estos resultados, la economía española no ha sabido aprovechar, todavía, las incontables oportunidades que le brindan las autopistas de la información.

Esta falta de implicación en el desarrollo del tratamiento tecnológico de la lengua puede derivar en una pérdida de influencia política y económica en el futuro. En la actualidad, los contenidos de la mayor parte de las páginas de español en internet están realizados por empresas extranjeras. Y ello es así, porque la mayor parte de correctores ortográficos, traductores automáticos, diccionarios y demás artilugios para el tratamiento del lenguaje han sido fabricados en Estados Unidos, Francia, Alemania o el Reino Unido, que son los países donde se concentran la mayoría de las industrias vinculadas a este sector.

Un dato significativo es que la responsable del tratamiento computacional de español en Microsoft es una española.■

<http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0049.html>

Texto 4

SECCIONES

**Clarín** REVISTA Ñ

La lengua, entre dueños y hablantes

Lingüista, investigadora del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano y actual vicedecana de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, la autora de este artículo dirigió el equipo que estableció el programa de enseñanza de castellano para extranjeros en esa casa de estudios.



EL CASTELLANO. Como lengua extranjera tiene su versión local.

02/09/2011 - 18:12

[Especial El Castellano](#)

Si la lengua tiene un dueño, ¿cuáles son las consecuencias de eso? ¿El dueño puede impedir que otros la usen? ¿Puede ponerla en venta, alquilarla, retirarla del mercado? ¿Cómo hacen los hablantes para usarla? ¿Tienen que pedir permiso? El desarrollo argentino de la enseñanza del español a alumnos extranjeros reavivó disputas sobre la lengua que estaban quietas desde hacía unas décadas.

En las polémicas decimonónicas, Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez y Domingo F. Sarmiento contribuyeron a establecer nuestro derecho a hablar y a escribir como argentinos. Cuestionaban la autoridad peninsular para legislar, opinar y criticar nuestros usos lingüísticos. Unos años más tarde, Jorge Luis Borges enfrenta las críticas de Américo Castro, compara las variedades española y argentina y derrota burlescamente a la peninsular.

En la década de 1980 se inicia el desarrollo de la enseñanza del español como lengua segunda y extranjera (ELSE). Casi sin saberlo, los profesores ocuparon un lugar decisivo en la vieja disputa cuando obviaron la gramática escolar y definieron las reglas que ordenaban el voseo, los usos de los tiempos pasados, los pronombres de objeto directo e indirecto e incluyeron el léxico argentino en sus materiales de aula.

Podríamos decir que la pelea por la lengua se desarrolla actualmente en tres escenarios diferentes con tres comunidades de hablantes distintas: a) los especialistas de ELSE que reclaman un lugar para las variedades dialectales americanas, fuera de las directrices académicas peninsulares, b) la escuela brasileña que debe garantizar la oferta de enseñanza de español en su nivel medio y c) los pueblos aborígenes argentinos que reclaman su derecho a ser bilingües.

¿Ustedes enseñan el verdadero español?

A fines de la década de 1980 nace la enseñanza del español como respuesta a las demandas de nuevos extranjeros que llegan como inmigrantes, expatriados y turistas educativos. Aunque en la Argentina se usan indistintamente los términos “español” y “castellano” para denominar la lengua, en la docencia para extranjeros se unifica el nombre de la lengua en el de “español”. Se llama extranjera a la lengua que se aprende fuera de su contexto de uso y segunda a la que se aprende en el medio en que también se la habla. En nuestro país, se emplea Español Lengua Segunda y Extranjera (ELSE) para referirse a la especialidad que abarca las dos características de enseñanza y que se transformó rápidamente en una industria cultural que vincula investigación universitaria, turismo idiomático, propuestas editoriales y creación de puestos de trabajo en todas esas áreas.

Hacia 1980 comenzaron a llegar extranjeros con características diferentes de la inmigración tradicional. Familias coreanas y taiwanesas venían a instalarse en nuestro país. Casi al mismo tiempo, vinieron también estudiantes europeos y norteamericanos interesados en la literatura hispanoamericana y por los hechos sociales de la región. Tenían el propósito de estudiar temas de política, literatura y economía en nuestras universidades, por unos meses o tal vez por un año. Es la primera vez que las universidades argentinas tienen una presencia significativa de extranjeros alóglotas.

Terminando los 80, empezaron las privatizaciones de las empresas estatales de servicios y, como consecuencia, comenzaron a llegar directivos, profesionales y empleados extranjeros que necesitaban aprender español.

La crisis social y política que estalló en diciembre de 2001 tuvo como una de sus consecuencias el abaratamiento del costo de vida para los extranjeros. De acuerdo con los relevamientos anuales de Cancillería y la Asociación Argentina de Docentes de Español (AADE), entre 2004 y 2007, el número de estudiantes extranjeros se incrementó en un 138 %. Desde entonces se registra un crecimiento anual de aproximadamente el 10%.

Estos alumnos demandan cursos de español organizados a partir de su propia experiencia del aprendizaje de lenguas extranjeras y necesitan además alcanzar por lo menos niveles intermedios, lo que exige una profesionalización de la especialidad. En la actualidad existen instituciones públicas y privadas que dictan cursos individuales y grupales, capacitan a docentes, preparan material didáctico y trabajan en la elaboración de exámenes bajo estándares de calidad internacional.

En ese marco, como dijimos, la variedad del español de la Argentina se afianza en el aula. Al mismo tiempo convive con la habitual “inseguridad lingüística” que hace que el mismo hablante nativo diga que “en la Argentina se habla mal”, que “hablar de vos es incorrecto”, que en otros lugares se habla mejor. Para muestra baste el botón de la presentación periodística del examen que certifica el nivel de conocimiento de la lengua. El CELU (Certificado de Español: Lengua y Uso) es diseñado e implementado por un consorcio de universidades argentinas y cuenta con el aval del Ministerio de Educación y Cancillería. El diario que cubrió la noticia en junio de 2004 tituló la nota con las palabras del ministro de Educación “Tenemos que salir a pelear el espacio propio de nuestro español”, sin embargo, ilustró la noticia con una viñeta en la que un periodista le preguntaba a dos vietnamitas: “¿Por qué eligieron estudiar español en Argentina y no en España” y neutralizaba el acto de independencia lingüística llamando a nuestro idioma “la lengua de Cervantes”.

Un español bien brasileño

El 5 de agosto de 2005 Brasil promulgó la ley 11.161 que estableció la obligatoriedad de la oferta de la enseñanza del español en la escuela media.

Las acciones para llevar adelante este proyecto se desarrollan en una serie de tensiones que atraviesan toda la actividad. Las universidades brasileñas reclaman su papel de formadores de los docentes del sistema educativo y disputan con mucha firmeza la intención del Instituto Cervantes de ocupar ese lugar. Cada tanto las redes de profesores e investigadores de español estallan en discusiones en las listas de Internet.

El diseño curricular de la enseñanza de lenguas de Brasil separa una propuesta para el español de la correspondiente al resto de las lenguas extranjeras presentes en la escuela. Considera que la inclusión del español como oferta obligatoria es “un gesto de política que exige una reflexión acerca del lugar que esa lengua debe y puede ocupar en el proceso educativo”.

Los investigadores universitarios brasileños luchan por darle al español el lugar de lengua segunda, cercana, similar y también diferente. Quieren proponer una enseñanza que acompañe, al decir de María Teresa Celada, la tarea que debe hacer el alumno brasileño de separar en dos lenguas lo que cree una sola.

En los congresos se habla “del español de Brasil”, se estudian con detalle las variedades dialectales americanas, se proclama la riqueza de la diversidad. El español se emancipa también de nosotros para tomar los acentos brasileños a lo largo de una nación enorme y diversa en sí misma.

La Argentina y Brasil han firmado varios acuerdos bilaterales en relación con la enseñanza y certificación del español y del portugués. Aunque con atraso en el cumplimiento de las metas, en todos los protocolos y compromisos conjuntos se habla de articular propuestas, reciprocidad, reconocimiento mutuo.

En la discusión sobre la posesión de la lengua, parece que estamos más cerca de constituir una empresa cooperativa.

La lengua prestada

Setecientos mil hablantes de español son analfabetos en la Argentina. Muchos de ellos son en realidad analfabetos funcionales, es decir que, aunque aprendieron a leer y a escribir, han olvidado la lectura y la escritura y no las usan. Anualmente casi un 10% de chicos en edad escolar abandonan las aulas, o repiten el grado o tienen más edad de la que deberían tener. Los argentinos que tienen el español como segunda lengua – porque su primera lengua es una lengua indígena– suelen tener dificultades en las situaciones comunicativas en las que deben emplearlo cuando salen de sus ámbitos más cercanos.

También viven en la Argentina un millón y medio de extranjeros, la mitad de los cuales habla alguna lengua europea y es muy posible que un tercio de ellos hable una lengua aborigen (aymará, quechua, guaraní), inferencia que hacemos a partir de sus países de procedencia. En las aulas de casi todo el país conviven alumnos con distintas lenguas maternas. Sin embargo, la enseñanza de Lengua en la escuela presupone que la lengua materna de los alumnos es el español. Para los que tienen otra lengua primera, esta práctica tiene consecuencias negativas para los niños y para su aprendizaje.

Ni en la legislación actual ni en las acciones propuestas desde los organismos educativos se plantea ni propone la enseñanza del español como lengua segunda. Se habla del derecho de los pueblos a conservar las lenguas indígenas o a que esas lenguas estén incorporadas en la educación pero no del derecho de los hablantes a ser bilingües. ¿Quién es el dueño de la lengua en este caso y qué plan tiene para los hablantes que la necesitan?

Los hablantes

Desear el idioma, necesitarlo, tener que aprenderlo define distintos objetos según quién lo necesita y para qué. Por eso, las acciones sobre las lenguas tienen consecuencias en las vidas de las personas.

En 2001 el diario Clarín publicó una nota titulada “EEUU: la policía aprende español”. La lengua española aparecía en la noticia reducida a las frases necesarias para hacer los arrestos e interrogatorios de los delincuentes hispanos.

En los manuales de enseñanza de español publicados en Europa, la lengua de la Argentina se asocia a una pareja bailando tango, los personajes tienen apellidos italianos o judíos y siempre van al psicoanalista.

Las necesidades de los hablantes requieren definir y delimitar territorios de las lenguas. Los que se apoderan de la lengua la asocian, según los casos, a Miguel de Cervantes, a los que delinquen en Estados Unidos, a estereotipos variados.

Preferimos una sola mirada que abarque a todas las lenguas ya se trate de los extranjeros que vienen a la Argentina a estudiar español, de la planificación conjunta de lenguas para la región o de la demanda de los pueblos originarios.

Hemos disputado la posesión de esa lengua y le hemos dado la identidad que necesitábamos para constituir nuestra propia educación, nuestra propia gramática y nuestro propio diccionario.

La enseñanza del español como lengua extranjera se viene desarrollando en la Argentina con una muy buena calidad de docentes y de propuestas curriculares y pedagógicas. Algunos equipos están aplicando ya desde hace diez años estos aprendizajes a la enseñanza del español como lengua segunda a estudiantes (niños y adultos) aborígenes e inmigrantes. ¿Esto nos hace dueños de la lengua? Si es así, corresponde que miremos la capacidad lingüística como una sola, que definamos qué haremos con ella, cómo la administramos y qué papel les damos a los que necesitan aprenderla. El objeto ELSE argentina que definimos en los últimos treinta años se presenta como una propuesta novedosa, con buenos resultados educativos y económicos. Establece con Brasil una relación de cooperación y describe una región multilingüe. Mientras tanto queda la deuda con los hablantes de comunidades argentinas que tienen otras lenguas maternas.

https://www.clarin.com/rn/literatura/El_idioma_como_recurso_0_SyLxoa2Pml.html

Texto 05

≡ SECCIONES

**Clarín** REVISTA Ñ**Una lengua para muchos**

El valor político y, sobre todo, comercial del castellano se ha instalado en las últimas décadas en el escenario estratégico que comparten España y Latinoamérica. Una y otra tienen objetivos distintos en lo que se presenta como una lucha despareja.

**Debate en el idioma.**

02/09/2011 - 18:36

Clarín.com Revista Ñ

La lengua es el instrumento del que nos servimos los seres humanos para comunicarnos y fundamentalmente para decirle al otro quiénes somos. En consecuencia, es lícito pensar que nos constituye e identifica.

En este sentido, el castellano o español – en teoría, las dos voces nombran lo mismo, aunque el empleo de una u otra forma parte de una vieja polémica entre España e Hispanoamérica, que no termina de resolverse – debería identificar a unos 500 millones de hablantes, convirtiendo a la lengua en una de las más habladas en el mundo entero. Sin embargo, mal que les pese a los miembros de la Real Academia Española y muchas de las academias hispanoamericanas que le sirven de satélites, no es uniforme, sino de múltiples realizaciones. Y si bien ninguna de éstas es mejor que la otra, hay quien se arroga el derecho de que alguna de sus variedades se imponga por sobre las demás. Como suele suceder en estos casos, la cuestión se resuelve a la fuerza, lo que es decir con una cierta voluntad política y dinero. Se trata, claro de una ilusión como tantas otras, pero su discusión es de la mayor pertinencia.

Consultada por esta revista hace exactamente un año, la crítica literaria argentina Josefina Ludmer señalaba que en los Estados Unidos se había percibido muy bien el giro que España dio en la década de 1990, que fue cuando ese país quiso convertirse en el centro exclusivo y excluyente del castellano. “Es el momento en que España invierte sumas considerables en los departamentos universitarios dedicados a los *Latin American Studies* y aparece el Instituto Cervantes – decía Ludmer –. Todo lo que se produce en castellano termina pasando por allí, y como ellos son los que financian,

acaban siendo los que deciden qué se estudia, qué se investiga, qué circula. En esa estrategia es fundamental el papel que juega Telefónica, ligada al Cervantes”. Y alertaba: “La lengua es como el agua o el aire, uno de los recursos esenciales de nuestro presente y el más estratégico con vistas al futuro. Mientras los españoles ponen el acento en este tema y los reyes van a todos los Congresos de la Lengua, en toda América Latina ni siquiera se está pensando en esto”.

Apenas unos meses antes, de paso por Buenos Aires, Angeles González Sinde-Reig, la ministra de Cultura española, lo decía con todas las letras: la difusión de la lengua española en el mundo es una política de Estado para España. ¿Por qué? La respuesta, puede buscarse en uno de los documentos del Foro de Marcas Renombradas de España, en el Plan Estratégico 2006-2010 y en el Proyecto Marca España. Allí se lee: “La estrategia de imagen de España debe ser un proyecto a largo plazo, un esfuerzo sostenido en el tiempo cuya gestión y responsabilidad se sitúe por encima de la legislatura política. Debe ser un proyecto de Estado, a partir de una estrategia definida que diseñe las distintas acciones a desarrollar, tanto en el aspecto político y comercial como en el cultural. Se ha destacado en este sentido la importancia estratégica de coordinar el esfuerzo de todas las instituciones públicas y privadas mediante un ente que tenga responsabilidad al más alto nivel, que actúe como «Guardián de la marca», con responsabilidad total y absoluta sobre estas cuestiones. En esta misma línea se ha subrayado la necesidad de actuar en el ámbito diplomático sobre las instituciones multilaterales, mediante la creación y desarrollo de lobbies específicos que representen los intereses de la marca España. La coordinación institucional de la imagen de España debe ir acompañada, además, de una estrategia común con el ámbito empresarial, y en especial, con aquellas empresas que ejercen de importantes embajadores de la marca España. La estrategia de marca España debe basarse, según se ha sugerido, en una idea dominante (como, por ejemplo, el concepto de prestigio) que pueda ser utilizada por todos los públicos objetivos de la marca España, tanto en el sector turístico, el empresarial, el cultural o el político. Pero sobre todo, debe establecerse una relación importante entre la marca España y el concepto globalizador de la lengua española, como uno de los principales atributos de la marca España”.

En síntesis, el castellano es una lengua con variantes propias en cada región donde se habla. Ordenar y administrar ese uso a través de gramáticas, diccionarios y sistemas de enseñanza tiene, por cierto, un valor estratégico tanto político como económico, sobre todo cuando se calcula que es una de las lenguas con mayor crecimiento en el mundo. Los temores de Josefina Ludmer – plenamente justificados – ya alertaron a argentinos y mexicanos, quienes sin enfatizar ni en la “defensa” ni en la “promoción”, buscan afirmar la propia identidad lingüística respetando las otras lenguas de la región. Dicho de otro modo, la Argentina y México no plantean una versión propia del Instituto Cervantes, sino otra propuesta, otra idea, otras metas. Así, se trata de dos modelos enfrentados que, con distintos recursos, plantean una lucha en las que todos los hablantes, sabiéndolo o no, intervenimos diariamente.

Quizás a la luz de estas cuestiones resulte entonces oportuno pensar de quién es el castellano y de qué manera, conjuntamente, podría administrarse mejor, pregunta que Ñ le ha formulado a filólogos, lingüistas, académicos, traductores y escritores de varias de las provincias de la lengua castellana a uno y otro lado del mar.

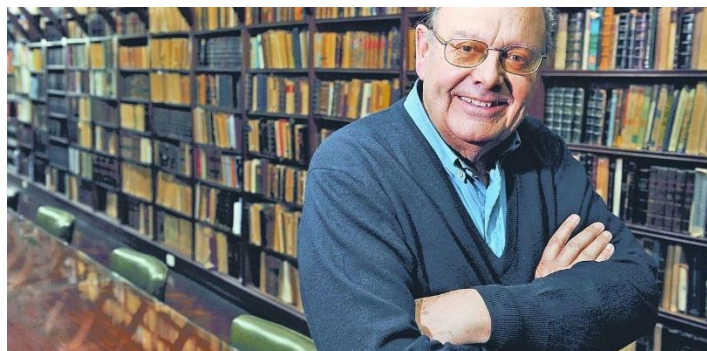
Texto 06

SECCIONES

Clarín[®] REVISTA Ñ

Dejar constancia de lo que se dice

Según declara en esta nota Pedro Luis Barcia, presidente de la Academia Argentina de Letras, la institución tiene un perfil muy definido y de avanzada respecto de otras academias hispanoamericanas, aunque menos dinero que su par española, que no es generosa, sino realista.



PEDRO LUIS BARCIA. Un académico de perfil muy alto.

02/09/2011 - 18:28

[Clarín.com Revista Ñ](#)

La lengua materna, la de la casa, la de la madre, da identidad, sentido de pertenencia, sentido de herencia y ubicación en un medio. La lengua materna es tan fuerte que un conquistador romano, en momentos en que no podía manejar a un pueblo bárbaro que estaba en lo que ahora es Alaska, lo que hizo para quebrarlo fue reunir a todas las mujeres del pueblo y cortarles la lengua. Al hacerlo se perdió la tradición del pueblo, los hábitos y costumbres porque las mujeres enseñan todo en la casa. Con la lengua todo, a partir de la lengua viene la tradición cultural del pueblo. La lengua materna es un aporte fundacional para la persona”, dice con vehemencia Pedro Luis Barcia y no parece encarnar la voz del Presidente de la Academia Argentina de Letras sino más bien la de un entusiasta, alguien para quien la lengua, aunque materia de estudio, es más bien un inmenso río en el cual bien vale naufragar, volver a la orilla, recuperar el aliento y volver a zambullirse. “El hombre que sabe hablar, que tiene gusto por el idioma, el hombre culto, la mujer culta son los que producen cambios en la lengua”, dice Barcia y advierte que en esos cambios, en esos gestos de creatividad del hablante está la verdadera apropiación de la lengua.

¿De quién es, entonces, el español?

El español es de quien lo sepa hablar y maneje el sistema. Ninguno que quede fuera del sistema por minusválido verbal, porque ignora los recursos de la sintaxis o tiene un pobre léxico puede decir que maneja el idioma. De modo que aquellos que tienen el manejo fluido, conciso, correcto y claro –las tres “C” importantes para la comunicación–, de alguna manera, es dueño del idioma y no tiene por qué sujetarse más que a los buenos modelos y a la tradición de la lengua en su propio país. Pero es el pueblo culto el que genera los cambios en el idioma, no el pueblo común que no tiene lecturas. Una lengua es más rica y pesa más en el mundo cuando tiene un Jorge Luis Borges detrás; un país pesa más con un Julio Cortázar detrás. La lengua es en parte del pueblo culto y en parte

de los medios, que son una cátedra insomne que no descansa ni un día y da modelos que influyen en los hablantes, generalmente y sobre todo en la oralidad, en forma negativa. La expresión escrita mantiene un nivel aceptable y en algunos casos muy superior a otros diarios de Hispanoamérica. Creo que nadie debería sentirse dueño de la lengua pero debe contribuir a que esta sea señora.

¿Cuál es el lugar que le cabe a la Academia?

La Academia no puede entenderse como dueña de la lengua. Interviene sólo como un escribano y da constancia de lo que está bien dicho o mal dicho según los mejores escritores y los mejores hablantes, y observa qué cosas podrían corregirse. Ha dejado atrás esa actitud de maestro ciruela, claro que con la diferencia de que la Academia sabía leer y escribir, no como el maestro ciruela que no sabe leer y pone escuela.

¿Puede pensarse a las Academias como guardianas, a veces, carceleras de la lengua?

Creo que pueden ser guardianas pero no en el sentido de carceleras. Yo diría, más bien, que la Academia –la Argentina– es una escribana, una señora que deja constancia de lo que se dice y que buenamente advierte: *Mire no convendría que usted diga así las cosas. Es mejor decir las así*. Yo diría que la Academia debería ir adoptando formas suasorias, enlabiantes o enlabiadoras para que la gente atienda lo que dice. Por eso, si la Academia no está en los medios no existe. La Academia es cuidadosa del idioma, cuida y cultiva, cuida y protege el idioma y trata de que los hablantes no se empobrezcan cuando lo usan. Una de las lecciones que tiene que dar la Academia es en el enriquecimiento de la lengua, por eso es que publica tanta obra de léxico variado, para que el hablante no se reduzca a usar ochocientas palabras, que sepa que la oferta de la lengua es enorme.

¿Cuál es la relación de las academias en general y de la Argentina en particular con la Real Academia Española? ¿Persiste la noción de centro periferia?

Tengo la seguridad de que la Academia Argentina tiene un perfil muy definido y muy de avanzada frente a otras academias y no tiene sino menos dinero que la Española. Ellos ponen el dinero para reuniones y, a veces, se les asoma algún atisbo de Imperio pero es escasísimo porque desde hace unos diez años que se inició este cambio han aceptado una realidad. No es que sean generosos, son realistas. Si cada diez hablantes nueve están de este lado del Atlántico no puede ser de otra manera. Por ejemplo, la última propuesta que acabo de hacer en la reunión de Burgos es que las frases que no sean americanismos lleven al lado la indicación ESP, de Español, para que el Diccionario que era de Español con incorporación de americanismos ahora sea un Diccionario de la lengua, distinguiendo lo americano de lo español pero con paridad. Cierto es que si no aparecen más americanismos en el diccionario es culpa de las Academias americanas que no trabajan por esto. Por ejemplo, no hay ninguna otra Academia que tenga un diccionario de fraseología propia, en España hay muchos pero no hechos por la Academia. En nuestro Diccionario Fraseológico del habla argentina hay una conciencia de defensa de la identidad lingüística que está muy firme en nosotros y esto para nada molesta a los españoles. A mí España nunca me molestó y yo cuando tuve que criticar la aprobación de alguna norma ortográfica puse el grito en el cielo y se revisaron las cosas. Es una mirada un poco fuera de tiempo y de lugar seguir pensando que

dependemos de España. Ni siquiera económicamente, nosotros no publicamos libros dependiendo de España.

La Academia realiza publicaciones, por ejemplo, con el grupo Planeta o Santillana, ¿en qué medida esta sociedad con grupos españoles pone un pie sobre el español de la Argentina?

España, la Real Academia Española, apoya las obras que se hacen con España pero, por ejemplo, toda nuestra colección La Academia y la Lengua del Pueblo la publicamos gracias a la Fundación YPF. Ahora el Banco de Galicia nos va a pagar cuatro tomos de una colección bolsillable de materia argentina. A nosotros España no nos da dinero para publicar nuestros libros, tampoco el Gobierno que sólo nos paga el boletín. El resto se gestiona y se consigue dinero de distintas empresas. Yo no me siento a esperar dinero en carabelas, porque no viene. Todo lo que conseguimos lo hacemos con esfuerzo y apoyo de las empresas argentinas. Yo me caracterizo por defender lo nuestro sin aislarme del mundo, creo que hay que trabajar sobre lo *glocal*, sobre la globalidad y lo nuestro.

Al presentar la colección La Academia y la Lengua del Pueblo, con los léxicos del mate, de la carne etc, usted decía que la Academia recogía, organizaba y luego devolvía ese léxico al pueblo. ¿Cómo opera ese retorno en la gente, esa venía de la Academia? ¿El pueblo puede reconocerse en esos léxicos?

Lamentablemente la obra no se vende en librerías, pero se ha vendido bien y ha resultado muy sabrosa. Tiene buena acogida. Esta colección de léxicos es una muestra clara de aquello de tomar del pueblo. La Academia, de alguna manera, vive como un cafisho pero no de una mina sino de un hombre, que es el pueblo. Tomar de la boca viva del pueblo, sintetizarlo, organizarlo y devolvérselo es una contribución importante para la identidad, para que la gente sepa el poder creativo que tiene. Es una buena entrada para robarle al pueblo y después devolverle ordenado el dinero.

¿Apropiarse de la lengua, como hablante, es de alguna manera contravenir sus reglas?

Sí, porque si hay creatividad por parte del autor, evidentemente... yo he sido censurado como muy neologista, pero he introducido neologismos bien hechos, por eso los defiendo. Tenemos una colección que llamamos bolsillable y me han dicho que es esta una palabra que no existe. Se la robé a Ortega en 1922. Es una palabra frente a *pocket book* que son dos, es una economía. Y bolsillable dice lo suyo. Yo creo que cuando uno tiene gusto por el idioma disfruta de crear palabras y es válido siempre que no sean mamarrachos. El buen hablante siempre genera algún cambio, generalmente cambios léxicos, algunas variantes sintácticas, aunque pocas. Pero sí, en el léxico hay mucha creación por parte del hablante.

En el juego de permitir, aceptar o negar un palabra, las Academias esgrimen el poder, pero ¿cómo debería ejercerse y qué hay tras ese poder?

Hay un poder, pero hay un poder con el que hay que tener cuidado, porque el ejercicio del poder que la Academia hizo por mucho tiempo fue un ejercicio un poco despótico de decir: *se dice o no se dice*. Por eso yo estoy curado en salud y digo siempre *a según*, como dice el paisano. Cuando yo descubrí que la Academia en el año 1943-1944 estaba

encargada por la Dirección de Correos, que tenía a su cargo las *broadcasting*, le había pedido dos oyentes que señalaran los errores que se cometían. Yo recogí todo ese material e hice un estudio y descubrí que el ochenta por ciento de lo que se había marcado como defecto en su momento, hoy está en vigencia entre la gente culta. De modo que hay que ser muy cauto y decir *esto no se usa ahora*, *esto no se usa aquí*. Yo creo que la Academia debe hacer el esfuerzo de ilustrar lo mejor que se pueda la norma, porque el primer error que se comete es cerrarse en norma inflexible, porque siempre puede flexibilizarse. Hay que ser cuidadoso de no ser tan drásticos.

Actualmente la Academia Argentina trabaja junto a la Fundación para el Español Urgente (Fundéu BBVA) en recomendaciones lingüísticas a los medios. Pero las sugerencias de la Fundéu suelen ser bastante drásticas...

Es factible. Yo diría que se erguía con demasiada prepotencia antes, ahora está más atenuada. Al principio sí, porque lo que la movía era la necesidad de dar unidad urgente, y la urgencia puede llevar a tomar dictámenes que a veces pueden ser discutibles. Todo lo que tiene que ver con la lengua se debate entre la opcionalidad plena y la sujeción a las normas. La Fundéu ahora, al interactuar con las Academias, está entrando en un diálogo que va llevar su tiempo hasta que podamos entender que esto es panhispánico. Con el tiempo este instrumento de la Fundéu y sus recomendaciones, asesorada por las Academias, se va a ir graduando hasta llegar a ser muy efectivo. Hay que tener confianza en ello.

¿Dé que se debe proteger a la lengua?

Se protege a la lengua de la inundación incontenible de extranjerismos que no pasen por un nivel de necesidad. Cuando los extranjerismos son innecesarios no hay por qué usarlos y lo único que demuestran es la tilingüería del que no conoce la propia lengua entonces usa términos extranjeros. Claro que no hay ningún impedimento para que se usen todos los extranjerismos que se quiera, siempre que se los escriba en bastardilla, porque de ese modo se indica que son bastardos, no hijos de nuestra lengua.

https://www.clarin.com/rn/literatura/La_Academia_Argentina-Entrevista_Pedro_Luis_Barcia_0_SJnej6hvXe.html